

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO

JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI

**CONSTRUINDO INDICADORES PARA A PAISAGEM
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR –
NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA**

Rio Claro-SP
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO

JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI

**CONSTRUINDO INDICADORES PARA A PAISAGEM
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR –
NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: **DRA. SOLANGE T. DE LIMA GUIMARÃES**
Co-orientadora: **DRA. MARIA DE JESUS ROBIM**

Rio Claro-SP
2011

910h.781 Bussolotti, Juliana Marcondes

B891c

Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo Santa Virgínia / Juliana Marcondes Bussolotti. - Rio Claro : [s.n.], 2011

255 f. : il., figs., gráfs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Solange T. de Lima Guimarães

Co-Orientador: Maria de Jesus Robim

1. Brasil – Geografia humana – Ecologia. 2. Percepção da paisagem. 3. Interpretação ambiental. 4. Espaço vivido. 5. Mundo vivido. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI

**CONSTRUINDO INDICADORES PARA A PAISAGEM
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR –
NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Solange Terezinha de Lima-Guimarães
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki
Geografia - FFLCH-USP (SP)

Prof. Dr. Sidnei Raimundo
EACH-USP (SP)

Dr. Humberto Gallo Jr.
Instituto Florestal-SMA (SP)

Prof. Dr. Manuel B. Rolando Berríos Godoy
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Rio Claro – SP, 04 de maio de 2012

*Aos meus meninos, o trio Beto, Nico e Rique
cujo carinho sempre me incentiva;
e à minha mãe que sempre me ensina, apoia e
ajuda em todos os momentos...*

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho fez-se pela colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. A todas as minhas estima e gratidão.

Às minhas Orientadoras, sem elas não conseguiria chegar até aqui: Orientadora: Prof^a Dr^a Solange T. de Lima Guimarães; Co-orientadora: Dr^a Maria de Jesus Robim

Aos professores da banca de qualificação, pela orientação atenta.

Ao gestor do Núcleo Santa Virgínia, João Paulo Villani, e toda a sua equipe que abriram as portas da Unidade e sempre me auxiliaram com gentileza, atenção e carinho, e sem desmerecer os demais, em especial: Douglas, Nilson, Fabricio, Fernanda, Ivanizia e Ediane.

A Sueli Lorejan da Fundação Florestal que ama o tema como eu e que me apoiou e incentivou neste trabalho.

Aos participantes do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia – Parque Estadual da Serra do Mar, pela atenção em desvendar o que é *ser* no Parque.

Aos amigos da UNITAU pelo apoio durante a tese: Kiko, Patrícia e Vanessa.

As amigas: Ana Olinda, Debora Ruiz, Flavia Navarro e Marly Rodrigues que me ajudaram nas discussões, entrevistas, registros e demais tarefas ingratas...

Aos meus irmãos, Luiz, que cuida dos meus bichinhos, e à Raquel, que cuida das gentes nas horas aflitas.

RESUMO

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) Núcleo Santa Virgínia (NSV) abrange a porção Norte da Floresta Atlântica do Estado de São Paulo, Brasil, considerado detentor de uma valiosa riqueza biológica e cultural, vem sofrendo ameaças e pressões antrópicas, causadoras de degradação e perda, quer da biodiversidade quer das tradições e identidades culturais. Da perspectiva da gestão participativa, instituiu-se, como espaço de diálogo entre Comunidade-Parque, o Conselho Consultivo. A percepção e interpretação ambiental dos Conselheiros do Núcleo Santa Virgínia é o tema central deste trabalho, visando a uma gestão ambiental participativa. A pesquisa propõe-se a refletir sobre a relação dos conselheiros e suas experiências ambientais na paisagem natural e cultural, e a criar junto com o grupo, indicadores para avaliar suas ações no Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia. As bases conceituais utilizadas na pesquisa foram a Ecologia da Paisagem e a perspectiva fenomenológica da Geografia Humanística, fundamentando as análises do espaço vivido e mundo vivido dos conselheiros. A investigação utilizou-se de metodologias da pesquisa experimental, dos dados obtidos nas fontes bibliográficas e documentais, através de visitas de campo; observação participante de reuniões; aplicação de questionário; entrevistas e oficina de planejamento com os conselheiros. Analisou a dinâmica da participação dos conselheiros no Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, PESM e de sua interpretação em relação ao seu desenvolvimento. A discussão explorou as visões de mundo, os processos de subjetivação e de identificação presentes a partir de representações sociais, buscando compreender a percepção e a valoração da paisagem pelos conselheiros. Procedeu-se à construção de matriz de planejamento, a partir desta percepção e interpretação da paisagem, e foram elaborados com o grupo dos Conselheiros desta Unidade de Conservação, os passos para suas ações.

Palavras-chave: Percepção ambiental. Interpretação ambiental. Indicadores. Espaço vivido. Mundo vivido. Unidade de Conservação.

ABSTRACT

The Serra do Mar State Park, specifically in the area that encompasses the Santa Virgínia Nucleus, includes the northern portion of the Atlantic Forest in the State of São Paulo, Brazil. The park is considered a very important area in biological and cultural terms and has been subjected to human threats and pressures, causing degeneration and loss in both biodiversity and in cultural traditions and identities. An advisory board was set up to operate on the principle of participated management, as a space for dialogue between the local community living in the park, and the park itself. The perception and environmental interpretation by the nucleus's board members is the central topic of this thesis, based on research aimed at fostering participated environmental management. The research is aimed at discussing the relationship of the board members and their environmental experiences with the natural and cultural environment. The project also calls for joint work with the members to draw up indicators for evaluating their performance on the board. The conceptual bases used in the research were the ecology of the landscape and the human geography, which served as the bases for the analyses of the space and environment where the board members live. To study the data obtained from bibliographic and documentary sources, the investigation used experimental research methods, including field visits, participated observation of meetings, the application of a questionnaire, interviews and a planning workshop with the board members. The dynamics of their participation and their interpretation of the work they themselves carried out on the board is also analyzed here. The discussion explores the cosmovision and the board members' processes of subjectivation and identification, on the basis of social representations, in the search to understand the perception and importance that they themselves give to the landscaping. A planning chart was then drawn up on the basis of this perception and interpretation of the landscaping. The appropriate steps for the action to be taken by the group were then drawn up jointly with them.

Keywords: Environmental perception. Environmental interpretation. Indicators. Space lived in. World lived in. Conservation unit.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – Participantes do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia por categoria...	29
FIGURA 1.3 – Diagrama conceitual da tese.....	46
FIGURA 2.1 – Vista panorâmica da paisagem de “mares de morros” do município de São Luiz do Paraitinga.....	50
FIGURA 2.3 – Rio Paraíbuna, detalhe da Cachoeira do Itapavão no Núcleo Santa Virgínia, PESM.	53
FIGURA 2.4 – Aspectos do dossel da Mata Atlântica, PESM.	54
FIGURA 2.5 – Mapa da Fitofisionomias – UGRHI 2 Paraíba do Sul com destaque ao Núcleo Santa Virgínia.	57
FIGURA 2.6 – <i>Mantiqueira</i> , tela de Johann Moritz Rugendas (1802-1858).	60
FIGURA 2.7 – <i>Índios</i> , tela de Johann Moritz Rugendas (1802 – 1858).....	62
FIGURA 2.8 – <i>Floresta Virgem nas Margens do rio Paraíba do Sul</i> , de Jean Baptiste Debret (1834 – 1839).....	63
FIGURA 2.9 – <i>Derrubada de uma floresta</i> , tela de Johann Moritz Rugendas, 1820.....	64
FIGURA 2.10 – <i>Tropeiros Pobres de São Paulo</i> , tela de Jean-Baptiste Debret, 1823.....	66
FIGURA 2.11 – <i>Lavagem dos diamantes em Curralinho</i> , Minas Gerais de E. Meyer.	67
FIGURA 2.12 – Detalhe da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo de 1766.	67
FIGURA 2.13 – <i>Tropeiros</i> , tela de Benedito Calixto, 1853 - 1927.	68
FIGURA 2.14 – <i>Pont de La Parahyba do Sul</i> . Fotografia de Victor Frond , tratamento em litografia sobre papel, de H. Clerget, 1858 - 1859.	70
FIGURA 2.15 – <i>Colonos e casa de pau-a-pique</i> , Fazenda Buquira, Monteiro Lobato, 1913.	71
FIGURA 2.16 – <i>Cozinha na roça</i> , Victor Frond (1858, 1861).....	72
FIGURA 2.17 – <i>O Violeiro</i> , óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Jr. (1899).....	74
FIGURA 2.18 – Fotografia de <i>garoto com cavalo carregando cana</i> , São Luiz do Paraitinga.	75
FIGURA 2.19 – Fotografia de <i>Procissão</i> , São Luiz do Paraitinga.	76
FIGURA 2.20 – Fotografia de <i>Comício de propaganda da Estrada de Rodagem</i> , São Luiz do Paraitinga, 14 de setembro de 1930.	76
FIGURA 2.21 – <i>Vendedor de Aves na Roça</i> , Rio de Janeiro.....	77
FIGURA 2.22 – <i>Vendedor ambulante de frutas</i> , fotografia de Marc Ferrez, 1895.	78
FIGURA 2.23 – <i>Trabalhador da roça</i> ,	79

FIGURA 2.24 – <i>Caipira picando fumo</i> , óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Jr. São Paulo, Brasil (1893).	79
FIGURA 2.25 – Localização do Núcleo Santa Virgínia Parque Estadual da Serra do Mar	85
FIGURA 2.26 – Aspecto do curso do Rio Paraibuna, altura cachoeira do Saltinho, PESM - Núcleo Santa Virgínia.	86
FIGURA 2.27 – Núcleo Santa Virgínia: Cobertura Vegetal.	87
FIGURA 2.28 – Vista panorâmica da floração dos Manacás da Serra (<i>Tibouchina mutabilis</i>), no PESM- Núcleo Santa Virgínia.	88
FIGURA 2.29 – Palmeira juçara, Núcleo Santa Virgínia, PESM.	89
FIGURA 2.30 – Cachoeira do Salto Grande, rio Paraibuna, no período das chuvas, no PESM-Núcleo Santa Virgínia.	90
FIGURA 2.31 – Mapa da Hidrografia do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	92
FIGURA 2.32 – Tesoura da Mata – Núcleo Santa Virgínia, PESM.	93
FIGURA 2.33 – Saíra sete cores: Núcleo Santa Virgínia, PESM.	93
FIGURA 2.34 – Jacutinga, Núcleo Santa Virgínia, PESM.	94
FIGURA 2.35 – Mapa do uso e ocupação do Solo, PESM-Núcleo Santa Virgínia.	99
FIGURA 2.36 – Cavalo utilizado para o transporte de leite, estrada Vargem Grande, Natividade da Serra.	100
FIGURA 2.37 – Policultura, estrada Vargem Grande, Natividade da Serra.	100
FIGURA 2.38 – Sitiente conduzindo gado, área do Núcleo Santa Virgínia, PESM	
FIGURA 3.1 – Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Mar.	112
FIGURA 3.2 – Estrutura Geral dos Programas de Manejo do PESM.	113
FIGURA 3.3 – Zoneamento Núcleo Santa Virgínia.	115
FIGURA 3.4 – Organograma da Gestão dos Programas do PESM-Núcleo Santa Virgínia. .	116
FIGURA 3.5 – Área de viveiro na Reserva Particular de Proteção da Natureza na estrada Catuçaba, propriedade particular parceira do projeto Semeando Sustentabilidade.	118
FIGURA 3.6 – Área de viveiro próximo à sede Vargem Grande, propriedade particular parceira do projeto Semeando Sustentabilidade.	120
FIGURA 3.7 – Projeto Semeando Sustentabilidade.	121
FIGURA 3.8 – Ocorrências Núcleo Santa Virgínia, PESM.	124
FIGURA 3.9 – Malha Fundiária do Núcleo Santa Virgínia, PESM.	125
FIGURA 3.10 – Projetos de Pesquisa por Tema do Núcleo Santa Virgínia.	128
FIGURA 3.11 – Projetos de Pesquisa por Instituição Núcleo Santa Virgínia PESM SP.	129

FIGURA 3.12 – Reunião do Conselho Consultivo Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP.	130
FIGURA 3.13 – Cachoeira do Salto Grande no rio Paraibuna, localizada no Núcleo Santa Virgínia, PESM.	131
FIGURA 3.14 – Poço do Pito no rio Paraibuna, no rio Paraibuna, localizada no Núcleo Santa Virgínia, PESM.	131
FIGURA 3.15 – Pedra do Corcovado, com acesso pelo Bairro da Vargem Grande no rio Paraibuna, PESM- Núcleo Santa Virgínia, localizado no município de Natividade da Serra no PESM- Núcleo Santa Virgínia.	132
FIGURA 3.16 – Cachoeira do Garcês, PESM-Núcleo Santa Virgínia, com acesso pelo Bairro da Vargem Grande município de Natividade da Serra.	132
FIGURA 3.17 – Atividade do <i>rafting</i> no rio Paraibuna dentro do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	133
FIGURA 3.18 – Sede do PESM- Núcleo Santa Virgínia, PESM.	135
FIGURA 3.19 – Base Itamambuca do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	136
FIGURA 3.20 – Base Vargem Grande do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	136
FIGURA 3.21 – Base Puruba do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	137
FIGURA 3.22 – Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental do PESM-Núcleo Santa Virgínia.	137
FIGURA 4.1 – Município natal dos conselheiros.	169
FIGURA 4.2 – Município de residência dos conselheiros.	170
FIGURA 4.3 – Faixa etária dos conselheiros.	171
FIGURA 4.4 – Tipologia do trabalho dos conselheiros.	171
FIGURA 4.5 – Valor da renda dos conselheiros.	173
FIGURA 5.1 – As esferas de pertença das representações sociais.	192
FIGURA 6.1 – Diagrama conceitual final da tese.	234

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 – Fitofisionomias da UGRHI 2	55
QUADRO 2.2 – Cronologia da ocupação do vale do Paraíba entre os séculos XVII e XVIII....	69
QUADRO 2.3 – Cronologia da ocupação do Vale do Paraíba entre os séculos XIX e XX	81
QUADRO 2.4 – Caracterização do uso do solo no PESH-Núcleo Santa Virgínia.....	97
QUADRO 2.5 – Caracterização do morador no PESH-Núcleo Santa Virgínia.....	98
QUADRO 3.1 – Identificação das zonas do PESH.....	108
QUADRO 3.2 – Identificação das zonas do Núcleo Santa Virgínia.....	114
QUADRO 3.3 – Levantamento das Instituições e Projetos de Pesquisa no Núcleo Santa Virgínia (PESH-SP, 2010).....	128
QUADRO 3.4 – Características das Unidades Orgânicas Envolvidas na Gestão do PESH-Núcleo Santa Virgínia	134
QUADRO 3.5 – Caracterização dos Conselhos Consultivos das Unidades de Proteção Integral Estaduais, Segundo o Decreto Nº 49.672, de 6 de Junho de 2005	144
QUADRO 3.6 – Caracterização do Conselho Consultivo do PESH e dos seus Núcleos Segundo o Plano de Manejo da Unidade	145
QUADRO 4.1 – Frequência de reuniões 2008-2010	161
QUADRO 4.2 – Análise da participação dos conselheiros do conselho consultivo gestão 2007 a 2010 – Núcleo Santa Virgínia, PESH.	165
QUADRO 4.3 – Demonstrativo da composição do conselho consultivo no 1º e 2º mandatos .	168
QUADRO 4.4 – Escolaridade dos conselheiros.	172
QUADRO 5.1 – Termos chaves e representações sociais dos conselheiros	195
QUADRO 5.2 – Representações sociais e categorias de análise - porcentagem	214
QUADRO 5.3 – Multifunções da paisagem do Núcleo Santa Virgínia nos domínios bioecológicos, sócio econômico e sócio ecológico e culturais.	220
QUADRO 5.4 – Matriz de planejamento participativo.....	225

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – População urbana e rural de Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga...96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBRN: Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

CC: Conselho Consultivo

CMA: Conselho de Meio Ambiente

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

CONSEMA: Conselho Estadual do Meio Ambiente

COTEC: Comissão Técnico Científica do Instituto Florestal

ESALQ: Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FEHIDRO: Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FF: Fundação Florestal

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF: Instituto Florestal

NSV: Núcleo Santa Virgínia

ONG: Organização Não Governamental

PA: Polícia Ambiental

PESM: Parque Estadual da Serra do Mar

PG: Plano de Gestão

PGE: Plano de Gestão Estadual

PGESP: Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

PM: Plano de Manejo

PPMA: Programa de Proteção da Mata Atlântica

RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

SMA: Secretaria Municipal de Agricultura

SME: Secretaria Municipal de Educação

SMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMT: Secretaria Municipal de Turismo

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação *da Natureza*

UC: Unidade de Conservação

UF-SC: Universidade Federal – São Carlos

UGRH: Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos

UICN: International Union for Conservation of Nature

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNESP: Universidade Estadual paulista

UNICAMP: Universidade de Campinas

UNITAU: Universidade de Taubaté

UNIVAP: Universidade do Vale do Paraíba

UPI: Unidade de Preservação Integral

USP: Universidade de São Paulo



A 'objetiva' da máquina fotográfica, sendo um ponto de vista, nunca é objetiva.
(DURAND, 2001, p. 409)

SUMÁRIO

1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	25
1.1 O MÉTODO E A PESQUISA	26
2 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA.....	48
2.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO PESQUISADA	49
2.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO ESTUDADA.....	59
2.2.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO	69
2.3 O PESM–NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA E SEUS ATRIBUTOS FÍSICOS	85
2.4 O PESM–NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA E OS SEUS ATRIBUTOS SOCIOECONÔMICOS	95
3 A GESTÃO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, PESM	104
3.2 OS PROGRAMAS DE MANEJO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA	113
3.2.1 PROGRAMA DE MANEJO DO PATRIMÔNIO NATURAL	117
3.2.2 SOBRE O PROGRAMA DE MANEJO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	118
3.2.3 O PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - AS VIVÊNCIAS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NA ÁREA	119
3.2.4 SOBRE O PROGRAMA DE PROTEÇÃO - A QUESTÃO DOS CONFLITOS REGIONAIS	122
3.2.5 SOBRE O PROGRAMA DE PESQUISA NO NÚCLEO SANTA VIRGINIA	126
3.2.6 SOBRE O PROGRAMA DE USO PÚBLICO	129
3.2.7 SOBRE O PROGRAMA DE GESTÃO	134
3.3 HISTÓRICO E AÇÕES DO CONSELHO DO PESM–NÚCLEO SANTA VIRGINIA	139
3.3.1 OS CONSELHOS CONSULTIVOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	139
3.3.2 CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO CONSULTIVO DOS NÚCLEOS DO PESM.....	143
4 O CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR.....	147
4.1 AVALIANDO A CONSOLIDAÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR.....	148
4.2 ANÁLISE DA GESTÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA NO PERÍODO DE 2007 A 2010	154
4.2.1 ANÁLISE DAS ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA ENTRE 2007 E 2010	155
4.2.2 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO PELA CONSULTORIA SOLICITADA À FUNDAÇÃO FLORESTAL EM 2010	159
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA – 2011-2013	167
4.3.1 PERFIL DOS CONSELHEIROS	168
4.3.2 ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DE VIDA DE CADA ENTREVISTADO DESDE QUE SE TORNARAM CONSELHEIROS	174
4.3.3 A MOTIVAÇÃO PARA SE TORNAR CONSELHEIRO	179
4.3.3.1 MOTIVAÇÃO RELACIONADA À ATIVIDADE PROFISSIONAL E RELAÇÕES COM A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	179
4.3.3.2 MOTIVAÇÃO RELACIONADA À MEMÓRIA E RELAÇÃO AFETIVA COM O LUGAR	181
4.3.3.3 MOTIVAÇÃO LIGADA ÀS EXPECTATIVAS PARA MUDANÇA NA RELAÇÃO COM O NÚCLEO	181
4.3.4 COMO ENTENDE O PAPEL E A SUA AÇÃO COMO CONSELHEIRO.....	184
4.3.5 INTERPRETAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO	186

5 INDICADORES DE VALORAÇÃO – GESTÃO 2011 – 2013 DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (PESM)	191
5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	192
5.2 VALORAÇÕES DA PAISAGEM PELOS CONSELHEIROS.....	215
5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PELOS CONSELHEIROS.....	215
5.2.2 A DINÂMICA DOS CONFLITOS EXISTENTES NA ÁREA	219
5.2.3 AS FUNÇÕES DOMINANTES DA PAISAGEM.....	219
5.3 OFICINA COM INDICADORES E PLANEJAMENTO	224
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES FUNDAMENTAIS SOBRE O CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTO VIRGÍNIA	229
 REFERÊNCIAS	236
 ANEXOS	252



O MATA-PAU, NANQUIM PARA 1ª ED. URUPÊS, 1918. MONTEIRO LOBATO

Lobato

INTRODUÇÃO

Hoje, não há mais questões isoladas, tudo está interligado e nossas ações influenciam a vida no Planeta. Presencia-se um cenário de crise planetária que é o resultado da interação de uma pluralidade de condições sociais, econômicas, ambientais e, também, teóricas, em que os sistemas de pensamento, científicos e empíricos, se conflitam.

Segundo Naveh (2004), as relações multifuncionais das paisagens na biosfera se dão na integração consciente do homem como parte deste geossistema. Não podemos menosprezar os espaços simbólicos da mente nem deixar a humanidade vivendo apenas no espaço físico e geográfico desses sistemas objetivos naturais, desvinculado do compromisso com o mundo e com todos os outros organismos vivos. “[...] *also in the conceptual space of the human mind of the noosphere*”², que na interação com os espaços físicos e geográficos dá a forma da paisagem e das crises em que vivemos (2004, p. 475).

Uma revolução para a sustentabilidade da humanidade na Terra ocorrerá quando conseguirmos, como pesquisadores, fazer uma revolução científica transdisciplinar, oferecendo uma visão holística dos sistemas do mundo, caminhando na dialética dos sistemas de pensamento científicos e empíricos para encontrarmos uma dinâmica mundial que não leve a humanidade à degradação de sua existência e com ela a da biosfera.

A ecologia da paisagem pode colaborar com estas mudanças. Ela exige o reconhecimento dos impactos de longo alcance deste projeto de desenvolvimento da humanidade nestas paisagens, entendendo como se relacionam suas multifunções, sua gestão, conservação e restauração. Isso tem de ser refletido tanto na teoria como na ação cotidiana, da pesquisa e da educação desta humanidade, para a sua sobrevivência na terra (NAVEH, 2001, 2004). Conforme apontado por Naveh (2004, p. 473), para este fim, “*the landscape ecology cannot be carried out anymore in the sheltered academic ivory tower of so-called ‘objective science’, detached from people and their values and needs*”³.

Para produzirmos uma discussão onde a noosfera esteja presente na composição do estudo da paisagem, devemos focar nossas análises nos ritmos têmporo espaciais, do *espaço vivido e do mundo vivido*, dos sujeitos na paisagem e “investigar as circunstâncias concretas da vida diária” (BUTTIMER, 1982, p.192).

² Tradução nossa: “[...] vivemos no espaço conceitual em sistemas cognitivos, da mente humana, na noosfera”.

³ Tradução nossa: “a ecologia da paisagem não pode ser mais realizada no abrigo da torre de marfim acadêmica, da chamada ‘ciência objetiva’, separada do povo, de seus valores e necessidades”.

Nossa trajetória começou há mais de dez anos, com a participação em fóruns, como o do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, Parque Estadual da Serra do Mar (PESM).

Muitas vezes, esses fóruns abertos pelas Unidades de Conservação, para debate de suas ações, pareciam conversas pessoais em dimensões diferentes, com diversas compreensões das decisões e soluções tomadas pelos grupos participantes.

Os questionamentos nos levaram a discutir sobre essas diferentes percepções da Unidade de Conservação e nos fez aprofundar a reflexão sobre a subjetividade destas relações *no espaço vivido* e *mundo vivido*, desses fóruns, como os dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Para o aprofundamento do estudo, foi escolhido o Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), no Estado de São Paulo, para a investigação.

Acreditamos que, na vivência do Conselho, a identidade paisagística da área protegida é criada e, conseqüentemente, se reflete nas ações de conservação dos conselheiros e da própria área. É o horizonte compartilhado da gestão da área protegida e se dá nessa *cosmovisão*, entendendo-a como os fenomenologistas da Geografia assim o definem, a exemplo de Buttner (1982, p. 172), como o contexto onde “a consciência é revelada (...) de valores, de bens, um mundo prático (...) ancorado num passado e direcionado para um futuro”. Criando “uma ordem de interações e oportunidades espaciais”, que se faz emergir das “experiências humanas partilhadas” (1982, p. 190).

Estabeleceu-se como objetivo principal criar parâmetros para os indicadores de valoração ambiental em áreas protegidas, a partir da análise da percepção e interpretação da paisagem, dos conselheiros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia.

Buscou-se, como objetivos específicos, (1) refletir sobre as relações entre os conselheiros e suas experiências ambientais na paisagem natural e cultural do Núcleo Santa Virgínia; (2) analisar sua história de vida como conselheiros e suas representações sociais para os termos-chaves utilizados nas reuniões; (3) colaborar para o planejamento das ações do Conselho, pela análise das estratégias que partiram da *cosmovisão* e da *mundivivência* dos conselheiros em questão.

Na combinação dos três objetivos específicos e dos referenciais teóricos da Ecologia da Paisagem e da Geografia Humanística, procedeu-se: (i) à análise de seu papel como conselheiro e dos processos e dos problemas vivenciados pelo Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, e; (ii) à avaliação de suas representações sociais bem como na interpretação da paisagem (funções e indicadores de sustentabilidade) da Unidade de Conservação e da população que vive nessa paisagem.

O trabalho respondeu às seguintes questões que vêm nos acompanhando em todos esses anos:

Como é exercida a participação e a representação dos conselheiros?

Como caracterizam e veem as funções da paisagem das Unidades de Conservação?

Conseguem elaborar indicadores para estas funções e podem contribuir no planejamento da Unidade de conservação, compartilhando suas experiências de vida?

É possível levar em conta na gestão da Unidade de Conservação os olhares diferentes destes conselheiros sobre a paisagem?

Organizou-se, então, esta pesquisa, do seguinte modo:

O foco do primeiro capítulo intitulado – “Abordagem metodológica” – trata dos métodos utilizados na investigação, fazendo uma descrição dos passos da pesquisa e dando os parâmetros filosóficos da abordagem do trabalho.

No segundo capítulo deste estudo – “Caracterização da paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), Núcleo Santa Virgínia” – apresenta-se a revisão de literatura do contexto físico e histórico em que se insere a Unidade de Conservação na região de São Paulo, organizando o conhecimento da história dessa paisagem, até os dias de hoje, formando uma ‘teia’ para a compreensão das tensões, anseios e percepções dos conselheiros, num desenho panorâmico da formação da paisagem total do Núcleo Santa Virgínia.

O terceiro capítulo – “A Gestão do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)” – engloba a descrição do Plano de Manejo do (PESM); da gestão do Núcleo Santa Virgínia; e uma análise de seus programas e suas interações com a gestão da Unidade de Conservação.

No quarto capítulo – “O Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)” – analisa-se a gestão do Conselho Consultivo, de 2007 a 2010, por meio das Atas das reuniões; avalia-se o desenvolvimento do Conselho Consultivo pela interpretação e participação dos conselheiros da gestão 2011 a 2013, nas entrevistas, levando em consideração: (1) os aspectos mais importantes da história de vida de cada entrevistado, desde que se tornaram conselheiros; (2) a motivação para se tornarem conselheiros; (3) como entendem o papel e a ação como conselheiros; e (4) a interpretação dos conselheiros em relação ao desenvolvimento do Conselho Consultivo.

No quinto capítulo – “Indicadores de Valoração, Gestão 2011 - 2013 do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)” –, são analisadas as representações sociais dos conselheiros, com apoio da perspectiva fenomenológica. Discute-se a valoração da Paisagem pelos conselheiros, classificando a caracterização dada por eles em três categorias: (a) pelos desejos que as características da paisagem suscitam; (b) pelas imagens que são provocadas na memória; (c) pelas experiências e o conhecimento construído na relação com essa paisagem. São categorizadas as respostas dos conselheiros sobre as funções da paisagem do Núcleo, nos domínios *bioecológicos*, *socioecológico-cultural e socioeconômico*, segundo Naveh (2001); e, por último, discorre-se sobre a Oficina de Planejamento das Ações para o Conselho Consultivo, construído a partir dos indicadores e funções elencadas pelo grupo para a paisagem.

Na conclusão do trabalho – “Questões Fundamentais sobre o Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia” –, retomam-se e esquematizam-se, sinteticamente, os temas desenvolvidos e as propostas elaboradas ao longo dos cinco capítulos do trabalho, em comprovação à tese de que é possível construir indicadores para a paisagem de uma Unidade de Conservação, pelo grupo de conselheiros, e formular propostas de ação para a sua gestão.

Um número grande de pesquisas sobre a efetividade das instituições participativas no Brasil vem ocorrendo nas duas últimas décadas, mas “na maioria das vezes a comunidade é considerada elemento uno e harmônico, que não possui conflitos internos, mas somente com os atores externos”, não são consideradas sua heterogeneidade de olhares, motivações e contexto sociocultural na construção desse olhar (FONSECA, 2011, p.164).

A tese, ao apoiar-se no método fenomenológico hermenêutico e discutir a paisagem pelos referenciais teóricos da Geografia Humanística e da Ecologia da Paisagem, assume que os conhecimentos objetivo e subjetivo do mundo, em fóruns como o Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, estão juntos e são parte dos sujeitos que percebem, interpretam e valorizam a paisagem da Unidade de Conservação.

A bibliografia, por esse prisma, é escassa, exigindo do presente estudo, primordialmente: recurso às fontes primárias, como legislação e artigos acadêmicos sobre a evolução dos Conselhos Consultivos; expedientes internos à Unidade de Conservação; e, principalmente, entrevistas e acompanhamento nas reuniões dos conselheiros ligados ao Conselho Consultivo.

Além de contribuir para o suprimento dessa lacuna bibliográfica, esta pesquisa pretendeu colaborar para o registro histórico da gestão e do processo de participação do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar.

ABORDAGEM METODOLÓGICA⁴

⁴ REFLEXO DA MATA NO RIO GRANDE, ESTRADA VARGEM GRANDE
NATIVIDADE DA SERRA
FOTO DIGITAL DA AUTORA, JUN. (2011).

1.1 O MÉTODO E A PESQUISA

A investigação buscou compreender a dinâmica do Conselho Consultivo do PESH-Núcleo Santa Virgínia, e trazer à luz para o próprio grupo sua interpretação da paisagem da UC. De que ponto partiu a visão e entendimento das funções de suas paisagens para cada um e como podem buscar soluções para essa vivência conjunta. Deu-se, “num processo em espiral envolvendo tanto investigador como investigados na reflexão e aproximação empírica da realidade” (SERRANO, 1994, p. 174).

A discussão explorou as visões de mundo, os processos de subjetivação e de identificação presentes, buscando compreender o imaginário e a realidade do grupo envolvido no Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia (NSV), a partir de duas questões básicas - (1) a da identidade dos conselheiros com seu papel e com o conselho consultivo do Núcleo Santa Virgínia; e (2) a da percepção da paisagem; considerando que: “Articular pessoas por meio da produção e conhecimento de suas experiências é fundamental para romper o isolamento de alguns grupos sociais e impulsionar processos de mudança das relações sociais, políticas e econômicas.” (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 11).

Ao dar voz a este grupo, pudemos considerar suas concepções de mundo, dialogar com sua realidade e negociar o futuro coletivo das relações entre sociedade e natureza, como diz Naveh (2001, p. 270) “*We cannot predict the future of our landscapes, but we can help shape their future.*”⁵

Nos paradigmas atuais sobre a produção de conhecimento, analisados por Boaventura Santos (1987), não se separam conhecimento científico-natural do conhecimento científico-social nem a dimensão local deste conhecimento da dimensão global, uma vez que se ligam às preocupações atuais sobre as questões ambientais. Incorporar o conhecimento universal e científico de cada conselheiro, como indicadores para a paisagem do Núcleo e construir nesse grupo as ações do Conselho, a partir das funções da paisagem enumeradas por todos, reforça os valores construídos pelo grupo na vivência com ela.

⁵ Tradução nossa: não podemos prever o futuro de nossas paisagens, mas nós podemos ajudar a moldar o seu futuro.

Essa investigação qualitativa não perdeu de vista os princípios que a nortearam: levar em consideração os sujeitos participantes da pesquisa como sujeitos e não objetos de investigação; entender que no processo da pesquisa haverá sempre adequações e mudanças nas estratégias metodológicas utilizadas; partir do princípio que a busca da autorregulação no processo de construção do conhecimento é uma forma de aprendizado de ambas as partes pesquisador/pesquisado e que todo conhecimento é aproximado.

Tuan (1983, p.10) argumenta que a experiência está nas diversas maneiras que as pessoas conhecem e como constroem a realidade, “implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender - significa atuar sobre o dado e criar a partir dele”. Para Bruyne; Herman e Schoutheete (1991, p.79), “a teoria não deve ser separada da experiência, esta é a lógica da abordagem fenomenológica”.

Utilizou-se o Método Fenomenológico-Hermenêutico como referencial para as análises exploratória e conceitual, executadas durante a investigação. Fez-se uma reflexão da realidade da Unidade de Conservação, estudada a partir do ponto de vista dos conselheiros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia (NSV), com base na fundamentação de Bruyne; Herman e Schoutheete (1991, p.79), para os quais o método fenomenológico “fornece uma descrição sistemática, permite um inventário das relações pertinentes e das funções dos objetos estudados”. Quanto ao conceito de hermenêutica, ficou entendido como ciência da interpretação.

A partir da fundamentação metodológica anterior optou-se por construir a metodologia da investigação levando-se em conta as especificidades do grupo pesquisado e as características da pesquisa qualitativa levantada por vários autores, entre eles, Serrano. (1994, p. 153).

Uma “investigação triangular que leva em consideração todos os atores envolvidos no contexto estudado” (1994, p. 153) como os conselheiros, gestor e observador;

Uma “investigação ampla e flexível, mas com rigor metodológico, apoiada em referenciais teóricos” (1994, p. 153) e metodologia utilizada em pesquisa qualitativa, tais como - observação e entrevista com grupo específico; pesquisa participativa com construção de processo educativo, como a oficina final da investigação;

Com uma “perspectiva ecológica e de construção de valores” (1994, p. 153) estruturados pelo próprio grupo junto com o pesquisador;

Uma “pesquisa aplicada com uma finalidade pragmática na resolução de problemas do grupo estudado” (1994, p. 153), em um processo educativo para a busca de soluções dos problemas enfrentados;

Uma “forma de indagação reflexiva para melhorar a compreensão e justiça das práticas sociais” (1994, p. 153) dos conselheiros do Núcleo Santa Virgínia (NSV);

Tendo como funções e produtos “comunicar, ser crítica, formativa, com troca e colaboração para a ação social” (1994, p. 153), tanto deste Conselho como dos demais Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação.

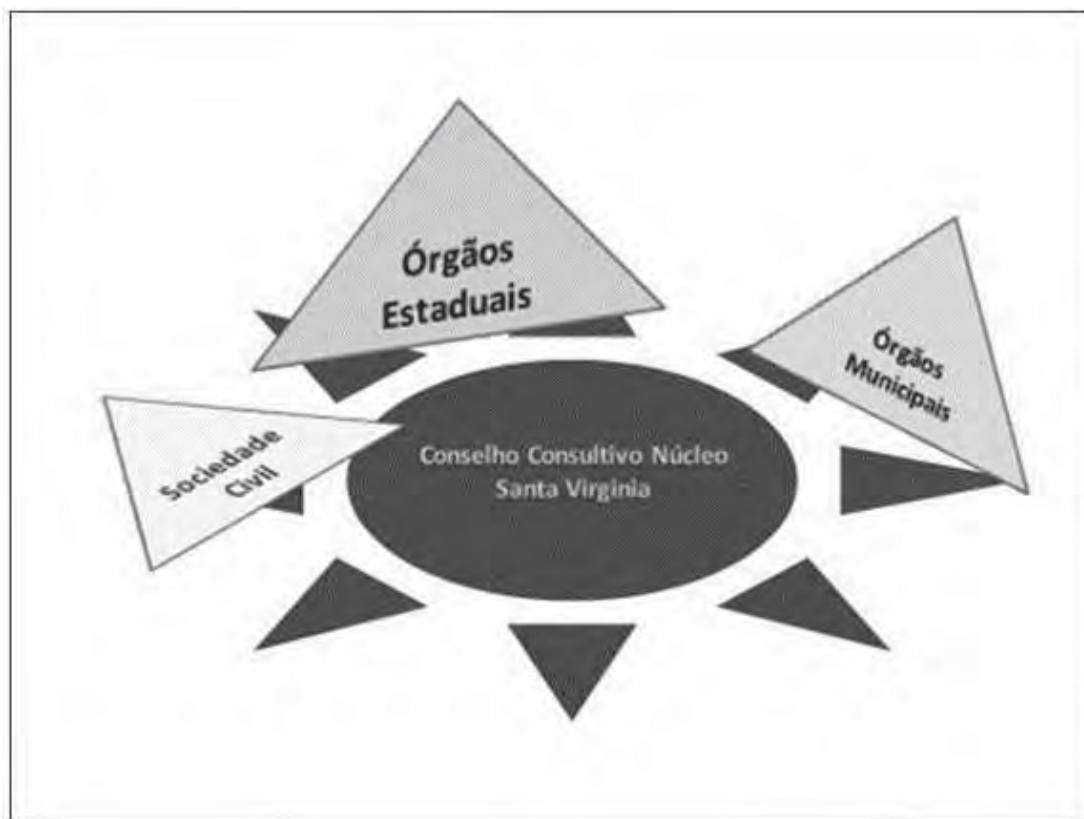
A combinação dos três objetivos específicos da investigação, (1) refletir sobre as relações entre os conselheiros e suas experiências ambientais na paisagem natural e cultural do Núcleo Santa Virgínia; (2) analisar suas histórias de vidas como conselheiros e suas representações sociais para os termos-chave utilizados nas reuniões; (3) colaborar para o planejamento das ações do Conselho, pela análise das estratégias que partiram da *cosmovisão* e da *mundivivência* dos conselheiros em questão. Levaram as seguintes estratégias metodológicas: (1) análise dos processos e dos problemas vivenciados pelo Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia; (2) avaliação da percepção dos conselheiros sobre sua representação e papel como conselheiros; (3) construção de categoria de interpretação da paisagem do Núcleo Santa Virgínia, suas funções e indicadores de sustentabilidade.

1.2 OS SUJEITOS INCLUÍDOS NA PESQUISA

Para a seleção dos participantes da pesquisa utilizou-se do conceito de “*universo pesquisado*, que *não são os sujeitos em si*, mas suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes”; em vez de se definir a “amostra de sujeitos” usou-se o termo “sujeitos incluídos na pesquisa”, grupo da investigação (MINAYO; DESLANDES E GOMES, 2011, p. 48).

Participaram da pesquisa 17 conselheiros titulares das 19 cadeiras disponíveis; e 14 conselheiros suplentes das 18 cadeiras disponíveis. A cadeira da Coordenação Geral do PESH não tem suplência. As cadeiras de representantes municipais para a Secretaria de Meio Ambiente de São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra não foram preenchidas até o momento da pesquisa, bem como a suplência da cadeira de morador de dentro da Unidade de Conservação.

FIGURA 1.1 – Participantes do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia por categoria.



Fonte: Org. por Juliana Marcondes Bussolotti, (2011).

As cadeiras de todos os setores envolvidos com o Núcleo Santa Virgínia, no segundo mandato do Conselho Consultivo (2011-2013), são:

- *Representantes dos Órgãos Estaduais:*
 - Coordenação geral, PESM, Gerência do Desenvolvimento Florestal, Fundação Florestal - *com titular (não existe a suplência).*
 - Núcleo Santa Virgínia – presidência do conselho e secretaria executiva fundação florestal - *com titular e suplente.*
 - Pesquisadores do instituto florestal - *com titular e suplente.*
 - Coordenadoria de biodiversidade e recursos naturais, (CBRN) - *com titular e suplente.*
 - Polícia ambiental - *com titular e suplente.*
 - Procuradoria geral do estado de São Paulo - *com titular e suplente.*

- *Representantes dos Órgãos Municipais:*

- Secretaria municipal de educação de São Luiz do Paraitinga - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de educação de Natividade da Serra - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de turismo de Natividade da Serra - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de turismo de São Luiz do Paraitinga - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de agricultura de São Luiz do Paraitinga - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de agricultura de natividade da Serra - *com titular e suplente.*
- Secretaria municipal de meio ambiente ou conselhos de meio ambiente do municípios de Natividade da Serra - *SEM titular e suplente até a finalização da pesquisa.*
- Secretaria municipal de meio ambiente ou conselhos de meio ambiente de São Luiz do Paraitinga - *SEM titular e suplente até a finalização da pesquisa.*

- *Representantes da Sociedade Civil:*

- ONGs - *com titular e suplente.*
- Empresas do setor florestal - localizadas no entorno da Unidade de Conservação - *com titular e suplente.*
- Empresas de *rafting* - localizadas no entorno da Unidade de Conservação - *com titular e suplente.*
- Representantes dos moradores - bairros do interior da Unidade de Conservação - *com titular mas SEM suplente até a finalização da pesquisa.*
- Representantes dos moradores - bairros do entorno da Unidade de Conservação - *com titular e suplente.*

1.3 A INVESTIGAÇÃO DOS DADOS

O primeiro passo da investigação foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental que, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2011, p.36), se caracterizou por ser “disciplinada, crítica e ampla”; consistiu na definição dos autores não só da Geografia, com os quais se dialogou, mas também com documentos e materiais da Unidade de Conservação e que, segundo um olhar sistêmico e fenomenológico, ampliaram as discussões da investigação.

Mediante a leitura dos referenciais bibliográficos selecionados seguir, a narrativa foi criando corpo e norteando a atuação na coleta de dados.

A pesquisa “*documental*”, entendida como aquela que utiliza material produzido pela instituição pesquisada (LAKATOS, 1992), referiu-se a:

- Análise do Plano de Gestão Ambiental do Núcleo Santa Virgínia; (SÃO PAULO, 1998);
- Análise do Plano de Manejo do PESH (SÃO PAULO, 2006);
- Análise das Atas das Reuniões do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia da gestão entre 2007 a 2010;
- Avaliação do Questionário aplicado pela consultoria solicitada pela Fundação Florestal (STEINMETZ, 2010).

Esses documentos colaboraram para o entendimento do olhar da gestão sobre o Conselho e sobre o Núcleo Santa Virgínia (NSV); pode-se compreender como se propõe a vivência dentro da Unidade de Conservação e como se deu o diálogo com as comunidades do entorno; como aconteciam os ritmos e o entendimento dos papéis de cada um e de cada instituição na relação com o Conselho Consultivo.

A pesquisa bibliográfica sobre a região onde se encontra o Núcleo Santa Virgínia, tanto da caracterização física como socioeconômica, baseou-se nas interpretações de geógrafos, historiadores e antropólogos que estudaram o Vale do Paraíba. Estes autores contribuíram para elaborar o conhecimento da história da paisagem do Núcleo até os dias de hoje, formando uma “teia” para a compreensão das tensões, conflitos, anseios, observados nas análises das percepções dos conselheiros – no sentido dado por Bachelard, (2004) ao conhecimento, de *re-conhecimento* da paisagem –, a partir da compreensão do que já se conhece, desvendando-se novos horizontes paisagísticos do Vale do Paraíba, pela leitura de vários autores. Para apoiar a caracterização da região em que se insere o Núcleo Santa Virgínia, foram utilizadas imagens de domínio público de artistas consagrados, ilustrando os relatos sobre a região:

Pinturas de: Johann Moritz Rugendas, Jean Baptiste Debret, Almeida Jr, Benedito Calixto, Walter Feder e Monteiro Lobato;

Litografias de: Victor Frond, Marc Ferrez, Spix e Martius;

Fotografias de: acervo pessoal de Juventino Galhardo Júnior, do Núcleo Santa Virgínia PESH, AKARUI, Josiel Briet (cedidas para o acervo do Núcleo Santa Virgínia) e Nilson Alves da Silva.

Produtos importantes para a representação da dinâmica do Núcleo Santa Virgínia foram as espacializações que utilizaram a mesma base cartográfica que orientou o zoneamento do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar PESM, Núcleo Santa Virgínia, no Capítulo 2, deste trabalho, intitulado “A gestão do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar PESM”. Assim foram utilizadas:

Base cartográfica que orientou o zoneamento do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia – escala 1/50.000 do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – IBGE– Superintendência de Cartografia – Departamento de Cartografia – Carta do Brasil – primeira edição 1974.

IBGE, bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007.

OrtoFotos digitais 1 -35.000 – Instituto Florestal / Fundação Florestal – Projeto Preservação da Mata Atlântica (PPMA)- 2001–SP.

Construídas a partir dos dados documentais, como o Plano de Manejo e Plano de Gestão Ambiental do Núcleo Santa Virgínia, e por outros documentos interpretados, disponibilizados pela administração do Núcleo, demonstrou-se a dinâmica do cenário onde se deu a vivência dos conselheiros do Conselho Consultivo e da gestão da Unidade de Conservação. Foi necessário espacializar as atividades do Núcleo Santa Virgínia, inserido no contexto estadual bem como algumas dinâmicas dos Programas e Diretrizes da Unidade de Conservação, ao todo foram elaboradas doze espacializações com a organização cartográfica de Douglas Menezes e a colaboração das orientadoras da pesquisa -

- Bacia Hidrográfica – UGRHI 2 UGRHI 2 e 3;
- Bacia Hidrográfica – UGRHI 2;
- Localização do Núcleo Santa Virgínia, Parque Estadual da Serra do Mar PESM;
- Núcleo Santa Virgínia - Cobertura Vegetal;
- Hidrografia do Núcleo Santa Virgínia PESM.
- Uso e ocupação do Solo - Núcleo Santa Virgínia PESM;
- Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Mar PESM;
- Zoneamento Núcleo Santa Virgínia PESM;

- Projeto Semeando Sustentabilidade;
- Ocorrências Núcleo Santa Virginia PESH;
- Malha Fundiária - Núcleo Santa Virginia PESH;
- Município de residência dos conselheiros.

Foram analisadas 19 *Atas* entre os anos de 2007-2010, e procedeu-se da seguinte forma - (i) foram categorizadas as informações dos documentos em temas abordados; (ii) suas formas de encaminhamento; (iii) e os produtos produzidos pelo grupo em cada reunião. Após a tabulação destas informações, foram elaboradas análises sobre: a) os temas recorrentes; b) como eram as formas mais comuns de encaminhamentos; e c) como resolviam as questões trazidas para o grupo.

Realizou-se, também, a *avaliação do* Questionário aplicado pela consultoria solicitada pela Fundação Florestal a 14 titulares dos 30 conselheiros, entre titulares e suplentes do Núcleo Santa Virginia, da gestão 2007-2010. Foi levado em consideração para a avaliação dos Questionários, o olhar da gestão sobre estes, apresentada na reunião ordinária do Conselho Consultivo em fevereiro de 2011.

A análise das Atas das Reuniões do Conselho Consultivo, de 2007-2010, possibilitou levantar os termos-chave para trabalhar com os conselheiros as representações sociais e distinguir as situações recorrentes; os encaminhamentos e posicionamento dos membros sobre a paisagem do Núcleo Santa Virgínia.

Para Diegues (1998), as representações passam por várias culturas e formas de organização social, com suas maneiras de representar, interpretar e agir sobre o meio natural. Nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações.

Os significados atribuídos às representações da paisagem pelo grupo estudado funcionam como uma mediação entre a percepção do observador à posição que ele ocupa e a “*Necessite d’assumer et d’intégrer des approches multiples*” destas “*Opérations mentales qui ne sont pas seulement des repr’ssentations mais aussi des choix et des décisions*” por cada indivíduo (ROUGERIE BEROUTCHACHVILI, 1991, p. 260).⁶

⁶ Tradução nossa: necessidade de assumir e integrar essas múltiplas abordagens. Operações mentais que não são apenas representações, mas também as escolhas e decisões elaboradas.

As representações sociais caracterizam-se por ser conhecimento prático para a compreensão do mundo servindo tanto à comunicação como ao entendimento do meio social, são formas de conhecimento.

Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum (...) têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam. (SPINK, 1993)

O *espaço vivido* na Unidade de Conservação constitui-se, além de outras características, de uma apropriação dos elementos da natureza, entretanto, este processo não é homogêneo ou totalizante.

Cada grupo social constrói suas representações como identidades; experiências desenvolvidas em relação ao objeto de representação; contexto espacial atual; e passado dos sujeitos etc. “As construções dos significados em torno dos elementos naturais podem revelar a complexidade das lutas simbólicas travadas na vida diária” (ROSSI, 2006, p.5).

As representações sociais foram utilizadas na entrevista aplicada a cada conselheiro da gestão 2011-2013 produzindo uma matriz de análise das respostas dadas aos termos divididos em três categorias - *conceituação*, *percepção-interpretação* e *valoração*. “Os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e seu estar no mundo têm um papel indiscutível na orientação e na reorientação” (JODELET, 2009, p. 695) de suas práticas dentro do Conselho Consultivo.

Entende-se *conceituação* por uma ideia organizada, que é o caráter abstrato do conhecimento formado por um sistema de conceitos, visto como um desdobramento de outros conceitos, a partir de um juízo sintético em ação e formulando para explicar o termo chave perguntado. (BACHELARD, 2004).

Quanto à *percepção-interpretação* “como elementos pertinentes à experiência ambiental inata ou cultural, de familiaridade ou não, de enraizamento e pertinência”. (GUIMARÃES, 2007, p. 50).

A *valoração* está relacionada aos valores que o indivíduo crê serem corretos socialmente e aos relacionados aos seus princípios e reflexões da “experiência vivida e de significados investidos pelos indivíduos em suas condutas” que regem suas atitudes. (JODELET, 2009, p. 692).

Consideram-se os valores implícitos nestes domínios, também, na investigação de Naveh e Lieberman (1993), para construir a matriz de avaliação das representações sociais dos conselheiros expressos por eles sobre o Núcleo Santa Virgínia. Levou-se em consideração o que De Groot, (1992) afirma sobre os valores subjetivos-afetivos espirituais – implícitos na análise da paisagem, no caso, por cada conselheiro - *“we may never be able to quantify the spiritual experience of nature, but at least we should attempt to consider all values of the natural environment in the economic planning and decision-making process”*. (p, 140)⁷.

Os termos-chave analisados nas representações sociais foram -

- 1.Meio ambiente;
- 2.Conservação;
- 3.Paisagem;
- 4.Uso do solo;
- 5.Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar;
- 6.Núcleo Santa Virgínia x moradores do entorno;
- 7.Proteção, fiscalização, ocorrências;
- 8.Turismo;
- 9.Projetos para captação de recursos na área e entorno da unidade;
- 10.Regularização fundiária - desapropriação e indenização;
- 11.Educação ambiental e proteção das áreas do parque;
- 12.Integração do plano de manejo e plano diretor dos municípios;
- 13.Conselho consultivo;
- 14.Conselheiro;
- 15.Gestor;
- 16.Representação no conselho consultivo;
- 17.Gestão participativa;
- 18.Interação com a comunidade/parque.

⁷ Tradução nossa: nunca seremos capazes de quantificar a experiência espiritual da natureza, mas pelo menos devemos tentar considerar os valores implícitos no ambiente natural, no desenvolvimento econômico de planejamento e no processo decisório.

Uma premissa básica da investigação foi a pesquisa participante que esteve presente na relação com o “*trabalho em campo*”. O “*trabalho em campo*”, da pesquisa qualitativa, deu-se no *campo* entendido como recorte espacial, que diz respeito à sua abrangência, e no “*campo empírico, teórico*” criando a “relação intersubjetiva, de interação social do pesquisador” com os pesquisados (MINAYO; DESLANDES E GOMES, 2011, p. 63).

A investigação utilizou-se de metodologias da pesquisa experimental, dos dados obtidos nas fontes anteriormente citadas, através de visitas em campo; observação participante de reuniões; aplicação de questionário; entrevista; e oficina de planejamento com os conselheiros -

As visitas periódicas ao Núcleo Santa Virgínia e participação em reuniões, para coleta de dados e observação de campo, uma das quais, com as orientadoras do presente trabalho, pretendeu relativizar o espaço social dos conselheiros para construir uma visão da vivência do Conselho, a partir dessa interação, e fazer a “adequação das hipóteses da tese durante o processo de pesquisa” (MINAYO; DESLANDES E GOMES, 2011, p. 70).

A participação e observação em Reuniões do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia ocorreu nas seguintes datas - (19/06/2009; 21/08/2009; 18/12/2009), (05/02/2010; 01/06/2010; 17/09/2010), (25/03/2011, 06/05/2011, 27/05/2011).

A aplicação de questionário, para levantamento do perfil dos membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, constou de 32 pessoas (fevereiro e março de 2011). Ocorrendo durante os encontros das reuniões, foi o modo encontrado para fazer uma anamnese do grupo antes das entrevistas.

As entrevistas com os membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, com 32 pessoas (de novembro de 2010 a junho de 2011), foram semi-estruturadas com sondagem de opinião e informações “construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado”, trazendo a reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivenciou (MINAYO; DESLANDES E GOMES, 2011, p. 65). A partir de histórias gravadas, foram recortadas as falas tecendo uma narrativa que tratou da identidade e da percepção da paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia. As perguntas que orientaram as entrevistas foram divididas em dois grupos para análise -

1º GRUPO—Intitulado “Interpretação e participação dos conselheiros em relação ao desenvolvimento do Conselho Consultivo”:

1)Quais são os aspectos mais importantes da história de vida, essencialmente desde que se tornou conselheiro?

2)Qual a sua motivação para se tornar conselheiro e exercer este papel?

3)Como entende este papel e a sua ação como conselheiro?

4)O Núcleo Santa Virginia atende aos problemas e às dificuldades identificadas pelos conselheiros?

5)As pessoas da comunidade foram ou são envolvidas em todos os estágios do planejamento / desenvolvimento do Conselho Consultivo?

Como observa Thompson, (2006, p.41), “nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana”. A memória autobiográfica pode ser compreendida não como reprodução de eventos passados, “mas como reconstruções congruentes à compreensão atual; o presente é explicado, tendo como referência o passado reconstruído e ambos são utilizados para gerar expectativas sobre o futuro” (MELLEIRO; GUALDA, 2003, p.70).

Esta memória comporta uma narrativa que traz o tempo da ação, do vivido, o da invenção e o da leitura, entendendo que esta leitura é esta narrativa cheia de significações e de experiência temporal que criam a identidade (RICOEUR, 2010). Estas experiências acontecem no *espaço vivido* (paisagem tangível) e no *mundo vivido* (paisagem intangível) dos conselheiros dentro e no entorno da Unidade de Conservação estudada.

Pretendeu-se colaborar com a mobilização dos indivíduos, a partir do potencial que exercem a observação e a entrevista, para a construção da memória reflexiva sobre a paisagem. A escuta pôde, também, “*exercer um importante papel como forma de tornar públicas [mais explicitadas] certas feridas e colaborar com os processos de reconciliação*” de cada conselheiro com a Unidade de Conservação (THOMPSON, 2006, p.35).

2º GRUPO—Intitulado “Valoração da paisagem pelos conselheiros”:

1)Qual é a função dominante desta paisagem do Núcleo Santa Virginia?

2)Há a identificação por parte dos conselheiros com a função (papel) dominante da paisagem do Núcleo Santa Virginia?

3)Como caracterizariam esta paisagem?

4) Como entende a dinâmica e conflitos existentes nesta área?

5) Sabem definir indicadores que identificariam esta função ou multifunções da paisagem do Núcleo Santa Virginia?

6) Concebem algum modelo que traduza estas interdependências?

Para análise da caracterização, função e indicadores trazidos pelos conselheiros nas suas respostas ao 2º grupo de questões sobre a paisagem - partiu-se da premissa de que o conceito de paisagem é complexo e depende dos objetivos implicados no uso da ideia, na abordagem dada a este conceito e das ferramentas de quem as utiliza. Em relação à complexidade do conceito, pode-se dizer que a paisagem constitui um sistema de interação de fatores naturais, culturais, de escala no espaço e no tempo, determinando, assim, a sua estrutura total/global.

Na discussão mais recente dos princípios que embasam nossas análises está a visão de Naveh e Lieberman (1993) sobre a ecologia da paisagem, compreendida como a intersecção horizontal da Geografia e vertical da Ecologia, no estudo de uma Unidade de paisagem. A Geografia é vista como uma das disciplinas que colaboram com a superação da dicotomia natureza — sociedade, formando sistemas abertos que articulam as questões ambientais para a criação de espaços sustentáveis. Trazemos o conceito de sistema para colaborar com o entendimento das análises elaboradas a partir das respostas dos conselheiros, “como um complexo de elementos em interação” (BERTALANFFY, 1975, 84), de “caráter multivariável, global, dinâmico”, convergindo em “múltiplos níveis” para uma investigação mais holística no entrelaçamento de diferentes ciências e metodologias de pesquisa (BOLÓS, 1992, p. 33-4).

Compreende-se a paisagem como elemento fundamental às “características dos geossistemas, o tamanho da escala espacial” utilizada (BOLÓS, 1992, p. 48), têm caráter cíclico de “transferências de matéria” e os “fluxos de energia constituem sua produtividade ecológica” num período de tempo estudado (BERNALDEZ, 1981, p.20-1). As velocidades dos processos dos diferentes componentes da paisagem acontecem em minutos ou em eras geológicas, não percebidas por nós humanos. Na mesma paisagem encontramos tempos diferentes de sua existência física superposta e/ou entrelaçada, necessitando recorrer à análise de épocas e tempos tão diferentes para explicar a dinâmica de certa unidade de paisagem (BERNALDEZ, 1981).

O mesmo ocorre com a percepção mais subjetiva da paisagem, na análise da paisagem intangível que, na maioria das vezes, se encontra entrelaçada e/ou superposta por várias ideias e expectativas para uma mesma paisagem, de acordo com o que cada indivíduo pressupõe ser a sua função.

A expressão desta articulação na paisagem é o que pode ser visto por cada observador, segundo a sua percepção e os seus interesses específicos. Esta expressão visual fundamenta a construção da identidade da localidade.

A paisagem de hoje corresponde às interações do passado, constitui um registro da cultura, das artes e da memória coletiva. É o espaço das nossas relações sociais, simbólicas e espirituais e na qual mantemos relações de afetividade, é a paisagem intangível cuja interpretação perpassa nossa atuação (DARDEL, 1952; FRÉMONT, 1980; BERNALDEZ, 1981; BUTTIMER, 1982; BOLÓS, 1992; GUIMARÃES, 2009). Na percepção e interpretação da paisagem deve-se considerar como enfoque de análise não só as questões “abstrato-racional-científico”, mas também como matéria de conhecimento a inspiração e a afetividade (BERNALDEZ, 1981, p. 5)

As paisagens naturais e culturais estão intrinsecamente ligadas, desde a menor porção, célula ou ecótopo, até a ecosfera global. As diferentes unidades de paisagem e suas tipologias estão intimamente entrelaçadas em multicamadas, lidamos com uma rede estruturada interagindo hierarquicamente, paisagens em diferentes escalas, paisagens de paisagens.

As *paisagens* em uma mesma *paisagem* são geradas, por exemplo, por meio da crise de valores; políticas; das relações internacionais de globalização, em contraponto com propostas de desenvolvimento sustentável; nelas criam-se novas organizações, estruturas e funções paisagísticas, em que as relações de dependência se tornam cada vez mais intrincadas e antagônicas, questões ecológicas e socioeconômicas se mesclam num encadeamento de contínuas reações integradas (BOLÓS, 1992; NAVEH, 2004; GUIMARÃES, 2007; 2009).

Odum (1988) explicita a crise da humanidade pelos desníveis entre os próprios seres humanos e entre os seres humanos e seu ambiente, alimentados pelo desnível de valores e o enorme desnível na educação entre todos nós. O olhar para a paisagem trouxe o diálogo na interação da percepção de todos sobre as possíveis integrações de suas multifunções.

Entendemos a paisagem como Naveh (2001, p. 278) ‘total e ecodiversa’, como o resultado de um sistema de interações ativas das forças biológicas, ecológicas e culturais que a moldam de acordo com o uso humano — “*human land use*”. Quanto mais diversidade biológica — “*biological diversity*” —, mais heterogeneidade ecológica — “*ecological heterogeneity*” —, gerando maior ecodiversidade, influenciando a cultura e o uso da paisagem pelo homem, em diferentes dimensões: física, ontológica e metafísica.

Para o cuidado com o tratamento do processo de entrevista e análise das respostas, foram tomadas decisões sobre a forma, ordem e estilo de apresentação e de como os fragmentos da vida teriam de ser obtidos nas entrevistas, posteriormente transcritas e descritas. Todos os entrevistados receberam uma cópia da edição de suas respostas, para aprovação anterior ao término da narrativa da tese. Foi elaborada uma pós-história, apontando o significado das narrativas, editando e reconstruindo o que foi dito. O olhar para os elementos objetivos e subjetivos das falas, lado a lado, deu a forma da análise.

A análise das respostas das perguntas procedeu-se nas três formas de tratamento da pesquisa qualitativa, que não se excluíram, mas se completaram durante a análise dos relatos - foram descritas opiniões; analisadas as respostas, principalmente, buscando seu sentido; bem como foram interpretadas a partir de matrizes de análise das repostas.

Procurou-se entrevistar os conselheiros com pré-agendamento para que ficassem à vontade para a entrevista, na sua maioria a pesquisadora deslocou-se até ao entrevistado.

A oficina de planejamento para geração de objetivos, por meio dos indicadores de valoração ambiental, expostos pelo grupo nos depoimentos das entrevistas, nas observações das reuniões e nos consensos entre as representações sociais feitas pelos conselheiros sobre esta paisagem e suas multifunções, ocorreu como fechamento da interpretação dos dados da entrevista do 2º grupo de questões. Serviu como um exercício de prova da possibilidade de sistematização de indicadores subjetivos para a construção de ações objetivas na Unidade de Conservação (SERRANO, 1994).

Como pesquisa participante, teve o objetivo de discutir os resultados da tese bem como socializá-los para os sujeitos da pesquisa, procurando construir os resultados dos indicadores com o próprio grupo num processo educativo. Para essa oficina, foi elaborado um quadro com a interpretação das respostas dadas sobre os indicadores da paisagem e organizados em três categorias, a partir das ideias de multifunções e funções dominantes em Naveh (2001; 2004), categorizando as falas dos entrevistados em: bioecológico, socioeconômico, socioecológico e cultural.

Estabeleceu-se o marco teórico da investigação em Naveh (2001), para possibilitar uma aproximação conceitual entre as falas de todos os entrevistados. O que se vê hoje são as funções da paisagem já pré-estabelecidas pelas políticas públicas do Estado, o que se propôs foi a discussão das funções desta paisagem, a partir dos valores e conhecimento do grupo do Conselho Consultivo, redimensionando-as à vivência atual desta Unidade de Conservação.

Naveh e Lieberman (1993, p. 281), ao discutirem a dinâmica de planejamento e conservação de paisagens mediterrâneas, propõem a preparação e implementação de redes interligadas de padrões de uso da terra, levando em consideração os valores implícitos no domínio bioecológico (processos relacionados ao ecossistema), socioecológico-cultural (relacionados à qualidade ambiental e de vida humana) e socioeconômico (relacionados aos benefícios econômicos diretos da sociedade).

Pode-se concluir que o processo de coleta de dados produziu uma imersão da pesquisadora na realidade da paisagem estudada – a cada reunião, visita e entrevista–; foram colaborando com a reflexão dos conselheiros e da pesquisadora sobre seu espaço e mundo vivido. O processo de investigação participativa propicia “uma combinação de investigação, educação-aprendizagem e ação” (SERRANO, 1994, p.152), resultando no desejo de novas investigações e vivências com os sujeitos incluídos na pesquisa.

1.4 ASPECTOS FILOSÓFICOS RELACIONADOS À ABORDAGEM METODOLÓGICA

Entende-se método como a clareza intuitiva no estudo das essências do conhecimento como consequência da experimentação (RUSSEL, 1949). Esta investigação parte do princípio de que o que está hoje posto como “ciência de uma geração logo se transforma em tradição da seguinte” (1949, p.114).

O que hoje é fruto da discussão e da experimentação científica será conhecimento universal nas próximas gerações. O que hoje parece uma experimentação teórica de análise subjetiva da paisagem, a partir da visão de cada conselheiro, amanhã poderá ser incorporado como prática perceptiva desse grupo, sua *cosmovisão*, entendida como “imagem unitária que engloba os diferentes conhecimentos que obtemos da natureza”, sabendo que, para “construir uma *cosmovisão* é necessário interpretar os conhecimentos científicos e unificá-los” (ARTIGAS, 2005, p.24).

A paisagem foi o eixo central na discussão epistemológica deste trabalho, que vê no fenômeno da ação perceptiva do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, a configuração das identidades dos grupos sociais. O saber produzido nos Conselhos advém tanto do conhecimento objetivo como das questões espirituais do grupo, e seu desenvolvimento como grupo depende da cultura e das ferramentas de que dispõem para amadurecer. Estes coexistem com seus interesses diferentes “na dimensão física (relacionada com a estruturação espaço-temporal), na ontológica (modos de ser e de atuar), e na metafísica (que fundamentam o ser e a atividade da natureza)” (ARTIGAS, 2005, p. 28). Relação, esta, mediada pelos signos e pela cultura, do humano com a natureza e com sua própria natureza. (SANTAELLA, 2003).

Historicamente a paisagem esteve ligada a uma questão estética de conotação literária e das artes visuais até o século XIX, foi ganhando amplitude, com Carl Troll, no século XX, entre outros geógrafos e cientistas, com a ideia de espaço total e integrado em um sistema aberto incorporando a vivência humana na geosfera, na biosfera e na noosfera aos conceitos da ecologia. (NAVEH; LIEBERMAN, 1993).

A Escola alemã de Geografia referendou os conceitos apresentados por Troll, argumentando que a “ecologia da paisagem consiste em uma análise funcional do conteúdo paisagístico na resolução de múltiplas e recíprocas relações existentes em um fragmento da superfície terrestre” (BOLÓS, 1992, p. 15). Integrada no conceito de geossistema, como discutiu Sochava, representante da Escola Russa de Geografia, o geossistema aparece como aglutinador de todos os elementos da paisagem “como um modelo global, territorial e dinâmico aplicável a qualquer paisagem concreta”. (BOLÓS, 1992).

Bolós (1992, p.105-6) classifica as paisagens pela sua funcionalidade, entendida como funções o “que se capta ou compreende de uma realidade formada por relações” estabelecidas para aquela paisagem pelo homem e tem, então, um caráter dinâmico, uma vez que sua função pode ser motivada por “circunstâncias históricas, políticas, econômicas”, mudando através dos tempos e podendo ter mais de uma função, de acordo com suas características intrínsecas e as necessidades socioeconômicas de cada época.

De Groot (1992) argumenta que os estudos relacionados à compreensão da estrutura e funcionamento dos ecossistemas são importantes para a avaliação do ambiente natural, principalmente, pelo impacto das atividades humanas. A satisfação das necessidades e o desempenho de várias atividades humanas dependem das características ambientais.

O conceito de função está relacionado à análise das implicações ecológicas e socioeconômicas mais importantes entre o homem e o ambiente natural, de uma forma objetiva e sistemática, discutindo as inter-relações funcionais do homem como " *man-environment model* " (1992, p. 6, tradução nossa). O autor discute a relação da função da paisagem nomeada por ele como função ambiental - “*Defined as the capacity of natural process and componentes to provide goods and services that directly and indirectly contribute to human welfare*”. (DE GROOT, 1992, p. 309)⁸.

Com o aumento das escalas espaço-temporais e de percepção destas paisagens, bem como o aumento da complexidade das ferramentas de análise, hoje em dia, abrem-se novas vias de integração de suas funções, numa visão mais holística e, conseqüentemente, uma melhor compreensão da base ecológica da dinâmica histórica e cultural do planeta. (NAVEH, 2004). É um conceito sistêmico que relaciona os aspectos econômicos, culturais e ambientais, bem como os sociais - a democracia, a inclusão social e a justiça ambiental.

Socio-economic value indicates that these values go beyond the narrow interpretations of economic theory limited to monetarized market economics; they include also nonmonetary values of goods and services contributing to human welfare, which we have called "soft values". Thus, the environmental functions of ecological conservation and existence values can often only be described in qualitative terms.[...] This quantification of the socioeconomic benefits of natural areas and wildlife in monetary units must be seen, in de Groofs opinion, as an addition to—and not a replacement of—their many intrinsic and intangible values, which we called "noneconomic richnesses". (NAVEH E LIEBERMAN, 1993, p. S3-9)⁹

⁸ Tradução nossa: modelo de homem-ambiente. Definida como a capacidade dos processos naturais e seus componentes para fornecer bens e serviços que, direta ou indiretamente contribuem para o bem-estar humano.

⁹ Tradução nossa: O valor socioeconômico indica que esses valores vão além das interpretações estreitas da teoria econômica limitada a economia monetarizada de mercado, que incluem também os valores não monetários

Um grande desafio para a nossa visão transdisciplinar foi a superação das grandes barreiras epistemológicas construídas entre cientistas naturalistas e humanistas famosos por suas percepções contrastantes de paisagens – inteiramente física ou inteiramente mentais “*phenomena*”. (NAVEH, 2001).

Muitos indicadores nascem “pelo tato e intuição e estão apoiados pela experiência de seus autores”. Para que esses indicadores sutis tivessem validade nesta investigação, houve a necessidade de sistematizá-los na busca da “confirmação da relação - indicador x objeto de indicação”, levando em consideração a multivariabilidade de percepções e interpretações e o tipo de informação disponível. (BERNALDEZ, 1981, p. 46).

FIGURA 1.2 – Espiral Conceitual. Relações entre categorias da paisagem.



Fonte: Meinig (1979), Frémont (1980); Buttimer (1982); Dilthey (1992); Naveh e Lieberman (1993); Heidegger (2005). Org. por Juliana Marcondes Bussolotti, (2011).

de bens e serviços que contribuem para o bem estar humano, o que temos chamado de "valores suaves". Assim, as funções ambientais de valores ecológicos de conservação e de existência, muitas vezes pode apenas ser descrito em termos qualitativos. [...] Esta quantificação dos benefícios sócio-econômicos de áreas naturais e vida selvagem em unidades monetárias deve ser vista, na opinião de Groofs, como uma adição a, e não um substituto de seus muitos valores intrínsecos e intangíveis, o que chamamos de "riquezas não-econômicas".

Estabeleceu-se uma abordagem integradora da paisagem, pois só assim pode-se construir os indicadores para um planejamento conjunto entre comunidade e Estado. São os dados subjetivos na paisagem intagível e os dados objetivos na paisagem tangível, bem como a dinâmica entre eles que nos “permitirão supor os indicadores necessários para conhecer o estado e a evolução de um determinado geossistema” (BERNALDEZ, 1981, p. 35) numa espiral conceitual estabelecendo as relações entre as paisagens tangíveis e intangíveis formando a paisagem global (Figura 1.2).

Segundo Dilthey (1992), as diferentes concepções acerca do espaço natural conduzem a diferentes percepções, influenciando a construção de uma *cosmovisão* do Conselho Consultivo estudado, sendo, então, necessária uma conexão consciente de todos com os problemas e as soluções enfrentadas pelo grupo. Essas experiências de vida determinam as relações e expressões de cada pessoa com a Unidade de Conservação. A investigação descreveu essa vivência do Conselho Consultivo fundamentada no *vivido*, pelo registro dos depoimentos das pessoas que participam deste Conselho.

O *mundo vivido* é a compreensão da experiência de vida de cada indivíduo, do “Si Mesmo” para Dilthey (1992) e do *Dasein* (ser aí, ser no mundo), pois “pensar é o modo de ser do homem, no sentido da dinâmica de articulação de sua existência”, de acordo com Heidegger (2005, p. 15). O *mundo vivido* ocorre quando o homem reflete, compreende, pensa sobre sua vida com a elaboração de estratégias que partem da “mundividência” (DILTHEY, 1992) — planejamento e reflexão conjuntos — dos grupos sociais ligados a ele; no caso do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, o *mundo vivido* pelos conselheiros é a paisagem intangível da Unidade de Conservação.

As explicações sobre o que fazemos, entendemos, interpretamos estão na interação da ação das pessoas no ambiente. Na perspectiva fenomenológica não se pode deixar de levar em conta que o estudo do *espaço vivido* possibilita entender a região como uma construção mental individual, inscrita na “consciência coletiva”, e definida pelo “conjunto das forças que o condicionam”, a Unidade de Conservação é a paisagem tangível (FRÉMONT, 1980, p. 59). Para Merleau-Ponty (1999, p. 394) “o espaço é existencial” e a “existência é espacial”. O espaço é construído na existência do sujeito, porque “ser é sinônimo de ser situado” (p. 339).

O laço indissociável entre a experiência e a sua reelaboração na condição narrativa – “enquanto abertura para revivificar e ao mesmo tempo recriar o vivido – é central para a análise de relatos autobiográficos”. (CARVALHO, 2003, p. 287).

O acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e se dirija a um interlocutor, “é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência”. (RICOEUR, 1994, p.119, apud CARVALHO, 2003, p. 289).

Assim, a análise desta paisagem combina a forma e o processo de elaboração de conceitos e informações providas do cotidiano dos conselheiros e compartilhadas neste Conselho. A experiência de vida que se constitui em torno de um fenômeno/objeto não se realiza de forma fechada, estanque, mas de forma estruturada, conflituosa, direta ou indiretamente ligada ao ambiente socialmente construído pelo grupo. (BUTTIMER, 1982).

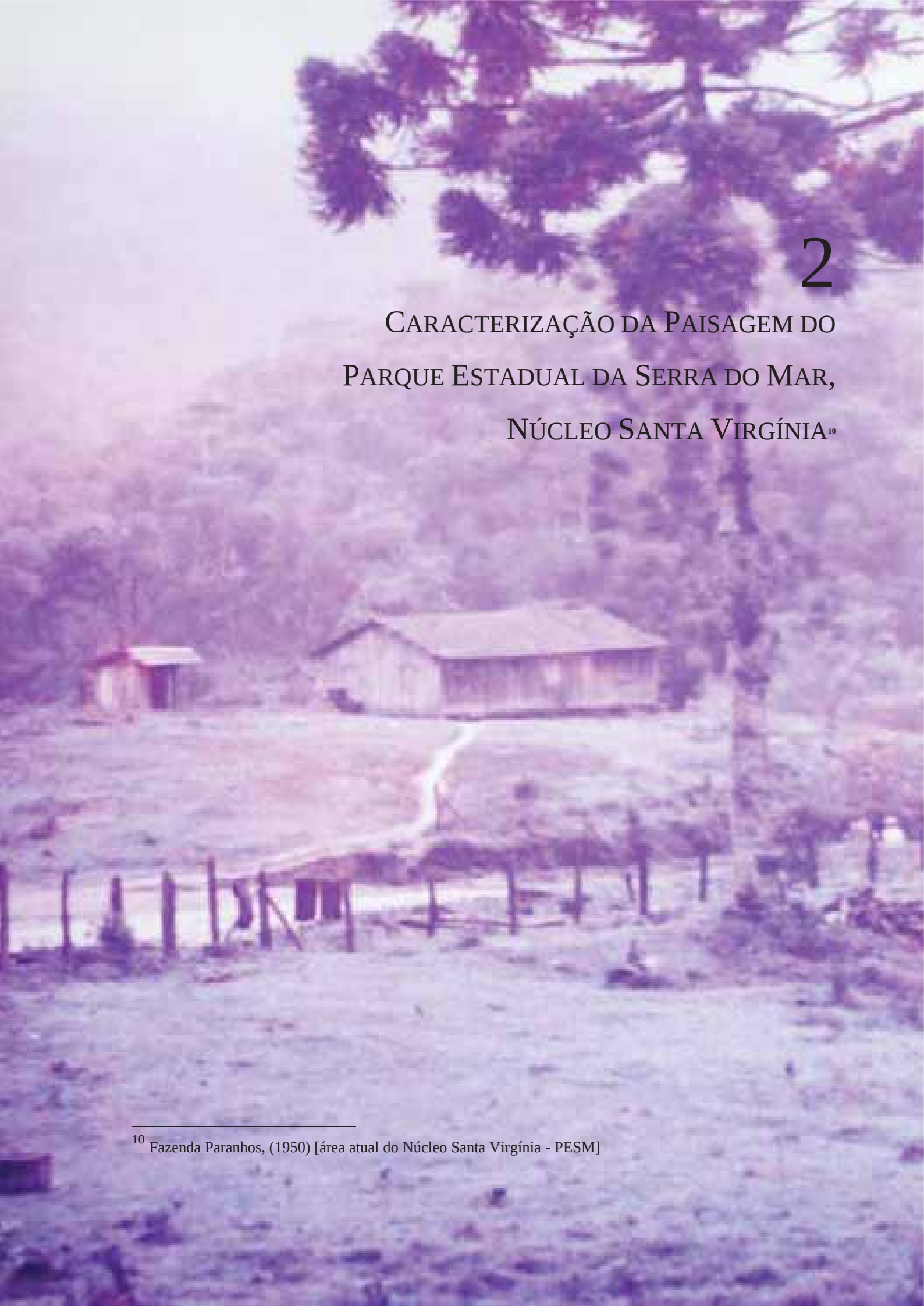
FIGURA 1.3 – Diagrama conceitual da tese.



Fonte: Org. por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

A paisagem global ou total é constituída pelos aspectos objetivos e subjetivos, tangíveis e intangíveis, que levaram à transformação da paisagem da área estudada, hoje, uma Unidade de Conservação. Por meio da análise integrada desta paisagem foram consideradas as dimensões paisagísticas natural e construída, possibilitando avaliar como ocorrem as interações entre sociedade e meio ambiente em seus diversos aspectos, não só a vegetação, o céu de inverno ou a face local e familiar da terra, mas também as emoções e relações afetivas compõem a paisagem entendida como um conjunto, uma tendência, uma vivência. Uma inter-relação, uma "sensação" unindo todos os elementos (DARDEL, 1952, p. 41). As relações do homem com o espaço não constituem “um feixe de dados imanentes ou inatos; combinam-se numa experiência vivida que, de acordo com as idades da vida, se forma, se estrutura e se desfaz”. (FRÉMONT, 1980, p.23).

A partir destes pressupostos construiu-se a discussão acerca das visões sobre a paisagem do Núcleo Santa Virgínia procurando retratar a dinâmica dos olhares dos conselheiros do conselho consultivo desta Unidade de Conservação.



2

CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA¹⁰

¹⁰ Fazenda Paranhos, (1950) [área atual do Núcleo Santa Virgínia - PESM]

2.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO PESQUISADA

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza: mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro: atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SÁBER, 2007, p. 9)

A região do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) estudada configura-se em um Patrimônio Coletivo, que herdamos, e traz à memória tanto os processos físicos como os culturais ali vivenciados. No Planalto Atlântico encontram-se a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, cujas “poderosas escarpaduras retilíneas”, entre 500 e 2.000 metros de altitude, estendem-se desde o norte do Estado de Santa Catarina até o norte do Estado do Rio de Janeiro (MONBEIG, 1975, p. 25). É nessa região, caracterizada neste capítulo, que a presente pesquisa se realizou.

Ao relatar a história natural do Planalto Paulista, e retornando aos “últimos soerguimentos no Terciário e no início do Neogêneo, com o aparecimento dos Andes que fez surgir o Pantanal do Paraguai” (1975, p. 30), vemos, nesse período, dinâmicas tectônicas que levaram a mudanças topográficas e rearranjos da drenagem nestas falhas e zonas de cisalhamento, bem como de outros soerguimentos determinando o desenho das Serras acima do Vale do Paraíba e do Litoral Norte e reorganizando sua rede hidrográfica, encontradas ainda na atualidade. Como evidencia Ab'Sáber (2007, p.9-10): “[...] os primeiros agrupamentos humanos assistiram às variações climáticas e ecológicas desse flutuante *universo* paisagístico e hidrológico dos tempos quaternários e foram profundamente influenciados por elas”.

A paisagem dessa região sofreu um “complexo sistema de reentalhamento de seus sopés até o advento das flutuações climáticas do quaternário”, houve a variação do nível geral dos mares, mas, mesmo assim, as Florestas Atlânticas sobreviveram em áreas de refúgio, tornando-se um “banco genético da natureza” suportando as condições semiáridas subtropicais instauradas naquele tempo (AB'SÁBER, 1986, p. 13). Outros autores, como Ross (1995) e Dean (1996), também, relatam como surgiu a Mata Atlântica e expõem a teoria dos refúgios de florestas apontados no trabalho de Ab'Sáber. (1986).

A retomada do clima tropical se deu há 13.000 anos, criando as grandes matas Atlânticas. Esse processo de retropicalização ocorreu por uma cadeia de fatos integrados: o “aumento universal das temperaturas médias” determinou dois terços da fusão de gelo nos polos e cordilheiras; o “nível do mar subiu rapidamente e a corrente fria refluíu para a costa argentina”, momento em que a corrente Sul brasileira ocupou o seu espaço atual. O clima quente e úmido com nevoeiros, os rios perenes e a vegetação florestal densa expandiram-se na direção do Planalto Atlântico “para os sopés e esporões da Serra do Mar”. (AB’SÁBER, 1986, p. 13-4).

Os subestoques de Mata Atlântica permaneceram nas serras e nos maciços regionais, enquanto uma ponte de araucárias, através dos reversos mais abrigados da Serra do Mar, estabeleceu-se entre a área nuclear das araucárias e o refúgio de pinhais, ainda hoje existente nos altos da Mantiqueira. (AB’SÁBER, 1986, p.14)

Ross (1995, p. 58) define o modelo dominante desse Planalto como “morros em formato de topos convexos, por drenagem em grande número de canais e por vales profundos”, onde as Serras do Mar e da Mantiqueira constituem-se em escarpas altas com fossas tectônicas, como as do vale do Paraíba do Sul, em razão das falhas mais recentes e das extensas intrusões. Argumenta, também, que há grande complexidade litológica e estrutural, prevalecendo rochas metamórficas de diferentes tipos e idades. Ab’Sáber (2007, p.13) denomina esta paisagem “domínio paisagístico e macroecológico *mares de morros* florestados”. (Figura 2.1).

FIGURA 2.1 – Vista panorâmica da paisagem de “mares de morros” do município de São Luiz do Paraitinga.



Autor: Nilson Alves da Silva, (jul., 2006).

Esta região tem clima úmido, denominado clima tropical de altitude, com temperatura variando entre 18°C e 20°C, e de 1.300 a 1.600 mm de precipitações anuais; suas costas estão expostas à massa tropical atlântica, controlada pela ação da massa tropical marítima. No verão, encontra-se a maior concentração de chuvas dinamizada pela frente polar Atlântica, ocasionando, frequentemente, enchentes e deslizamentos. No topo da Serra do Mar encontram-se umas das maiores médias de precipitações do país. (ROSS, 1995).

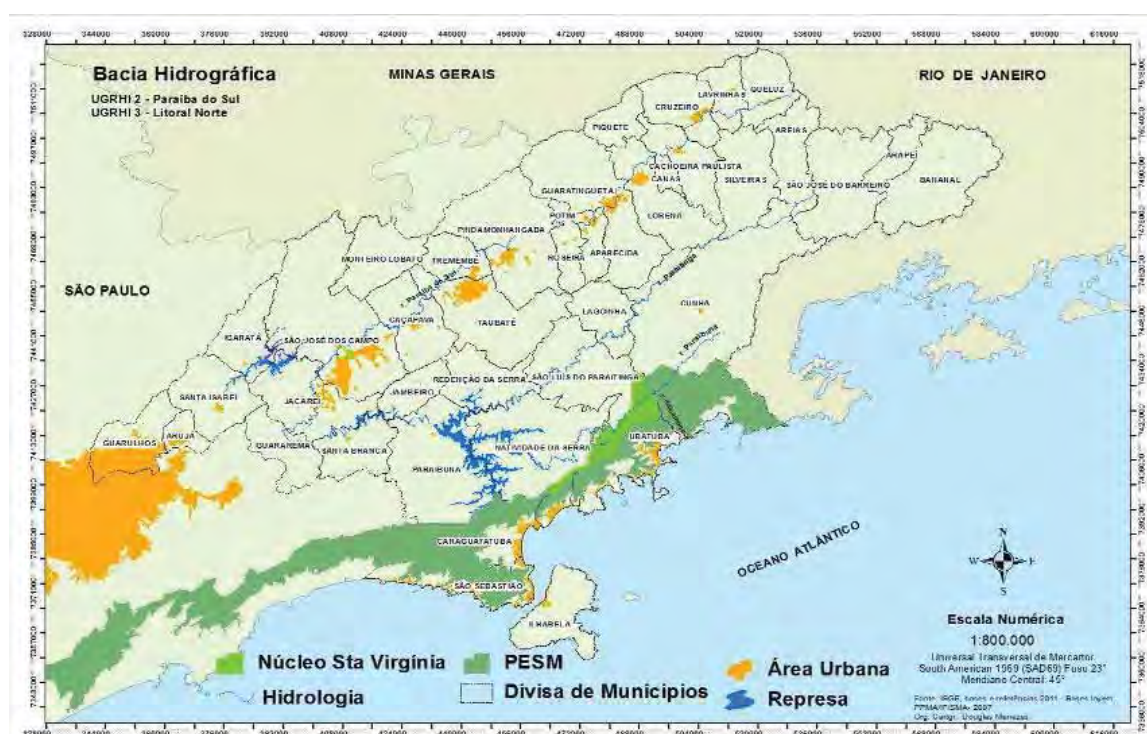
A paisagem estudada insere-se na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos: UGRHI 2, Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul no Estado de São Paulo, situada na margem Atlântica do Brasil, na macrounidade geomorfológica do Planalto Atlântico Paulista, entre a costa e o Vale do Paraíba, e se apresenta ligado geneticamente ao Litoral Norte do Estado. (SÃO PAULO, 2006). (Figura 2.2).

O rio Paraíba do Sul, que dá nome à bacia da região, é formado pelos rios Paraibuna e Paraitinga, a partir da represa de Paraibuna/Paraitinga – composta pelos municípios de Redenção da Serra, Natividade da Serra e Paraibuna – e pela represa Santa Branca – composta pelos municípios de Jambeiro e Santa Branca.

Toda a bacia do rio Paraíba do Sul é regida pelo Comitê Interestadual de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul, que decide sobre o uso da água na região, compreendendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com 184 municípios e mais de 6 milhões de pessoas envolvidas. (BRASIL, 2011).

A bacia do rio Paraíba do Sul possui área de drenagem com cerca de 55.500 km², compreendida entre os paralelos 20°26' e 23°00' e os meridianos 41°00' e 46°30' a oeste de Greenwich. A bacia estende-se pelos estados de São Paulo (13.900 km²), do Rio de Janeiro (20.900 km²) e Minas Gerais (20.700 km²). É limitada ao Norte pelas bacias dos rios Grandes e Doces e pelas serras da Mantiqueira, Caparaó e Santo Eduardo. A Nordeste, a bacia do rio Itabapoana estabelece o limite da bacia. Ao Sul, o limite é formado pela Serra dos Órgãos e pelos trechos paulista e fluminense da Serra do Mar. A Oeste, pela bacia do rio Tietê, da qual é separada por meio de diversas ramificações dos maciços da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira. (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2006, p. 3)

FIGURA 2.2 – Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, destacando-se as UGRHIs 2 e 3, abrangendo a área do PESM – Núcleo Sta. Virginia.



Fonte: IBGE, bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007. Org. por Douglas Meneses, (2011).

O rio Paraíba do Sul: UGRHI 2 passa pelo rebaixamento *Graben* Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo, onde são encontrados adensamentos populacionais, como os dos municípios de: Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Tremembé, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, com uma área aproximada de 14 mil km², entre dois milhões de pessoas, abrangendo no total 34 municípios. (SÃO PAULO, 2011b). (Figura 2.2).

A área polo do desenvolvimento da bacia é composta pelo Aglomerado Urbano de São José dos Campos, parte integrante da Macrometrópole Paulista, formado por 10 municípios (Aparecida, Caçapava, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, Potim, Roseira, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé). (SÃO PAULO, 2011b, p. 13).

Uma forte característica da bacia do Litoral Norte na UGRHI 3 é a sua cobertura vegetal nativa, com aproximadamente 70% de sua área em Unidades de Conservação; como exemplo de configuração das bacias do Litoral Norte, tem-se a do rio Itamambuca, que nasce na vertente da Serra na área do Núcleo Santa Virgínia e Cunha. (Figura 2.2).

A bacia do rio Paraíba do Sul, porção do Estado de São Paulo, constitui-se como grande produtor dos serviços ambientais para os três estados — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais — regidos pelo Comitê Interestadual; o rio Paraibuna (Figura 2.3) nasce dentro do município de Cunha, com vários afluentes nos Núcleos Cunha e Santa Virgínia; o rio Paraitinga, também, nasce em uma área protegida, com a maioria de seus afluentes na APA Silveiras em São Paulo; ambos abastecem a bacia que drena esses estados caracterizados pela intensa produção industrial e populacional. (SÃO PAULO, 2011b).

FIGURA 2.3 – Rio Paraibuna, detalhe da Cachoeira do Itapavão no Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (jan, 1980).

A região da Serra do Mar possui a maior extensão de Florestas Atlânticas remanescentes, com destaque para o Estado de São Paulo, onde mais de 700.000 ha se encontram em Unidades de Proteção Integral — uma única área, o Parque Estadual da Serra do Mar, possui 315.000 ha. (SCARAMUZZA et al., 2011).

A Mata Atlântica no vale do Paraíba e na Serra do Mar é composta por florestas Ombrófila Mista, Ombrófila Densa e Estacional Semidecidual, que interagem de maneira complexa em gradientes de altitude e latitude, ao longo do Planalto e litoral brasileiro (SCARAMUZZA et al., 2011). (Figura 2.4).

FIGURA 2.4 – Aspectos do dossel da Mata Atlântica, PESM.



Foto: da Autora, (março, 2010).

O nome dado à Mata Atlântica, formada por esse complexo florestal atlântico, foi cunhado pelos Portugueses, na época do Descobrimento e abrange diversos biomas florestais bastante heterogêneos. (ROSS, 1995).

A seguir, demonstram-se as tipologias e características florestais, citadas anteriormente e pormenorizadas no Quadro 2.1. As definições das tipologias foram compiladas para ilustração do mapa das ‘Fitofisionomias – UGRHI 2 Paraíba do Sul’ (Figura 2.5) utilizando-se as informações do Inventário Florestal do Instituto Florestal, utilizando o sistema oficial de classificação da vegetação brasileira denominada Legenda IBGE. (SÃO PAULO, 2005).

QUADRO 2.1 – Fitofisionomias da UGRHI 2

TIPOLOGIA	CARACTERIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
• Formações Arbórea/Arbustiva: Herbácea em Regiões de Várzea	Caracterizada por formação ribeirinha ocorrendo ao longo dos cursos d’água, apresentando um dossel emergente uniforme e estrato dominado e submata com bromélias e orquídeas.	Ao norte da UGRHI 2 e a oeste da Serra da Mantiqueira
• Floresta Ombrófila Densa: ✓ Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas: 0 a 50 metros; ✓ Floresta Ombrófila Densa Submontana: 50 a 500 metros; ✓ Floresta Ombrófila Densa Montana: 500 a 1500 metros, ✓ Floresta Ombrófila Densa Alto:Montana:> 1500 metros.	Vegetação característica de regiões tropicais com temperaturas elevadas (média 25°C) e com alta precipitação pluviométrica bem distribuída durante o ano (de 0 a 60 dias secos), sem período biologicamente seco.	Na Serra do Mar a leste da crista. Na UGRHI 2 na Serra do Mar a oeste da crista. Na Serra da Mantiqueira a oeste da Crista e ao norte em direção ao Estado do Rio de Janeiro.
• Vegetação Secundária da Floresta Ombrófila Densa (Capoeira) ✓ Vegetação Secundária de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas: 0 a 50 metros; ✓ Vegetação Secundária de Floresta Ombrófila Densa Submontana: 50 a 500 metros; ✓ Vegetação Secundária de Floresta Ombrófila Densa Montana: 500 a 1500 metros, ✓ Vegetação Secundária de Floresta Ombrófila Densa Alto:Montana: > 1500 metros.	Vegetação secundária que sucede à derrubada das florestas, constituída principalmente por indivíduos lenhosos de segundo crescimento, na maioria, da floresta anterior e por espécies espontâneas que invadem as áreas devastadas, apresentando porte desde arbustivo até arbóreo, porém, com árvores finas e compactamente dispostas.	UGRHI 2 nas regiões de ocupação humana.
• Floresta Ombrófila Mista	Floresta de araucária ou pinheiral.	Serra da Mantiqueira e na Serra do Mar UGRHI 2
• Floresta Estacional Semidecidual	Dupla estacionalidade climática: uma tropical com período de intensas chuvas de verão, seguidas por estiagens acentuadas; outra subtropical sem período seco, e com seca fisiológica provocada pelo inverno, com temperaturas médias inferiores a 15°C.	Serra da Mantiqueira e na Serra do Mar UGRHI 2
• Savana	As diferentes fitofisionomias classificadas regionalmente como cerrado, cerradão, campo cerrado e campo, foram assim identificadas: Savana: cerrado; Savana Florestada: cerradão; Savana Arborizada: campo cerrado, e Savana Gramíneo-Lenhosa: campo.	Ao norte da UGRHI 2 e a oeste da Serra da Mantiqueira

Fonte: *Inventário Florestal* do Instituto Florestal (SÃO PAULO, 2005, p. 17, 61, 63).

Os adensamentos de Floresta Ombrófila Densa, ainda existentes na UGRHI 2, encontram-se na parte oeste da crista da Serra do Mar na área do Parque Estadual da Serra do Mar. A área mais florestada das duas bacias está dentro desta Unidade de Conservação na bacia Litoral Norte. Na área do *Graben* Rio Paraíba do Sul encontra-se a região com menor cobertura vegetal, devido à ocupação humana intensa com vocação industrial. Os municípios de Silveiras, São José do Barreiro, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra e Paraibuna, ainda, comportam remanescentes de florestas significativos que são, essencialmente, importantes para a qualidade e abastecimento de água das represas, que servem à bacia do Rio Paraíba do Sul. (Figura 2.5).

FIGURA 2.5 – Mapa da Fitofisionomias – UGRHI 2 Paraíba do Sul com destaque ao Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: IBGE, bases e referências 2011, SMA/CRH, 2008, Inventário Florestal do Estado de São Paulo, SMA/IF, 2010. Org. por Douglas Meneses, (2011).

Tanto a bacia do Paraíba do Sul quanto a bacia do Litoral Norte nascem em áreas de remanescentes florestais a oeste e a leste das escarpas do mar. A Mata Atlântica tem uma importância ecológica ímpar para essas regiões, as suas reservas de florestas nos vários gradientes, desde o mar até o planalto, são biodiversas, dotadas de diferentes biotas com paisagens e padrões especiais de ecossistemas, ao mesmo tempo em que diversa, muito suscetível à interferência antrópica. (AB' SÁBER, 2007).

A importância da Mata Atlântica se evidencia, também, na preocupação governamental com a sua proteção desde a colonização:

- O Regimento do Pau-Brasil editado em 1605, considerado uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira, que estabelecia rígidos limites à prática de exploração do Pau-Brasil na Colônia.
- A Carta Régia de 13 de março de 1797 visava a coibir o corte não autorizado pela coroa de determinadas espécies de árvores.
- A Constituição de 1934 considera as áreas protegidas como patrimônio nacional admirável a ser preservado entrando na agenda governamental republicana como parte do projeto nacional de desenvolvimento (BUSSOLOTTI; GUIMARÃES; ROBIM, 2008).

Em âmbito nacional, no século XX, várias ações de proteção da Mata Atlântica foram legisladas pela Federação e pelo Estado de São Paulo:

- A Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965) que institui o Código Florestal, alterada pela Lei Federal nº 7.875 de 13 de novembro de 1989 (BRASIL, 1989).
- Em 30 de agosto de 1977, foi criado o Parque Estadual da Serra do Mar pelo Decreto nº 10.251 com a finalidade “de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais, bem como para garantir sua utilização a objetivos educacionais, recreativos e científicos” (SÃO PAULO, 1977).
- A Secretaria de Estado da Cultura/CONDEPHAAT com a Resolução SC nº 40 de 06 de junho de 1985 tomba a área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo, com seus Parques, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental, além dos esporões, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas (SÃO PAULO, 1985).
- A região de Mata Atlântica tornou-se uma Reserva da Biosfera cujo reconhecimento pela UNESCO ocorreu em seis fases de 1992 a 2008. Foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. Hoje, a cobertura da Reserva é de 57% do bioma Mata Atlântica em áreas terrestres e marinhas. As reservas da biosfera foram oficializadas como Áreas Protegidas especiais no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000) e também regulamentadas pelo decreto 4.340 em 2002 (BRASIL, 2002; LINO, DIAS; ALBUQUERQUE, 2009).

Segundo Dean (1996, p. 31), o que resta da Mata Atlântica já “sofreu algum grau de intervenção – derrubada seletiva, extrativismo ou poluição do ar”, embora o que reste de floresta gere dúvida em relação à possibilidade de ser ou não restaurada, ainda assim, mantém características de sua imensa complexidade. Herdamos essas “paisagens e ecologias” e somos responsáveis por elas, “do mais alto escalão governamental ao mais simples cidadão”, como bem diz Ab’Sáber (2007, p. 13). São heranças de um processo natural de milhares de anos e da coletividade humana na interação, transformação e criação dessa paisagem.

1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO ESTUDADA

A singularidade das paisagens e ecologias do Planalto Atlântico Paulista e da Serra do Mar, do ponto de vista ambiental, determinou os seus usos durante séculos de ocupação. A floresta diversa, rica e densa foi manejada anteriormente à chegada dos europeus ao Continente. As primeiras ocupações humanas dessa região de Mata Atlântica são datadas de, aproximadamente, oito mil anos, e a exploração da floresta ocorria por povos pré-agrícolas, predominando a caça, coleta, mas utilizando o fogo como ferramenta de seu manejo aos moldes encontrados até os nossos dias. Exemplos desse manejo são comentados por autores como Dean (1996) e Soffiatti (1997).

Uma hipótese trazida por Dean (1996) sugere que o fenômeno ‘capão do mato’ e as áreas de araucárias encontradas, até hoje, esparsas pelo Planalto Paulista entre a Serra da Mantiqueira (Figura 2.6) e a Serra do Mar “ocorrem desde eras remotas de ocupação humana provavelmente pela resistência das araucárias ao manejo com fogo” (1996, p. 43) compondo a paisagem dos núcleos Santa Virgínia e Cunha bem como as áreas protegidas da Serra da Bocaina.

Iniciado na passagem dos tempos da coleta de produtos vegetais para a de agricultura, por esses povos, o plantio de araucária para posterior colheita dos pinhões e o plantio em pequenas áreas manejadas de outros vegetais podem ter determinado a paisagem de ‘capões do mato’ como prática ancestral relatada por cientistas europeus no século XVIII e XIX (DEAN, 1996) e no que restam de áreas de floresta manejada nas regiões rurais no entorno do Núcleo Santa Virgínia e Núcleo Cunha.

Os viajantes do século XIX como Rugendas, (Figura 2.6) vindos da Europa para estudar as terras e os povos do Novo Mundo, retratavam com detalhes de tons e formas a diversidade e exuberância das matas visitadas que aparentemente crescia sem manejo humano.

FIGURA 2.6 – *Mantiqueira*, tela de Johann Moritz Rugendas (1802-1858).



Fonte: Acervo Biblioteca Universitária de Augsburg. Imagem de Domínio Público (2011).

Soffiatti (1997), em seu ensaio sobre a “*Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro*”, acredita que apesar da numerosa população nativa nessas terras, estas não foram capazes de “suprimir ou alterar radicalmente a cobertura vegetal nativa e de destruir os demais recursos ambientais da Mata Atlântica” (p. 322). Justifica esta afirmação demonstrando a diferença entre os modos de vida dos povos ameríndios que, baseados em uma economia de subsistência no manejo da floresta, abriam apenas clareiras no seu interior; e os dos europeus cuja visão mercadológica de seu manejo removeu florestas inteiras.

Nesse mesmo ensaio, Soffiatti (1997, p. 321) justifica como o modo de vida dessas populações interagiu com a sustentabilidade ambiental do Rio de Janeiro, especificamente, mas que se pode expandir para a região estudada, a partir do elenco de argumentações de Drummond (1977, apud SOFFIATTI, 1997): a economia de subsistência; a agricultura incipiente; o desconhecimento de animais de pasto domesticados; o uso de tecnologia rudimentar e pouco eficaz na transformação do ambiente; e o modo como a natureza era representada no sagrado, não modificaram a dinâmica da floresta e seu meio significativamente.

A prática da extração de frutos, a caça e a agricultura (do milho, da mandioca, do feijão, do inhame, da abóbora, do abacaxi e do amendoim), por exemplo, já faziam parte do cardápio dos primeiros grupos agricultores do Brasil, como os Tupi (CANDIDO, 1979). O manejo da Mata Atlântica ao mesmo tempo em que introduziu plantas silvestres do interior do Planalto para a costa, com a prática de derrubadas e queimadas, disseminou áreas de capoeira por toda a Mata que se recuperavam em florestas secundárias. (DEAN, 1996).

A segunda invasão da Mata Atlântica por leva de humanos foi a dos portugueses que encontraram na costa da Serra do Mar e no Planalto Paulista a vivência dos povos Tupi com a floresta (DEAN, 1996). A vida quase tribal dos primeiros portugueses se justificava pela proximidade com os Tupis nas relações mercantis, a exemplo do pau brasil. (RIBEIRO, 1995).

A não ser nos centros urbanos do litoral e alguns pontos marcados por vilas nos circuitos para escoamento da exploração da terra, a população da Mata Atlântica era composta por indígenas que viviam dentro desta floresta densa: caçando e cultivando o seu sustento numa floresta primitiva e misteriosa para os viajantes. Eram homens sem ‘roupas’, sem pudores, vivendo em ambientes simples e precários aos olhos dos europeus. (Figura 2.7).

A língua que se falava era a língua geral ou língua franca, aquela nascida do contato entre os índios Tupi, os portugueses e os descendentes da miscigenação dos dois povos, e era falada pela maioria da população do Brasil no início da colonização, chegando até nossos dias nos nomes dos rios, dos morros, dos animais e das plantas da Mata Atlântica (RIBEIRO, 1995; DEAN, 1996; PRADO JUNIOR, 1999; GUIMARAES, 2005).

FIGURA 2.7 – *Índios*, tela de Johann Moritz Rugendas (1802 – 1858).



Fonte: Acervo Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Imagem de Domínio Público (2011).

“O bandeirismo”, assim chamado essa fase da colonização por Antonio Candido (1979), pode ser entendido como “um processo de invasão ecológica” determinada pelos processos de adaptação ao meio e pela forma de socialização com os nativos numa “economia seminômade”. (p. 36).

Para Dean (1996), existia para os portugueses, duas Colônias, uma de exploração e outra de assentamento, estabelecendo, então, uma relação de “escambo aleatório” entre os nativos que estavam dispostos a “saquear suas florestas em busca de estoques comercializáveis” de recursos naturais e um bando de comerciantes de “objetos exóticos colecionáveis” da floresta. (1996, p. 71).

Debret, em sua obra ‘Floresta Virgem nas Margens do rio Paraíba do Sul’ retrata a vivência do bandeirismo mostrando os homens em uma trilha de troncos de árvores gigantes das florestas tropicais. Um cenário de nevoeiro caracteriza a umidade da Mata Atlântica com montanhas ao fundo e flores tropicais em primeiro plano. (Figura, 2.8).

FIGURA 2.8 – Floresta *Virgem nas Margens do rio Paraíba do Sul*, de Jean Baptiste Debret (1834 – 1839).



Fonte: Acervo New York Public Library - Digital Gallery. Imagem de Domínio Público (2011).

A troca ocorrida nos anos de Colônia foi um fenômeno ecológico de “dispersão de plantas e animais” (DEAN, 1996, p. 71) que pode ser exemplificada pela incorporação da couve e da chicória na dieta do caipira bem como da vaca, do porco, do trigo, do arroz, da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café. (CANDIDO, 1979). O exemplo mais drástico desse fenômeno, ou invasão ecológica, foi a disseminação de doenças dos colonizadores entre os nativos.

A combinação entre os traços culturais indígenas e portugueses, durante o povoamento da encosta da Serra do Mar e do Planalto Paulista, demonstra a vivência desse fenômeno ecológico, também, do ponto de vista cultural. Utilizavam técnicas de lavoura de coivara; plantavam mandioca, milho, feijão e demais tubérculos; praticavam a caça, a pesca e a coleta de frutos silvestres, mas cozinhavam miscigenando as peças domésticas, os modos de preparar os alimentos e o modo de viver dos portugueses; todos andavam descalços ou com chinelas ou alpercatas, as roupas e redes eram confeccionadas com técnicas dos teares europeus, eram de algodão embora simples e sem luxo; “do sal do toucinho de porco na culinária mais fina, guloseima era rapadura e luxo pinga”, seus povoados “eram arraiais de casebres de taipa ou adobe coberto de palha” (RIBEIRO, 1995, p. 364), como o dos nativos. (CANDIDO, 1979; DEAN, 1996).

Apesar de todo o processo de adaptação dos colonizadores à cultura dos nativos e seus modos de se relacionar com a floresta, seu intuito não era conservá-la, mas, sim, explorá-la obtendo o máximo de seus recursos. Muitos dos exploradores vagavam em bandos pelo Planalto como homens de guerra, era uma “sociedade estratificada em classes antagônicas e bipartida em componentes rurícolas e citadinos”. (RIBEIRO, 1995, p. 372; DEAN, 1996).

O início do devastamento da Mata Atlântica e os primeiros núcleos citadinos do Planalto Paulista e da costa da Serra do Mar estão relacionados à política portuguesa de concessão de terras e ocupação de territórios; à busca de jazidas de minerais preciosos; ao processo de incorporação de escravos africanos que substituíam o pareamento de índios; e ao estabelecimento de ligações com a região do Vale do Paraíba do Sul; com o Litoral Norte de São Paulo; e com a costa fluminense, para exportação dos recursos adquiridos na Colônia. (MÜLLER, 1969; DEAN, 1996).

A derrubada da floresta retratada por Rugendas se deu durante 200 anos, abrindo-se clareiras para o plantio de bens que eram consumidos na subsistência e levados para a Europa. (Figura 2.9). Se a imagem do mesmo Rugendas na Figura (2.6), *Mantiqueira*, demonstra a densidade e exuberância da floresta, na figura (2.9), *Derrubada de uma floresta*, ela já está ‘dominada’ e com grandes bolsões de terra exposta.

FIGURA 2.9 – *Derrubada de uma floresta*, tela de Johann Moritz Rugendas, 1820.



Fonte: Acervo Centro de Documentação D. João VI, Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Imagem de Domínio Público (2011).

O Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do governo português entre 1750 e 1777, orientou “a forma de Portugal consolidar seu domínio no Brasil quer do ponto de vista econômico, quer de defesa” (BELLOTTO, 2007, p. 59). Assentava-se na ação conjunta de seus comandados Morgado de Mateus no Estado de São Paulo, do Vice-Rei no Rio de Janeiro e do governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva; baseava-se na conquista dos sertões, na mudança da capital para o novo eixo econômico no centro e sudeste do país e a “defesa contra o espanhol e o índio jesuitizado”. (p.63).

De acordo com Prado Junior (1999, p. 94): “A legislação Pombalina impôs a língua portuguesa em lugar da língua franca, fomentou o emprego assalariado, os casamentos mistos e retirou o domínio político dos jesuítas reduzindo-os ao seu poder clerical”.

Bellotto (2007, p.171) afirma que o esforço de Morgado de Mateus em povoar não teria encontrado “eco em forma de ação concreta por parte dos paulistas e sem o pleno apoio da Coroa”. Entre os eixos de povoamento privilegiados pelo Morgado de Mateus, está o da estrada de São Paulo – Rio de Janeiro, pelo Vale do Paraíba, onde foram criados núcleos de futuras cidades, entre elas São Luiz do Paraitinga.

Na mesma linha de ação do Marquês de Pombal, trazendo uma visão administrativa e militar, Morgado de Mateus teve como objetivos de seu governo: acrescentar povoações; estender os domínios da Capitania; fertilizar os campos com a agricultura; estabelecer fábricas; idear novos caminhos; penetrar sertões desconhecidos; descobrir ouro em suas minas; fortificar suas praças; armar o exército fazendo observar as leis e a justiça de Portugal. Estas atitudes podem ser resumidas em: exploração territorial; povoamento e urbanização; fomento econômico; fortalecimento militar e organização burocrático-administrativa. (MONBEIG, 1984; DEAN, 1996; BELLOTTO, 2007).

Müller (1969) observa que, no final do século XVII, a descoberta de ouro em Cataguás repercutiu favoravelmente na ocupação do Vale do Paraíba, que se tornaria a principal área de abastecimento de Minas. Também na extração das pedras preciosas e do ouro, a organização da economia não se diferenciava da colonial, agora não como dono de terra, mas explorador de numerosa mão de obra.

A pintura de Debret ‘Trobeiros Pobres de São Paulo’ caracteriza o tropeiro com vestimentas surradas, descalço, chapéu roto e carregando peso. A figura do negro aparece submissa ao branco representando o capataz. Ao fundo estão os cavalos e mulas já selados prontos para a próxima viagem. (Figura 2.10).

FIGURA 2.10 – *Tropeiros Pobres de São Paulo*, tela de Jean-Baptiste Debret, 1823.



Fonte: Acervo Museus Castro Maya: IPHAN/MinC. – Rio de Janeiro, 2011. Imagem de Domínio Público (2011).

As características fundamentais da economia colonial: a grande propriedade associada à exploração; a monocultura e o trabalho escravo se conjugando na exploração rural, em uma mesma unidade produtora, com grande número de indivíduos, também, se assemelham com a exploração de muitos indivíduos na mineração: voltada para o exterior; fornecedora do comércio internacional; com uma concentração extrema da riqueza; com 30% de escravos e mais outra porcentagem avultada de indivíduos desprovidos inteiramente de quaisquer bens, vegetando num nível de vida material ínfima, reproduzia o modo de colonizar dos portugueses tanto na exploração agrícola como na extração dos minérios (Figura 2.11). O trabalho individual nas Minas só aconteceu na decadência da mineração. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 123-24).

FIGURA 2.11 – *Lavagem dos diamantes em Curralinho, Minas Gerais* de E. Meyer.¹¹



Fonte: Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, São Paulo, Imagem de Domínio Público (2011).

No século XVIII a região do Planalto Paulista e da Serra do Mar já estava toda colonizada, a Carta Corográfica da Capitania de São Paulo de 1766¹² demonstra a espacialização dos rios navegáveis pelo Planalto com a identificação dos rios Paraíba do Sul, Paraitinga e Paraibuna no detalhe (Figura 2.12).

FIGURA 2.12 – Detalhe da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo de 1766.



Fonte: Acervo do historiador Waldir Rueda. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e Exército Brasileiro, São Paulo/SP, março/2003.

¹¹Curralinho é um povoado perto de Diamantina; imagem mostra escravos garimpeiros. Litografias de Spix e Martius, desaparecidas da Biblioteca Mário de Andrade.

¹²Imagem de *Leituras Cartográficas Históricas e Contemporâneas*, ed. conjunta Brasil Connects Cultura & Ecologia, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e Exército Brasileiro, São Paulo/SP, março/2003 (acervo do historiador Waldir Rueda).

Os primeiros povoadores paulistas em Minas Gerais levantavam e abandonavam continuamente as suas rancharias e, à medida que as lavras de ouro eram descobertas e se esgotavam, eram trocadas por outras. Do mesmo modo que lavravam suas lavouras como atividade predadora em seus métodos e concepções, lavraram o ouro de Minas e depois o de Goiás. (RIBEIRO, 1995; DEAN, 1996).

A localização das casas na beira dos rios ao longo dos vales, em conjuntos de habitações esparsas com relações entre si nos bairros rurais, era uma característica da organização rural. Nesses bairros rurais sempre tinha o lugar dos pousos, alguns dos pousos se estabilizaram e tornaram-se arraiais e vilas capazes de prover as mercadorias para subsistência (Figura 2.13), as necessidades religiosas e de justiça, constituindo o que viria a ser uma vasta rede urbana de Minas até o Planalto Paulista descendo a Serra do Mar. (PETRONE, 1959; QUEIROZ, 1973; MONBEIG, 1984; RIBEIRO, 1995). (Figura 2.14).

Um novo modo de vida se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos ancilares de produção artesanal e de mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. A antiga área de correrias dos paulistas velhos na preia de índios e na busca de ouro se transforma numa vasta região de cultura caipira, ocupada por uma população dispersa e desarticulada (...) a paulistania se feudaliza abandonada ao desleixo da existência caipira. (RIBEIRO, 1995, p. 383)

FIGURA 2.13 – *Tropeiros*, tela de Benedito Calixto, 1853 - 1927.



Fonte: Pinacoteca Benedito Calixto, Santos, São Paulo. Imagem de Domínio Público (2011).

2.2.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO

A seguir, expõe-se uma cronologia da ocupação do Planalto Paulista nos séculos XVII e XVIII, estabelecendo um histórico das criações das vilas e freguesias desde os primeiros povoamentos à corrida para o ouro (Quadro 2.2).

QUADRO 2.2 – Cronologia da ocupação do vale do Paraíba entre os séculos XVII e XVIII

DATAS	CARACTERIZAÇÃO/ LOCALIZAÇÃO
Século XVII	O município de São Paulo no século XVII era um entreposto mercantil mundial e contrastava flagrantemente com as organizações tribais das aldeias agrícolas indiferenciadas (RIBEIRO, 1995).
1642	Forma-se a Aldeia jesuítica de São José, em terras doadas originando São José dos Campos (MÜLLER, 1969).
1645	Jaques Felix funda São Francisco das Chagas de Taubaté (tau-baté = aldeia verdadeira, casa do chefe), que se tornou ponto irradiador do povoamento de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Tremembé (MÜLLER, 1969).
1652	Foram criadas Jacareí, Nossa Senhora da Escada, aldeamento indígena dos capuchinhos, organizada pelo Capitão – Mór de Mogi das Cruzes, hoje Guararema, núcleos ligados pelo rio Paraíba do Sul seriam parte da rota de entrada do Médio Paraíba. A ocupação do século XVII se limitava ao vale médio superior do Paraíba com três vilas: Taubaté, Jacareí e Guaratinguetá. Como exemplo das origens das vilas: dois destes povoados ligados hoje a patrimônios religiosos, Pindamonhangaba e Taubaté e dois antigos aldeamentos indígenas, Escada e São José dos Campos (MÜLLER, 1969).
Final do século XVII	Ocorreu a descoberta de ouro em Cataguás abrindo o Vale do Paraíba à ocupação, pois se tratava de áreas contíguas tornando-se a principal área de abastecimento de Minas crescendo economicamente até a segunda metade do XVIII. A vida do Vale se tornou condicionada às vias de circulação. O curso médio do Rio Paraíba do Sul ganha importância por ser <i>corredor</i> para Minas e para o Litoral, circulação esta facilitada pela abertura de vias transversais (seguiram os caminhos indígenas) ao Caminho Geral, no médio Vale, que abririam possibilidades de ocupação de novas áreas (MÜLLER, 1969). E havia 03 ligações importantes com o litoral que passavam pelo Vale do Paraíba: 1) São Sebastião – Jacareí 2) Ubatuba – Taubaté (Via Paraitinga) 3) Parati – Guaratinguetá (Via Facão) (DERNTL, 2010)
1688	A expansão paulista se dá no vale do Paraíba do interior em direção ao leste ao longo do caminho por núcleos importantes como Taubaté. A região de São Luiz do Paraitinga foi sulcada por um destes caminhos, cujo traçado se torna possível reconstituir grosseiramente que de Taubaté no vale do Paraíba levava a Ubatuba no litoral o ouro oriundo de Minas Gerais, cunhado em Taubaté na <i>Casa de fundição do Ouro de Minas Gerais</i> descia para Ubatuba e embarcava para Portugal. As primeiras sesmarias concedidas nesta paragem foram em 1688 (PETRONE, 1959), (PRADO JUNIOR, 1999).
Século XVIII	60% da população em meados do século XVIII estavam nas zonas fronteiriças; 90% da área colonizada era de atividade agrícola e de gado no Nordeste. As bandeiras penetravam o interior, mas não fixavam povoados. Na segunda metade do século XVIII começa a dispersão rápida e intensa pelo interior pela corrida do ouro (PRADO JUNIOR, 1999, p. 39)
1769	Na rota de Minas surgiu Cachoeira; e na do litoral, Cunha (antes Facão, rota importante, de Guaratinguetá para Parati, de onde por mar se alcançava o Rio de Janeiro); No mesmo caminho havia ainda Campo Alegre e Boa Vista. São Luiz do Paraitinga (para-i-tinga = rio de águas claras, em tupi) fundada por moradores da vila de Guaratinguetá, por ordem do Morgado de Mateus; recebeu 1º o nome de São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga cuja

	capela foi dedicada à Nossa Senhora dos Prazeres (MÜLLER, 1969). As povoações do Vale do Paraíba completariam o "cerco" de proteção ao Rio e a São Paulo (BELLOTO, 2007). As sesmarias foram abandonadas e ocupadas por posseiros na criação de São Luiz do Paraitinga em 1769. Em 1771 foi emitida a ordem que os senhorios eram obrigados a comprar as benfeitorias dos posseiros caracterizados por policultura e agricultura de subsistência (milho, feijão, cana-de-açúcar arroz e fumo) para quem quisesse mudar para a nova povoação (PETRONE, 1959).
1702	Surge Lorena, no ponto de travessia do Paraíba, Porto de Guaipacaré, ponto de pouso para a Garganta do Embaú, passagem natural da Mantiqueira utilizada para alcançar Minas (MÜLLER, 1969).
1705	Do contexto de circulação de desbravadores e comerciantes, surge Caçapava em torno de uma capela (MÜLLER, 1969).
1743	Aparecida foi exceção ao processo de povoamento em torno dos caminhos, a capela inaugurada em 1743 para abrigar uma imagem achada nas águas do Paraíba em 1717, nucleou o povoado (MÜLLER, 1969).
1773	Paraibuna (para-i-buna = rio de águas escuras, em tupi) teve sua origem relacionada a São Luiz do Paraitinga e Caraguatatuba, Morgado de Mateus encarregou seus governadores para fundar Santo Antônio de Paraibuna para criar um triângulo de proteção do desembarque de Minas Gerais com maior controle dos contrabandos de ouro e pedras preciosas (MÜLLER, 1969).
1781 a 1784	No limite da navegabilidade do Paraíba, no caminho de Lorena para a garganta do Embaú, foi fundada Bocaina, depois Cachoeira Paulista, em 1784 e, em 1781, a Capela de Nossa Senhora do Embaú, que deu origem a Cruzeiro. A abertura do caminho da Piedade, que de Lorena ia para o Rio de Janeiro, e só passou a funcionar regularmente em 1770, se deveu à descoberta de ouro em Goiás. Em suas margens foram fundadas Areias e Bananal. O primeiro era um bairro rural que em 1784 se tornou freguesia. Bananal surgiu de desbravadores fluminenses, em torno de uma capela, de Senhor do Bom Jesus do Livramento de Bananal, em 1783 (MÜLLER, 1969).

FIGURA 2.14 – *Pont de La Parahyba do Sul*. Fotografia de Victor Frond , tratamento em litografia sobre papel, de H. Clerget, 1858 - 1859.



Fonte: Acervo Coleção Brazil Pittoresco, feita por Hubert Clerget, 1818:1899. Imagem de Domínio Público (2011).

Müller (1951) se refere à composição dos sitiantes, do ponto de vista étnico como brancos índios e pretos. Candido (1979) e Brandão (1983) falam da cultura rústica equivalente à cultura rural e à cultura cabocla designando o mestiço de branco com índio, mas prefere nomeá-la *cultura caipira*, aquela que exprime um modo de ser e viver do Paulista da área rural. Para Diegues e Arruda (2001), os caipiras se caracterizam como sitiantes meeiros e parceiros, todos sobrevivendo precariamente (Figura 2.15) em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, sempre em pequenas propriedades desenvolvendo atividades agrícolas e de pecuária, com produção de subsistência familiar e o excedente para o mercado.

FIGURA 2.15 – *Colonos e casa de pau-a-pique*, Fazenda Buquira, Monteiro Lobato, 1913.



Fonte: Coleção particular: Monteiro Lobato - Vida e Obra (2011).

Essa agricultura de subsistência encontrava-se ao longo das grandes vias de comunicação, frequentadas pelas numerosas tropas de bestas e pelas boiadas que vinham do interior para o litoral. Essas roças se constituíram a partir das grandes vias do Planalto Paulista e serviam de pouso e para alimento (Figura 2.16), como o milho e a mandioca, para os trabalhadores rurais, os tropeiros e seus animais. Nas estradas, que na chuva eram intransitáveis, só poucos percursos eram calçados. (PRADO JUNIOR, 1999, 162-63).

FIGURA 2.16 – *Cozinha na roça*, Victor Frond (1858, 1861).



Fonte: Victor Frond (photographer); Frederic Sorrieu (engraver). Several collections. Imagem de Domínio Público (2011).

Difundiu-se uma agricultura itinerante, com queimadas e roçados de novas glebas derrubando a Mata Atlântica a cada entrada em novas posses, complementada sempre com a caça, pesca e coleta de frutos e tubérculos. (RIBEIRO, 1995; DEAN, 1996). Costumavam cultivar a terra até a exaustão, e quando se fixavam, exerciam outras atividades, tais como carvoaria, olarias ou negociantes. Mesmo no século XIX, viajantes constatavam esta mobilidade, mediante as capelas abandonadas e casas de tapera em ruínas. (MÜLLER, 1951; QUEIROZ, 1973; BRANDÃO, 1983; DEAN, 1996).

A lavoura de subsistência era o tipo de exploração rural mais comum em pequenas roças, chácaras ou sítios de baixo nível socioeconômico, sempre vegetativo e de existência precária ligada aos ciclos de exportação das grandes propriedades, segundo Prado Junior. (1999, p. 159-60).

Müller (1951) desenvolveu um estudo pioneiro sobre o modo de vida caipira, considerando áreas de ocupação antiga, centra seu trabalho em São José dos Campos e Campinas. No que diz respeito à região do Vale do Rio Paraíba do Sul, o interesse se focou no tópico de discussão do conceito de sitiante a partir de referências bibliográficas, em especial a narrativa de viajantes que estiveram nas regiões citadas durante o século XIX, como Saint-Hilaire e Zaluar, respectivamente, 1816 e 1860.

Observa-se que, mesmo na produção historiográfica, fazenda ou sesmarias sempre significaram grande propriedade escravocrata, em oposição a sítio, pequena propriedade, em geral sem escravos, ou com muito poucos. O sítio é, assim, lugar de habitação de pessoas de poucos recursos. Com base nos viajantes, Müller. (1951, p.25-26) estabelece três tipos de sítios:

(i)*Sítios de pouso*: de beira de estrada, cujas atividades se relacionam ao movimento de viajantes; é, em geral, policultor. A produção de toucinho (e, portanto de suínos), assim como a de algodão, era fundamental, porque constituíam mercadorias de consumo garantido e a venda complementava a renda do negócio;

(ii)*Sítios ligados à produção de cana-de-açúcar*: a autora destaca que há os que produziam cana-de-açúcar e os que são complementares a esta produção. Os últimos seriam mais modestos e suas terras eram ocupadas por pastos em que criavam muare para serem alugados para mover engenhos ou para transporte, muitas vezes, realizados pelo próprio sitiante criador;

(iii)*Sítios que visam basicamente ao sustento familiar*: sem grande excedente para venda.

Müller (1951); Petrone (1959); Candido (1979); e Prado Junior (1999) observaram que os sítios se formaram a partir da apropriação de terras devolutas, como forma de sobrevivência dos setores mais pobres da população, formando-se assim um vetor social de lavradores independentes, que viviam de seu próprio trabalho.

Os sitiantes foram caracterizados pela responsabilidade sobre suas plantações com auxílio da família ou com um ou dois assalariados; trabalho independente numa economia doméstica; nas plantações utilizavam técnicas rudimentares e a mobilidade espacial culturalmente relacionada aos tempos coloniais permaneceu no trato da roça empregando queimadas. Eles usavam nas construções rústicas a taipa, o adobe e a cerâmicas largamente difundidas pela região. Os fragmentos de mata nativa davam o mel, as ervas medicinais, cipós e fibras; a casa de pau a pique e de sopapo era facilmente abandonada e reconstruída outra junto à precariedade de vida. (MÜLLER, 1951; QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 1979; BRANDÃO, 1983; RIBEIRO, 1995; DEAN, 1996; DIEGUES E ARRUDA, 2001).

A família se apresentava como o eixo central, também, do ponto de vista econômico, porém, se definia nas relações sociais por sentimento de localidade, solidariedade, compadrio, formas coletivas de trabalho e ócio (Figura 2.17) e na ajuda mútua por dever. A aristocratização ensejada pelos grandes fazendeiros criava os compadres e afilhados com esses sitiantes, os caipiras. (QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 1979; BRANDÃO, 1983; RIBEIRO, 1995; DEAN, 1996; PRADO JUNIOR, 1999).

FIGURA 2.17 – *O Violeiro*, óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Jr. (1899).



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo. Imagem de Domínio Público (2011).

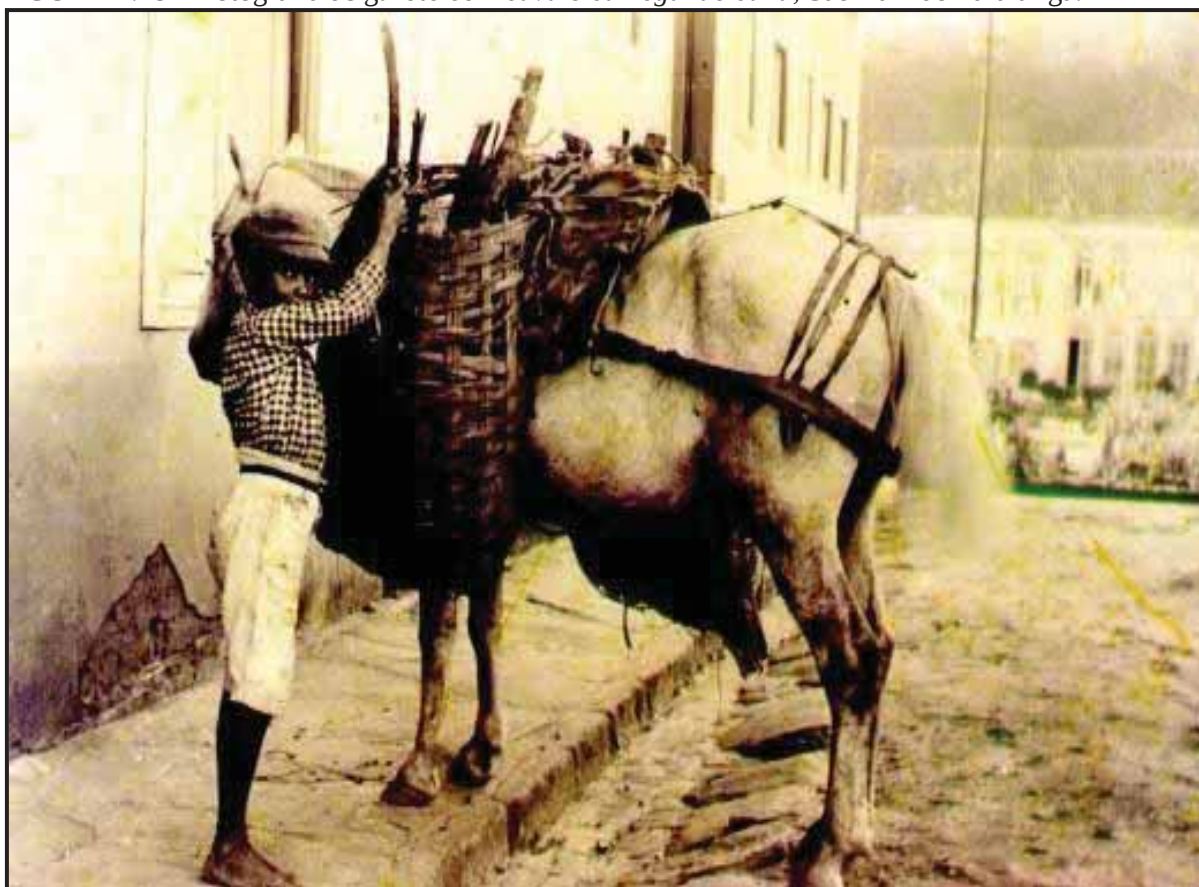
O sentimento de lugar se estabelecia na organização de vizinhança em bairros rurais, composto de: “famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças centralizadas por uma capela e uma vizinhança dispersa”. A configuração do espaço ocorria entre a família, o arraial, a vila e a cidadezinha. A economia constituía o fator mais importante para arrancar os sitiantes de seu isolamento. (QUEIROZ, 1973, p. 13).

Queiroz (1973) e Prado Junior (1999) caracterizaram duas economias rurais, uma monocultora e voltada para o mercado internacional, e outra de sitiantes independentes voltadas para a economia urbana e comercial e complementar à monocultura com produção de subsistência.

O camponês brasileiro consumia seu próprio produto, hoje há o consumo de mercadorias fora da produção. Economicamente se define como policultor, para o sustento da família vende os excedentes, sociologicamente é uma camada subordinada, os movimentos mais comuns são os religiosos não se constituem como grupo social, mas sim campesinato, conjunto de camponeses ligados a sociedade global. (QUEIROZ, 1973, p. 30)

Os mutirões entre os caipiras estavam associados à derrubada da mata para o roçado; ao plantio das novas lavras; à limpeza de cultivos com queimadas; à troca de produções excedentes entre seus parceiros; a consertar e construir suas casas; a refazer pontes e caminhos bem como o culto aos santos ou promovendo missas, bailes e festas. (Figuras 2.18, 2.19, 2.20). A produção de artigos, para o mercado e feiras (Figuras 2.21; 2.22) na venda dos queijos, rapaduras, farinhas, toucinho, cereais, frutas e tubérculos, galinha e porco “aconteciam sazonalmente em diferentes modalidades de tempos-espacos produtoras de economias de excedente”. (BRANDÃO, 2007, p. 46; MÜLLER, 1951; QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 1979; RIBEIRO, 1995).

FIGURA 2.18 – Fotografia de garoto com cavalo carregando cana, São Luiz do Paraitinga.



Fonte: Acervo de Juventino Galhardo Júnior. São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Digitalizada (2006).

FIGURA 2.19 – Fotografia de *Procissão*, São Luiz do Paraitinga.



Fonte: Acervo de Juventino Galhardo Júnior. São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Digitalizada (2006).

FIGURA 2.20 – Fotografia de *Comício de propaganda da Estrada de Rodagem*, São Luiz do Paraitinga, 14 de setembro de 1930.



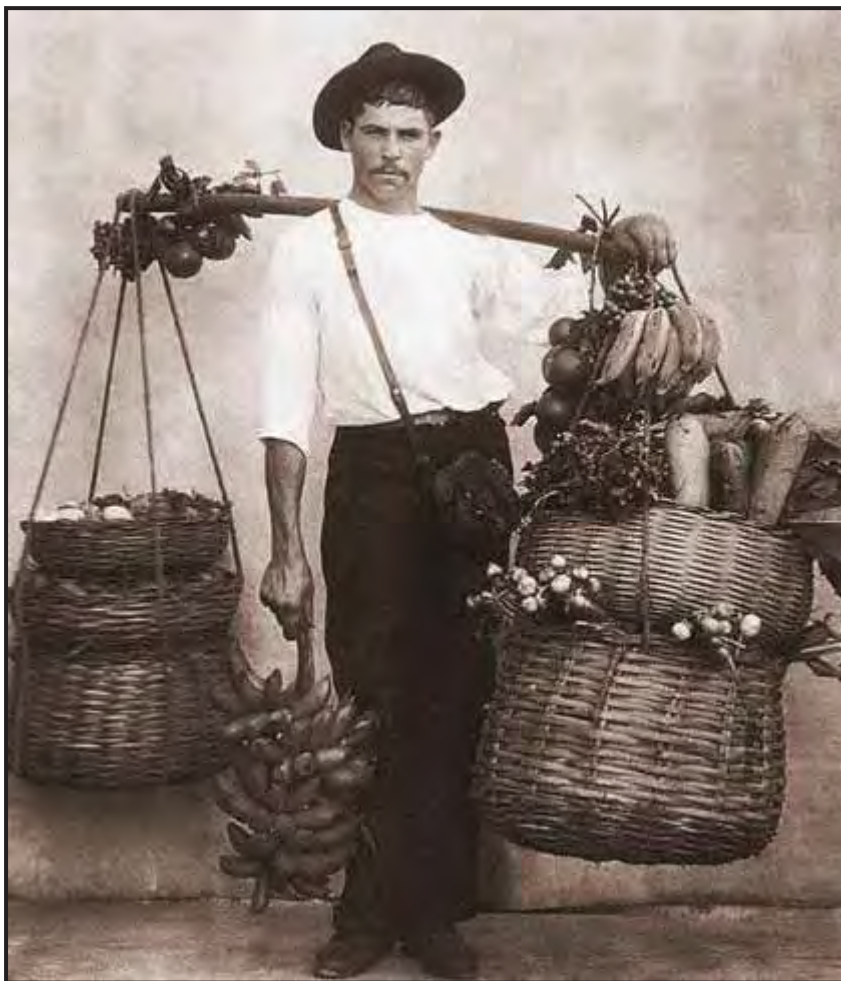
Fonte: Acervo de Juventino Galhardo Júnior. São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Digitalizada (2006).

FIGURA 2.21 – *Vendedor de Aves na Roça*, Rio de Janeiro.
Fotografia de Victor Frond (1858).



Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Imagem de Domínio Público (2011).

FIGURA 2.22 – *Vendedor ambulante de frutas*, fotografia de Marc Ferrez, 1895.



Fonte: Acervo Coleção Gilberto Ferrez, Rio de Janeiro. Imagem de Domínio Público (2011).

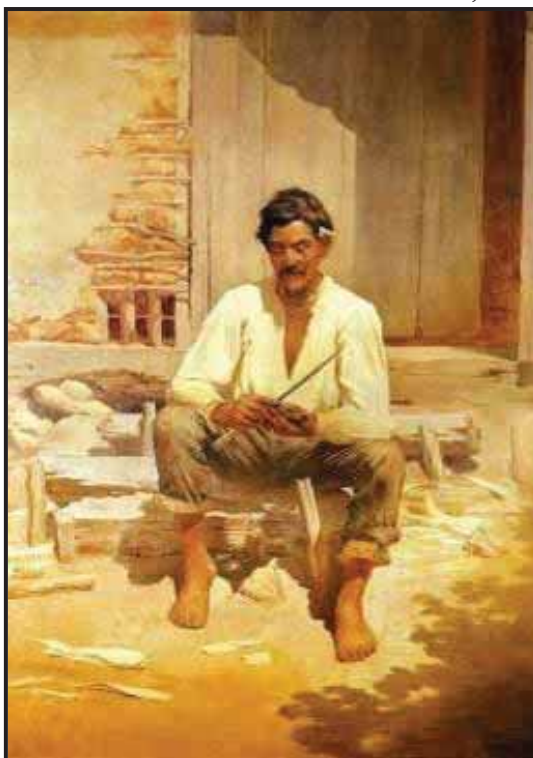
Para Candido (1979), o caipira vivia “entre o mínimo social e o mínimo vital” no encontro de soluções para explorar os recursos naturais para subsistência e o estabelecimento de uma organização compatível com essas formas de exploração do meio (p. 25). Ribeiro (1995) descreve esse mínimo social e vital como a vida rural ordenada satisfatoriamente entre momentos de trabalho e de ócio (Figura 2.23 e 2.24), “permitindo atender às carências frugais e até manter os enfermos, débeis, insanos e dependentes improdutivos”. O caipira estava condicionado a “um horizonte culturalmente limitado de aspirações que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio”. (p. 385).

FIGURA 2.23 – *Trabalhador da roça*,
Fotografia de Victor Frond (1858:1861).



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo. Imagem de Domínio Público (2011).

FIGURA 2.24 – *Caipira picando fumo*, óleo sobre tela
de José Ferraz de Almeida Jr. São Paulo, Brasil (1893).



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo. Imagem de Domínio Público (2011).

Para Queiroz (1973) e Diegues (1998), o mundo natural do caipira se compõe de múltiplos bairros, o mundo sobrenatural estabelece um grau de parentesco seja com os santos ou com os mortos numa relação inteiramente fluida. É a partir desse sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem e agem sobre o meio, interagindo com o conhecimento empírico acumulado e desenvolvendo seus sistemas de manejo. Estes autores realçam a importância dos espaços de trabalho e produção agrícolas apropriados coletivamente, partindo da família como eixo central das relações entre sociedade e o mundo em que vivem.

A percepção que se tem de espaço não parece ultrapassar o ambiente direto, a noção geográfica do bairro se forma a partir da capela, das relações familiares, do trabalho e constituem as coordenadas que orientam a percepção do sitiante. “O espaço tende a ser difuso e descentralizado, toda a distância geográfica parece curta ao sitiante”. (QUEIROZ, 1973, p. 65). “Os espaços geográficos, sociais, sobrenaturais, formam um todo inseparável e as mesmas técnicas de abordagem – consubstanciadas pelas relações pessoais e afetivas – são empregadas para dominá-las”. (p. 66). Dentro dessa visão, os caipiras como outras comunidades tradicionais apresentavam padrões de comportamento transmitidos entre si, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. (DIEGUES, 1998).

Nos séculos XIX e XX, estes espaços utilizados pelos caipiras com suas pequenas áreas de cultura de subsistência foram ocupados pela expansão de grandes fazendas de café no Vale do Paraíba. As pequenas terras eram compradas pelos grandes homens ricos das cidades que tinham posses para lavrar em cartório essas terras dos pequenos posseiros. Muitos destes caipiras foram trabalhar nessas terras com os antigos escravos e os novos imigrantes. Outro grupo de caipiras adentra o que resta das florestas e faz suas posses por ambientes que não serviam nem para o plantio nem para o gado. As cidades da região se adensam no século XX e uma parte daqueles que vivem na área rural vai compor os cidadãos desses municípios. Muda a relação do caipira com a lida na área rural tendo que incorporar as práticas capitalistas no seu dia a dia.

A região do Núcleo Santa Virgínia é composta por uma história de ocupação de grandes fazendas e de pequenos sítiantes. A área passou por todos os ciclos econômicos e de usos habituais dos históricos caipiras. A seguir, expõe-se uma cronologia da ocupação do Planalto Paulista nos séculos XIX e XX, trazendo o histórico das criações das vilas e freguesias durante a era do café chegando até os nossos dias. (Quadro 2.3).

QUADRO 2.3 – Cronologia da ocupação do Vale do Paraíba entre os séculos XIX e XX

DATAS	CARACTERIZAÇÃO/ LOCALIZAÇÃO
Início do século XIX	Surgem S. José do Barreiro (1803), Santa Isabel (já era freguesia em 1812) e Santa Branca (1833), todos de patrimônio religioso; Como povoados espontâneos surgem Pinheiros (rota entre Minas e Vale, em 1838) e Silveiras, bairro rural que em 1830 se tornou freguesia (MÜLLER, 1969).
1836	A área do Vale do Paraíba foi pioneira na expansão do café em São Paulo. A produção máxima durou cerca de 50 anos, até 1886. O Café trouxe o adensamento populacional: gente de Minas, do Litoral Norte, do sopé da Mantiqueira (Mogi Mirim e Mogi Guaçu), de outras regiões de São Paulo, Sorocaba, Itú, Jundiaí, de Portugal e das ilhas lusas (MÜLLER, 1969).
1850	Em 1850 a economia de exportação viabiliza a grande lavoura por meio da obrigatoriedade da compra ou de legitimação das posses em cartório, inacessíveis aos caipiras gerando um processo de re aglutinação das populações caipiras em bases econômicas mercantis. Cultivo do algodão tabaco e mais tarde o café, refazem os sistemas de transportes por tropas. O caipira é forçado a engajar-se ao colonato como assalariado rural ou como parceiros/meeiros em terras distantes, o caipira se marginaliza, o fazendeiro intensifica a escravidão e os imigrantes. (RIBEIRO, 1995).
1862	A sede da fazenda Boa Vista no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo em São Luiz do Paraitinga, caracteriza o tipo de construção da época, construída de taipa com dois enormes salões e uma dezena de outras dependências: da senzala, terreiros, pomar fora dos muros, roças de cereais, cercados para animais das tropas que levavam o café para Ubatuba e pasto para consumo. (PETRONE, 1959, p. 258). As fazendas tinham a casa dominando no alto os colonos livres estavam em casas de pau a pique ou tijolos construídas em fileiras perto da casa principal para vigilância se formando os laços (MONBEIG, 1984).
1830: 1871	Igaratá (1830:4), Lagoinha (1863), Jambeiro (1871, antigo bairro de Capivari) e Guararema (cerca de 6 km da Escada), de patrimônios. Espontâneos surgem os núcleos de Piquete (1842), Bairro Alto corresponde à antiga povoação de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida do Bairro Alto, no Município de São Luiz do Paraitinga, Monteiro Lobato (Bairro Buquira, em 1857, freguesia), Natividade da Serra (1853, Capela do Rio do Peixe), Redenção da Serra (bairro Paiolino, se tornou freguesia em 1860), Campos de Cunha (em 1872 se tornou freguesia com o nome de Campos Novos) e Cruzeiro (nasce em função da estrada de ferro que cortou as terras da Fazenda Boa Vista em 1871). Era estação da Pedro II e daí saía o entroncamento para o sul de Minas (MÜLLER, 1969).
1836:1886	Na fase áurea da produção de café revela-se a preocupação com o embelezamento de algumas cidades, como retificação de ruas, arborização, emplacam-se as ruas, regula-se a numeração, inicia-se a iluminação pública por lâmpadas de azeite e, depois, de querosene, captava-se água das vertentes para Chafarizes e uso doméstico. (MÜLLER, 1969). O sistema de fazendas alcançou um novo auge com as plantações de café no século XIX, culturalmente estas fazendas tinham as feições caipiras incorporando os negros escravos, os imigrantes e gente de outras regiões a procura de trabalho (RIBEIRO, 1995). Os fazendeiros mais ricos encontram uma forma de as fazendas associarem a cultura do café junto aos espigões e às pastagens nos fundos dos vales e nas partes inferiores das encostas (MONBEIG, 1984).
Metade do século XIX	Com a Abolição, os negros libertos incorporam-se a essa camada de marginalizados composta pelos caipiras originais (brancos e mulatos), por vezes, ex-proprietários ou posseiros que, apesar da exploração que sofriam caipiras e negros alforriados, tratavam os ex-escravos com preconceito (RIBEIRO, 1995).
Final do século XIX	Müller (1951) observa que há a fragmentação das grandes propriedades. Após a queda do café, viria, de modo geral, a criação e pasto. A ferrovia seria um fator de industrialização (têxtil, agropecuária, minerais não metálicos), concomitante à industrialização da Grande São Paulo (MÜLLER, 1969).
1920	Com a extinção da lavoura do café por volta de 1920, retorna-se à policultura de subsistência com milho, feijão, cana-de-açúcar, fumo e arroz, exploração do gado, porco, cavalo e burros na região de São Luiz do Paraitinga (PETRONE, 1959). Generaliza-se a pastagem e criação de gado: empobrecimento e despovoamento dos campos (MÜLLER, 1969). 51% das propriedades recenseadas eram de matas mesmo compreendidos de capoeirões e matas secundárias indicavam que São Luiz do Paraitinga tinha um manto florestal considerável (PETRONE, 1959).
1924:1942	Entre os fatores de modificação, está o automóvel. Instalada iluminação elétrica pública em São Luiz do Paraitinga; permanecem problemas de abastecimento de água e esgoto (MÜLLER, 1969).
1940	Os baixos preços das terras e a penetração de mineiros, que se dedicavam à criação, mudaram o modo de uso das terras (PETRONE, 1959).
1950	O êxodo nos últimos 50 anos dos sitiantes para as cidades se integrando nas classes baixas e mudando de emprego com frequência representa a transposição ao espaço urbano da mobilidade do sitiante tradicional em suas terras, um modo de compreender o espaço social o espaço geográfico e o sobrenatural (QUEIROZ, 1973), (RIBEIRO, 1995). (DIEGUES, 1998). 15.000 pessoas 85% da população de São Luiz do Paraitinga viviam em área rural ao longo dos vales fluviais que antes nortearam a formação de estradas e caminhos (PETRONE, 1959).
1960	O Vale do Paraíba contava com 40 núcleos urbanos que incluíam 31 cidades (sedes de municípios) e 9 vilas (sedes de distrito); na Zona do Alto Paraíba (14.182 habitantes), onde se situa São Luiz do Paraitinga, há 8 cidades e 2 vilas, portanto. 10 núcleos urbanos (MÜLLER, 1969).
Década de 1990	Os trabalhadores autônomos rurais superam 5 milhões mas não são aqueles caipiras de modo de existência arcaica e pobre mas satisfatória, convivem com condições de vida superiores a deles, muitas vezes são trabalhadores eventuais como os bóias-frias (RIBEIRO, 1995).
Início do século XXI	Tanto em casos individuais quanto em termos de comunidades inteiras, quase já não existem mais “tipos puros” de sujeitos rurais agora articulados ao modo de produção capitalista (BRANDÃO, 2007).

A partir do final do século XX, início da República, a cafeicultura foi manejada como grandes monoculturas utilizando os caipiras e a mão de obra ex-escrava para trabalharem como grupos móveis, derrubando as matas com grandes queimadas, abrindo caminho para o oeste paulista. Essa onda de ocupação avançou com rodovias e ferrovias que levavam as produções dos cafezais aos portos. Mantinha-se a relação colonial de retirada dos recursos naturais, porém, agora, para exportá-los. “Derruba-se a floresta virgem e plantam-se novos cafezais sem quaisquer cuidados culturais que importassem em ônus para o fazendeiro”. As grandes áreas erodidas por esse manejo foram então utilizadas para o pastoreio, a fazenda era vista como recurso transitório de exploração. Toda a região entra em decadência. (RIBEIRO, 1995, p. 405; DEAN, 1996).

O poder econômico dos fazendeiros pagava tanto técnicos como trabalhadores rurais (caboclos, caipiras) para transformar a grande floresta em campo cultivado. Perto das franjas da Mata Atlântica viviam algumas famílias de caboclos que entravam floresta adentro para servir as fazendas e vilas de lenha, carvão e madeira, até recentemente na década de 1970. (MONBEIG, 1984; DEAN, 1996).

Os solos esgotados, frequentemente lixiviados, empobrecidos por uma forma predatória de cultivo, não permitiram, no interregno entre a fase da cultura cafeeira e a da criação, que subsistissem culturas como as das árvores frutíferas, impediram que se mantivesse a lavoura canavieira, decretaram a decadência da lavoura de cereais. Portanto inaproveitáveis para a agricultura, ou então fornecendo rendimentos irrisórios favoreceram, como seria de se esperar o seu aproveitamento pelas pastagens (PETRONE, 1959, p. 271-72).

O Planalto se industrializou no século XX, grandes extensões dos eucaliptais na região de São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra começaram a ser plantados. Para Brandão (2007, p. 58): “uma domesticação uniformizante dos espaços naturais, ou patrimonialmente sociabilizados pelo trabalho da agricultura familiar, corresponde a uma absoluta entrega de tempos-espaços rurais ao domínio da cidade”.

As culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista. Essa maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, no entanto, tem levado a uma desorganização das formas pelas quais o pequeno produtor trata o mundo natural e seus recursos. (DIEGUES, 1998).

Embora o manejo e transformação dos espaços naturais tenham ocorrido de forma continua como relatado anteriormente. As grandes transformações das florestas em campos cultivados ou de pastoreio colaborando com a modificação de seus ecossistemas se deram com os grandes grupos econômicos entrando com força e poder de modificação dos espaços a partir do século XX.

O rápido crescimento das extinções biológicas no mundo, desde a década de 1950, pelo consumo acelerado dos recursos naturais de modo geral, causou a extinção de florestas, principalmente, como a nossa Mata Atlântica, em várias regiões do Brasil. Nesses quinhentos anos de ocupação, uso e manejo dos recursos florestais, vimos sua diminuição ocorrer para pequenas áreas de floresta, “descontando do futuro para um presente rápido” num processo de apropriação dos recursos naturais sem a preocupação com sua recuperação. (DEAN, 1996, p. 379).

Na década de 1970, as questões ambientais, motivadas pela crise da civilização em relação à qualidade da vivência na Terra, começam a ser pauta mundial de discussão. No bojo dessas reflexões éticas está a conservação das florestas que ainda restam no mundo.

O modelo dominante de área protegida, utilizado para a conservação da natureza, tem sido o de Parque, onde a “exclusão do homem dessas reservas designadas para outras espécies” ocorreu pelo fato de muitas extinções de florestas terem sido causadas pelas atividades humanas, como queimadas, desmatamento para agricultura, caça e, mais recentemente, a poluição industrial. (SARKAR, 2000, p. 47).

Esses conceitos conservacionistas relacionados à ideia de Parque são produtos culturais dessa sociedade capitalista contemporânea, alicerçada na ideia de proteção dos recursos naturais e sua biodiversidade como bancos genéticos ou refúgios de qualidade ambiental contra e para o próprio homem. (DIEGUES, 2001). Para Milano (2002, p. 206):

As unidades de conservação existem para proteger a natureza na sua maior amplitude possível, da sistemática agressão humana, seja esta decorrente de processos tecnológicos, econômicos, culturais e políticos modernos ou atuais, ou decorrentes de processos arcaicos ou tradicionais; ainda que para benefício da própria humanidade.

Morsello (2001) relata que as bases para a criação do primeiro Parque, em 1937, no Brasil foram escritas no Código Florestal de 1934 e nos princípios de estabelecimento de áreas protegidas utilizados nos Estados Unidos. Com o projeto desenvolvimentista do Brasil, a partir da década de 1950 até 1980, as unidades de conservação criadas tinham uma preocupação maior com a conservação dos recursos naturais, não mais só com as belezas cênicas e o uso público, foi uma resposta da própria política governamental desenvolvimentista a ela mesma numa atitude preservacionista da natureza.

O Parque Estadual da Serra do Mar (SÃO PAULO, 1977) foi criado fundamentado no Código Florestal de 1965, com o intuito de preservar os recursos naturais, conforme a justificativa para sua criação no texto do Decreto:

Atender a finalidades culturais de preservação de recursos nativos e exibir atributos de beleza exuberante: considerando que a flora que aí viceja, constitui revestimento vegetal de grande valor científico e cultural, ostentando matas de formação subtropical com variadíssima ocorrência de valiosas essências; considerando que a fauna silvestre aí encontra condições ideais de vida tranquila, constituindo-se a Serra do Mar notável repositório de espécimes raros. (SÃO PAULO, 1977)

Mas a preservação da herança natural dessas regiões conflita, muitas vezes, com as necessidades impostas pelo projeto de desenvolvimento tanto nacional como das localidades onde essas áreas protegidas estão situadas. Conflita, também, com as práticas de vivência nessa paisagem, construída sobre um modelo de uso e manejo diferentes das perspectivas éticas atuais de incorporação de valores ligados à conservação dos recursos naturais.

As dificuldades de implantação dessas unidades de conservação passaram por ser, durante anos, uma área protegida apenas ‘no papel’, sem capacidade para gerenciar a sua proteção e ou integração com os municípios de que fazem parte. Em 1996 iniciou-se um processo de construção do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar de forma participativa, visando minimizar, por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo Parque, os obstáculos políticos e afetivos causados pela restrição de uso das terras que estão em nome do Estado.

2.3 O PESM–NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA E SEUS ATRIBUTOS FÍSICOS

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) é uma Unidade de Conservação de proteção integral de uso indireto e de domínio público cujo objetivo principal é a preservação de ambientes naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica da Mata Atlântica. Tem nove sedes administrativas, uma das quais, o Núcleo Santa Virgínia, situada nas coordenadas geográficas 23°24' a 23°17' de latitude Sul e 45°03' de longitude Oeste. (Figura 2.25).

FIGURA 2.25 – Localização do Núcleo Santa Virgínia Parque Estadual da Serra do Mar



Fonte: IBGE, bases e referências 2011 – Bases de dados SMA/CPLA/PPMA, 2001. Org. por Douglas Menezes, (2011).

O processo de implantação do Núcleo Santa Virgínia iniciou-se em 02 de maio de 1989. O Instituto Florestal recebeu da Fazenda do Estado as Fazendas Ponte Alta e Santa Virgínia que deram origem a este Núcleo, tendo atualmente uma área de aproximadamente 19.731,47 hectares. Abrange os municípios de Natividade da Serra com 40% da área do Núcleo; São Luís do Paraitinga totalizando 45%; Cunha 12%; e Ubatuba 3%.

Situado no reverso da Serra do Mar no Planalto Atlântico Paulista, com relevo escarpado e altas declividades em vertentes retilíneas e vales em “V” bem marcados. A altitude varia de 960 a 1.160 metros com pico culminante a 1.585 metros, em um gradiente topográfico entre 60 e 500 metros. Tem coluviação intensa, com alúvios mais expressivos nas partes mais baixas, próximos aos rios. Os desníveis tectônicos com mudança acentuada na relação talvegue e recuo das vertentes é frequente em toda a paisagem do Núcleo. Soleiras Rochosas que funcionam como diques represam sedimentos à montante e controlam a presença de rápidos e cachoeiras a jusante. O clima tropical úmido e subúmido tem temperatura média de 21°Celsius e precipitação média anual de 2.200 milímetros ao ano. (SÃO PAULO, 1998) (Figura 2.26).

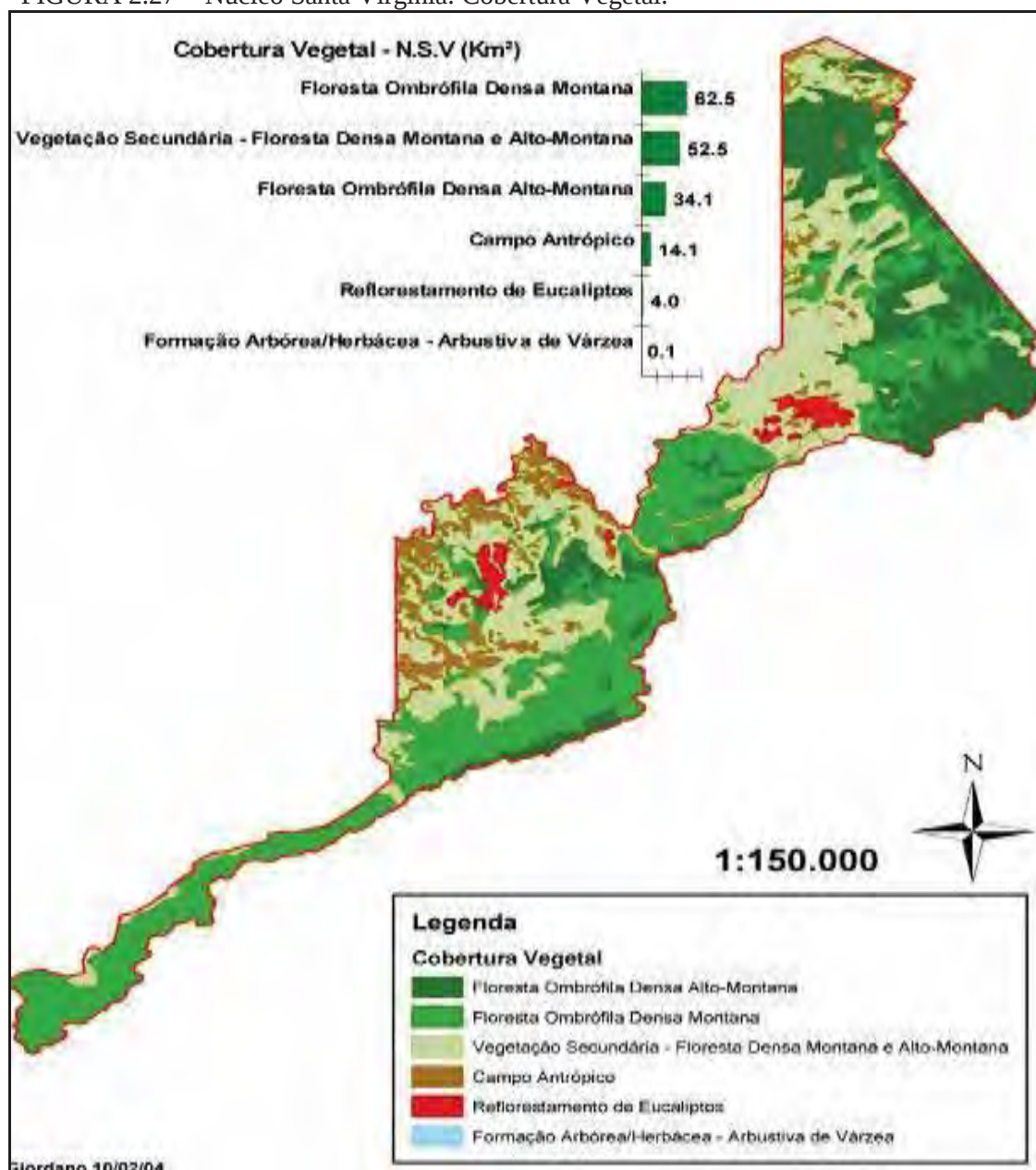
FIGURA 2.26 – Aspecto do curso do Rio Paraibuna, altura cachoeira do Saltinho, PESM - Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (2011).

A figura 2.27 descreve a vegetação do Núcleo Santa Virgínia caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa Montana com 62,5% da área do Núcleo e Floresta Ombrófila Densa Alto: Montana com 34,1% em campos de altitude (Estepe) e de Floresta de Neblina. Apresenta um grande mosaico composto por áreas de campo antrópico com pastagens em 14,1%, plantios de *Eucalyptus* em 4% e floresta secundária em diferentes estágios sucessionais em 52,5% da área do Núcleo. (SÃO PAULO, 2005).

FIGURA 2.27 – Núcleo Santa Virgínia: Cobertura Vegetal.



Fonte: Administração Núcleo Santa Virgínia, PESM, 2010. Org. por Giordano (2004).

A floresta em estágios sucessionais do Núcleo Santa Virgínia apresenta-se dominada por Manacás (*Tibouchina mutabilis*) em 59,2% de sua área (Figuras 2.28 e 2.29). Em ambos componentes da floresta dossel e sub-bosque, observa-se o predomínio de espécies dispersadas por animais. (TABARELLI; VILLANI; MANTOVANI, 1993). O palmito Juçara (*Euterpe edulis*) é a espécie-chave da Mata Atlântica encontrado dentro do Núcleo Santa Virgínia, com abundância na área de Floresta Ombrófila Densa Montana. (SARAIVA, 2010). (Figura 2.30).

FIGURA 2.28 – Vista panorâmica da floração dos Manacás da Serra (*Tibouchina mutabilis*), no PESM- Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM, (abr. 2007).

Essa paisagem foi construída pelo processo de ocupação humana na região do Núcleo Santa Virgínia de forma contínua até os dias de hoje com 70% de seu território composto de floresta secundária em diferentes estágios sucessionais, pastagens e plantio de eucalipto. São paisagens sobre paisagens, retratando a vivência da sociedade construída nessa relação. A intensidade e manifestação do Manacá da Serra atesta o manejo dessa floresta de Mata Atlântica ainda em processo de recuperação de sua característica mais marcante que é a diversidade de flora e fauna.

FIGURA 2.29 – Palmeira juçara, Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Foto: AKARUI. Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (jan., 2009).

O Núcleo Santa Virgínia, também, interage com uma porção da bacia do Rio Itamambuca que corre em direção ao litoral no município de Ubatuba. (CÂMARA et al., 2009). A rede de drenagem dos rios encaixados dentro dos relevos escarpados da Serra do Mar com altas declividades. “constituem o processo dominante neste sistema de relevo”. (SÃO PAULO, 1998, p. 58). “A torrencialidade dos rios é marcante pela declividade dos canais fluviais e pelos elevados totais pluviométricos anuais” (p. 55). (Figura 2.30).

FIGURA 2.30 – Cachoeira do Salto Grande, rio Paraibuna, no período das chuvas, no PESM-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (jan., 2009).

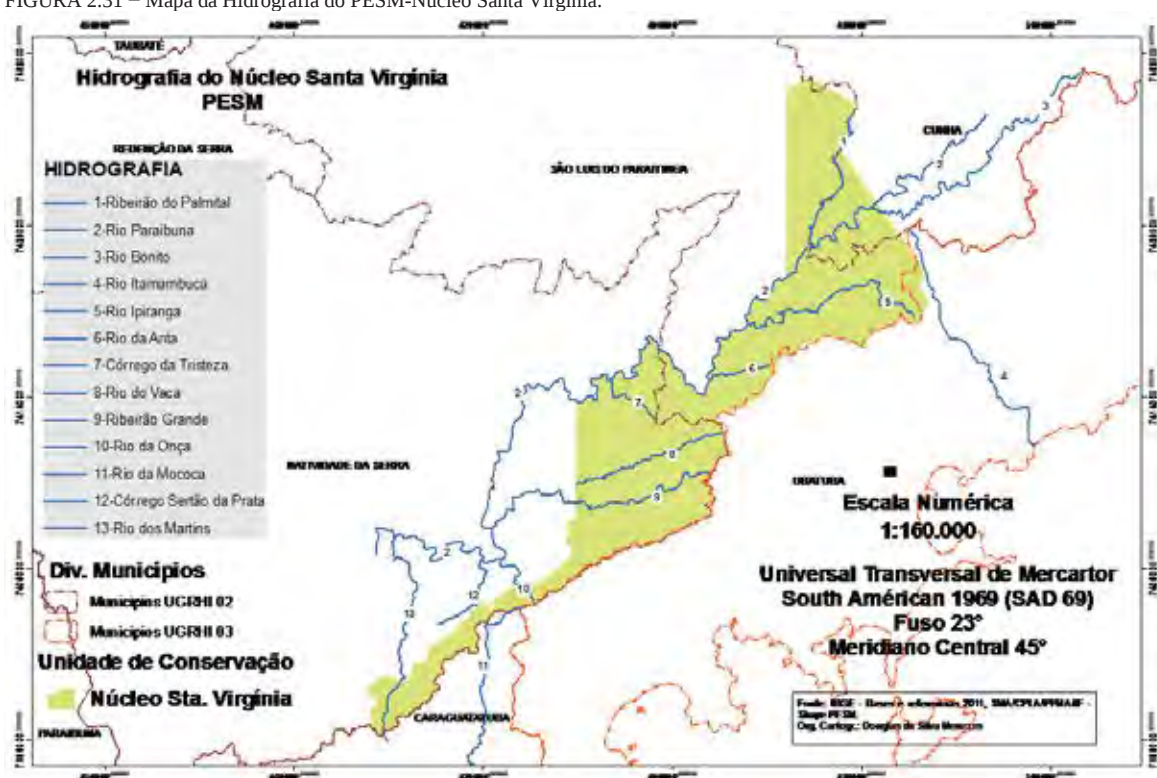
Pesquisas executadas na área da Serra do Mar comprovam, também, a importância das bacias hidrográficas desta região – 95% de espécies de peixes listados por Bizerril (1994 apud RIBEIRO, 2006) foram considerados endêmicos para as bacias: Paraguaçu, Contas, Jequitinhonha, Doce, Paraíba do Sul, Ribeira de Iguape, Itajaí e Jacuí. “The ichthyofauna of the coastal drainages of eastern Brazil is of great biogeographic significance. The main hydrographic systems” (Paraguaçu, Contas, Jequitinhonha, Doce, Paraíba do Sul, Ribeira de Iguape, Itajaí and Jacuí) (Fig. 4), “as well as several other smaller adjacent drainages, demonstrate a high degree of endemism. Of a total of 285 fish species listed by Bizerril (1994) for these basins, 95% were considered endemic and with 23.4% of the genera endemic”. Isto se dá pelas características dos sistemas hidrográficos da região, como, por exemplo, o rio Paraíba do Sul e suas drenagens adjacentes (RIBEIRO, 2006, p. 234).¹³

Um peixe endêmico em vias de extinção da bacia do rio Paraibuna, chamado Pirapitinga, (*Brycon sp*), é uma espécie-chave presente no Núcleo Santa Virgínia.

A vertente Oeste da Serra do Mar do Núcleo Santa Virgínia – PESM está inserida na bacia do rio Paraibuna, com área de 2.185,50 km², 22% (480,81 km²) nos núcleos Cunha e Santa Virgínia drenando a bacia do Rio Paraíba do Sul (Figura 2.31).

¹³ Tradução nossa: A ictiofauna das pequenas e médias drenagens costeiras do Leste do Brasil demonstra um alto grau de endemismo, especialmente pelos padrões filogenéticos existentes.

FIGURA 2.31 – Mapa da Hidrografia do PESH-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: IBGE, bases e referências 2011 – Bases layers SMA/CPLA/PPMA/IF 2000-2001. Org. Douglas Meneses, (2011).

Os principais dados sobre a fauna da região encontram-se na unidade administrativa que compõe o Núcleo Santa Virgínia (SÃO PAULO, 2006), e indicam, por exemplo, 373 espécies de aves identificadas no PESM, sendo 185 delas encontradas na porção Norte do Parque - Núcleos Santa Virgínia e Cunha, na área do Planalto Paulista. (Figuras 2.32 e 2.33).

FIGURA 2.32 – Tesoura da Mata – Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Foto: Josiel Briet. Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (maio, 2011).

FIGURA 2.33 – Saíra sete cores: Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Foto: Josiel Briet. Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (mar. 2011).

Os locais mais representativos para observação destas aves são aqueles em que a floresta se encontra mais preservada, a exemplo da Trilha do Corcovado que une dois Núcleos, o Santa Virgínia, na crista da Serra do Mar e o Picinguaba, em Ubatuba. (SÃO PAULO, 2006).

Os levantamentos efetuados para a execução do Plano de Manejo do PESM registraram 39 espécies de mamíferos, 41 espécies de anfíbios e 07 de répteis na região do Núcleo Santa Virgínia (2006).

Em relação às espécies ameaçadas, há registros: do sagui e do gato-do-mato (mamíferos), *Bothrops fonsecai* e *Liophis atraventer* (anfíbios). A tartaruga *Hydromedusa maximiliani*, segundo a lista do Estado de São Paulo e da União Internacional para Conservação da Natureza-IUCN, também, está vulnerável. Outras espécies, como: o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*); a onça-pintada (*Panthera onca*); a jacutinga (*Pipile jacutinga*) (Figura 2.34); o macuco (*Tinamus solitarius*); a sabiá cica (*Triclaria malachitacea*); e a lontra (*Lutra spp*), também, estão em vias de extinção (2006).

FIGURA 2.34 – Jacutinga, Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (2011).

O Parque Estadual da Serra do Mar torna-se conseqüentemente muito importante para as estratégias de conservação dos serviços ambientais da região, pois é “reserva da biosfera, grande reserva ecológica, área obrigatória para proteção dos recursos hídricos, das encostas e reconhecido filtro para proteção das condições urbanas das baixadas e dos planaltos”. (AB’SÁBER, 1986, p. 17).

2.4 O PESM-NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA E OS SEUS ATRIBUTOS SOCIOECONÔMICOS

A paisagem cultural do Núcleo Santa Virgínia foi construída historicamente como toda a região do Vale do Paraíba, relatada anteriormente (item 2.2), hoje, com propriedades rurais de diversos tipos – fazendas, sítios entre outros –, tanto na zona de ocupação temporária como em seu entorno. Embora tenha havido manejo de quase 60% de sua área, atestados por floresta em estágios sucessionais recobertas por Manacás (*Tibouchina mutabilis*), apresenta um intenso processo de recuperação florestal.

Antes de 1977, a área do Núcleo Santa Virgínia vivia o ciclo da pecuária, a floresta foi cortada de São Luiz do Paraitinga até o Núcleo, de onde retiravam madeira para serrarias, carvoarias e para a semeadura de pastagens, sendo que esses processos interferiram efetivamente na paisagem natural e cultural do Parque e do seu entorno. O ciclo do café, antecessor ao da pecuária, pouco interferiu na área do Parque, ocorrendo efetivamente de Catuçaba em direção ao Vale do Paraíba. (SÃO PAULO, 2006).

A área que compreende o Núcleo era de terras de sesmarias doadas em 1781, de Manoel Luiz Landim e João Alves Pereira, no caminho entre as vilas de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba e os rios Paraíba e Ipiranga. Em 1826 as terras de Landim começaram a ser vendidas após sua morte. Em 1895, o comendador José Pereira da Rocha Paranhos e sua esposa adquiriram mais de 5.000 alqueires, constituindo a Fazenda Nossa Senhora da Ponte Alta. Em 1943, a Fazenda do Estado de São Paulo adquiriu as terras na região montanhosa da Serra do Mar, nos municípios de Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga, com exceção dos imóveis, Ponte Alta e Rio Prata. Já no início da década de 1970, o grupo Alcântara Machado adquiriu 5.000 ha do comendador Paranhos. Em 1989, a Fazenda do Estado adquiriu as fazendas Ponte Alta e Santa Virgínia. (SÃO PAULO, 1998).

Esta região caracterizou-se pela ocupação rural voltada para as atividades agropecuárias, sendo que alguns dos imóveis vêm em processo paulatino de transformação em sítios de lazer de moradores de São Paulo, e cidades do Vale do Paraíba. O Quadro 2.4: “Caracterização do Uso do Solo no Núcleo Santa Virgínia”, e Quadro 2.5: “Caracterização do Morador no Núcleo Santa Virgínia”, descrevem o perfil do sitiante. Dos dezesseis imóveis (sítios e fazendas), quatro têm documentos de posse e dois têm escrituras, os outros dez são titulados. As atividades agrícolas são relacionadas a cultivos de subsistência, como horta, milho, mandioca, pomar, pastagem, cana, feijão e banana. Como criação, constatamos que as atividades pecuárias são relacionadas à criação de bovinos, porcos e aves.

A mão de obra mais utilizada, em dez imóveis, é a familiar. Dos dezesseis, cinco nasceram na região e vivem na área do Núcleo há mais de trinta anos, ou seja, antes da instituição do Núcleo Santa Virgínia. Quatro moradores habitam a área há mais de 39 anos, antes da criação do Parque Estadual da Serra do Mar. Apenas dois imóveis estão no município de São Luiz do Paraitinga e o restante em Natividade da Serra. As atividades socioeconômicas estão relacionadas as profissões declaradas pelos moradores: quatro lavradores, um feirante, quatro donas de casa, dois aposentados, cinco profissionais da área urbana (industrial, construtor, psicóloga, armador e monitor). Quanto aos moradores com trabalho ligado à terra a atividade é exercida como os antigos caipiras da região há mais de 300 anos.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, Natividade da Serra tem 6.678 habitantes, cuja população residente Urbana é de 41% (2788 habitantes), e a população residente, Rural, de 58% (3.890 habitantes). São Luís do Paraitinga tem 10.397, com população residente, Urbana de 59% (6.180 habitantes), e a população residente, Rural de 40% (4.217 habitantes). (BRASIL, 2010).

Tabela 2.1 – população urbana e rural de Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga

Município	Habitantes	População urbana	População rural
Natividade da Serra	6.678	41% (2.788 habitantes)	58% (3.890 habitantes)
São Luís do Paraitinga	10.397	59% (6.180 habitantes)	40% (4.217 habitantes)

Fonte: Censo IBGE (2010). (BRASIL, 2010).

Comparando os dados deste censo com a Figura 2.35 de ‘Uso do Solo’ e dos imóveis apontados no Quadro 2.4, situados no Núcleo, observamos que Natividade da Serra tem aproximadamente 60% de sua população em área rural e 87% dos entrevistados com seus imóveis dentro do Núcleo, em área do município com atividades de policultura. .

QUADRO 2.4 – Caracterização do uso do solo no PESM-Núcleo Santa Virgínia

Denominação	Área Inform. (ha.)	Atividades Agrícolas										Atividade Pecuária						Documentação da propriedade	Mão de obra utilizada	
		Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área	Cultura	Área	Espécie	Qt d.	Espécie	Qt d.	Espécie	Qt d.		Tipo	Qtd.
Fazenda do Madeira II																		Titulada com matrícula	Caseiro	1
Fazenda das Antinhas	198,4	Capim	14									Bovino	25	Aves	40			Titulada com matrícula	Permanente	1
Sem Denominação	3,6																	Posse	Familiar	1
Fazenda Primavera	146,4	Pastagem	100	Milho	0,5							Bovino	70	Aves	30	Porco	2	Titulada com matrícula	Familiar	3
Sítio Cachoeira	4,5	Horta	1															Titulada com matrícula	Permanente	2
Sítio Maná	16,8	Pomar	0,1	Horta	0,1							Bovino	5	Aves	30			Titulada com matrícula	Permanente	2
Sítio Maria Francisca de Jesus	32,4	Pomar	0,1	Cana	1	Horta	0,1					Cavalo	1	Aves	100			Titulada com matrícula	Familiar/Caseiro	2
Sítio Jacaranda	3,5	Cana	0,2	Pomar	0,1	Horta	0,1					Aves	10					Titulada com matrícula	Familiar	2
Sítio Rio Bonito	17,7	Pomar	0,1	Mandioca	0,1	Horta	0,1	Milho	0,1	Feijão	0,1	Bovino	5	Aves	25			Titulada com matrícula	Familiar	2
Estrela da Prata	74,4	Capim	0,1	Milho	0,1													Posse	Familiar	8
Sem Denominação	33,6	Pomar	0,1	Horta	0,1							Bovino	8	Aves	30	Porco	2	Posse	Caseiro	2
Sítio Jardim Palmital	67,76	Feijão	4	Milho	4							Aves	9	Porco	1			Escritura	Familiar	3
Refúgio da Pedra Redonda	28,8	Banana	0,1									Aves	20					Titulada com matrícula	Permanente	1
Sítio do Anésio	0,5	Pomar	0,1	Horta	0,1							Aves	5					Posse	Familiar	1
São Judas Tadeu	93,6	Feijão	0,3	Milho	0,3							Bovino	5	Aves	5			Titulada com matrícula	Familiar	3
Fazenda Água Limpa	537,6																	Escritura	Permanente	1

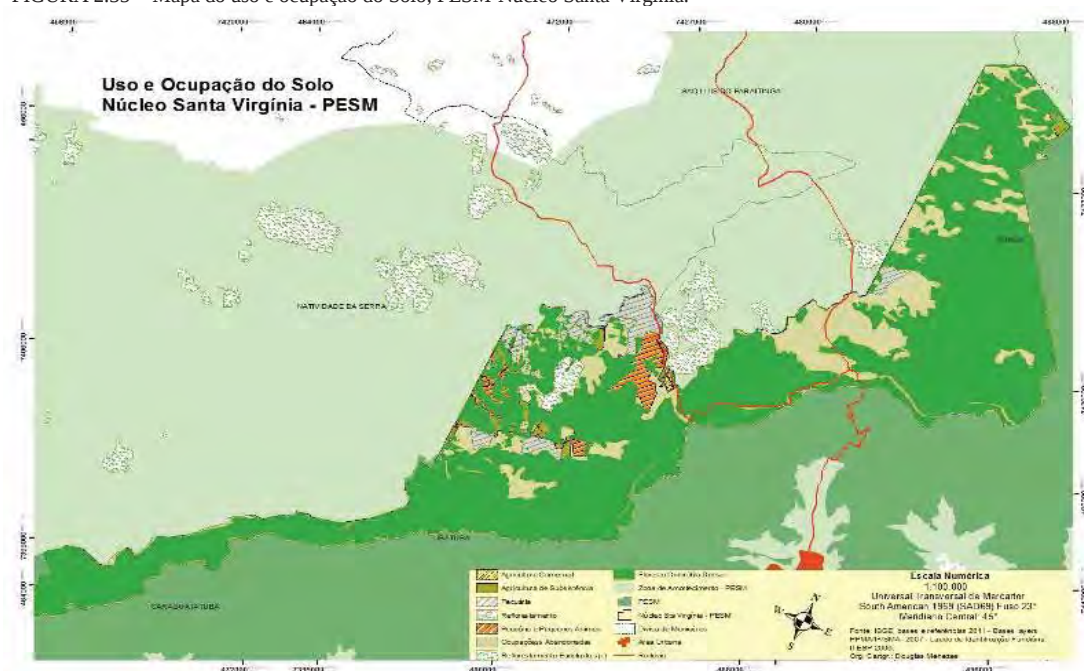
Fonte: Administração Núcleo Santa Virgínia, PESM (2009).

QUADRO 2.5 – Caracterização do morador no PESM-Núcleo Santa Virgínia

Região	Coordenadas UTM		Código	Logradouro	Domicílios Existentes	Domicílios ocupados	Profissão	Mês / Ano nascimento	Natural	Anos dentro da UC
	X	Y								
NAT	475658	7409499	1	Estrada da Guaricanga	3	1	Monitor	ago/83	S.Luís do Paraitinga	4
NAT	475612	7411104	2	Estrada da Vargem Grande	2	1	Administrador	abr/65	da região	40
NAT	477873	7410611	3	Estrada da Guaricanga	1	1	Aposentado	sem dados	da região	40
NAT	477380	7410149	4	Estrada da Guaricanga	1	1	Industriário	abr/67	da região	9
NAT	481053	7414378	5	Oswaldo Cruz km 68,0	2	2	Feirante	ago/71	Taubaté	30
NAT	477770	7414982	6	Estrada da Vargem Grande	2	1	Construtor	abr/59	São Paulo	15
NAT	479060	7411035	7	Estrada da Guaricanga	1	1	Armador	out/75	Governador Valadares	3
NAT	475471	7413089	8	Estrada da Vargem Grande	1	1	Dona de Casa	ago/54	da região	
NAT	478078	7415044	9	Estrada da Vargem Grande	1	1	Psicologa	mai/49	São Paulo	17
NAT	475288	7412683	10	Estrada da Vargem Grande	5	4	Dona de Casa	mai/46	da região	20
NAT	478443	7410318	11	Estrada da Guaricanga	1	1	Lavrador	out/70	da região	39
SLP	489207	7429436	12	Palmital	1	1	Lavrador	jan/35	da região	40
NAT	481516	7413955	13	Oswaldo Cruz km 69,5	2	1	Lavrador	abr/48	da região	18
SLP	479575	7416333	14	Oswaldo Cruz km 66,0	1	2	Aposentado	ago/24	da região	20
NAT	478171	7415215	15	Estrada da Vargem Grande	4	3	Dona de Casa	jul/70	Ouro Fino Paulista	17
NAT	480314	7415237	16	Oswaldo Cruz km 68,0	2	2	Dona de Casa	mai/60	Embaúba:SE	20
NAT	478261	7410731	17	Estrada da Guaricanga		1				20
NAT			18	Estrada da Guaricanga	1	1				

Fonte: Administração Núcleo Santa Virgínia, PESM (2009).

FIGURA 2.35 – Mapa do uso e ocupação do Solo, PESM-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: IBGE, bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007-Lauda de identificação fundiária ITESP 2000.
Org. Douglas Meneses, (2011).

Hoje, Natividade da Serra e São Luiz do Paraitinga, dois municípios que compõem a maioria da área do Núcleo Santa Virgínia (40% em Natividade da Serra e 45% em São Luiz do Paraitinga) têm ainda predomínio, historicamente falando, de atividades agropecuárias (Figuras 2.36, 2.37, 2.38).

FIGURA 2.36 – Cavalo utilizado para o transporte de leite, estrada Vargem Grande, Natividade da Serra.



Foto digital da Autora (jun. 2011).

FIGURA 2.37 – Policultura, estrada Vargem Grande, Natividade da Serra.



Foto digital da Autora (jun. 2011).

FIGURA 2.38 – Sitiante conduzindo gado, área do Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Foto digital da Autora (mar. 2010).

Em depoimento do Sr. Candido Moreira da Silva e do Sr. Alex em 2008, ao conselheiro do Núcleo Santa Virgínia PESM, Fábio Canteiro, constatamos o ciclo histórico pelo qual passou a área do Núcleo. Foi uma paisagem modificada pelos caipiras fazendeiros e sitiantes da região com suas derrubadas e queimadas da Mata Atlântica, a carvoaria, o pouso e a utilização dos caminhos para a exportação do ouro, do café, do gado e da plantação de eucaliptos, com caminhos ligando os bairros rurais, e entre o Vale do Paraíba e o Litoral Norte.

Os Paranhos faziam roça e derrubada desde 1930, depois veio o eucalipto. A matrícula 95 dos Paranhos foi assinada pelo então Presidente Washington Luiz. (...) Onde existe o Núcleo, ficavam os tropeiros, isto é, ranchos dos tropeiros perto donde hoje é o Messias, não existia ponte, atravessava-se o rio com canoas depois uma pequena balsa que atravessava os burros. (...) foi derrubado muito mato para fazer carvão, Volpinho Paranhos fazia carvão e vendia em Taubaté. Havia tropa, para trazer peixe e banana de Ubatuba e levar feijão e milho de Taubaté, era uma viagem em tropas de burros e se levava uns oito dias. (...) foi o tal de doutor Jorge (Alcantara Machado) que plantou o eucalipto no Núcleo (CANDIDO MOREIRA DA SILVA, 2008).

Em 1972 mais ou menos no alto da Serra, onde hoje é o Parque, havia mais ou menos 400 casas dos carvoeiros. Também morava o Robertão, dono da Fazenda. Tinha campo de bola. Feira todos os sábados e aos domingos havia futebol. Existia uma olaria de tijolos. Na Bica dos Paranhos eram os escritórios dos carvoeiros, faziam carvão de madeira nativa. No rio Ipiranga e Paraíbuna tinham muitas casas que eram cobertas com Sapé ou Quaricangas.(...) A maioria das pessoas trabalhavam com o carvão e suas roças particulares. Havia muita fartura, pois tudo que se plantava dava (SR. ALEX, 2008).

A ocupação humana na área do Núcleo é antiga e os conflitos com o Estado, responsável pela gestão da Unidade de Conservação, foram muito desgastantes pela não existência, até a elaboração do Plano de Manejo, que se efetivou em 2006, de diretrizes claras para o relacionamento entre ocupantes e o Núcleo Santa Virgínia.

Na última década houve o crescimento do turismo na economia dessas cidades: em Natividade da Serra a atração é a represa; em São Luiz do Paraitinga as atrações são a arquitetura do século XIX, representativa da época do café, as festas religiosas, principalmente a do Divino Espírito Santo e o Carnaval, a valorização da cultura caipira e o turismo praticado no Núcleo. (SÃO PAULO, 2006).

Em relação ao Patrimônio Cultural Material do Núcleo, encontramos:

- as trilhas do Açúcar e do Café;
- a antiga sede da Fazenda Ponte Alta;
- a Capela da Fazenda Ponte Alta;
- fornos de carvão;
- a estrada Catuçaba - Alto da Serra;
- e o sítio arqueológico na estrada de Santa Virgínia;
- trechos de panos de calçamento de pedra;
- e alicerces em pedra e vestígios dispersos por Catuçaba;
- evidências de estruturas de madeira e alvenaria de concreto no cruzamento da antiga estrada para Catuçaba;
- estruturas escavadas em encosta com cobertura de tijolos em abóboda na Trilha do Ipiranga; e
- provável ruína de senzala às margens da estrada Oswaldo Cruz (SÃO PAULO, 2006, p. 275, 334-35).

O Gestor do Núcleo Santa Virgínia destaca em depoimento em reunião do Conselho Consultivo a importância histórica do Núcleo:

Desde Catuçaba até o alto da Serra tem uma trilha calçada com paredões sobrepostos com mais de 240 anos, é anterior à trilha do ouro, construída em cima de trilhas indígenas, a proposta do Plano de Manejo é abrir um trecho para visita para vivência de uma parte da história. (GESTOR DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA PESM, 2011).

Quanto ao fato da área do Núcleo e do entorno estarem bem conservadas, o Gestor da Unidade de Conservação aponta as seguintes variáveis:

Foi na região do Estado de São Paulo que houve o maior incremento florestal, ou seja, a floresta CRESCEU. Houve o incremento de quase 300.000 hectares de floresta no Vale do Paraíba. A atuação da polícia ambiental, ajudou? Ajudou. A educação ajudou? Ajudou. Vamos dizer que isso seja 50%, os outros 50% é porque o produtor rural está descapitalizado. Uma outra coisa que a gente observava aqui no entorno do Santa Virgínia e no município de São Luis é a chegada das reflorestadoras. Hoje o eucalipto, ele faz parte da paisagem do entorno e dentro também. O grupo Alcântara Machado, antes de ser desapropriado, na década de 60, ele plantou aqui próximo de 400 mil hectares, dentro da Fazenda que foi desapropriada. Esse eucalipto que está aí dentro do Parque, não fez nenhum corte. Só que a vegetação nativa que estava no sub-bosque cresceu. E agora tem que estudar uma fórmula pra poder extrair essa madeira, porque ela não pode ficar aí sem prejudicar a restauração natural. A paisagem da região hoje, tanto dentro como do entorno tem evoluído com relação a restauração natural, ou seja, pelas condições econômicas regionais de desvalorização do pequeno agropecuarista local a floresta tem regenerado. Como é uma região com grande quantidade de umidade, porque chove muito, o fogo também ele é combatido entre aspas naturalmente e porque no entorno do Parque você tem grandes propriedades. (GESTOR DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA, PESM, 2011).

Todas essas vivências na paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, é parte de nossa memória e, por consequência, a paisagem será sempre uma herança, no sentido mais amplo, como reflete Ab'Sáber (2007, p. 9) – “de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”–, e desta forma, devemos nos responsabilizar por ela.

The background image shows a two-story building with a light-colored facade and a dark tiled roof, situated in a park-like setting with several palm trees and a clear blue sky. A gravel path leads towards the building. In the foreground, there is a wooden signpost with a black mailbox and a sign that reads 'EXPEDIENTE 2ª A 6ª FEIRA DAS 08:00 AS 12:00 E DAS 13:00 AS 17:00 HS'.

3

A GESTÃO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, PESM

EXPEDIENTE
2ª A 6ª FEIRA
DAS 08:00 AS 12:00 E
DAS 13:00 AS 17:00 HS

3.1 O PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR–PESM

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) constitui-se num corredor ecológico fundamental para a manutenção da Mata Atlântica, “está localizado na região mais desenvolvida do país e único corredor biológico íntegro, conectando os remanescentes florestais” entre o Rio de Janeiro e o sul do Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2006, p. 8).

Seu Plano de Manejo é utilizado como referência para outras Unidades de Conservação e consistiu num trabalho de aproximadamente dez anos até sua efetivação em 2006. Até 2010, era composto por oito núcleos administrativos compreendidos como Unidades de Conservação de proteção integral. Hoje o Núcleo Bertioga, com 10.000 ha, compoendo o nono núcleo do PESH, ainda não foi incorporado ao Plano de Manejo. Elaborado a partir da sistematização do conhecimento sobre os meios físico e biológico; e as características sociais, ambientais e econômicas das Unidades de Conservação que o compõem propõe um zoneamento para o desenvolvimento de programas para cumprimento de seus objetivos. (SÃO PAULO, 2006).

De acordo com Soler (1992, 243), os planos de manejo, de modo geral, têm algumas características em comum:

- Documento básico que, a partir de uma análise do espaço natural criado, estabelece seus limites, determinando os usos compatíveis com seus objetivos por meio de um zoneamento;
- Delineiam as diretrizes para os programas e atividades para a gestão, fixando os mecanismos de revisão e avaliação do próprio plano.

O projeto de desenvolvimento do Plano de Manejo do PESH foi baseado na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), (BRASIL, 2000), que regulamentou a gestão das Unidades de Conservação no Brasil e definiu parâmetros para o seu Zoneamento e o Plano de Manejo, utilizando, também, como base o “*Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas*”. (BRASIL, 2002).

Para a compreensão dos conceitos de *Zoneamento* e *Plano de Manejo*, definidos no SNUC (BRASIL, 2000), temos no capítulo 1, artigo 2º, itens XVI e XVII:

XVI - zoneamento - definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo - documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, p.2-3)

O GESTOR do Núcleo Santa Virgínia (2011) explica que, para se fazer o zoneamento do Plano de Manejo do PESM, foram utilizados dois critérios: (1) os indicativos de valores para a conservação e, (2) a vocação de uso, o que levou à delimitação das zonas -

1.Quanto aos valores para a conservação - representatividade; riqueza e diversidade de espécies; área de transição; presença de sítios históricos e suscetibilidade ambiental.

2.Quanto à vocação de uso - potencial para visitação; infraestrutura; usos conflitantes; potencial para conscientização ambiental e presença de população.

Os critérios principais levados em consideração para a construção das zonas de manejo do PESM estão relacionados ao nível de pressão antrópica dentro e no entorno da Unidade de Conservação; no grau de acessibilidade à zona de manejo; à quantidade e extensão das áreas de domínio público em relação à área total do Parque; aos estágios de regeneração natural dentro da Unidade de Conservação para classificação dos graus de intervenção; a avaliação do percentual de proteção de cada zona e os limites geográficos identificáveis na paisagem. (SÃO PAULO, 2006, p. 263).

Segundo Mattoso et al. (2009, p. 7), o zoneamento foi definido de acordo com suas “fragilidades e necessidades específicas de proteção das florestas, de acordos sobre os usos atuais, com as demandas das instituições e comunidades locais, consensuadas nas reuniões de planejamento participativo resultando em um mapa síntese”.

Com a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, PESM, em 1977, grandes desafios se colocaram presentes para a efetiva gestão dos Núcleos. O Parque tem uma grande extensão situada na região de maior demografia do país, a região sudeste segundo o Censo do IBGE 2010, tem 42,1% da população total do Brasil (BRASIL, 2010) sem integração do Plano de Manejo com as políticas públicas regionais e municipais como os planos diretores e projetos de desenvolvimento regionais.

A ocupação urbana no entorno e as ocupações dentro do Parque em processo de regularização até hoje é outro grande desafio para a gestão. O Parque também tem seus problemas em relação à eficácia da gestão integrada dos núcleos “com autonomia administrativa sem comando unificado”. (SÃO PAULO, 2006, p.8).

Destaca-se, como fatos importantes do Plano de Manejo, o desenvolvimento das etapas pertinentes ao planejamento participativo, envolvendo toda a comunidade local, na forma de oficinas destinadas para - representantes de prefeituras; organizações; associações diversas; pesquisadores; empresários; e população moradora na Unidade de Conservação.

Apresenta-se, a seguir, o Quadro 3.1: “Identificação das zonas do PESM”, com um resumo das características de cada zona do Plano de Manejo do PESM, relevantes para a investigação numa adaptação das informações contidas no capítulo 4 do Plano de Manejo do PESM (SÃO PAULO, 2006) e do Decreto Estadual nº 56.572, de 22 de dezembro de 2010 que dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e da providência correlatas. (SÃO PAULO, 2010).

Optou-se por trazer para o quadro os graus de intervenção em relação às atividades delimitadas a cada grau definindo o conceito de cada zona de manejo, os objetivos para atuação em cada uma delas, suas normas destacando algumas observações consideradas relevantes para o entendimento do zoneamento do Parque e, posteriormente para entendimento do zoneamento do Núcleo Santa Virgínia apresentado sequencialmente neste capítulo. Omitiram-se na construção do quadro os dados sobre os objetivos específicos de cada zona, os usos proibidos, e algumas justificativas considerando que os objetivos do quadro e do mapa são um panorama geral da dinâmica do zoneamento do Parque e do Núcleo.

A Figura 3.1 representa a síntese mapeada desse zoneamento do PESM.

QUADRO 3.1 – Identificação das zonas do PESH

Grau de intervenção	Zona/definição	Objetivos	Normas/ permissão	Recomendações
Nenhum ou baixo grau de intervenção	INTANGÍVEL Onde a natureza permanece mais próxima de seu estado primitivo e distante das principais vias de acesso. Representa o banco genético, a partir do qual se viabilizam a recuperação de áreas mais degradadas e a recuperação dos processos ecológicos em outras zonas.	Proteção integral e conhecimento dos ecossistemas, e dos processos ecológicos, que são responsáveis pela manutenção da biodiversidade no Parque.	Pesquisa científica, monitoramento ambiental e proteção; Instalação de sinalização indicativa; Coleta de sementes para pesquisa dos processos de regeneração dos ecossistemas, apenas de espécies não encontradas em outras zonas; Pesquisas relacionadas ao enriquecimento da biodiversidade do PESH; As atividades permitidas não poderão alterar nem comprometer a integridade dos recursos naturais.	Qualquer edificação ou ocupação antrópica porventura existente nesta Zona, deverá ter prioridade de remoção. Os estudos sobre as condições desta área devem ter prioridade, visando a uma futura revisão dos limites da zona.
	PRIMITIVA Predomina a floresta ombrófila densa em estágios sucessionais médio, avançado e mesmo primitivo, bem como outras formações vegetais da Mata Atlântica nestes mesmos estágios, abrigando espécies de fauna e flora mais representativas da Mata Atlântica, assim como valores estéticos que levam à contemplação, observação e exploração dos sentidos.	Conservação da paisagem natural e da biodiversidade, dos aspectos físicos, históricos e culturais a ela associados.	Pesquisa científica, proteção, monitoramento e educação ambiental. Instalação de sinalização indicativa. Coleta de sementes para viabilizar os processos de regeneração dos ecossistemas do próprio PESH. Pesquisas relacionadas ao enriquecimento da biodiversidade do PESH. Projetos de enriquecimento de biodiversidade embasados em pesquisas anteriores. Implantação de pequenas bases de apoio à fiscalização e pesquisa científica, em condições de, eventualmente, abrigar indivíduos em atividades de interpretação de seus atributos naturais.	A fiscalização deverá ser constante nesta zona, visando diminuir a ação de - caçadores; a coleta de palmito e outras espécies da flora; o fogo; a visitação irregular e outras formas de degradação ambiental. Monitoramento contínuo desta Zona, especialmente no contato com áreas de maior pressão. As pesquisas sobre a extração de recursos naturais, como, por exemplo, o palmito <i>Euterpe edulis</i> e sobre sua fauna cinegética devem ter caráter prioritário.
	ZONA DE INCLUSÃO Incluída posteriormente ao Plano de Manejo pelo Decreto 56.572 de 22 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010).	Ampliar a proteção do bioma da Mata Atlântica e da Serra do Mar.	O levantamento detalhado e a avaliação das áreas deverão ser elaborados pela Fundação Florestal.	As glebas correspondem a áreas de domínio público.
Médio grau de intervenção	USO EXTENSIVO Tem sua maior parte por trilhas e atrativos naturais que atravessam ecossistemas naturais conservados, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. A Zona de Uso Extensivo inclui principalmente as trilhas de acesso aos atrativos naturais de visitação, como as praias, cachoeiras,	Manutenção dos ambientes naturais com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público, e facilidades mínimas para fins educacionais e de recreação.	Todas as atividades permitidas nas zonas anteriores acrescentando-se: O manejo com vistas à recuperação da fauna, da flora e da paisagem; Atividades de uso público de baixo impacto ao meio físico e biótico e que respeitem a segurança do visitante; Instalação de pequenas estruturas simples para a comunicação e interpretação ambiental, de segurança e apoio à visitação. Destacam-se para esta zona as atividades de pesquisa, educação ambiental, ecoturismo e atividades de uso público ou esportivo de baixo impacto nas trilhas e	As atividades de interpretação e recreação terão como objetivo facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes; Escavações e outras atividades relacionadas a pesquisas do meio biótico, meio físico, históricas e arqueológicas deverão utilizar metodologia de mínimo impacto; Todas as trilhas e atrativos presentes nesta zona devem fazer parte de um programa de monitoramento dos impactos causados pela visitação, que não se restrinja somente ao

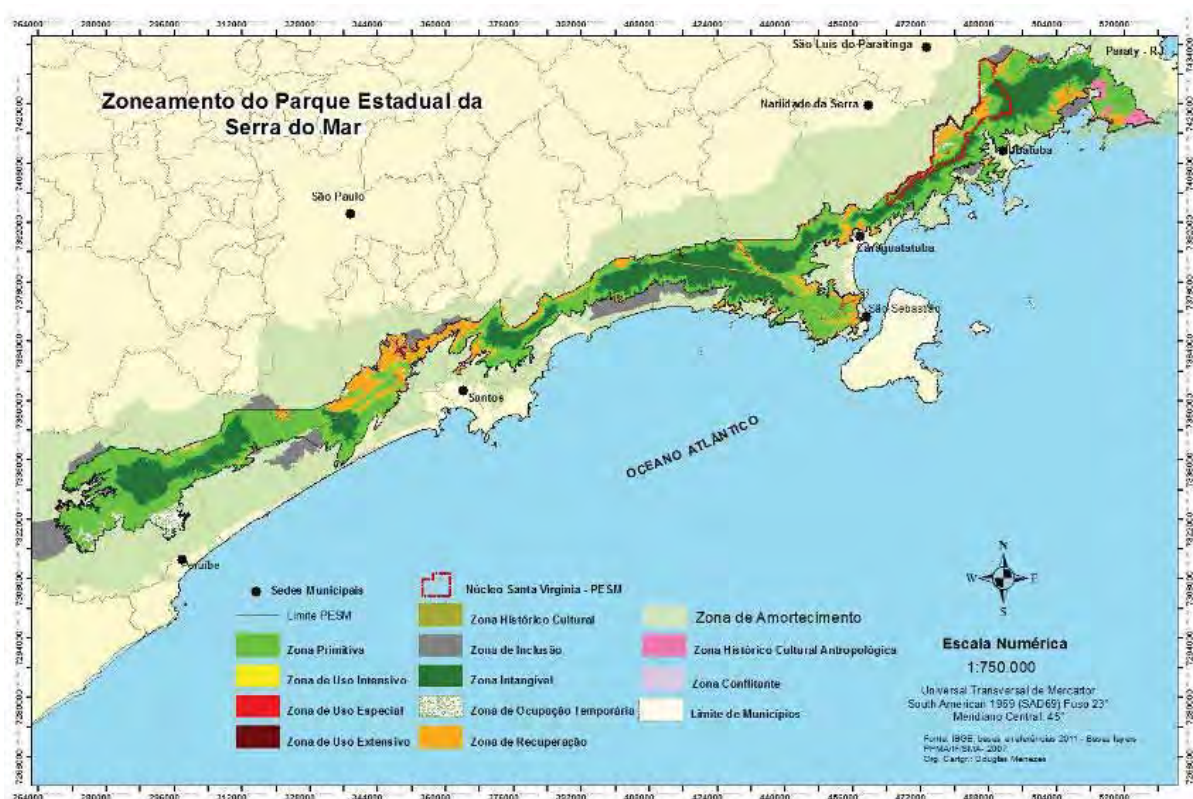
	mirantes, abrigos e outros pontos de interesse.		atrativos e seus ambientes adjacentes, permitindo a sensibilização da sociedade para a importância da conservação da Mata Atlântica.	estudo da capacidade de carga; Todos os resíduos de alimentos, embalagens e de quaisquer produtos utilizados nesta Zona deverão ser depositados em recipientes apropriados, nunca deixados na natureza.
	HISTÓRICO CULTURAL (arqueológica) Foi definido considerando-se a identificação, avaliação, valoração e o potencial de bens do patrimônio cultural, associados aos cenários históricos que compõem a Unidade - compreendendo os sítios e trilhas que contêm evidências arqueológicas, etno-históricas ou bens do patrimônio cultural presentes na área do Parque.	É a proteção do patrimônio cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar dos povos tradicionais) da Unidade, visando a seu estudo, interpretação e valorização para garantir sua preservação, conservação e desenvolvimento.	Pesquisa científica, educação e monitoramento ambiental e patrimonial e recreação; Restauro e manutenção de estruturas objetivando sua operação, conservação, valorização e uso pedagógico, sempre em acordo com as normas estaduais (CONDEPHAAT) e federais (IPHAN); Implantação de infraestrutura necessária integrada à paisagem para as atividades de pesquisa, educação, fiscalização, monitoramento, controle e recreação de mínimo impacto; Manejo dos recursos naturais com vistas à recuperação da fauna, da flora e da paisagem.	Quaisquer construções nesta Zona devem estar em harmonia e integradas à paisagem e à história regional e, para sua efetiva implementação, necessitam do parecer de um especialista, confirmando a não ocorrência, dentro da área a ser modificada, de bens arqueológicos; As trilhas devem manter as características adequadas a sua origem, história e aos objetivos de uma Unidade de Conservação.
Alto grau de intervenção	USO INTENSIVO Constituída, em sua maior parte, por áreas naturais já alteradas pelo homem, que concentra as atividades ligadas à visitação pública.	Proporcionar aos visitantes do Parque informação sobre a importância da Mata Atlântica, de sua preservação e da conservação de sua biodiversidade, bem como oportunidades de contato direto com seus ecossistemas, sejam educativas, contemplativas, esportivas, recreativas ou de aventura. A Zona de Uso Intensivo tem a função de facilitar a visitação, a recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio, de modo a monitorar, controlar e orientar o fluxo de visitantes.	Todos aqueles permitidos nas zonas anteriores à exceção da Zona Histórico-Cultural Antropológica; Atividades de recreação intensiva; Implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de proteção, controle, monitoramento, uso público, educação e pesquisa; Incluem infraestrutura de sinalização, monitoramento, controle e cobrança de ingressos, bem como suporte para atividades educacionais, recreativas, esportivas, culturais e comunitárias, sempre em conformidade com os objetivos das Unidades de Conservação e integração com a comunidade local e regional; Implantação de áreas de acampamento, hospedarias e prestação de serviços (restaurante, lanchonete, loja de conveniência, loja de prendas), sempre mediante a elaboração e aprovação de projetos pelo Instituto Florestal, em acordo com os programas de manejo, conforme indicado nos respectivos Programas de Manejo.	Todos os serviços oferecidos ao público deverão estar concentrados nesta Zona: centros de visitantes, centros de apoio aos visitantes, lanchonete, sanitários, instalações para serviços terceirizados como condutores, estacionamentos.
	USO ESPECIAL Contém a infraestrutura necessária à implementação dos Programas de Manejo do Parque, principalmente voltada para administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. As vias de acesso (incluindo as de servidão)	Implantar em locais estratégicos as estruturas necessárias para implantação e desenvolvimento dos programas de manejo.	Todas as obras a serem implementadas devem dispor de projetos previamente aprovados por órgãos com competência legal.	Utilizar infraestrutura já existente através de parcerias; As áreas que tiverem infraestrutura prioritária para o Parque devem ser priorizadas dentro do processo de desapropriação; Implementação de pontos estratégicos para fiscalização e visitação.

RECUPERAÇÃO É constituída em sua maior parte por ecossistemas parcialmente degradados, e que devem ser recuperados de forma a atingir um melhor estado de conservação. Esta é uma zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes.	Deter a degradação dos recursos naturais e restaurar ou recuperar a biota.	Todos aqueles das Zonas Intangível, Primitiva, Histórico Cultural - Arqueológica e de Uso Extensivo; O plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica de ocorrência natural na região. Utilização de técnicas de recuperação direcionada. Instalação de viveiros ou pequenas estruturas de apoio à reintrodução de animais silvestres, desde que embasada por pesquisas científicas.	Deverá ser avaliado o potencial dessas áreas para uso em educação ambiental, posteriormente, à sua recuperação; Uma vez recuperadas, as áreas desta zona deverão ser incorporadas a uma das zonas permanentes instituídas para o Parque.
USO CONFLITANTE (infraestrutura de base) Constituída por áreas ocupadas pela infraestrutura de base de utilidade pública, composta por rodovias, dutos, plantas industriais, torres e/ou linhas de transmissão de energia elétrica, ferrovias, antenas, reservatórios de água, barragens e outras obras ou equipamentos, a maior parte instalada anteriormente à criação do PESH, cujos usos e finalidades são caracterizados como de utilidade pública, mas que conflitam com os objetivos de conservação da área protegida e influem diretamente nos processos ecológicos do PESH.	Criar condições para que as empresas que operam estas estruturas contribuam com a proteção, monitoramento, controle e implantação do Parque, e garantir que empreendimentos imprescindíveis sejam instalados somente depois de garantida a minimização máxima dos impactos decorrentes, conforme legislações competentes, bem como a disponibilização das devidas compensações ambientais e parcerias para implantação do Parque, inclusive durante a operação do sistema.	Serão permitidas atividades de manutenção de equipamentos e serviços, relacionadas a estas estruturas dentro dos procedimentos aprovados pelo órgão gestor da Unidade, e que deverão ser objeto de acompanhamento técnico em empresa especializada contratada pela empresa proprietária ou concessionária dos equipamentos.	Deverá ser elaborado o cadastro georreferenciado desta infraestrutura, contendo a empresa, os responsáveis diretos e o contato para comunicação.
HISTÓRICO CULTURAL ANTROPOLÓGICA As comunidades incluídas nesta Zona são: Todos os caiçaras e quilombolas do Cambury; Todos os caiçaras de Ubatumirim; Todos os caiçaras do sertão da fazenda na região da sede do Núcleo Picinguaba; Todos os caiçaras da Vila de Picinguaba.	Proteger e conservar a Mata Atlântica e sua biodiversidade na porção do Corredor Ecológico da Serra do Mar,	As áreas ocupadas por comunidades tradicionais devem passar por um diagnóstico visando à caracterização de tradicionalidade para os seus ocupantes; Após os ocupantes terem seu caráter tradicional reconhecido oficialmente, as áreas ocupadas por elas devem ser micro zoneadas, visando à elaboração de um Plano de Uso Tradicional (PUT); As práticas agrícolas só serão autorizadas caso respeitem as práticas da conservação do solo.	Este zoneamento não ocorre no Núcleo Santa Virgínia.
OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA Áreas ocupadas por posseiros ou titulares de registro imobiliário, que ainda não foram indenizados e que se encontra em processo de regularização fundiária. Após a indenização e/ou reassentamento, esta zona será incorporada a outras,	Minimizar as interferências no meio natural e compatibilizar ao máximo as ações humanas com a conservação e recuperação ambiental, regulamentando as atividades enquanto esta área não for incorporada ao patrimônio do Estado.	Todas as edificações pré-existentes poderão e deverão contar com sistemas sanitários adequados de deposição e tratamento de resíduos e efluentes, conforme normas técnicas existentes aprovadas pela CETESB e em acordo com a legislação vigente; Deverá ser estabelecido um Termo de Compromisso nos termos da legislação vigente com os ocupantes do Parque, que definirá normas específicas de uso	Somente serão passíveis de manutenção e autorização pelo Instituto Florestal, quando forem realizadas em áreas já utilizadas para o mesmo fim à época da realização deste Plano de Manejo. Qualquer permissão ou autorização do órgão gestor não implicará o reconhecimento de propriedade da área.

	conforme suas condições ambientais.		temporário, até a conclusão do processo desapropriatório e de reassentamento; Poderão ser firmadas parcerias entre os ocupantes da zona de ocupação temporária e a Unidade, visando compatibilizar a gestão do Parque com atividades em curso e a minimização dos impactos sobre os recursos naturais.	
	ZONA DE AMORTECIMENTO De acordo com a Lei nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XVIII define-se como zona de amortecimento o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. O Art. 25 preconiza que as Unidades de Conservação, incluindo os Parques Estaduais, devem possuir Zona de Amortecimento.	Proteger e recuperar os mananciais, os remanescentes florestais e a integridade da paisagem na região de entorno do Parque Estadual da Serra do Mar, para garantir a manutenção e recuperação da biodiversidade e dos seus recursos hídricos.	Quando couber, como medida mitigadora, os órgãos licenciadores devem recomendar a manutenção ou faixas de vegetação florestal nativa localizada entre o Parque e as áreas destinadas a atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;	Articular pela incorporação das normas do Zoneamento Ecológico Econômico e Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais nos Planos Diretores Municipais. Apoiar a difusão e aplicação da legislação ambiental incidente, principalmente o Código Florestal, o Decreto Federal 750, a Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais e a Lei de Crimes Ambientais; Incentivar a criação de Reserva Particular de Proteção da Natureza-RPPN, entre outras ações.

Fontes: SÃO PAULO (2006; 2010). Adaptado por Juliana Marcondes Bussolotti, (2011).

FIGURA 3.1 – Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Mar.

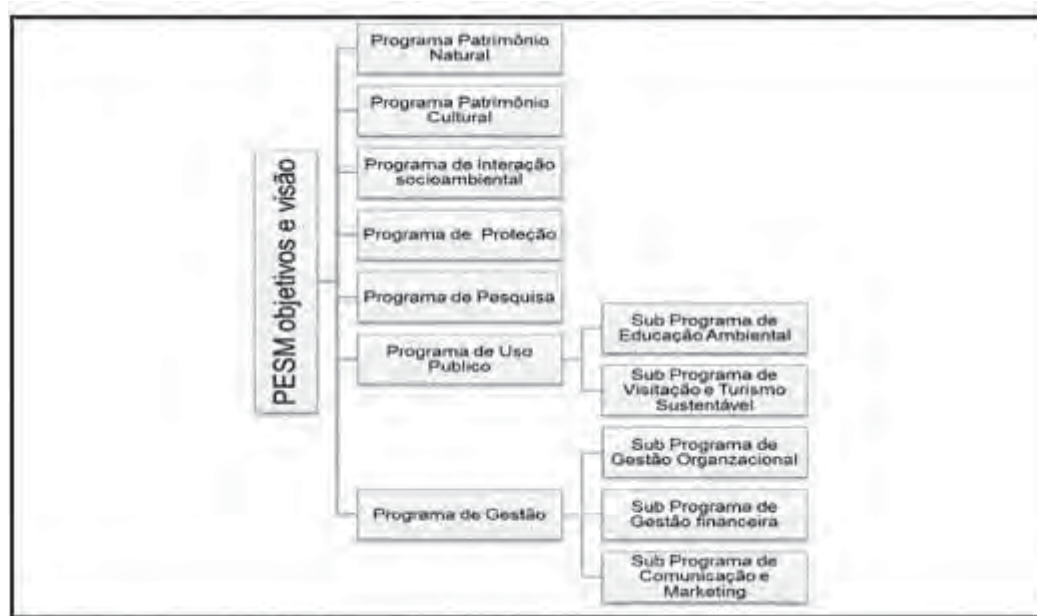


Fonte: IBGE bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007. Org. Douglas Menezes, (2011)

O processo de planejamento participativo buscou consolidar o zoneamento do PESH para desenvolvimento ordenado do Plano de Manejo, com suas propostas de diretrizes estratégicas, as ações e atividades organizadas em Programas de Manejo, como os de Patrimônio Natural, Patrimônio Cultural, Interação Socioambiental, Proteção, Pesquisa, Uso Público e Gestão (Figura 3.2).

O PESH finalizou a elaboração do seu Plano de Manejo, aprovado pelo CONSEMA (SP), em agosto 2006. Os Programas de Manejo ao lado do Zoneamento compõem a base para a gestão do Parque Estadual da Serra do Mar.

FIGURA 3.2 – Estrutura Geral dos Programas de Manejo do PESH.



Fonte: Plano de Manejo. (SÃO PAULO, 2006, p. 315).

3.2 OS PROGRAMAS DE MANEJO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA

A Gestão do Núcleo Santa Virgínia é construída sobre esse Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar PESH. O zoneamento dessa Unidade de Conservação foi elaborado a partir dos dados levantados no Plano de Gestão Ambiental, em 1998, e balizados no zoneamento do PESH para o Plano de Manejo de todas as Unidades de Conservação que o compõem. Propõe-se como diretriz fundamental para o zoneamento do Núcleo Santa Virgínia (NSV) a interação institucional com as comunidades que se relacionam com esta área protegida.

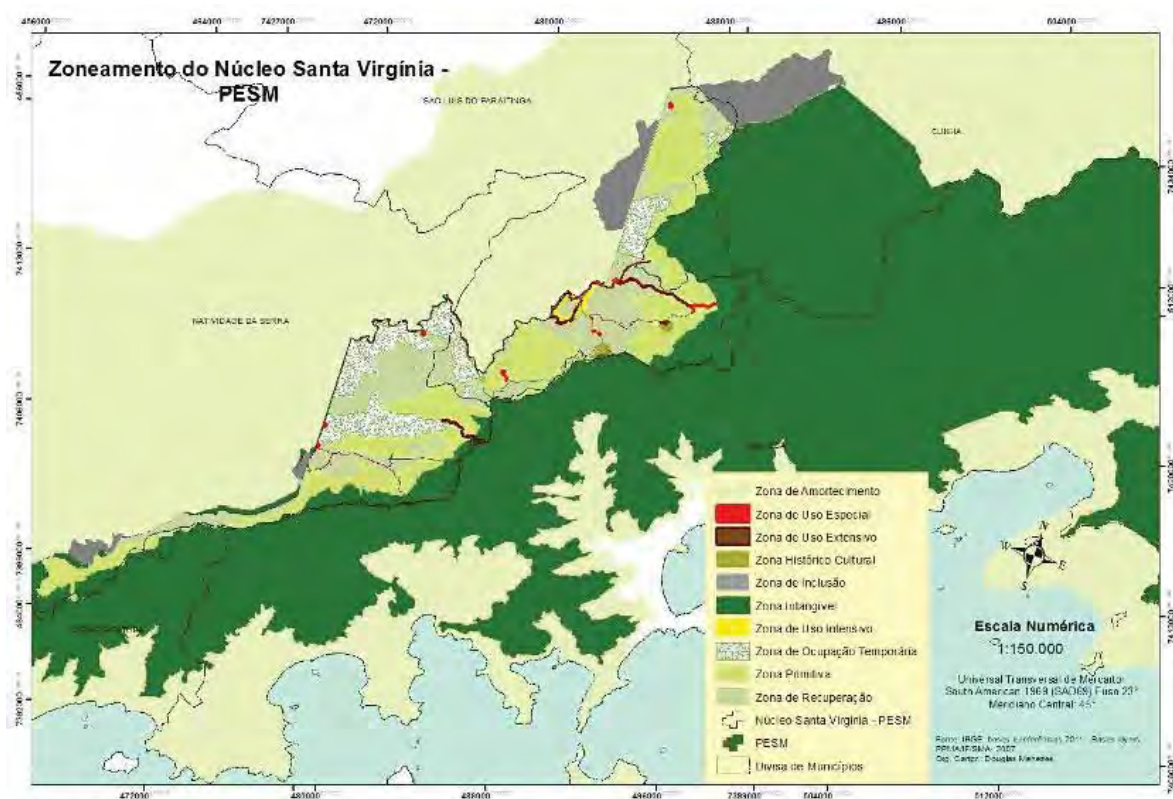
A elaboração do zoneamento do Núcleo Santa Virgínia iniciou-se com uma pré-proposta levada para discussão nas oficinas de planejamento da fase 1 do Plano de Manejo do PESH, em 1998. O zoneamento foi estabelecido por meio do cruzamento das Cartas Temáticas da geomorfologia, da vegetação, do uso do solo, do levantamento das pressões antrópicas da área, da legislação ambiental, da hidrografia regional, como também dos usos turísticos da área. (SÃO PAULO, 1998). Com a finalização do Plano de Manejo do PESH, o zoneamento do Núcleo, passou por adequações, resultando no estabelecido na Figura 3.3, e descrito no Quadro 3.2 que levou em consideração o Plano de Gestão Ambiental fase 1. (SÃO PAULO, 1998); o capítulo 4 – Zoneamento do Plano de Manejo do PESH, (SÃO PAULO, 2006) e o Decreto 56.572 de 22 de dezembro de 2010. (SÃO PAULO, 2010).

QUADRO 3.2 – Identificação das zonas do Núcleo Santa Virgínia

Grau de intervenção	Zona/Definição
Nenhum ou baixo grau de intervenção	INTANGÍVEL compreendem as bordas do Núcleo com as escarpas da Serra do Mar a leste, sudeste e norte da Unidade de Conservação na divisa com o Núcleo Picinguaba e Cunha.
	PRIMITIVA predomina a floresta ombrófila densa em estágios sucessionais médio, avançado e mesmo primitivo, bem como outras formações vegetais da Mata Atlântica nestes mesmos estágios, abrigando espécies de fauna e flora mais representativas da Mata Atlântica.
	ZONA DE INCLUSÃO incluída posteriormente ao Plano de Manejo pelo Decreto 56.572 de 22 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010).
Médio grau de intervenção	USO EXTENSIVO tem sua maior parte por trilhas e atrativos naturais que atravessam ecossistemas naturais conservados, apresentando alterações humanas. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo; inclui principalmente as trilhas de acesso aos atrativos naturais de visitação, como cachoeiras, mirantes, abrigos e outros pontos de interesse. A vegetação encontrada está em estágio médio e avançado de sucessão florestal.
	HISTÓRICO CULTURAL ARQUEOLÓGICA considera-se a identificação, avaliação, valoração e o potencial de bens do patrimônio cultural, associados aos cenários históricos que compõem a Unidade, tais como - Fornos de carvão; Estruturas escavadas em encosta com cobertura de tijolos em abóbada; Sítio arqueológico Estrada de Santa Virgínia com evidências de calçamento em pedra e muros de arrimo.
Alto grau de intervenção	USO INTENSIVO constituída, em sua maior parte, por áreas naturais já alteradas pelo homem, que concentra as atividades ligadas à visitação pública, como o Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental. Situada entre o rio Paraibuna e Ipiranga, limitado pela antiga rodovia Oswaldo Cruz (SP-125)
	USO ESPECIAL contém a infraestrutura necessária à implementação dos Programas de Manejo do Parque, principalmente voltada para administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. As vias de acesso, incluindo as de servidão.
	RECUPERAÇÃO é constituída em sua maior parte por ecossistemas parcialmente degradados, e que devem ser recuperados, de forma a atingir um melhor estado de conservação. Foi estabelecida pelo cruzamento das cartas de uso do solo e vegetação, onde se encontram plantações de eucaliptos da fazenda Santa Virgínia, de aproximadamente 600 hectares, áreas mais alteradas como pastagem, de extração de madeira e produção de carvão vegetal, antes da existência do Núcleo.
	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA de áreas ocupadas por posseiros ou titulares de registro imobiliário que, ainda, não foram indenizados, e que se encontra em processo de regularização fundiária. Após a indenização e/ou reassentamento, esta zona será incorporada a outras, conforme suas condições ambientais.
	ZONA DE AMORTECIMENTO ou ZONA TAMPÃO como chamado no Plano de Gestão Ambiental (SÃO PAULO, 1998), de acordo com a Lei nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XVIII define-se como zona de amortecimento o entorno de uma Unidade de Conservação cujas atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas.

Fontes: São Paulo (1998; 2006; 2010).

FIGURA 3.3 – Zoneamento Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: IBGE bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007. Org. Douglas Menezes, (2011).

Descrevem-se estes programas do Núcleo Santa Virgínia à luz de suas dinâmicas atuais, para que se possa compreender o lugar de atuação dos conselheiros consultivos dessa Unidade de Conservação. (Figura 3.4).

Segundo o Plano de Manejo (SÃO PAULO, 2006, p. 310), “ o PESH deve ser o maior corredor biológico da Mata Atlântica, fonte de vida e patrimônio comum da sociedade, onde as pessoas se sintam responsáveis pela conservação dos seus recursos naturais, históricos e culturais”. Todos os programas são implementados pela gestão do Núcleo, tendo como meta a colocação da missão do Parque citada. As atividades dos programas são repassadas ao Conselho Consultivo para comunicação das ações executadas pela Unidade de Conservação ou para referendar parcerias e ações que envolvam mais instituições ou a comunidade diretamente representada pelos conselheiros.

FIGURA 3.4 – Organograma da Gestão dos Programas do PESH-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Plano de Manejo do PESH (SÃO PAULO, 2006). Adaptado por Juliana Marcondes Bussolotti, (2011).

3.2.1 PROGRAMA DE MANEJO DO PATRIMÔNIO NATURAL

O Programa de Manejo parte da consideração de que o conhecimento sobre a biodiversidade do PESH ainda é insuficiente, com a extração de recursos da biodiversidade, principalmente o palmito, as bromélias e a caça, tornando-se necessário e oportuno propor projetos que visem a recuperação como o dos viveiros e plantios do Juçara no entorno da Unidade, que levem à sensibilização da comunidade do entorno e região sobre esse Patrimônio. Tem como objetivo explicitado no Plano de Manejo - “(...) a articulação entre diversas organizações governamentais e não governamentais visando à proteção da mata atlântica; o aumento das fontes de financiamento focadas na proteção da mata atlântica e o aumento da consciência ambiental do público em geral”. (SÃO PAULO, 2006, p. 313).

Em relação aos temas de concentração estratégica para o Programa, estão: (a) o incentivo às RPPNs no entorno do Núcleo, com cadeira no Conselho Consultivo na Gestão 2011-2013; (b) a participação do Núcleo no Mosaico Bocaina, (c) inclusão de áreas florestadas à Unidade de Conservação, (d) participação no projeto BIOTA-FAPESP, entre outros grandes projetos de pesquisa na área.

O Programa de Manejo do Patrimônio Natural é executado, também, simultaneamente com as ações do Programa de Interação Socioambiental Projeto BID/Serra do Mar; Projeto Semeando Sustentabilidade; Projeto Juçara; e Projeto FEHIDRO/AKARUÍ, estabelecendo uma ligação entre as comunidades e a Unidade de Conservação. Esse Programa é o ‘carro chefe’ de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e permeia todas as ações da gestão. (Figura 3.5).

FIGURA 3.5 – Área de viveiro na Reserva Particular de Proteção da Natureza na estrada Catuçaba, propriedade particular parceira do projeto Semeando Sustentabilidade.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia – PESM (2010).

3.2.2 SOBRE O PROGRAMA DE MANEJO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Núcleo Santa Virgínia tem um grande número de bens culturais tanto materiais como imateriais (capítulo 1), que podem ser utilizados como instrumentos de sensibilização do público visitante. Conta, também, com o aumento do interesse do público, em geral, para a conservação do patrimônio histórico-cultural. As parcerias entre o município de São Luiz do Paraitinga e a Unidade, para atividades relacionadas à conservação e divulgação dos bens materiais e imateriais do Núcleo, vêm ocorrendo com mais intensidade, desde 2010.

O Programa de Manejo do Patrimônio Cultural será construído por um projeto ainda em elaboração, nomeado ‘Projeto Indicadores de Sustentabilidade do Turismo’, que pretende elaborar uma metodologia de planejamento e monitoramento do turismo, a partir de indicadores de sustentabilidade da paisagem natural e cultural do Núcleo Santa Virgínia. Este projeto parte da premissa que a Unidade de Conservação é referência para a construção de um Programa de Uso Público e de manejo do seu patrimônio natural e cultural que integre a Unidade e o seu entorno. Conforme a Declaração de Bariloche, (IUCN, 2007, p. 5) a “sociedade latinoamericana e mundial devem valorizar integralmente as áreas protegidas e todos seus atributos tangíveis e intangíveis”. (IUCN, 2007, p. 5).

3.2.3 O PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - AS VIVÊNCIAS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NA ÁREA

O Programa de Interação Socioambiental do PESM tem como objetivo “gerar a aproximação entre a sociedade local e regional e o Parque, possibilitando um melhor entendimento do que vem a ser uma unidade de conservação”. (SÃO PAULO, 2006, p. 339). Nessa perspectiva, as atividades relacionadas ao Programa de Manejo do Patrimônio Natural e de Interação Socioambiental, ocorridas no Núcleo Santa Virgínia, vêm se expandindo e abrindo caminho para maior relação da comunidade com o Núcleo.

A ocupação é antiga e os conflitos com a Unidade de Conservação sempre foram muito desgastantes, pela não existência, até a elaboração do Plano de Manejo, de diretrizes claras para o relacionamento entre ocupantes e o Núcleo Santa Virgínia. Embora seja objetivo prioritário do Plano “a regularização fundiária e a implementação da Zona de Ocupação Temporária nos bairros de Guaricanga, Vargem Grande, Briets, Palmital, Sertão do Puruba, Fruta Branca, entre outros localizados no interior do PESM”, ainda, está em processo de demarcação e regularização de documentação em todas as áreas, mas, para maior interação, já são executados projetos de parceria entre organizações não governamentais e o Núcleo no entorno destas áreas conflituosas. (SÃO PAULO, 2006, p. 430).

O Projeto de recuperação e geração de renda para famílias do entorno – hoje denominado ‘Semeando Sustentabilidade’–, propõe-se a recuperar fragmentos de florestas com o plantio de palmito na Unidade de Conservação e seu entorno, como a Palmeira Juçara, desde 2007, quando o primeiro viveiro foi criado na região. Foram construídos dois viveiros de Juçara no entorno do Núcleo Santa Virgínia, um na estrada de Catuçaba, próximo à base administrativa, e outro na Vargem Grande. O Instituto Florestal é parceiro do projeto com os Viveiros de Pindamonhagaba e Taubaté. O projeto foi bem-recebido e, hoje, tem financiamento da FIBRIA; da Prefeitura; da Fundação Florestal; e da Petrobrás. A organização não governamental AKARUÍ coordena o projeto no entorno da Unidade de Conservação, conforme representado nas Figuras 3.6 e 3.7, com as propriedades com viveiros e ou replantio da Juçara.

FIGURA 3.6 – Área de viveiro próximo à sede Vargem Grande, propriedade particular parceira do projeto Semeando Sustentabilidade.

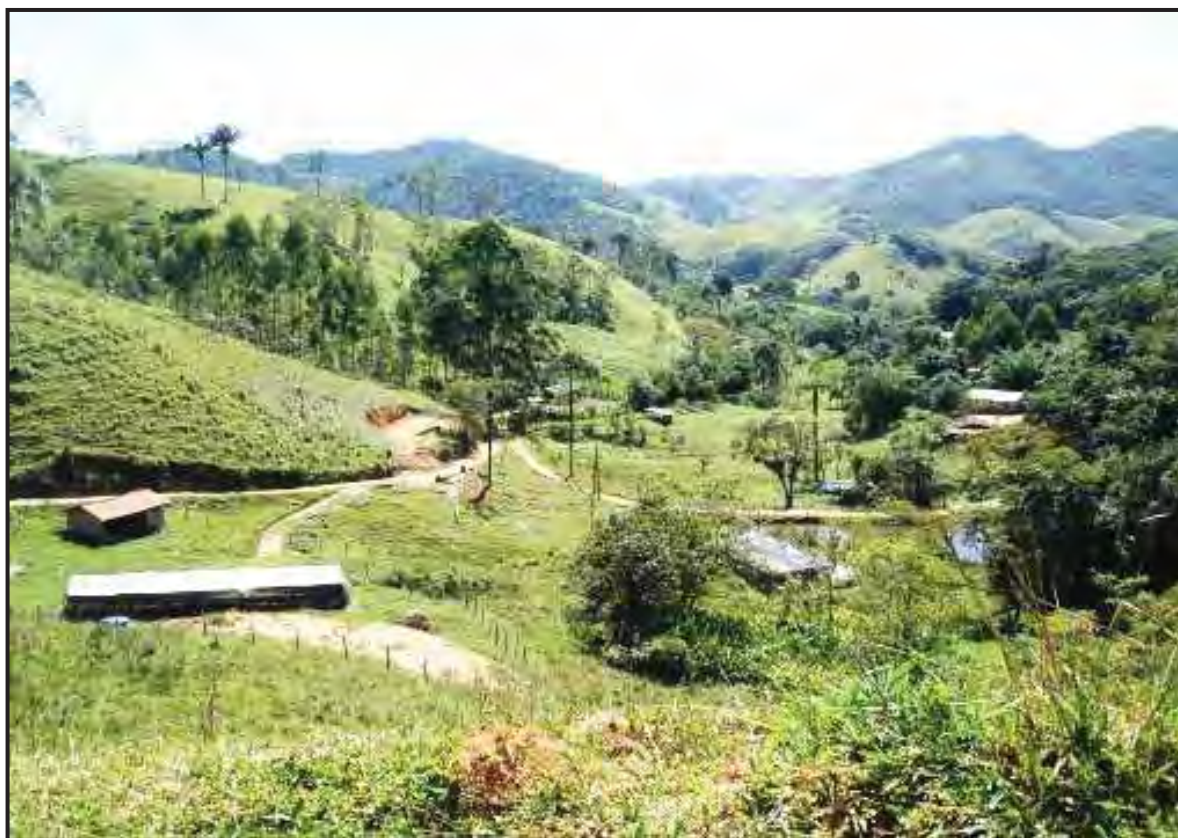


Foto digital da Autora, março (2010).

3.2.4 SOBRE O PROGRAMA DE PROTEÇÃO - A QUESTÃO DOS CONFLITOS REGIONAIS

A atividade que ocorre com maior frequência é a extração ilegal do Palmito. As ocorrências eram mais frequentes no entorno da Unidade, principalmente de 1991 a 2007; com a finalização do Plano de Manejo houve maior organização institucional para manutenção da Unidade de Conservação, com contratação de serviços de vigilância terceirizados e aumento da fiscalização em parceria com a Polícia Ambiental (Figura 3.8).

A ausência de demarcação física dos limites do PESM na região gerou dúvidas e conflitos com as comunidades inseridas na Unidade de Conservação. Historicamente, o PESM foi fruto da junção de várias reservas estaduais, criadas nas décadas de 1940 a 1960, que eram áreas devolutas regularmente incorporadas ao patrimônio do Estado ou por desapropriação, cujo objetivo, na época destas desapropriações, pretendia a proteção das encostas da Serra e/ou para preservar nascentes de cursos d'água que abastecem as regiões metropolitanas até os dias de hoje. A demora no Processo de desapropriação das propriedades particulares vem frequentemente gerando vários conflitos com a população local. (SÃO PAULO, 2006).

As comunidades que moram atualmente tanto no interior como no entorno do Parque surgiram *“por meio da implantação do modelo de pecuária que foi trazida pelos mineiros, logo depois do ciclo do café; hoje, 10% da área dos 17.500 hectares é utilizada para pecuária”* (GESTOR, NSV, 2010).

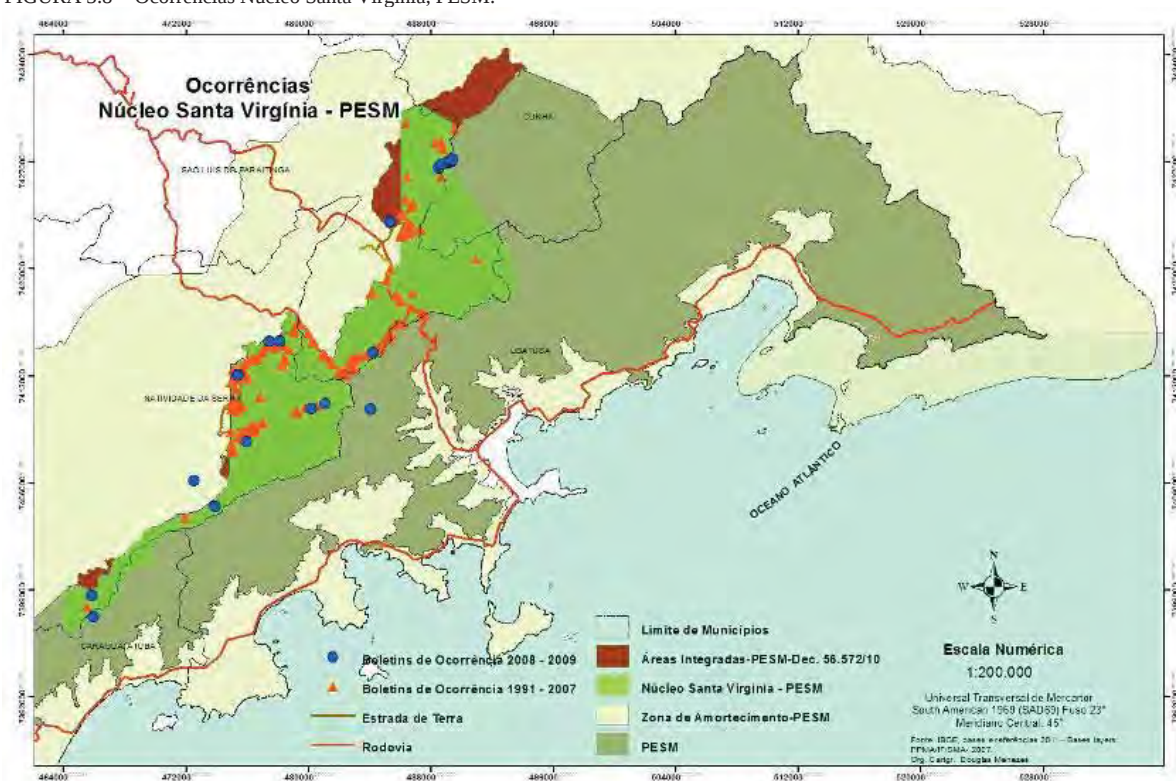
A presença de populações que ocupam a área do Núcleo desenvolvem atividades agropecuárias, fato que acaba por gerar conflitos com os objetivos de proteção e a regeneração dos recursos naturais da Unidade de Conservação, agravando a geração de problemas de ordem socioeconômica e cultural, e que se refletem no campo da gestão ambiental. O gestor narra a morosidade do Estado em resolver os problemas fundiários, no período anterior ao Plano de Gestão e instauração, de fato, do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia:

Eram representatividades diferentes que a gente tinha, dos que temos hoje, e a questão fundiária foi uma coisa que tumultuou o Conselho, ou seja, nós ficamos dois anos discutindo o fundiário e não saímos do lugar! Inclusive com a presença dos procuradores do Estado, que tiveram que sair escoltados das reuniões do Conselho, porque eles iam apanhar porque eles não traziam soluções [...] (GESTOR, NSV, 2010).

A Unidade de Conservação ainda tem 23 famílias moradoras aguardando as indenizações, visto que as propriedades destas famílias estão em zona de recuperação e ocupação temporária. O núcleo residencial, hoje, é bem menor que o anterior a 2007, pois várias famílias já foram indenizadas. As indenizações futuras se destinam aos moradores que ainda estão dentro da Unidade de Conservação. O projeto de regularização fundiária já possui mapeadas todas as propriedades e no momento realiza estudos de mercado para o levantamento de custos para desapropriação dessas áreas. (Figura 3.9). A questão da regularização já é visível para os moradores, na fala do Conselheiro nº 25, representante da comunidade residente no Parque, o processo de regularização é uma realidade, embora tenha consciência da morosidade de sua efetivação.

Aconteceu bastante, nosso conflito é de 20 anos, vamos ver se vai dar certo, Agora vai ser 'o pega' para capar, quem tem escritura original vai ter que pagar, mas quem tem posse? Bastante, este conselho está resolvendo o problema, esta havendo reunião, estão fazendo as medições, há 3 anos para cá já deu um grande passo, agora é só vai ter que ver quem vai pagar. As terras de heranças de posseiros, é que vai complicar. A associação é devagar, já foram atrás de advogado. Os pequenos não conseguem pagar um advogado É complicado, nos primeiros anos todo mundo se empolgou, mas se queria resultado imediato, mas demora... as pessoas não querem ir para reunião mais. Melhor fazer reunião para apresentar resultados, O povo está com esperança, mas acho que ainda faltam uns dois anos. (CONSELHEIRO Nº 25, 2011).

FIGURA 3.8 – Ocorrências Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Fonte: IBGE, bases e referências 2011 – Bases layers PPMA/IF/SMA 2007. Org. Douglas Meneses (2011).

3.2.5 SOBRE O PROGRAMA DE PESQUISA NO NÚCLEO SANTA VIRGINIA

Originalmente, o Estado de São Paulo apresentava 82% de seu território coberto por formações florestais. Por meio do Inventário Florestal, realizado pelo Instituto Florestal, foram encontrados somente “13,94%” da cobertura florestal original. (SÃO PAULO, 2005, p. 31).

O Programa de Pesquisa do PESM envolve um número grande de pesquisadores advindos de diversas universidades públicas e privadas brasileiras como de pesquisadores estrangeiros por meio de parcerias e convênios. Visa “ampliar os conhecimentos sobre biodiversidade, fenômenos naturais, elementos culturais, históricos, socioeconômicos, bem como alternativas para subsidiar o manejo do PESM”. (SÃO PAULO, 2006, p. 357).

Também, são apontadas como questões a serem resolvidas pelas pesquisas e instituições financiadoras:

- (i) o pouco conhecimento sobre a ecologia e o manejo da Mata Atlântica, apesar de todos os estudos já realizados;
- (ii) que grande parte das informações ainda está dispersa ou inacessível – do ponto de vista material e intelectual – ao público interessado;
- (iii) os programas de pesquisa não tratam do bioma Mata Atlântica, e, assim mesmo, é com enfoque pontual;
- (iv) e as Universidades e Centros de pesquisas não se comprometem em divulgar os dados para a sociedade extra-acadêmica.

A Comissão técnico-científica do Instituto Florestal (COTEC) produziu um relatório (período de 2003 a 2005), a partir dos dados das pesquisas executadas nos 850.000 hectares de áreas protegidas do Estado de São Paulo, distribuídas pela rede de 94 Unidades de Conservação. (MENEZES; MATSUKUMA; YOKOMIZO, 2006). 88,7% dos projetos de pesquisa registrados são procedentes de instituições externas, como Universidades públicas e privadas; instituições de pesquisas; e organizações não governamentais, entre outros.

No triênio de 2003 a 2005, segundo o Relatório da COTEC foram recebidos 452 projetos de pesquisa. PESM – Núcleo Santa Virginia recebeu 11 projetos em 2003; 8 projetos em 2004; e 10 projetos em 2005, ou seja, 6,4 % do total de projetos recebidos. (MENEZES; MATSUKUMA; YOKOMIZO, 2006).

As maiores incidências dos projetos foram em *Fauna; Biologia Florestal; e Manejo de Áreas Silvestres*. Persiste, também, a necessidade de estudos e redefinições dos programas institucionais e o baixo número de projetos nos outros programas, como - comunicação ambiental; inventários e tecnologia; e utilização de produtos florestais.

A concentração em temáticas relacionadas à área de manejo e conservação florestal, sem enquadrar a perspectiva da relação humana nestes locais, pressupõe que o referencial teórico e metodológico não abarca as discussões fenomenológicas e ou dialéticas, nem as relações do homem com esta natureza.

A partir da Portaria CINP nº 50 de 16 de outubro de 1997, (SÃO PAULO, 1997) estabeleceram-se diretrizes de política de pesquisa ambiental da CINP, para apreciação de novos projetos de pesquisa enquadrados em macrotemas:

- Avaliação de impactos sobre o meio físico e biótico e recuperação de áreas degradadas;
- Conservação de recursos naturais - planejamento, manejo, educação ambiental e uso sustentado;
- Economia e políticas ambientais;
- Levantamento, diagnóstico e investigação do meio físico e da biodiversidade; e
- Tecnologia, certificação, produção e comercialização de recursos naturais.

As pesquisas estão numericamente concentradas no macrotema “Levantamento, Diagnóstico e Investigação do Meio Físico e da Biodiversidade”, compreendendo 349 projetos, correspondendo a 77,21% do total de projetos registrados, de acordo com Menezes, Matsukuma e Yokomizo. (2006).

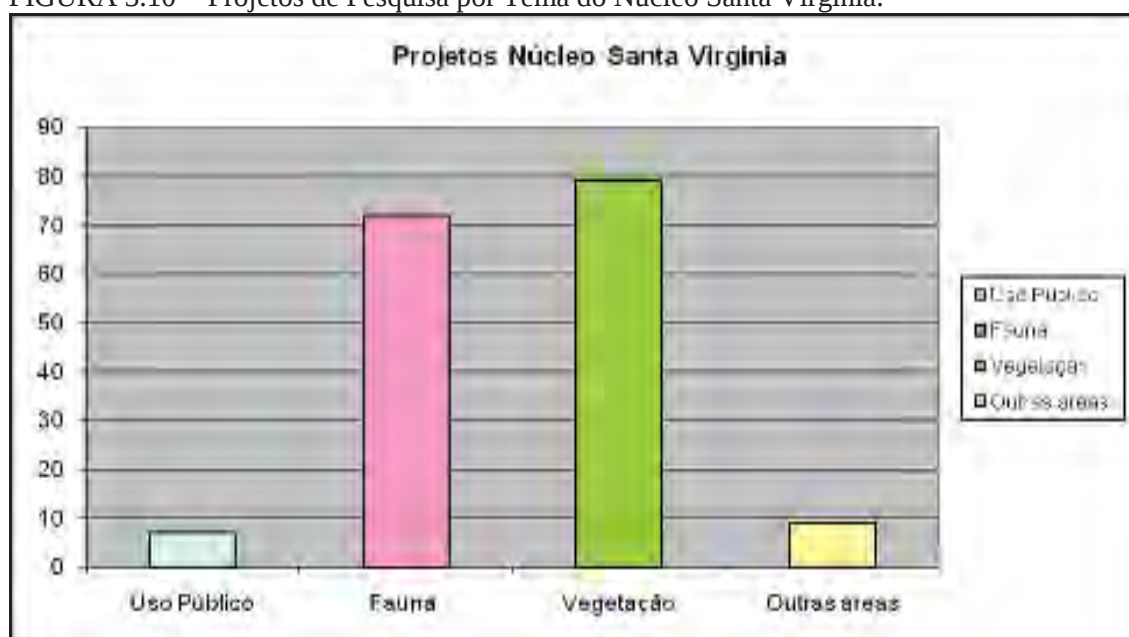
É a constatação, também, do levantamento da administração do PESM - Núcleo Santa Virgínia, pois, dos projetos de pesquisa registrados no COTEC/IF, 176 foram cadastrados no Núcleo, de 1996 até janeiro de 2011. Estão em desenvolvimento 42 projetos; com 111 concluídos e 23 vetados e/ou cancelados; 90% dos trabalhos estão classificados em Fauna e Vegetação. Também, como acontece na análise do Relatório da COTEC do triênio 2003-2005, apenas 4 projetos são do Instituto Florestal, contabilizando 2,3% dos projetos do Núcleo Santa Virgínia, sendo a maioria (56%) de Universidades públicas. (Quadro 3.3; Figuras 3.10 e 3.11).

QUADRO 3.3 – Levantamento das Instituições e Projetos de Pesquisa no Núcleo Santa Virgínia (PESM-SP, 2010)

UNIVERSIDADES	Nº DE PROJETOS POR INSTITUIÇÃO
Anhembi Morumbi	2
Esalq	4
Instituto Florestal	4
UF. São Carlos	7
Unesp	42
Unicamp	21
Unitau	19
Univap	2
USP	21
Outras instituições	20
Não consta Instituição	25
Total de trabalhos por Instituições	167
ÁREAS DE PESQUISA	PROJETOS EXISTENTES EM CADA ÁREA DESDE 1996
Uso Público	7
Fauna	72
Vegetação	79
Outras áreas	9
Total de projetos cadastrados pelo Núcleo Santa Virgínia	167

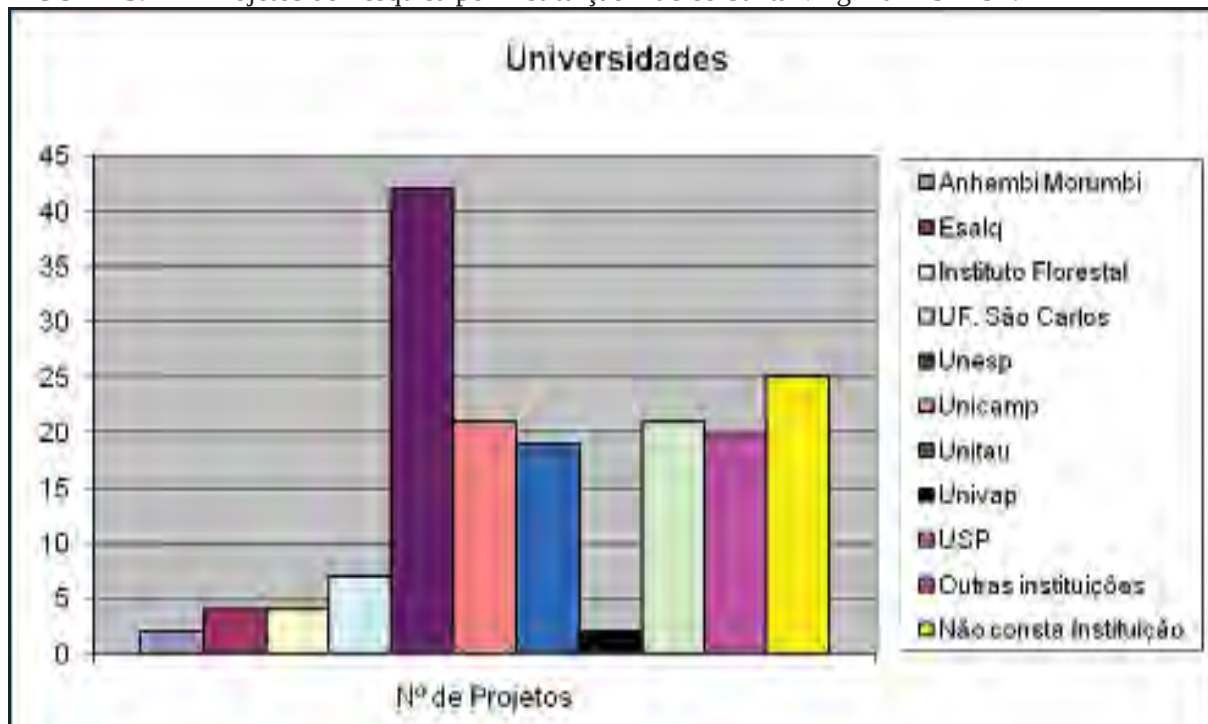
Fonte: Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2010).

FIGURA 3.10 – Projetos de Pesquisa por Tema do Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Administração do Nucleo PESH -Santa Virgínia(2010).

FIGURA 3.11 – Projetos de Pesquisa por Instituição Núcleo Santa VirgíniaPESM SP.



Fonte: Administração do Nucleo PESH -Santa Virgínia, (2010).

A maioria dos autores dos trabalhos cadastrados na Administração não deixou cópia para o PESH-Núcleo Santa Virgínia. Não há no cadastro um detalhamento do tipo de trabalho, embora a Unidade de Conservação seja motivo de pesquisa. Constatou-se, diante deste fato, a fragilidade de aspectos relacionados à interação entre os resultados, e com a gestão do Núcleo.

3.2.6 SOBRE O PROGRAMA DE USO PÚBLICO

O Programa de Uso Público do ponto de vista do Plano de Manejo está dividido em dois subprogramas - Subprograma de Educação Ambiental e Subprograma de Visitação e Turismo Sustentável, que compreendem uma série de atividades com os visitantes do Núcleo, como:

- Palestras;
- Educação Ambiental com o Projeto Criança Ecológica;
- Recepção do visitante comum;
- Recepção de universidades e demais escolas;
- Encontros de grupos temáticos;
- Atividades de Capacitação de monitores, professores e grupos especializados;
- Reuniões como a do Conselho Consultivo. (Figura 3.12).

FIGURA 3.12 – Reunião do Conselho Consultivo Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP.



Fonte: Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (2010).

Conta com um sistema de trilhas interpretativas composta por três trilhas implantadas no setor Natividade da Serra, denominadas: Garcês, Rio Grande e Pico do Corcovado; e outras três no setor Sede Administrativa, denominadas: Pirapitinga, Poço do Pito e Ipiranga (PERRENOUD et al., 2010).

Os principais atrativos para a atividade do turismo sustentável no Núcleo são:

- A trilha da Pirapitinga com as cachoeiras do Saltinho; do Salto Grande. (Figura 3.13) e o Mirante do Paraibuna e Ponte de Pedra;
- Barra do Rio Ipiranga e Cachoeira do Ipiranga;
- Poço do Pito. (Figura 3.14);
- Pedra do Corcovado, com acesso pelo Bairro da Vargem Grande. (Figura 3.15);
- Cachoeira do Macaco e Cachoeira do Garcês. (Figura 3.16) com acesso pela Vargem Grande. (SÃO PAULO, 2006).

FIGURA 3.13 – Cachoeira do Salto Grande no rio Paraibuna, localizada no Núcleo Santa Virgínia, PESM.



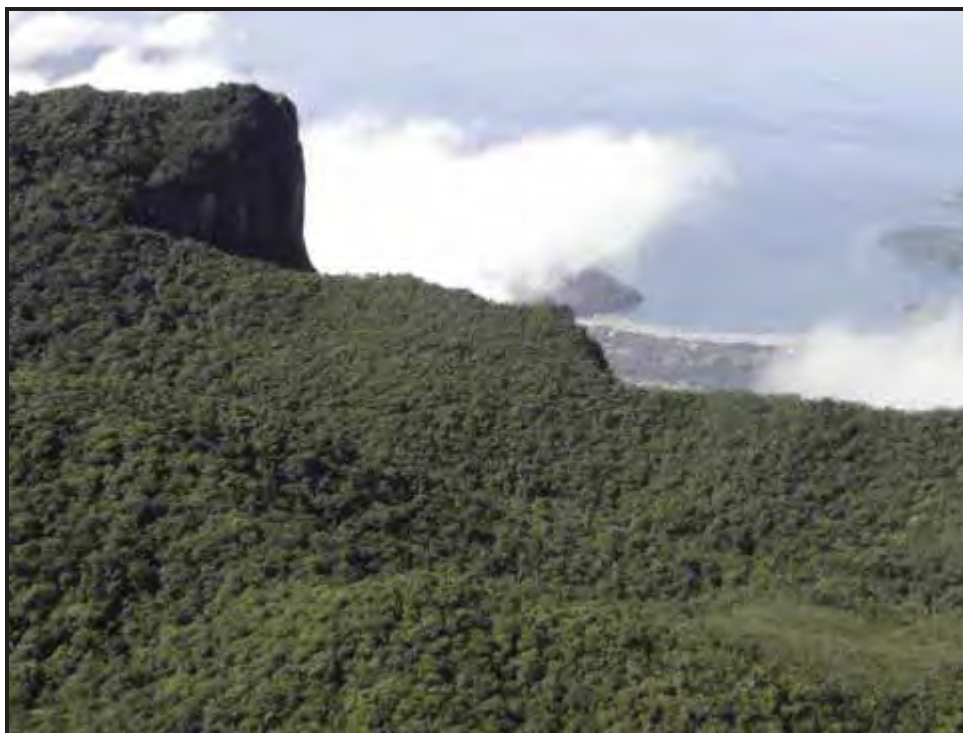
Fonte: Acervo da Administração do PESM - Nucleo Santa Virginia (2010).

FIGURA 3.14 – Poço do Pito no rio Paraibuna, no rio Paraibuna, localizada no Núcleo Santa Virgínia, PESM.



Fonte: Acervo da Administração do PESM - Nucleo Santa Virginia (2010).

FIGURA 3.15 – Pedra do Corcovado, com acesso pelo Bairro da Vargem Grande no rio Paraibuna, PESH- Núcleo Santa Virgínia, localizado no município de Natividade da Serra no PESH- Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2010).

FIGURA 3.16 – Cachoeira do Garcês, PESH-Núcleo Santa Virgínia, com acesso pelo Bairro da Vargem Grande município de Natividade da Serra.



Fonte: Acervo da Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2010).

A atividade de maior destaque em relação ao ecoturismo no Núcleo Santa Virgínia é a prática do *rafting* no Rio Paraitinga (Figura 3.17). No período de 1997 a 2006, o *rafting* utilizou um trecho deste rio para descidas comerciais, em caráter experimental. Em 2007, estas atividades foram paralisadas para estudos e atualmente regulamentadas e em operação, desde janeiro de 2011.

O *Rafting* – Trecho I tem extensão de 10.000 metros com duração de 5 horas e capacidade de 120 pessoas por quinzena, com um nível de dificuldade médio. A normalização do *rafting* foi uma demanda do setor de turismo de aventura e está em processo de avaliação no rio Paraibuna, pelo Parque Estadual da Serra do Mar-Núcleo Santa Virgínia, com adoção das normas ABNT 15.285 e 15.370 de turismo de aventura; e autorizado pela Resolução Uso Público da Secretaria do Meio Ambiente 59/2008 (SÃO PAULO, 2008); Portaria da Fundação Florestal, Secretaria do Meio Ambiente nº 150 de dezembro de 2010 (SÃO PAULO, 2010b); e Lei Municipal de São Luiz do Paraitinga 1.136/2004. (SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP, 2004).

É a primeira experiência de gerenciamento de atividades de turismo, partilhada com empresas privadas dentro do PESM e no Brasil.

FIGURA 3.17 – Atividade do *rafting* no rio Paraibuna dentro do PESM-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESM-Núcleo Santa Virgínia (2010).

Existem também programas de ecoturismo que objetivam a visitação em toda a extensão do Parque como o Projeto ‘Grandes Trilhas’: a Trilha do Pirapitinga (Núcleo Santa Virgínia); a Trilha do Palmital (Núcleos Santa Virgínia/Cunha); e a Trilha do Corcovado (Núcleos Santa Virgínia e Picinguaba) fazem parte de um destes roteiros de trilhas de longa distancia aos moldes de roteiros de parques americanos. (SÃO PAULO, 2006).

O Plano de Gestão de Segurança está relacionado a ações de educação ambiental com capacitações de funcionários e comunidades; dessa forma, pode-se afirmar que se relaciona a atividades de educação, como também de interação socioambiental nessa Unidade de Conservação.

3.2.7 SOBRE O PROGRAMA DE GESTÃO

A atribuição da gestão é gerenciar a Unidade de Conservação, por meio de atividades de ordem técnica e administrativa cumprindo o Plano de Manejo, levando em conta o zoneamento do Núcleo e seus programas e a consolidação de suas ações pelo Conselho Consultivo.

QUADRO 3.4 – Características das Unidades Orgânicas Envolvidas na Gestão do PESM-Núcleo Santa Virgínia

Unidade	Constituição	Responsável	Funções
Núcleos	• Chefe • Equipe Técnica • Equipe Administrativa • Equipe Operacional	Chefe do Núcleo	<i>Equipe Técnica -</i> ▪ Implementação dos Programas de Manejo ao nível de núcleo. <i>Equipe Administrativa e Operacional -</i> ▪ Gestão de recursos humanos ▪ Gestão financeira, ▪ Gestão patrimonial e de materiais
Conselho	Representantes da comunidade e setores públicos	Chefe do Núcleo	▪ Ser um órgão colegiado voltado a consolidar e legitimar o processo de planejamento participativo do Núcleo, segundo as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual 49.672 de 06/06/2005. ▪ Garantir, na qualidade de órgão consultivo, a representatividade das comunidades e dos setores públicos relevantes para a gestão do núcleo.

Fonte: São Paulo (2006, p. 394). Adaptado por Juliana Marcondes Bussolotti (2010).

As bases administrativas, de fiscalização e pesquisa são nomeadas como:

- Base Sede (Figura 3.18);
- Base Itamambuca (Figura 3.19);
- Base Vargem Grande, Natividade da Serra (Figura 3.20);
- Base Puruba (Figura 3.21);
- Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental (Figura 3.22);
- Sala de Estudo do Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental;
- Refeitório do Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental;
- Sala de exposição do Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental.

FIGURA 3.18 – Sede do PESH- Núcleo Santa Virgínia, PESH.



Fonte: Acervo da Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2011).

FIGURA 3.19 – Base Itamambuca do PESH-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2011).

FIGURA 3.20 – Base Vargem Grande do PESH-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESH-Núcleo Santa Virgínia (2011).

FIGURA 3.21 – Base Puruba do PESM-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESM-Núcleo Santa Virgínia (2011).

FIGURA 3.22 – Centro de Capacitação e Pesquisa Ambiental do PESM-Núcleo Santa Virgínia.



Fonte: Acervo da Administração do PESM-Núcleo Santa Virgínia (2011).

O Núcleo Santa Virgínia, hoje, é composto por 50 funcionários, dos quais 38 sob a gerência da Fundação Florestal; 10 funcionários sob a gerência do Instituto Florestal; um funcionário pela Prefeitura de São Luiz do Paraitinga; e 1 pelo Projeto Biota Funcamp.

Os aspectos positivos que colaboraram para a boa administração do Núcleo, do ponto de vista da Gestão nestes anos, são:

- o Núcleo foi integrante do Projeto de Preservação da Mata Atlântica decorrente do Acordo de Cooperação Técnica entre os governos do Brasil e Alemanha, tendo como órgãos executores a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e o Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (PPMA/KFW), no período de 1996 a 2003, obtendo recursos financeiros para implantação das bases e equipamentos para a efetivação de seu programa;
- os recursos orçamentários repassados regularmente para o custeio da Unidade de Conservação pelo governo do Estado colaboram regularmente com a Gestão;
- o Plano de Manejo do PESM, aprovado em 2006, auxilia nas diretrizes e ações do Núcleo;
- ser integrante do projeto BID/Serra do Mar 2010 a 2012 reforça a necessidade de auxílio às ações da Unidade de Conservação.

O gestor do Núcleo, segundo o Plano de Manejo (SÃO PAULO, 2006) tem como objetivos do cargo:

- contribuir para a preservação ambiental;
- gerenciar os recursos humanos e financeiros alocados no núcleo;
- contribuir para a implementação das políticas, programas e projetos ambientais estabelecidos para sua gestão;
- contribuir para a articulação da participação efetiva de órgãos públicos e privados nas atividades de conservação; e
- promover o envolvimento das comunidades locais nas ações de manejo.

Entre algumas funções relevantes do cargo, que estão relacionadas ao Conselho, vale salientar os objetivos:

- à implementação de iniciativas de parcerias com a sociedade civil e o setor privado na área do Núcleo;
- promover a integração com as comunidades locais;
- presidir o Conselho Consultivo do Núcleo.

Constata-se pela descrição das atividades da gestão que há ainda conquistas a serem feitas em cada Programa, mas que esta Unidade de Conservação efetiva suas diretrizes relacionadas ao Plano de Manejo.

3.3 HISTÓRICO E AÇÕES DO CONSELHO DO PESM-NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA

Os sete programas do Núcleo Santa Virgínia descritos em suas ações mais relevantes, anteriormente, são discutidos nos Conselho Consultivo dessa Unidade de Conservação, colaborando para o seu processo de gestão.

Hoje, os espaços de interação entre as Unidades de Conservação e as populações residentes no entorno e dentro das Unidades de Proteção Integral vêm encontrando fóruns institucionalizados para discutir os problemas históricos advindos da implantação destas Unidades. Um destes novos espaços se dá nos Conselhos Consultivos criados nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, como o PESM-Núcleo Santa Virgínia.

A aproximação das comunidades no entorno e dentro das Unidades de Conservação não é tarefa fácil e já vem num processo de implementação quer mundial, nacional, regional e local. Trata-se, a seguir, do processo de discussão global e nacional do tema e, em seguida, de uma avaliação pormenorizada da atuação do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia até 2010; e o novo grupo de conselheiros empossados para a gestão 2011 a 2013, que são os sujeitos de nossa pesquisa será discutido nos capítulos seguintes.

3.3.1 OS CONSELHOS CONSULTIVOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Há duas décadas a implantação de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação (UCs) vem ocorrendo no Brasil.

As UCs criadas até as décadas de 1990 apresentavam um processo de desconexão relacionado aos lugares em que estavam inseridas, e eram impactadas sob diferentes formas e graus, fatos que exigiam na maioria das vezes, investimentos crescentes destinados aos projetos de recuperação de áreas degradadas, revitalização patrimonial, entre outros, e adequados às novas necessidades da gestão e do planejamento ambiental e paisagístico da área.

A gestão participativa nas Unidades de Conservação pressupõe o comprometimento da Instituição com a promoção de mudanças na situação existente, consideradas suas várias instâncias, por meio de mecanismos, como - Reuniões Técnicas, Oficinas de Planejamento e Conselhos Consultivos. Este modelo de planejamento participativo foi adotado primeiramente pelo IBAMA, a partir da década de 1990, sendo, hoje, exigência legal, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação *da Natureza* (SNUC). (BRASIL, 2000).

Segundo Palmieri e Veríssimo (2009), 67% das Unidades de Conservação federais e estaduais, em 2008, não possuíam conselho instalado segundo o cadastro Nacional de Unidades de Conservação, demonstrando a morosidade de implementação de processos participativos em UCs, embora houvesse um movimento de políticas públicas no sentido de favorecer, propiciar e incentivar a participação cidadã nas áreas protegidas nacionais e internacionais.

A lei que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação *da Natureza* (SNUC) foi criada em 2000 (BRASIL, 2000) e regulamentada em 2002 (BRASIL, 2002), quase uma década depois das primeiras experiências de conselhos em Unidades de Conservação já prevendo a implantação de instrumentos democráticos de gestão com o conselho consultivo.

Conforme o SNUC (2000), no artigo 5º, Incisos III e IV e artigo 29º, as UCs de proteção integral podem ter Conselhos Consultivos, pois são de domínio público, sendo necessário explicitar com clareza qual a relação administrativa possível entre organizações não governamentais e outros segmentos da sociedade.

O Decreto Federal nº 4340 (BRASIL, 2002) regulamenta artigos do SNUC e detalha no seu capítulo 5, sobre os Conselhos em Unidades de Conservação. Especificamente no Artigo 20 inciso IX, expõe a competência do Conselho de Unidade de Conservação para propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e aperfeiçoar a relação com a população do entorno ou do interior da Unidade.

A movimentação para a participação cidadã na gestão de Unidades de Conservação, ocorreu na América Latina na mesma década, conforme preconizou o I Congresso Latino Americano de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas, realizado em 1997. Neste Congresso já se apontava o que hoje ainda ocorre em maior ou menor medida nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, todas as UCs deveriam considerar:

- Todos os fatores intrínsecos à Unidade de Conservação e seu entorno;
- A contextualização da UC com programas, projetos públicos e privados;
- A transferência dos governos centrais da criação e manutenção de UCs e descentralização da governança do estoque de recursos naturais e serviços ambientais, tais como manejo regional e municipal de bacias hidrográficas;
- O estímulo para o setor privado prestar serviço de recreação e acomodação, ONGs para interpretação e educação ambiental e universidades para investigação científica (OLIVA, 2000)

No II Congresso Latino Americano de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas, promovido pela UICN (2007), estabeleceu-se uma carta intitulada *Declaração de Bariloche*, em que se reafirmaram as intenções de valorização do processo participativo em UCs, preconizado no I Congresso:

(...) essencial fortalecer e ampliar os processos de planejamento participativo das áreas protegidas e aplicar os princípios de boa governança (transparência, equidade, prestação de contas e estratégias de manejo de conflitos) como um mecanismo que envolva ativamente os atores, gerando espaço de diálogo onde se analisem as preocupações e expectativas e se estabeleçam compromissos e responsabilidades para a ação conjunta e coordenada das instituições, comunidades locais e povos indígenas, cientistas e acadêmicos, bem como o setor privado em apoio ao manejo efetivo e participativo das áreas protegidas. (IUCN, 2007, p. 7)

Compondo estas intenções de valorização do processo participativo, deve-se refletir sobre essa participação na relação entre natureza e homem na paisagem. É uma relação intrincada e intimamente relacionada aos aspectos físicos, biológicos e culturais, determinada por olhares diferentes sobre a mesma paisagem, provocando o diálogo para a gestão destas UCs.

Já se vai também uma década de reflexões sobre o sucesso das vivências em Conselhos Consultivos. Neste sentido, Oliva (2000) no II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em 2000, tece vários apontamentos, avaliando a necessidade da administração da UC e os demais segmentos terem motivação para participar afirmando que essa motivação é gerada quando ambas as partes percebem as vantagens do processo participativo.

Quando o gestor percebe e entende que seu trabalho será facilitado para a externalização e solução de problemas e os segmentos envolvidos percebem a abertura de canal de comunicação que poderá viabilizar as soluções de problemas surgidos em virtude da existência da UC a vivência no Conselho Consultivo começa a ser efetiva e eficaz.

Apoiados no Plano de Manejo, no “conhecimento detalhado sobre toda a UC por parte do gestor, para não gerar expectativas que sejam técnica e institucionalmente impossíveis” e na “regulamentação do Conselho Consultivo e acompanhamento e avaliação constantes por parte do Estado” a gestão da Unidade de Conservação terá mais respaldo em suas decisões pela sociedade dos municípios e afetos a ela. (OLIVA, 2000, p. 130).

Existem diversas informações, estudos, atividades e experiências nessas diferentes áreas prioritárias de ação, definidas pelo Conselho, a partir do trabalho e vivência das comunidades, do trabalho da instituição gestora, da Academia e das ONGs. Encontram-se, também, lacunas para uma apresentação de cenários atuais e futuros, fundamentais para a definição e implementação de diretrizes e indicadores de atuação, pelos diversos segmentos, a partir de suas visões das funções desta paisagem e de seus indicadores de efetividade.

É necessário levar em conta os pontos de vista divergentes, buscando compreender os diferentes níveis perceptivos e interpretativos sobre a paisagem da Unidade de Conservação, ou seja, como se entende a biodiversidade, um campo ambiental onde as interações de funções e indicadores desta paisagem se conflitam, interagem, complementam-se. Há que se aceitar as diferenças e trabalhar com as dinâmicas deste grupo de atores e a complexidade de aspectos socioeconômicos e culturais que se inter-relacionam, exigindo abordagens e intervenções multi e interdisciplinares nos processos pertinentes à gestão e planejamentos integrados e participativos.

A paisagem vivida pela comunidade no entorno da UC, na maioria das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, são distintas daquelas urbano-industriais; são paisagens marcadas por terras em pousio, criação de animais, áreas de coleta, de caça, a mesma que é transformada em ‘unidade de conservação’. Daí resultarem em conflitos entre diferentes segmentos de população tradicional ou não, e autoridades vigentes.

Durante a consolidação de UCs, normalmente, não são reconhecidos, pela maioria dos Conselhos e pela comunidade do entorno, “os benefícios diretos e indiretos das áreas protegidas, e isto deve ser o fio condutor de suas discussões”. (OLIVA, 2000, p. 125):

O principal fator que prejudica o andamento dos processos de gestão participativa é a falta de definições institucionais sobre as questões que envolvem a ocupação humana no interior das UCs de proteção integral, que é a principal causa da geração de conflitos, não equacionados no contexto dos Comitês e que desestimulam, tanto as equipes técnicas quanto os demais membros dos mesmos.

A procura da regulamentação das questões fundiárias, visando a diminuição dos principais conflitos inerentes à própria criação e existência da UC, assim como a clareza de seus papéis legal e técnico, devem ser enfatizados, evitando a geração de efeitos correlacionados a um “vácuo” de responsabilidade entre o Estado e a sociedade, no que diz respeito ao manejo destas UCs, tal como afirma Oliva (2000):

- *De competência do Estado* - a regularização fundiária, a demarcação de limites em campo, o controle sobre a pesquisa e uso dos recursos genéticos e a fiscalização;
- *De competência das organizações sociais privadas e não governamentais* - podem ser a visitação pública, a educação ambiental, os serviços administrativos e de vigilância patrimonial Oliva (2000).

3.3.2 CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO CONSULTIVO DOS NÚCLEOS DO PESM

A fim de esclarecer como se dão a constituição, as funções, atribuições e diretrizes dos Conselhos Consultivos de Unidades de Proteção Integral no Estado de São Paulo, foram elaborados dois Quadros (3.5; 3.6), a partir do Decreto Nº 49.672, de 6 de junho de 2005 (SÃO PAULO, 2005) e das matrizes elencadas no Plano de Manejo do PESM.

Os Conselhos Consultivos do PESM foram regulamentados pelo Decreto citado, que instituiu os Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, definindo sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dando providências correlatas.

É importante citar que no Artigo 4º do Decreto Nº 49.672 (SÃO PAULO, 2005), os Conselhos Consultivos são considerados órgãos colegiados voltados à consolidação e legitimação do processo de planejamento e gestão participativa dentro das Unidades de Proteção Integral, tendo como princípios:

I. valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos; II. otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área; III. busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação; IV. otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros; V. divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades locais e regionais para a preservação; VI. aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública. (SÃO PAULO, 2005).

O Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia segue o mesmo modelo do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar PESM, e se baseia também no Decreto Nº 49.672, de 6 de junho de 2005.

QUADRO 3.5 – Caracterização dos Conselhos Consultivos das Unidades de Proteção Integral Estaduais, Segundo o Decreto Nº 49.672, de 6 de Junho de 2005

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO CONSULTIVO	COMPOSIÇÃO	RESPONSÁVEL
I - elaborar seu regimento interno; II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação; III - buscar a integração da Unidade de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV - estimular a articulação dos órgãos públicos, organizações não-governamentais, população, residente e do entorno, e iniciativa privada, para a concretização dos planos e melhoria dos recursos ambientais existentes; V - manifestar-se, quando provocado, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto ambiental no raio fixado para seu entorno; VI - auxiliar na captação de recursos complementares para a efetiva implementação do Plano de Manejo; VII - avaliar os documentos e opinar sobre as propostas encaminhadas que manifeste interesse em utilizar a área ou colaborar com as atividades permitidas pelo Plano de Manejo; VIII - opinar sobre a elaboração de normas administrativas da Unidade de Conservação, com base na legislação ambiental específica, bem como na realidade socioambiental visando ordenar, o uso público; IX - solicitar, sempre que necessária, a presença de especialistas da Secretaria do Meio Ambiente, ou de outros órgãos públicos, para assessorar, subsidiar e acompanhar assuntos técnicos, científicos e jurídicos relevantes para a gestão da Unidade de Conservação.	Representação paritária. Representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil, que apresentem atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação. Os conselheiros serão designados pelo Secretário do Meio Ambiente, com mandato de 2 (dois) anos, renovável por igual período.	Coordenador pela Unidade de Conservação de Proteção Integral designado pelo Secretário do Meio Ambiente.

Fonte: São Paulo (2005). Adaptado por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

O gestor faz a coordenação do Conselho e os conselheiros devem consolidar e ou legitimar as ações da Unidade de Conservação. As equipes de trabalho do Conselho são constituídas para operacionalizar os programas e demandas advindas deste – ambos os Conselhos, PESH e Núcleo, necessitam de ajuda das câmaras técnicas para prosseguir com seus os projetos. (Quadro 3.5).

Os Conselhos Consultivos das unidades de proteção integral estaduais são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa. Os Conselhos Consultivos dos núcleos, embora com atuação circunscrita à área geográfica de cada núcleo, surgem como um importante instrumento de articulação e participação comunitária tendo em conta a importância dos núcleos do PESH nas suas respectivas comunidades de inserção. (SÃO PAULO, 2006, p. 227)

QUADRO 3.6 – Caracterização do Conselho Consultivo do PESH e dos seus Núcleos Segundo o Plano de Manejo da Unidade

UNIDADE	CONSTITUIÇÃO	RESPONSÁVEL	FUNÇÕES
Conselho Consultivo do PESH	Representantes de segmentos públicos e privados da sociedade Representantes dos Conselhos Consultivos dos núcleos	Coordenador do PESH	Ser um órgão colegiado voltado a consolidar e legitimar o processo de planejamento participativo do Parque, segundo as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual 49.672 de 06/06/2005 Garantir, na qualidade de órgão consultivo, a representatividade dos segmentos públicos e privados da sociedade na gestão do PESH
Conselho Consultivo dos Núcleos do PESH	Representantes da comunidade e setor público	Chefe do Núcleo	Ser um órgão colegiado voltado a consolidar e legitimar o processo de planejamento participativo do Núcleo, segundo as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual 49.672 de 06/06/2005 Garantir, na qualidade de órgão consultivo, a representatividade das comunidades e dos setores públicos relevantes para a gestão do núcleo

Fonte: São Paulo (2006). Adaptado por, Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

Na sua constituição, tanto o Conselho Consultivo do PESH como dos Núcleos, há a representação do poder público e privado que devem ter *CNPJ* e escolher entre seus pares o representante da instituição no Conselho Consultivo. O responsável é o gestor da Unidade de Conservação e, no caso do PESH, que é um Parque entendido como uma Unidade de Conservação composta de várias Unidades Administrativas que são os Núcleos. Os dois têm a função de consolidar o processo de planejamento participativo e garantir, na qualidade de órgão consultivo, a representatividade das comunidades e dos setores públicos relevantes para a gestão destas UCs. Até o momento desta tese, o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar não está constituído de fato.

O CONSELHO CONSULTIVO
DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA DO
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR¹⁵

¹⁵Reunião Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, (2010).
Fonte: adm. Núcleo Santa Virgínia, (PESM)

4.1 AVALIANDO A CONSOLIDAÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

Em 1997 ocorreu a primeira experiência de criação de fóruns participativos em Unidades de Conservação no Estado de São Paulo - 10 Unidades de Conservação foram contempladas pelo Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), que previa a primeira fase de criação dos Planos de Manejo nestas áreas protegidas. Durante o projeto foram criados os *Comitês de Apoio à Gestão*, atualmente, denominados *Conselhos Consultivos*. (RAIMUNDO et al., 2002).

O Núcleo Santa Virgínia foi uma das Unidades de Conservação que instituiu este Comitê, hoje chamado Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar.

Embora a Fase 1 do Plano de Manejo tenha sido executada de forma participativa, trazendo as expectativas e aspirações de vários segmentos da sociedade ligados às Unidades de Conservação (UC), estas não foram suficientemente analisadas à luz da legislação vigente ou da capacidade institucional de realização, faltando - “[...] diretrizes e definições institucionais que pudessem contribuir de forma integrada com a sociedade civil, na elaboração de um plano de metas para as UCs, no âmbito dos Planos de Manejo” . (OLIVA, 2000, p.122).

Durante avaliação deste processo, observou-se:

▪*como pontos positivos:*

- Participação da comunidade com colaboração na administração;
- Maior transparência da gestão com aumento na credibilidade da gestão pública;
- Processo de troca permanente de informações;
- Apoio na tomada de decisões.

▪*como pontos negativos:*

- Deficiência na representação, principalmente de comunidades mais isoladas;
 - Pouco envolvimento de alguns membros;
 - Fragilidade da gestão quando não apresentava respostas às demandas locais;
 - Desestímulo de gestores para o processo participativo.
- como as principais causas para o cumprimento parcial dos estatutos destes Comitês:*
- A falta de frequência na realização das reuniões;

- O pequeno tempo para adaptação dos membros ao sistema de gestão participativa;
- A dificuldade de desenvolvimento de projetos conjuntos, principalmente, com as prefeituras locais;
- Impossibilidade legal da regularização de atividades de uso dos recursos naturais dentro da Unidade, embora tenha havido, na época, o entendimento de que a questão fundiária deva ser tratada em instância maior que a Unidade de Conservação;
- Substituição frequente dos membros de alguns setores e dificuldade de ampliação dos quadros mínimos de pessoal das Unidades de Conservação, para atuarem nos diferentes programas de manejo;
- Funcionários das Unidades de Conservação assumindo cargos de vice-coordenação e secretaria dos comitês e não a sociedade civil. (OLIVA, 2000; OLIVA E COSTA NETO, 2000).

Segundo Mattoso et al. (2009), a grande maioria das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo está sob a responsabilidade administrativa do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), criado pelo Decreto Estadual nº 51.453/2006. O SIEFLOR é composto pela Fundação Florestal (FF) e o Instituto Florestal (IF).

A situação dos Conselhos Consultivos de 31 Unidades de Conservação, dentre as 90 administradas pelo SIEFLOR, considerando cada núcleo do PESH como uma Unidade de Conservação, em 2002, era a seguinte: 14 unidades não haviam iniciado os seus Conselhos; 8 instalados; 8 em revitalização; e 2 em criação. Somente a elaboração dos Planos de Manejo é que os processos de fortalecimento dos Conselhos Consultivos se estabeleceram. (MATTOSO et al., 2009).

Quando da implantação dos Conselhos Consultivos do Plano de Manejo do PESH em 2007, dos 8 Núcleos, 6 estavam implantados e 2 revitalizados (um deles era o Conselho do Núcleo Santa Virgínia). (MATTOSO et al., 2009).

Em maio de 2010, foi contratada uma consultoria pela Fundação Florestal para a capacitação dos oito Conselhos Consultivos do Parque Estadual da Serra do Mar; em seu Relatório Final demonstrou que houve um avanço no processo participativo de gestão do PESH, porém, algumas questões ainda chamaram a atenção desta consultoria, foram elas:

- A falta de conhecimento sobre o seu real papel por parte dos conselheiros;
- A baixa produtividade dos Conselhos Consultivos com relação a apoiar a gestão do PESH;
- A desmotivação e baixa participação dos conselheiros (mais evidente em alguns Núcleos);

- Aos problemas de comunicação entre a gestão dos Núcleos e os conselheiros;
- Ao pouco conhecimento do Plano de Manejo pelos conselheiros;
- Ao baixo índice de parcerias formais das instituições locais com o PESH;
- A necessidade de uma integração maior entre os Núcleos para gestão do PESH e as trocas de experiência;
- A necessidade de capacitações básicas para os conselheiros e suas organizações e para os funcionários do PESH (STEINMETZ, 2010, p. 63).

Confrontando a avaliação elaborada por Oliva (2000), sobre os *Comitês de Apoio à Gestão* que deram origem aos *Conselhos Consultivos*, e a avaliação elaborada pela consultoria solicitada pela Fundação Florestal em 2010, dez anos após a implantação dos Conselhos Consultivos do PESH, constata-se que:

(A) A questão apontada por Oliva (2000), como o pequeno tempo para adaptação dos membros ao sistema de gestão participativa, ou seja, os conselheiros e a gestão das Unidades ainda não praticavam uma vivência participativa dentro dos Núcleos, o que permanece presente na fala da consultoria (2010), quando afirma, em suas considerações finais do relatório, que existe nos conselhos capacitados por ela, uma falta de conhecimento sobre o seu real papel, por parte dos conselheiros.

(B) Em relação à representação, Oliva (2000) apontava a deficiência na representação e, paralelamente, a consultoria observou que havia baixa produtividade dos Conselhos Consultivos com relação a apoiar a gestão do PESH, levando a crer que os conselheiros que participam destes conselhos têm dificuldade de representar a instituição com cadeira neste Conselho e de levar as questões da Unidade para suas instituições.

(C) A discussão da representação é trazida como diretriz de atuação para a gestão das Unidades no Plano de Manejo do PESH: “A palavra chave para a constituição e manutenção em funcionamento de qualquer instância desta natureza é a representatividade”. (SÃO PAULO, 2006, p. 227).

Pedro Jacobi (2003), em seu estudo sobre o movimento ambientalista no Brasil, analisa as organizações da sociedade civil, comentando o desestímulo dos representantes na participação de conselhos e espaços democráticos de debate e a institucionalização crescente da sociedade civil, mas com atuação de baixa eficácia e pouca qualificação técnica das organizações (tanto governamentais como não governamentais) ligadas às questões ambientais. Apesar de serem temas emergentes ainda pouco valorizados pelos poderes locais, “os espaços de participação da sociedade ainda são subutilizados e em geral ainda apresentam problemas de institucionalidade e de pouca representatividade e alcance político institucional” (p. 32), tendo em vista que a maioria dos Conselhos é Consultiva, como no caso dos Conselhos de Unidades de Conservação de Proteção Integral, desestimulando a participação sistemática e mais efetiva dos representantes tanto municipais como de ONGs, “na medida em que apenas têm eficácia simbólica e não efetiva” (p. 32).

Quanto à desmotivação e à baixa participação dos conselheiros (mais evidente em alguns Núcleos), que se observam ainda hoje, têm suas raízes históricas na dinâmica explicitada por Oliva (2000), como: a falta de frequência na realização das reuniões, a substituição frequente dos membros de alguns setores e a dificuldade de ampliação dos quadros mínimos de pessoal das UCs, como causas desta desmotivação.

O conselheiro do 2º mandato (Gestão 2011-2013) tece comentário que elucida essa análise de Oliva.

Já participei do Conselho Consultivo do Núcleo Cunha. A participação é pequena, poucas pessoas do contexto social. O brasileiro não está acostumado a acompanhar e cobrar, isto leva à pouca participação. Assim as coisas acontecem com pequenas mudanças válidas, mas com passos curtos de acordo com o contexto. (CONSELHEIRO Nº 17, 2011)

A questão fundiária permaneceu como o tema mais presente nos Comitês e recorrente nas Atas analisadas do 1º mandato do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia (2010). É um temas entendido como necessários à procura de sua solução na fala de todos os conselheiros entrevistados nesta tese, ou seja, a questão é tão fundamental hoje como a uma década explicitada por Oliva (2000).

Segundo Rocha, Drummond e Ganem (2010), desde a criação do primeiro Parque Nacional, em 1937, prevaleceu a premissa de que toda sua área “deveria pertencer integralmente ao patrimônio público”, foram criados 65 parques nacionais desde esta data até 2008 pela política pública brasileira, “grande parte deles nasceu com graves pendências fundiárias, que se acumularam e mesmo se agravaram ao longo dos anos”. (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010, p. 205), o que se chamou de “mosaicos patrimoniais caracterizados por inúmeras situações fundiárias”: terras de domínio público, de posseiros, particulares e terras devolutas (p. 214). O que ocorreu, também, na criação dos Parques Estaduais do Estado de São Paulo.

A política pública de parques no Brasil, historicamente, passou por dois momentos importantes que repercutiram na adoção de critérios diferentes de regularização fundiária - o primeiro tinha como objetivo a socialização e usufruto das belezas cênicas excepcionais, não admitindo a presença e permanência humana sem a posse particular das terras, muito menos de exploração dos recursos naturais. O segundo, depois da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da *Natureza* (SNUC), obrigando a criação das Unidades de Conservação com estudos técnicos e consultas públicas, com a indenização e realocação ou compensação por benfeitorias de populações tradicionais residentes ou a criação de ‘zonas de ocupação temporária’,¹⁶ como no Plano de Manejo do PESM, adiando, assim, a resolução imediata dos problemas advindos da falta de regularização fundiária. (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010).

Além do fato de ser morosa, a resolução dos problemas fundiários, também, se dá, segundo Rocha; Drummond e Ganem (2010), porque:

- Necessita, muitas vezes, de recursos financeiros muito grandes;
- Envolve grupos com interesses diversos sobre as terras, como o uso para agropecuária de grande porte, comunidades tradicionais, comunidades rurais, grande fluxo de visitação a atrativos naturais, grandes empreendimentos turísticos, públicos e privados ligados à especulação imobiliária;
- ‘Desordem fundiária secular’ por diferentes critérios e políticas relacionados à regularização fundiária do País;
- Pouca repercussão pública dos problemas fundiários de pequenas áreas de terra de pessoas mais pobres, levando à baixa pressão política para mudança da situação;

¹⁶ Áreas ocupadas por posseiros ou titulares de registro imobiliário, que ainda não foram indenizados e que se encontra em processo de regularização fundiária. Após a indenização e/ou reassentamento, esta zona será incorporada a outras, conforme suas condições ambientais.

- Pouco envolvimento de gestores diretamente ligados à Unidade de Conservação, pois são processos demorados, geram desgaste pessoal, conflitos, sem apoio jurídico e político de seus superiores;
- A regularização fundiária de pequenos agricultores e de comunidades tradicionais dá pouca visibilidade para os governos municipais, estaduais e federais.

Estas questões reforçam a fragilidade da gestão dos Conselhos Consultivos, quando não apresentam respostas às demandas locais, como afirmou Oliva (2000), e inviabilizam a efetividade da gestão, tanto em seu dia a dia quanto na interação e credibilidade dentro destes.

Ações efetivas para sanar a questão estão sendo executadas, a partir deste ano de 2011, pela Unidade de Conservação estudada, apoiadas na crença de que esta questão é fundamental e está ligada à integridade do princípio básico de uma UC: de estar em terras públicas e que a sua não resolução pode trazer prejuízos para a conservação do Núcleo Santa Virgínia.

Outro ponto importante, constatado na consultoria em 2010 e na narrativa dos entrevistados em 2011 é de que há pouco conhecimento do Plano de Manejo pelos conselheiros. Embora venha sendo construído de forma participativa, desde o final da década de 1990, com o Plano de Gestão Ambiental, nomeado como Fase 1 do Plano formalizado em 2006.

Em 2000, foi apontado um dado – chave sobre a falta de integração entre Unidade de Conservação e municípios do entorno –, indicando a dificuldade de desenvolvimento de projetos conjuntos, principalmente com as prefeituras locais. O mesmo indicador permanece avaliado negativamente pelo baixo índice de parcerias formais das instituições locais com o PESM, pela consultoria em 2010.

Foi identificada a necessidade de uma integração maior entre os Núcleos para gestão do PESM, embora essa integração já estivesse preconizada no Plano de Manejo: “Tanto o PESM, em seu conjunto, como os núcleos dele integrantes, são unidades de conservação. Assim, além dos Conselhos Consultivos de cada núcleo está prevista a criação de um Conselho para o PESM como um todo.” (SÃO PAULO, 2006, p 227).

A tarefa principal da Consultoria de 2010 era a de preparar e capacitar os conselheiros dos núcleos, para fazerem parte do conselho do PESM, ainda não instalado, o que caracteriza a dificuldade institucional de articulação entre os conselhos até hoje. “Este conselho teria um papel de caráter político mais acentuado e tenderia a apoiar os encaminhamentos regionais”. (2009, p.7).

A questão do desestímulo de gestores para com o processo participativo é evidenciada pelo fato de os funcionários das UCs assumirem cargos de vice-coordenação e secretaria dos conselhos, o que demonstra a dificuldade de compromisso dos demais conselheiros em relação ao Conselho, apontado por Oliva em 2000, e considerada por Mattoso et al. (2009, p. 14), de que o “gestor da unidade deve estar capacitado para conduzir os debates”, havendo a necessidade de capacitações básicas para os conselheiros e suas organizações e para os funcionários do PESM com frequência.

4.2 ANÁLISE DA GESTÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA NO PERÍODO DE 2007 A 2010

O Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia após o Plano de Manejo encontra-se em seu segundo mandato. O primeiro mandato transcorreu de 2007 a 2010. Neste item serão analisados: as atas das reuniões do Conselho no período e os questionários aplicados pela Consultoria solicitada pela Fundação Florestal, em 2010.

O Conselho Consultivo compunha-se no primeiro mandato – 2007 a 2010 – do seguinte: 17 conselheiros titulares; e 17 suplentes.

São representantes de todos os setores envolvidos com o Núcleo Santa Virgínia no Conselho Consultivo -

- *Representantes dos Órgãos Estaduais, com titular e suplente*
- Gerência do Desenvolvimento Florestal;
- Instituto Florestal;
- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP;
- Polícia Ambiental;
- Escritório de Desenvolvimento Rural – CATI;
- Procuradoria Geral do Estado.

- *Representantes dos Órgãos Municipais, com titular e suplente*

- Prefeitura de São Luiz do Paraitinga;
- Prefeitura de Natividade da Serra;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Conselhos de meio ambiente dos municípios;
- Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

- *Representantes da Sociedade Civil, com titular e suplente*
- ONGs;
- Empresas do Setor Florestal – localizadas no entorno da UC;
- Representantes dos moradores – bairros do interior da UC;
- Representantes dos moradores – bairros do entorno da UC;
- Pesquisadores.

4.2.1 ANÁLISE DAS ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA ENTRE 2007 E 2010

No ano de 2007, das cinco reuniões do Conselho quatro trataram da estruturação deste, e tiveram como tema: a escolha dos representantes da comunidade; a posse dos conselheiros; e fechamento do Regimento Interno e comissões permanentes. Os procedimentos utilizados para condução das reuniões foram: eleições e votações; capacitação dos conselheiros, por parte da Fundação Florestal, para exercer o papel e construir o Conselho; informes sobre a Unidade; e projetos em parceria com a Unidade de Conservação.

Como produto das reuniões:

- Houve a escolha de um titular e um suplente para a representação dos moradores do Núcleo, cadeira que não havia sido ocupada;
- Compromissos assumidos na oficina de capacitação de cada conselheiro, para colaborar com o Núcleo e de trabalhar sua representatividade perante suas organizações;
- Fechamento do Estatuto e cargos no Conselho;
- Composição provisória das comissões permanentes e priorização dos programas relacionados ao Plano de Manejo.

O ano de 2007 estava voltado para a implantação do Conselho e assunção de todos os envolvidos. Como estratégias utilizadas, destacam-se o processo democrático de votação e eleição e as oficinas para interação com o Plano de Manejo e a compreensão dos papéis de cada representante.

No ano de 2008, o Conselho Consultivo realizou sete reuniões. Os temas de seis reuniões do Conselho Consultivo estiveram em torno do Programa de Uso Público - sobre turismo no Núcleo (trilhas e *rafting*); projeto Grandes Trilhas; educação ambiental sobre danos ambientais; construção de centro de visitantes em área urbana, e monitores para o uso público. Quatro reuniões trataram da regularização fundiária e três discutiram o projeto “Semeando Sustentabilidade”, a extração ilegal do palmito, a falta de envolvimento de conselheiros e demais informes.

Os procedimentos utilizados para condução das reuniões foram informações e exposições das atividades da Unidade de Conservação; em três reuniões houve a queixa de não participação de conselheiros de Natividade da Serra e de moradores da Unidade de Conservação.

Como produto destas reuniões:

- Os informes da Secretaria de Meio Ambiente – Fundação Florestal sobre ecoturismo e suas demais atividades; avaliação ecológica rápida do percurso; regulamentação e demais considerações sobre o *rafting*, foram recorrentes em pauta para discussão nas reuniões, sendo alinhavados seus desdobramentos durante todo o ano de 2008;
- Intenção da construção futura de um Centro de Visitantes na Zona Urbana em São Luiz do Paraitinga;
- Discussão de ações educativas e parcerias com instituições participantes do Conselho, para atividades no entorno da Unidade de Conservação em relação à extração ilegal do palmito pelo grupo de trabalho de Proteção;
- Controle de faltas a cada reunião daqueles conselheiros faltantes;
- Incentivo à normalização das propostas de comercialização de terras dentro do Núcleo, por meio de palestras nos bairros inseridos no Núcleo Santa Virgínia. A espacialização “Malha Fundiária–Núcleo Santa Virgínia–PESM”, demonstra este mapeamento iniciado em 2007.

Tratou-se de projetos relacionados ao Programa de Uso Público, Interação socioambiental, fiscalização e Proteção e Pesquisa Científica. Como estratégias utilizadas, destacam-se os informes, exposições e momentos de debate e reflexão sobre os temas tratados. Os temas apontados se mostraram recorrentes durante o ano. Demonstrou-se pelas atas que houve procura de soluções aos questionamentos colocados nas reuniões, e ações em parcerias para seus encaminhamentos, como as atividades integradas de educação ambiental, de fiscalização e de envolvimento de instituições do Conselho no projeto “Semeando Sustentabilidade”.

Em 2009 o Conselho Consultivo realizou quatro reuniões. Todas as reuniões trataram da regularização fundiária. Em relação ao Programa de Uso Público, começou-se a implantação do “Projeto Criança Ecológica”, que foi tema de três destas reuniões junto com o projeto “Semeando Sustentabilidade”. As mudanças de representação em cadeiras do Conselho; apresentação do orçamento do Núcleo para 2009/2010; o programa de comunicação do Parque Estadual da Serra do Mar; mudança de limites da Unidade de Conservação; e ações de parceria em Natividade da Serra, como projetos “Jovens da Reserva da Biosfera” de Natividade; e uso do Cambuci na merenda, foram outros temas de reuniões.

Os representantes de Natividade da Serra (cadeiras da Secretaria de Agricultura, morador e Conselho Municipal de Turismo - COMTUR) trouxeram a discussão sobre a regulamentação do evento cavalgada na Trilha da Cachoeira do Macaco. A atividade não foi autorizada pela Fundação Florestal, criando um debate entre o representante dos moradores e a gestão do Núcleo. Este fato demonstrou a dificuldade de diferenciar as formas de atuação das representações no Conselho Consultivo, levando à saída do representante dos moradores do papel de conselheiro. Como estratégia para melhorar as relações com o Município foi proposto que houvesse reuniões na base de Vargem Grande.

Foi assinalado por um destes representantes de Natividade no Conselho, um distanciamento entre a população do Bairro Vargem Grande e o Núcleo Santa Virgínia, inclusive, em termos de divulgação institucional pela Fundação Florestal dos municípios que constituem o Núcleo Santa Virgínia.

Registrou-se nas reuniões a aproximação com o Município de São Luiz do Paraitinga. A prefeitura municipal se interessou em trazer seus funcionários no Núcleo Santa Virgínia para conhecimento e sensibilização de sua equipe para com a Unidade de Conservação e cedeu para o Núcleo um *box* no Mercado Municipal, para divulgação do Núcleo. As formas de encaminhamento foram informes, exposições, debates e discussões.

Como produto das reuniões:

- Esclarecimento sobre a instalação de marcos de divisa nos trabalhos de regularização fundiária, e o incentivo à normalização das propostas de comercialização de terras dentro do Núcleo. Proposta de reunião com os proprietários para esclarecer dúvidas das desapropriações;
- Propostas de melhoria das relações com o município de Natividade da Serra, com reuniões em base do Núcleo no bairro Vargem Grande; para maior discussão sobre as questões culturais e ambientais no município de Natividade da Serra; chamada para maior integração de Natividade no projeto “Semeando Sustentabilidade”, embora não realizadas;
- Criação de agenda de operações conjuntas para fiscalização entre instituições participantes do Conselho;
- Negativa por parte da Fundação Florestal para execução da cavalgada na Trilha da Cachoeira do Macaco, por causar danos ambientais em área de preservação permanente;
- Não se definiu a secretaria executiva do Conselho e um funcionário do Núcleo redigiu todas as atas.

Tratou-se, também, de projetos relacionados ao Programa de Uso Público, Interação socioambiental, fiscalização e proteção. As estratégias utilizadas foram as mesmas de 2008 - informes, exposições e momentos de debate e reflexão sobre os temas tratados. Os temas apontados se mostraram recorrentes durante o ano. Também como em 2008, demonstrou-se pelas atas que houve a procura de soluções aos questionamentos colocados nas reuniões e ações em parcerias para seus encaminhamentos.

Em 2010 foram realizadas três reuniões do Conselho Consultivo com temas como a catástrofe de São Luiz do Paraitinga (enchente que inundou todo o centro histórico no primeiro dia do ano); regularização fundiária; atividades do programa de Uso Público (projeto “Criança ecológica”, *rafting*); programa de interação socioambiental com o projeto “Semeando Sustentabilidade”; e ações de fiscalização, proteção e pesquisa científica. Na última reunião do ano, a gestão fez uma avaliação das ações realizadas pelos programas de manejo do Núcleo Santa Virgínia, para abrir o processo de eleição da próxima gestão do Conselho.

Os projetos foram relacionados ao Programa de Uso Público; Interação Socioambiental; Fiscalização e Proteção; e Pesquisa Científica. As formas de encaminhamento repetiram-se como as dos anos anteriores, com - informes, exposições, debates. A queixa recorrente nos anos anteriores de ausência de alguns conselheiros permaneceu.

Como produto das reuniões:

- Proposta de reunião com os proprietários, para esclarecer dúvidas sobre as desapropriações e sugestão de instituição de defensor, por parte dos moradores, para ser interlocutor com a Fundação Florestal;
- Projeto “Semeando sustentabilidade” - solicitação de colaboração dos conselheiros na parceria com as prefeituras;
- Envio de questões sobre *rafting* para a Fundação Florestal, pelos conselheiros envolvidos no tema;
- Retomada da discussão sobre a regulamentação da cavalgada do bairro de Vargem Grande à Ubatuba;
- Avaliação sobre as tarefas e conquistas da gestão em seus programas;
- Apresentação de projetos de pesquisa desenvolvidos na Unidade.

Como se constatou nos anos de 2008, 2009, os temas e assuntos no Conselho foram relacionados aos Programas de Manejo da Unidade, utilizando as mesmas estratégias de encaminhamento. Embora ficasse explícita nas atas a procura de solução ou encaminhamentos para as questões debatidas, os assuntos como regularização fundiária e a regulamentação da atividade do *rafting* percorreram os três anos de discussão no Conselho, caminhando passo a passo em seus encaminhamentos institucionais.

Conclui-se que o Conselho informou e deu conhecimento das suas atividades e procurou responder às demandas trazidas pelos conselheiros, embora, institucionalmente, a solução propriamente dita das questões vem ocorrendo morosamente. Há uma relação mais pacificada entre todos os conselheiros e a gestão, mas ainda não se constitui um grupo que consegue montar as câmaras técnicas preconizadas no Plano de Manejo, o que demonstraria maior emponderamento dos conselheiros nos estudos e tomada de decisões sobre a gestão da Unidade de Conservação.

4.2.2 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO PELA CONSULTORIA SOLICITADA À FUNDAÇÃO FLORESTAL EM 2010

A empresa de consultoria foi contratada pela Fundação Florestal para capacitação dos oito Conselhos Consultivos dos Núcleos que formam o Parque Estadual da Serra do Mar, com o intuito de subsidiar os trabalhos de criação e implantação do Conselho do PESH, formado por representantes de todas as Unidades de Conservação que o compõem. O relatório final trouxe o diagnóstico dos Conselhos já instituídos dentro do PESH. O Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia participou da pesquisa, com respostas de 14 titulares dos 30 conselheiros, entre titulares e suplentes da gestão 2007-2010.

No caso deste Conselho Consultivo, especificamente a questão da representação parece estar mais incorporada, embora fique também evidente em avaliações anteriormente colocadas, que a questão-chave da representação deve ser bem trabalhada. Se 60% dos entrevistados da gestão anterior deste Conselho consideram parcial o debate das questões desta Unidade de Conservação em suas instituições, embora o Conselho tenha uma boa representação dos atores envolvidos com o Núcleo, significa que há necessidade de um trabalho permanente para a conquista do papel de representante no mesmo.

80% dos entrevistados declararam que a maior fonte de informação sobre a UC são as reuniões do Conselho, e que conhecem bem ou razoavelmente o Núcleo Santa Virgínia. Nesse caso, a resposta dos Conselheiros leva a crer que este fórum é fundamental para dar mais conhecimento sobre a Unidade de Conservação. Também na análise das atas de 2007-2010, as reuniões do Conselho giraram em torno de temas relacionados aos programas do Parque e às ações de sua administração.

Apesar de não frequentarem todas as reuniões, consideram a sua periodicidade satisfatória e que há consideração razoável por parte da gestão às demandas da comunidade local, diferente da avaliação de Oliva (2000) e da Consultoria da Fundação Florestal (2009), que apontam, ainda hoje, alguns Núcleos com dificuldade de motivar seus conselheiros e cumprir com suas demandas, o que não é o caso deste Núcleo especificamente, conforme o Quadro 1 que apresenta a porcentagem de frequência dos conselheiros na 1ª gestão de 2007-2010. Houve uma queda de frequência das prefeituras de São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra, e a ausência no ano todo de 2010 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Luiz do Paraitinga.

QUADRO 4.1 – Frequência de reuniões 2008-2010

REPRESENTAÇÕES	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES 2008 – 2010			
	2008	2009	2010	MÉDIA
NÚCLEO SANTA VIRGINIA	100%	100%	100%	100%
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	57%	100%	75%	77,3%
PESQUISADORES DO IF	86%	75%	100%	87%
ITESP	71%	25%	71%	55,6%
PROCURADORIA	43%	25%	75%	47,6%
POLÍCIA AMBIENTAL	57%	75%	75%	69%
CATI	86%	100%	100%	95,3%
PREF. SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA-SLP	71%	50%	25%	48,6%
PREF. NATIVIDADE DA SERRA	28%	75%	25%	42,6%
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO-SLP	71%	75%	50%	65,3%
COMTUR – NATIVIDADE DA SERRA	57%	100%	100%	85,6%
CONS. MUN. DES. RURAL-SLP	71%	50%	0%	40,3%
ONG'S	71%	100%	75%	82%
SETOR FLORESTAL	57%	50%	75%	60,6%
MORADORES INTERIOR UC	71%	50%	75%	65,3%
MORADORES ENTORNO UC	71%	100%	100%	90,3%

Fonte: Administração Núcleo Santa Virgínia (2010).

(i) Ao serem questionados sobre de quantos Conselhos de UCs participam:

- Dois (2) conselheiros responderam que participam em três conselhos;
- Três (3) conselheiros responderam que participam em dois conselhos; e
- os restantes responderam que participam em um conselho.
Ou seja, 2/3 dos entrevistados participam apenas deste Conselho, sendo a única experiência destes em representação social em UCs;
- 5 conselheiros estão no seu 2º mandato, e 6 conselheiros, no seu 1º mandato.
O que demonstra que 1/3 do Conselho Consultivo se manteve presente e já tem um histórico de atuação com a gestão da Unidade.

(ii) Quanto à avaliação da gestão do Conselho, por parte dos conselheiros, se esta cumpre seus objetivos:

- Oito (8) conselheiros disseram ter cumprido;
- Cinco (5) apenas parcialmente.

Para 60% destes conselheiros, a gestão cumpre os objetivos da Unidade de Conservação.

(iii) Os temas mais debatidos na opinião dos conselheiros, em ordem de prioridade, foram:

- Regularização fundiária;
- Proteção e fiscalização;
- Educação ambiental; Conflito socioambiental;
- Visitação e uso público; Pesquisa;
- Zona de amortecimento;
- Programas e projetos estratégicos;
- Recuperação ambiental;
- Plano de manejo;
- Uso dos recursos naturais;
- Licenciamento ambiental;
- Obras e infraestrutura;
- Gestão administrativa e financeira;
- Biodiversidade.

(iv) O tema regularização fundiária foi, também, levantado para os conselheiros entrevistados da gestão 2011-2013. Confirmando a recorrência da questão. (OLIVA, 2000; MATTOSO et al. 2009; STEINMETZ, 2010):

Dos conselheiros, 80% responderam que o Núcleo Santa Virgínia é entendido por todos como área para a conservação, provavelmente, esta imagem no entorno se dê em razão da avaliação da maioria de que a gestão trabalha bem as questões relacionadas à preservação, proteção e fiscalização da Unidade de Conservação.

Em complementação a esta visão, a gestão da Unidade de Conservação acredita que as comunidades entendem parcialmente os objetivos de conservação do PESM / Núcleo, o que confirma a visão dos conselheiros que afirmam ser, como um de seus pontos negativos, a pouca interação com a comunidade local e a pouca exploração da visitação e uso público, possivelmente, entre a comunidade do entorno e a Unidade de Conservação.

O planejamento participativo é termo chave para a política pública do Estado de São Paulo, desde o final da década de 1990, em relação às Unidades de Conservação de Proteção Integral, apesar de demonstrar em suas avaliações que a adaptação dos membros ao sistema de gestão participativa, ainda, não é satisfatório, seja para os avaliadores institucionais, como para comunidade representada nos seus conselhos.

Arnstein (2002) criou uma tipologia de oito níveis de participação para auxiliar na análise de participação de cidadãos em fóruns como o conselho consultivo (Quadro 4.2). “Os oito tipos de participação estão dispostos em forma de uma escada, onde cada degrau corresponde ao nível de poder do cidadão em decidir sobre os resultados” de sua participação (p. 2). Porém, a contraposição proposta por esta divisão pode estabelecer uma análise entre apenas dois pontos de vista, entre poderosos e os sem poder. Para uma análise mais aprofundada as nuances entre os diferentes pontos de vista das relações em um fórum de participação social devem ser considerados. A tipologia propõe uma categorização ilustrativa das relações entre os indivíduos não se aprofundando nas causas que levam a participação e a não participação, demonstra as etapas principais por que passam um grupo até seu amadurecimento como fórum de decisão coletiva e de maneira objetiva, dá uma visualização da situação em que se encontra os grupos avaliados. Essa matriz auxilia a uma primeira observação das relações de poder no grupo de conselheiros, colaborando para a reflexão das questões relacionadas às estratégias de atuação mais convencionais deste fórum.

O primeiro degrau “Manipulação” representa os grupos com poder de decisão utilizando estes fóruns para seus interesses particulares. Essa fase foi relatada pelo gestor na sua avaliação da primeira composição do conselho em 1998.

O segundo degrau “Terapia” é aquele em que os grupos com poder de decisão ao invés de discutir os temas que geraram as queixas de problemas aparentemente individuais de um conselheiro preferem tratar do problema individual a discutir as relações deste com o grupo e não resolvem a situação que gerou a queixa. No caso deste conselho consultivo a morosidade para resolução dos problemas fundiários e para a efetivação das normas para o *rafting* gerando debates individuais observados nas reuniões em que a pesquisadora esteve presente demonstra esta categoria. Apesar do esforço evidente da gestão para que o foco principal que provocavam as queixas fossem agilizados institucionalmente.

Para Arnstein (2002, p. 5) os primeiros dois degraus, “Manipulação” e “Terapia” camuflam o objetivo real de alguns fóruns que não é o de “permitir à população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam ‘educar’ ou ‘curar’ os participantes”. Muitos trabalhos de capacitação de fóruns democráticos não levam ao emponderamento do grupo ou as tomadas de decisões para solução dos problemas efetivos. Haja vista que a capacitação proposta pela Fundação Florestal de todos os conselheiros dos conselhos consultivos dos Núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar em 2010 não serviu para a consolidação do conselho maior do Parque, frutificando apenas na socialização da avaliação individual aplicada aos conselheiros e gestores e socialização entre os conselheiros dos Núcleos. Os verdadeiros tomadores de decisão que no caso é a Fundação Florestal não efetivou o objetivo maior de construção do fórum democrático que seria o conselho do Parque Estadual da Serra do Mar.

O terceiro degrau “Informação” é aquele demonstrado nas análises das atas do 1º mandato de 2007-2010 e nas observações das reuniões em que a gestão passava informes de sua atuação em grande parte das reuniões. Embora também como prática de encaminhamento das reuniões ocorrerem no degrau “Consulta” solicitando aos conselheiros sua opinião sobre os encaminhamentos da gestão. Estes dois degraus ocorrem nas reuniões do conselho, mas em alguns momentos houve queixas de conselheiros sobre a efetividade da consulta, pois questionavam se por ser um conselho consultivo, as decisões consensuadas no grupo seriam acatadas institucionalmente.

Quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas nestes níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. (ARNSTEIN, 2002, p. 5).

Pelos relatos do gestor; das análises das atas; relatórios e demais artigos sobre o tema, constata-se que o Conselho do Núcleo Santa Virgínia hoje vive uma relação pacificada entre todos e executam parcerias nascidas dentro do próprio Conselho, como os projetos socioambientais, as resoluções sobre o *rafting*, o estímulo às RPPNs, bem como o empenho institucional na regularização fundiária este conselho já escalou os degraus “Pacificação” e “Parceria”.

O degrau (5) *Pacificação* consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. (...) Os cidadãos podem participar de uma (6) *Parceria* que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. (ARNSTEIN, 2002, p. 3).

A Gestão ainda não faz uma delegação de poder, pois não instituiu suas câmaras técnicas e os conselheiros não participam diretamente da gestão, tendo de fato um controle cidadão; o cargo de secretaria ainda é delegado a um funcionário do Núcleo; e o vice-presidente e demais conselheiros não participam de reuniões ou de outras atividades do dia a dia com o gestor, para trabalhar de forma colegiada as decisões do Conselho Consultivo. “Nos degraus superiores, (7) *Delegação de poder* e (8) *Controle cidadão*, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial”. (ARNSTEIN, 2002, p. 3)

QUADRO 4.2 – Análise da participação dos conselheiros do conselho consultivo gestão 2007 a 2010 – Núcleo Santa Virgínia, PESM.

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não participação
1	Manipulação	

Fonte: ARNSTEIN (2002, p. 2). Adaptado por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

A participação popular quanto à sua eficácia de ação é conceituada no caso de um Conselho Consultivo como não vinculante às decisões da gestão, mas, quanto à matéria e à estrutura de sua intervenção, é entendida como colegiado de entidades representativas do direito de integrar órgão de consulta no poder público. Os Conselhos Consultivos são instrumentos que podem servir à participação popular, à expressão política da coletividade, porque são ricos no plano normativo, mas ainda pobres no plano da vivência efetiva da participação. (MODESTO, 2005).

Uma das causas de não se conseguir implementar um sistema de planejamento participativo manifesta-se na dificuldade de todos os membros dos conselhos em assumir o papel de representantes de seus pares.

A desmotivação e baixa participação dos conselheiros; o desestímulo de gestores para o processo participativo; a baixa produtividade dos Conselhos Consultivos, de modo geral, em relação a apoiar a gestão do PESH; e a pouca frequência na realização das reuniões, demonstram a necessidade de maior vontade, comprometimento e envolvimento político da instituição por meio dos gestores, para a efetivação dos Conselhos Consultivos em outras Unidades de Conservação ligadas ao SIEFLOR. (STEINMETZ, 2010). Há uma grande porcentagem de conselheiros participantes e motivados para atuarem no Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, relatada na pesquisa com a gestão 2007-2010.

A gestão acerca dos conflitos inerentes à falta de definições institucionais, sobre as questões que envolvem a ocupação humana no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral, é a principal causa da geração de conflitos na gestão das populações nas áreas protegidas, por meio da análise dos Conselhos Consultivos. Para Bolos (1992) as paisagens são estruturas integradas, paisagens sobre paisagens formando conjuntos complexos e que não se reduzem à soma de seus elementos constituintes, mas das suas interconexões. Gerenciar uma Unidade de Proteção Integral sobre uma paisagem de ocupação e uso das terras, na concepção histórica da cultura local, e dizer a estas pessoas que a vivência nestas paisagens, hoje, é ilegal, gera, evidentemente, conflitos de olhares e objetivos de vivências.

Ainda há um paradoxo entre o conhecimento detalhado sobre toda a UC, por parte do gestor, e a falta de conhecimento sobre o seu real papel, por parte dos conselheiros, para atuarem em consenso na função dominante ou funções desta paisagem da Unidade de Conservação. Ficam evidentes os problemas de comunicação, entendidos aqui como troca de informações entre todos, entre a gestão dos Núcleos e conselheiros, indicados pelo baixo índice de parcerias formais das instituições locais com o PESH, e a dificuldade de desenvolvimento de projetos conjuntos, principalmente com as prefeituras, desde o início da implantação de processos de planejamento participativos nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, avaliadas neste capítulo.

Um dos conselheiros que está já no seu 2º mandato no Conselho descreve a situação analisada por Oliva (2000); Mattoso et al. (2009); e Steinmetz (2010), queixando-se da falta de comunicação e disposição de informar sobre a gestão da Unidade de Conservação -

Eu não tô vendo muita, muita, parte objetiva da coisa como conselheiro... eu acho que, não sei se é problema do gestor, o problema do próprio esquema do Estado, certo? Eles não transmitem para os conselheiros o programa do Parque. (CONSELHEIRO Nº 13, 2011)

Há um entendimento diferenciado sobre a vivência nesta paisagem. Na paisagem estão inseridos todos os elementos naturais e culturais, na qual produzem os conselheiros suas relações de comunicação. Por um lado, há uma variabilidade da percepção e dos sujeitos que observam um mesmo assunto dependendo da situação que este ocupa nesta paisagem, tornando-se necessário assumir e integrar múltiplas abordagens para que o entendimento sobre a representação no Conselho e seu papel neste, por parte dos conselheiros, ocorra. Por outro, a paisagem de hoje corresponde às interações do passado, um registro da memória coletiva e da vivência, que necessita ser construída na perspectiva de uma Unidade de Conservação.

Durante a consolidação de uma Unidade de Conservação como mencionado anteriormente, normalmente não há reconhecimento pela maioria do Conselho e pela comunidade do entorno, dos benefícios diretos e indiretos destas áreas protegidas, e este deve ser o fio condutor das discussões neste. Um documento de planejamento muito importante como o Plano de Manejo é pouco conhecido pelos conselheiros, embora construído num processo de planejamento participativo há mais de dez anos. (OLIVA, 2000).

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA – 2011-2013

O primeiro momento do Conselho do Núcleo Santa Virgínia foi instituído em 1998, quando do Plano de Gestão Ambiental, fase 1 do Plano de Manejo, e permaneceu ativo até 2003. Depois do Plano de Manejo em 2006, constituiu-se de fato a primeira organização do Conselho de 2007 a 2010 e, hoje, encontra-se a gestão do Conselho em sua segunda etapa, após o Plano de Manejo 2011-2013.

No Quadro 3, a seguir, são elencadas as cadeiras de todas as entidades que compuseram o 1º mandato (2007-2010) e do Conselho do 2º mandato (2011-2013), demonstrando as modificações ocorridas. Houve mudança nas cadeiras para adaptação de modificações institucionais e dos atores envolvidos na dinâmica desta Unidade de Conservação.

QUADRO 4.3 – Demonstrativo da composição do conselho consultivo no 1º e 2º mandatos

2007 – 2010	2011 – 2013
1 – Pesquisadores do IF*	1 – Pesquisadores do IF
2 – Procuradoria Geral do Estado -SP	2 – Procuradoria Geral do Estado -SP
3 – Polícia Militar Ambiental	3 – Polícia Militar Ambiental
4 – GDS/ Fundação Florestal	4 – CBRN
5 – Secretaria Mun. de Educação SLP/NAT	5 – Secret. Mun. de Educação - SLP
6 – Conselho Agricultura SLP/NAT	6 – Secret. Mun. de Educação - NAT
7 – Prefeituras Municipais SLP/NAT	7 – Secret. Mun. de Agricultura – SLP
8 – COMTUR SLP/NAT	8 – Secret. Mun. de Agricultura – NAT
9 – ONGs SLP/NAT	9 – Secret. Mun. de Turismo – SLP
10 – Setor Florestal	10 - Secret. Mun. de Turismo – NAT
11 – Moradores do Interior do NSV	11 – ONGs SLP/NAT
12 – Moradores do Entorno do NSV	12 – Setor Florestal
13 – CATI	13 – Moradores do Interior do NSV
14 – ITESP	14 – Representação das RPPN's SLP/NAT
15 – Conselho Mun. M. Ambiente SLP/NAT	15 – Empresas de Rafting SLP/NAT
	16 – CBH - PS
	17 – Conselho Mun. Meio Ambiente /SLP
	18 – Conselho Mun. Meio Ambiente /NAT

Fonte: Administração do PESM-Núcleo Santa Virgínia (2011). Adaptado por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

. *as cadeiras marcadas em preto são as que permaneceram as mesmas nos dois mandatos.

4.3.1 PERFIL DOS CONSELHEIROS

O perfil dos conselheiros do 2º mandato do Conselho (2011–2013) teve como objetivo colaborar com a avaliação das entrevistas, apoiando as inferências quanto às respostas relacionadas à identidade com o papel e a paisagem do Núcleo Santa Virgínia.

Todos os entrevistados são brasileiros; apenas 2 dos entrevistados não são do Estado de São Paulo; 12 dos entrevistados nasceram em São Luiz do Paraitinga; 2 em Natividade da Serra; e 5 em Taubaté, municípios próximos ao Núcleo Santa Virgínia (Figura 4.1).

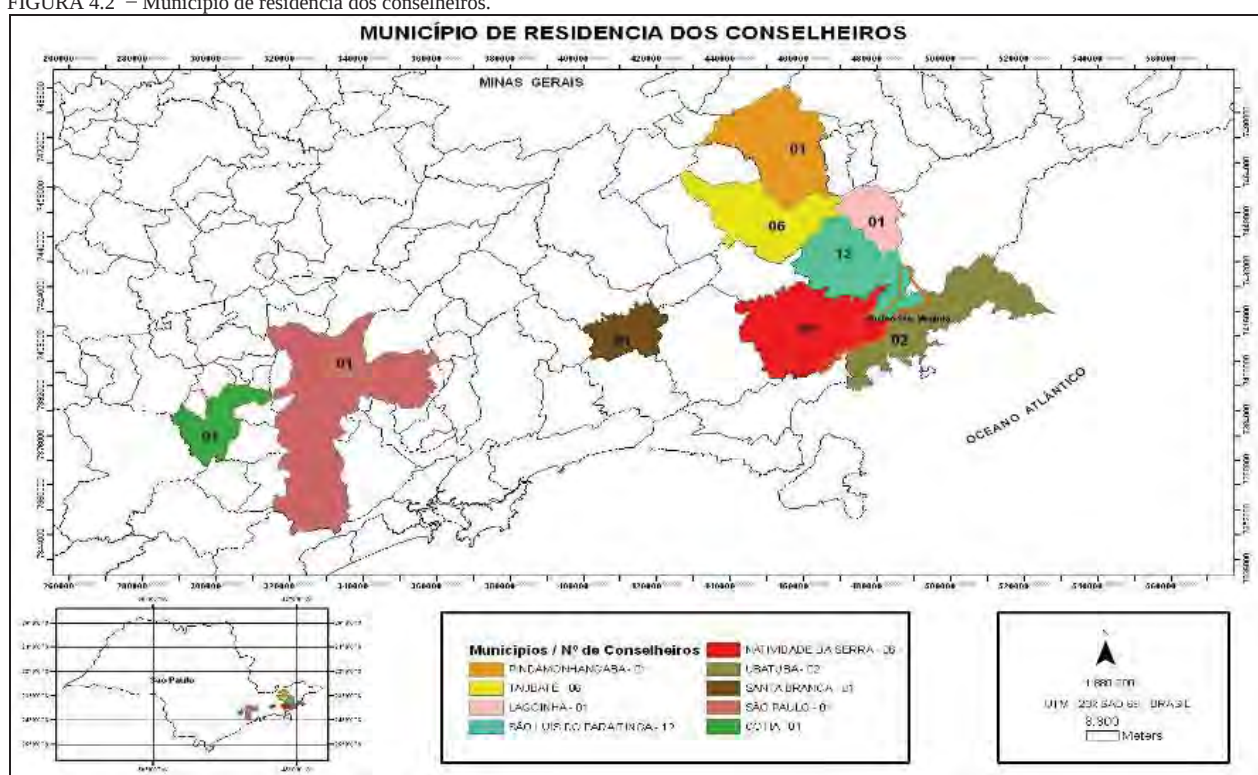
FIGURA 4.1– Município natal dos conselheiros.



Fonte: Org. por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

Dos 29 conselheiros que responderam ao questionário 26 moram em municípios do entorno do Núcleo Santa Virgínia (Figura 4.2). Apenas 7 destes conselheiros está há menos de 5 anos morando na região. Pressupõe-se que a maioria dos conselheiros conhecem a região do Núcleo há mais de 5 anos.

FIGURA 4.2 – Município de residência dos conselheiros.

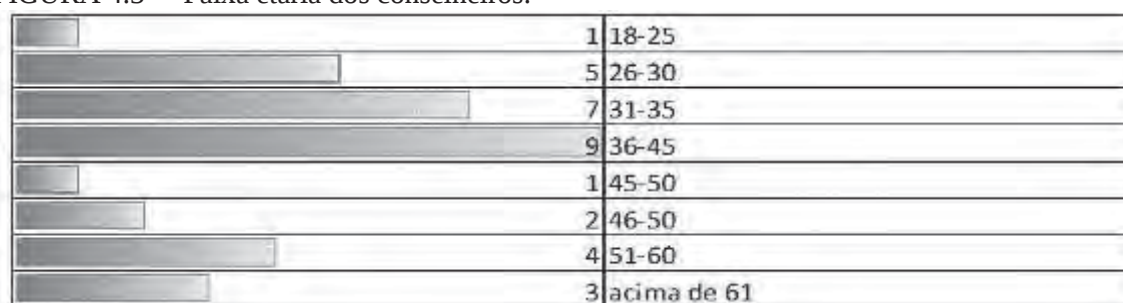


Fonte: IBGE, bases e referências 2011. Org. Douglas Meneses (2011).

Dos 32 conselheiros entrevistados, 18 são homens e 14 são mulheres, sendo um grupo equilibrado quanto à questão de gênero. Há uma maior concentração de conselheiros entre 26 a 45 anos. A faixa etária de maior concentração está entre 36 a 45 anos, com 9 entrevistados (Figura 4.3).

Dos entrevistados, 24% estão solteiros; 53% estão casados ou em união estável; 24% estão separados ou divorciados, o que demonstra que a maioria dos conselheiros, 77%, constituiu ou constitui família. Esse dado demonstra que cumprem responsabilidades sociais.

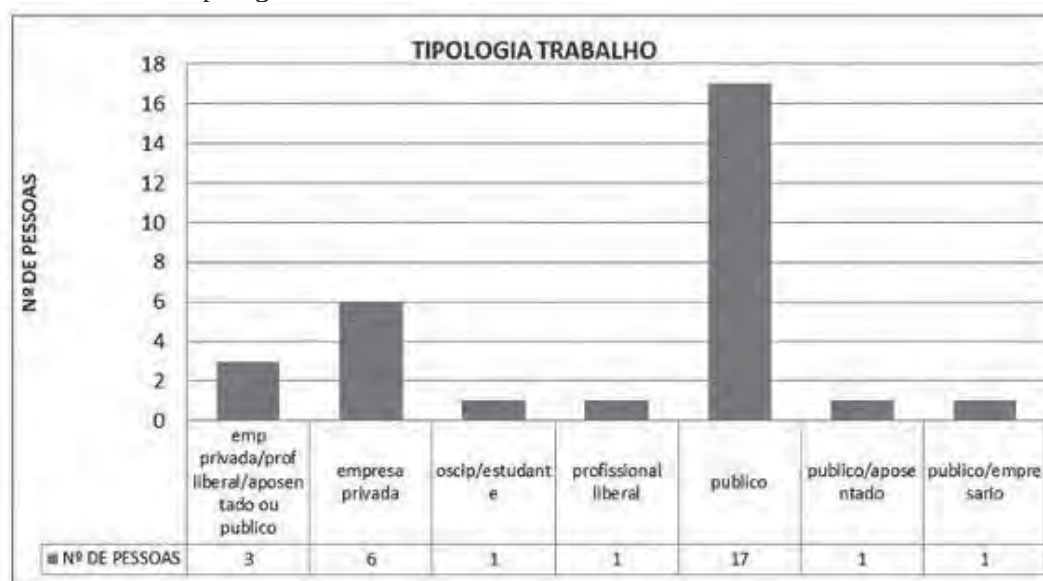
FIGURA 4.3 – Faixa etária dos conselheiros.



Fonte: Org. por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

Quanto à tipologia dos trabalhos executados por todos os conselheiros, 19 entrevistados trabalham no serviço público, dos 30 que responderam a questão demonstrando o conhecimento sobre esse tipo de serviço como o do gestor do Núcleo Santa Virgínia (Figura 4.4).

FIGURA 4.4 – Tipologia do trabalho dos conselheiros.



Fonte: Org. por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

QUADRO 4.4 – Escolaridade dos conselheiros.

ESCOLARIDADE			
ENSINO MEDIO	SUPERIOR	SUPERIOR + ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO OU DOUTORADO
ensino medio	sup comp	sup comp/ Esp ciencias ambientais	sup comp/doutorado cienciasecologia
ensino medio	sup comp	sup comp/ esp direito ambiental	sup comp/doutorado geografia
tecnico/sup inc	sup comp	sup comp/ esp gestão ambiental	sup comp/esp direito publico /ms planejamento urbano e regional
sup inc	sup comp arquiteto	sup comp/esp adm empresas	
sup inc		sup comp/esp adm empresas/contador	
sup inc		sup comp/esp ciencias juridicas	
		sup comp/esp comunicação e gestão educacional	
		sup comp/esp cons do solo e água	
		sup comp/esp direito ambiental	
		sup comp/esp ecoturismo	
		sup comp/esp educação ambiental	
		sup comp/esp gestão ambiental	
		sup comp/esp mba gerencia empresarial	
		sup comp/esp processo civil	
		sup comp/esp psicopedagogia	
		sup comp/esp psicopedagogia	
		sup comp/ms ciencia florestal	
		sup comp/ms gestão ambiental	

Fonte: Org. por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

Dos 31 entrevistados que responderam sobre sua escolaridade, apenas 6 deles têm o ensino médio completo; 77% dos conselheiros tem nível superior dos quais 52% com alguma especialização, e 16% com mestrado ou doutorado. O grupo configura-se por 14 pessoas que trabalham na área ambiental (agrônomos, engenheiros florestais, analista ambiental, polícia ambiental, etc.); 4 na área de educação; 8 empresários de turismo e comércio; 3 advogados; e 2 funcionários públicos.

É um grupo com excelente escolaridade em áreas afins aos temas discutidos no Conselho (14 meio ambiente; 8 turismo e serviços; 4 educação) com conhecimento em assuntos pertinentes à Unidade de Conservação demonstrando o potencial de colaboração dessas pessoas para com o Núcleo Santa Virgínia.

Dos entrevistados, 93% têm renda média acima de R\$ 900,00, o que equivale a uma renda superior à renda domiciliar *per capita* média do Estado de São Paulo, de R\$ 942,00 por mês, (dado de 2009), registrada na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). (SÃO PAULO, 2011). Dos entrevistados, 45% ganham mais de R\$ 2.500,00 por mês sendo a condição econômica do grupo de conselheiros acima da média do Estado de São Paulo. (Figura 4.5).

FIGURA 4.5 – Valor da renda dos conselheiros.



Fonte: Org. por BUSSOLOTI, J. M. (2011).

O perfil do grupo estudado está bem acima da média do estado de São Paulo em relação à renda e formação educacional e na sua maioria são afins aos temas discutidos no conselho. A maioria dos conselheiros mora em municípios do entorno do Núcleo há mais de 5 anos pressupondo um bom conhecimento da paisagem da região. São, em sua maioria, funcionários públicos, o que leva a supor que entendem da ‘máquina’ pública, de seu funcionamento, pontos positivos e negativos. O potencial de trabalho e apoio à gestão destes conselheiros é grande.

Fonseca (2011) em seu artigo sobre as relações de poder em fóruns participativos corrobora com o fato de que os conselheiros aparecem em outros estudos como este com renda, escolaridade e engajamento maiores que a média nacional. Também discute que se analisa pouco academicamente o anacronismo entre essa minoria de ‘conselheiros’ politicamente ativos e acima da média nacional e a maioria passiva que estes representam nem tão pouco ampliam as discussões do conselho para o engajamento e participação cidadã dos seus representados.

4.3.2 ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DE VIDA DE CADA ENTREVISTADO DESDE QUE SE TORNARAM CONSELHEIROS

Dentre os 32 conselheiros titulares e suplentes apenas um não quis responder a entrevista. Foi também elaborada uma entrevista com o suplente de uma organização não governamental que vem às reuniões com frequência, mesmo não sendo mais sua gestão.

Metade dos entrevistados, 16 conselheiros, disseram ser a primeira gestão. Destes, 9 fizeram observações sobre o fato de estarem participando do Conselho pela sua história profissional, de vida ou da importância do papel para a instituição ou município representado.

Foi o diretor de turismo daqui que me indicou como suplente dele, por questões de, pra, a gente, o turismo, a cultura, a comunicação, nós fazemos a amarração da prefeitura, do geral da prefeitura, então ele achou que seria interessante, portanto, ele me colocou lá para ajudar. (CONSELHEIRO Nº 2, 2011).

É a primeira vez, acho um órgão bastante ativo, o Gestor é bastante democrático, instrumento interessante para a gestão do núcleo. (CONSELHEIRO Nº 20, 2011).

Nos dias atuais é fundamental você participar de um Conselho como o do Parque. (CONSELHEIRO Nº 1, 2011).

Foi uma surpresa, fui indicado pela (...), acho importante, ainda não participei de nenhuma reunião, mas espero que este trabalho venha contribuir muito para Natividade da Serra e vizinhos. (CONSELHEIRO Nº 24, 2011).

Os entrevistados falam de suas vivências para justificar a indicação, ligando-a, a partir de seu ponto de vista, para contar sua experiência profissional, o vínculo com as questões ambientais. A experiência de vida, do *mundo vivido*, é uma reflexão, uma tomada de consciência sobre a sua história de vida profissional e seus valores pessoais sobre os temas abordados no conselho, analisada e narrada sob seu ponto de vista e traz a identificação destes conselheiros ao Conselho. (BUTTIMER, 1982; RICOUER, 2010)

Pela minha vida profissional eu sempre trabalhei na área de secretaria, que fui funcionário da secretaria há quase trinta anos, e eu sempre trabalhei na área de conservação do solo, recursos naturais, sempre ligado eu já tinha trabalhado em São Luís há vinte anos () eu sempre fui ligado a grupos conservacionistas, e sempre foi ligado, sempre gostei disso – ser conselheiro, a primeira reunião que nós tivemos, eu acho que foi em outubro do ano passado e eu fui convidado esporadicamente, porque como saiu a (...), eu fui até com a (...), foi a primeira vez que nós estivemos, que o pesquisador apresentou o trabalho (), foi a primeira, quer dizer é preciso integrar mais com o Parque que é uma coisa que eu gosto, gosto de pesquisa na área botânica. (CONSELHEIRO Nº 5, 2011).

Eu acho assim, que a participação como conselheira, no caso do desenvolvimento profissional seria o histórico dos meus trabalhos anteriores, sempre ter participado de Conselhos de Unidade de Conservação, só que daí o meu histórico de universidade tem essa participação ativa também, congregação, diretório acadêmico, o conselho de pós-graduação agora por último, então, eu acho que eu tenho esse perfil no caso... específico, do Conselho do PESM do Núcleo Santa Virgínia é que eu achei que seria muito interessante, porque eu tenho um histórico de participação em uma Unidade de Conservação municipal que (presidi) por quatro anos e numa, e na APA Botucatu também, que era mais no âmbito estadual. (CONSELHEIRO Nº 15, 2011).

Tenho formação na área administrativa com especialização em Gestão Ambiental, está na minha formação, assim como o aspecto técnico. Trabalhei alguns anos na área de marketing, sempre tive bastante relação com pessoas,... até vir para a SMA.-SP, fiquei 3 anos trabalhando no Comitê de Bacias, Plano de Bacias. Acaba-se facilmente de fazer uma relação entre o Comitê de Bacias e os parques, que é um trabalho de gestão. Hoje na secretaria temos os projetos para recuperação das áreas, que é o forte do DPRE, este é o motivo para estar aqui fazendo parte do Conselho do Parque, pelo aspecto de recuperação de áreas, também existe uma interface com a fiscalização da Polícia Ambiental. (CONSELHEIRO Nº 29, 2011).

Na verdade, eu acho que isso tudo começou com meu antigo serviço no Instituto de Terras, eu fui durante oito anos, quase nove, funcionária do Instituto de Terras. Foi quando a primeira vez, quando eu participei comecei a participar do conselho como suplente do meu chefe, e ele era titular, mas nunca conseguia ir, aí eu ia ao lugar dele. E foi também no Instituto de Terras que eu comecei a enxergar a questão ambiental na questão prática, uma coisa é você estudar até na faculdade, no mestrado a gente ouve um pouco da questão ambiental, mas no Instituto de Terras a gente vivia isso, o ambiente e as pessoas. O que você fazia? Tirava as pessoas pra deixar, então aí eu passei a vivenciar isso de uma maneira bem próxima, e claro que me indicaram para participar como suplente do meu chefe, porque além de estar no Instituto eu era de São Luís, eu era, acho que a única que conhecia o Núcleo Santa Virgínia e tudo mais na gestão passada, eu entrei bem no fim. (CONSELHEIRO Nº 12, 2011).

O Conselheiro nº 14 (2011) associa a sua identidade com o Conselho pelo fato de ter feito agronomia e vir de uma família que vivia na área rural, propondo um novo modo de lidar com o lugar, pois não vê futuro com os hábitos antigos em relação ao uso do solo.

Mais pelo fato, tanto familiar quanto vocação também, por causa do curso de Agronomia. Ah, meu pai tinha sítio, fazenda, e naquela época desmatar, APP, topo de morro não se preocupavam com isso não. E hoje você vai vendo que você tem que voltar um pouco a roda, porque senão não tem futuro dessa maneira aqui na Santa Cruz. (CONSELHEIRO Nº 14, 2011).

Os conselheiros que participaram do 1º mandato do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia misturam seu relato de história de vida profissional, pessoal e de críticas a ele. Posicionam-se frente ao conselho consultivo avaliando a história vivida na gestão passada. O relato oral registrado nas entrevistas contribui para a reconstrução mais realista da vivência dos conselheiros “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p. 25).

O Conselheiro nº 3 faz observações sobre a história do Núcleo Santa Virgínia e seu potencial para o turismo, analisa a gestão do Núcleo e do Estado e propõe atividades para o Programa de Uso Público, demonstra conhecimento sobre o tema e sua vinculação com a Unidade de Conservação.

Do Parque ali, eu o acompanhei todo esse processo, desde o início, as primeiras trilhas, quando o Gestor chegou a São Luís, a (amizade) com ele, (...), antes do (filho do gestor) nascer, ou seja, há muito tempo, esse processo veio evoluindo, crescendo com várias ajudas, parceiros daqui, do exterior, né? Eu lembro quando lá era bem simples e esse crescimento que teve esse inchaço de estrutura que teve no Parque, e o que mais me desperta lá no Parque é a questão do meio ambiente, (...) a questão cultural e o meio ambiente. Olhando do ponto de vista turístico, e todas as potencialidades que o Parque pode oferecer na questão turística, nós temos hoje uma qualidade de primeiro mundo lá em Santa Virgínia, temos a mata muito bem regenerada, e próxima de uma comunidade, nós temos uma estrutura de estacionamento, banheiros, uma estrutura, o uso público do Parque me interessa MUITO ali, nós temos atividades, hoje temos cinco trilhas catalogadas, monitorado, mantendo hoje a questão de monitoramento, a questão da fiscalização, que não teve mais caçador, muito pouco, o uso público do Parque na minha interpretação é muito importante para também fiscalizar, para a fiscalização.(...) Nós temos alguns projetos aqui agora, para aproximar a comunidade local, que apesar de estar 35 km, 40 km de distância, mas é uma das comunidades mais próximas, é o município de São Luís. (CONSELHEIRO Nº 3, 2011).

Os conselheiros de Natividade da Serra têm outra visão sobre a Unidade de Conservação, testemunham as dificuldades de reconhecimento e pertencimento do município como parte do Núcleo Santa Virgínia, narram a dificuldade da Unidade de Conservação em assumir o município e trazem à tona no seu relato de história de vida profissional, as mágoas e os problemas com o Estado na questão da regularização fundiária. Os diferentes modos de ver a paisagem de Natividade da Serra e de interagir são explicitados nas duas entrevistas a seguir.

Quando eu comecei era pelo COMTUR, não era funcionária pública ainda. Comecei pela paixão mesmo do projeto, eu busquei e isto, até conseguir, tá aqui dentro. Natividade não tinha representação no Conselho, e se tinha não vi resultados, e o que mais me incomodava no início, acho até que um pouco aceitável por Natividade não vir ser representada, então não era muito falado de Natividade, e a população de Natividade achava que o Parque era de São Luís Paraitinga. Então, hoje, tendo esse conhecimento das ações do Parque, o que é Natividade e o que é São Luís, os resultados para mim mais importantes foram a alteração do novo folder, de ter o nome Natividade em evidência, as trilhas tão em evidência e no outro folder era uma coisa mais interpretativa, se você não interpretasse o folder você podia achar realmente que a base de Vargem Grande era um bairro de São Luiz de Paraitinga e não da Unidade de Conservação e, principalmente, das pessoas de Natividade da Serra, hoje entendem melhor que não é o Gestor que deseja as coisas é o Parque Estadual. (CONSELHEIRO Nº 6, 2011).

Uma questão importante que eu vejo com relação ao Parque é uma preocupação, eu digo exagerada “entre aspas”, da função do Parque com as questões ambientais e uma preocupação quase inexistente com os habitantes do Parque, isso daí sempre me preocupou. Eu levantava sempre essa questão, (...) cidadão da natureza e as pessoas vão fazer o que com elas? Nunca existiu, nunca tinha sentido, nada de relevante nessa área, num dos primeiros momentos, agora nos últimos tempos já está tendo algum trabalho de valorizar os habitantes de dentro e no entorno do Parque. Tem outro aspecto que eu não citei, é a demora nas providências com relação à estrutura fundiária, existe uma... Todas às vezes comentam que a documentação está sendo providenciada, que vai regularizar a situação fundiária e nada acontece, isso vem de longos anos, então, o produtor fica impedido de dar continuidade em suas atividades por conta dessa desapropriação, e essa desapropriação nunca acontece... Que é a minha área de atuação; então, quem mora lá dentro está sempre impedido de melhorar a propriedade, de fazer qualquer tipo de investimento, de plantar, de cultivar, porque vai ser desapropriado e eles não vão indenizar tudo o que fizerem, em compensação, em contrapartida, o Parque não agiliza essa questão fundiária, é outra preocupação grande (CONSELHEIRO Nº 8, 2011).

Os conselheiros representantes do Estado relacionam o histórico de suas vidas profissionais com o papel que exercem no Conselho.

Vim para o Núcleo com uma perspectiva de trabalhar com pesquisa e auxílio na gestão, em atividade interativa com o Parque. A minha experiência dentro do Conselho (...) tem momentos que é difícil de separar, enquanto trabalhando na equipe do Parque e participando do Conselho. Tenho envolvimento muito grande em relação a todos os programas do Parque, tenho uma contribuição muito grande porque tenho um conhecimento técnico e institucional. É a vivência de um olhar técnico (CONSELHEIRO Nº 21, 2011).

Eu acho que o histórico de vida vem ao encontro desses quase vinte anos aí, que eu tenho de Unidade de Conservação, então, uma é, são todos os trabalhos sociais da minha formação, eu tenho, eu sou Assistente Social () Aí, então, eu já tenho essa coisa acadêmica que é (), uma coisa muito forte socialmente falando, e depois eu caí para ser gestora de uma Unidade de Conservação, que também é o meu foco, que foi o Itutinga Pilões localizada em Cubatão, o meu foco era . eram moradores, e moradores assim, que não tinham uma organização, são bairros dentro da Unidade de Conservação, e eu tive que fazer um trabalho muito árduo com aqueles moradores, então, depois disso, em 2001, quando eu saí da Unidade de Conservação, eu continuei trabalhando com Conselhos Consultivos, nessa questão de organização e tal, que a gente tinha, era um processo de reestruturação dos Conselhos Consultivos, então, eu fiquei diretamente ligada nessa.... (CONSELHEIRO Nº 32, 2011).

Também narram o aprendizado que tiveram na vivência no Conselho Consultivo.

Eu acho assim, pensando na minha história de vida e dentro da instituição, para mim, foi muito bacana, muito bom porque eu cresci, eu aprendi muita coisa da área de meio ambiente, fazendo parte do Conselho (CONSELHEIRO Nº 33, 2011).

Aí quando a gente começa a participar começa a ver o que realmente está acontecendo, por exemplo, o foco não é só o turismo, a gente vai pensando numa coisa aí chega lá e vê que não é só isso, não é só o umbigo da gente, né? (CONSELHEIRO Nº 10, 2011).

Nos testemunhos dos conselheiros verifica-se que ligam o fato de pertencerem ao Conselho por exercerem atividades profissionais e terem vivências relacionadas às temáticas da Unidade de Conservação. Utilizam expressões como: “*o histórico de vida vem ao encontro*”; “*então hoje tendo esse conhecimento das ações do parque*”; “*na verdade eu acho que isso tudo começou com meu antigo serviço*”; “*pela minha vida profissional eu sempre trabalhei na área de secretaria...*”

O processo de identificação é construído na relação com o Conselho nos modos de ser e de atuar de cada conselheiro, é também um processo de tomada de consciência do papel que estão exercendo como conselheiros: “*quando a gente começa a participar começa a ver o que realmente está acontecendo*”; “*é a vivência de um olhar...*” Essa relação ontológica da identidade, de ser no mundo, de construção do *mundo vivido* do Conselho se dá na *pre-sença* (HEIDEGGER, 2005) – assumir-se conselheiro com tudo que são e não são, com as referências que eles conseguem estabelecer de sua história e da sua participação.

4.3.3 A MOTIVAÇÃO PARA SE TORNAR CONSELHEIRO

Avaliando as respostas dadas pelos entrevistados, categorizou-se, em três campos, a motivação para a participação no Conselho:

- Quanto à atividade profissional e às relações com a Unidade de Conservação;
- Quanto à memória e a relação afetiva com o lugar;
- Relacionada a expectativas para mudança da relação institucional representada com o Núcleo.

4.3.3.1 MOTIVAÇÃO RELACIONADA À ATIVIDADE PROFISSIONAL E RELAÇÕES COM A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A motivação para se tornar conselheiro pode ocorrer por prestar serviços em empresas e instituições com cadeira e não ter um vínculo real com o Núcleo ou com os temas do Programa de Manejo da Unidade. Normalmente, se dá num primeiro momento por ter um cargo na instituição afim aos temas, ou por ter princípios conservacionistas, embora possa haver a escolha do representante dentro das instituições por não ter outra pessoa para indicar.

- Cargo na instituição afim aos temas:

Questão funcional, ocupar uma lacuna (secretariar o conselho) que estava vaga sem conselheiro, a questão da secretaria devido aos compromissos. Em segundo, o meu interesse próprio de ter esta experiência". (CONSELHEIRO Nº 30, 2011).

- Escolha do representante por não ter outra pessoa para indicar:

Para ser sincera eu nem sabia que seria indicada para exercer este papel (CONSELHEIRO Nº 23, 2011).

Foi uma indicação, mas está sendo válida (CONSELHEIRO Nº 24, 2011).

Não, é, eu não estava nem sabendo, fui colocada... (CONSELHEIRO Nº 9, 2011).

Foi uma designação da própria polícia/pela sua atuação espacial/naquela região. (CONSELHEIRO Nº 16, 2011).

- Por ter um cargo na instituição afim aos temas, ou por ter princípios conservacionistas:

Por causa da empresa de turismo que montamos e ter o interesse de exercer o turismo em área de conservação (CONSELHEIRO Nº 26, 2011).

Contribuir com a gestão do Parque de acordo com as funções da CBRN (CONSELHEIRO Nº 28, 2011).

Fui indicada como suplente, sou substituta da minha chefe, indicada como membro, mas para mim existe uma grande motivação pela minha formação com o meu trabalho diário (CONSELHEIRO Nº 29, 2011).

Na verdade foi indicação, o Gestor precisava de um representante da educação. (CONSELHEIRO Nº 1, 2011).

Pela minha vida profissional eu sempre trabalhei na área de secretaria, que fui funcionário da secretaria há quase trinta anos, e eu sempre trabalhei na área de conservação do solo, recursos naturais, sempre ligado, sempre gostei disso (CONSELHEIRO Nº 5, 2011).

Eu venho da (instituição) privada, que já trabalho junto ao parque há 15 anos, é proprietária de limpeza e de rafting (CONSELHEIRO Nº 3, 2011).

Participo como instituição (Polícia Militar Ambiental), que quer uma representação e como comandante do pelotão, que eu tenho como missão. É uma experiência de vida. Bom para conhecer a região ou coisas novas, não sou morador da região, mas é gratificante por causa das experiências. Não conheço como morador, só no trabalho (CONSELHEIRO Nº 17, 2011).

4.3.3.2 MOTIVAÇÃO RELACIONADA À MEMÓRIA E RELAÇÃO AFETIVA COM O LUGAR

A motivação afetiva ligada ao lugar determinada pela relação dialógica com o Parque na infância traz a motivação para a participação no Conselho, o lugar, esta paisagem tangível e intangível, construída na história de vida dessas pessoas, na experiência e reflexão sobre ela, guardada na memória afetiva do conselheiro (BUTTIMER, 1982; TUAN, 1983). A “memória afetiva significa exatamente essa possibilidade de síntese entre a representação revivescente” relatada pelo conselheiro nº 2, “*é um paraíso...nossa que lugar, né?*” Na mistura da das emoções do passado com as do presente “lavada da sua afetividade existencial de origem, e a afetividade presente” (DURAND, 2001, p. 402).

Olha, é... assim, ele perguntou se eu queria e assim, eu tenho relações assim de amor pelo Núcleo, porque eu acho um lugar maravilhoso, quando era criança a escola me levou até lá para fazer um passeio, eu falei – nossa que lugar, né? É um paraíso, então assim eu tenho, eu gosto muito de lá, aí eu achei que podia contribuir com alguma coisa. (CONSELHEIRO Nº 2, 2011).

4.3.3.3 MOTIVAÇÃO LIGADA ÀS EXPECTATIVAS PARA MUDANÇA NA RELAÇÃO COM O NÚCLEO

Muitos dos conselheiros têm uma expectativa em relação à sua participação ligada à capacidade de produzirem mudança nas relações com o Núcleo e de propor alternativas para as relações institucionais e sociais conflituosas entre a Unidade de Conservação e a comunidade de modo geral.

Na verdade, essa experiência de vida “é constituída de sentimento e pensamento” (TUAN, 1983, p. 11), no sistema proposto por Tuan, sobre a perspectiva experiencial, a experiência é constituída de sensações, percepções e concepções de visão de mundo motivadas pela emoção que emana os valores construídos na história de vida de cada um. Lugar de construção de um pensamento, um ideário sobre as possíveis soluções para os conflitos e problemas da Unidade de Conservação com a comunidade, sendo uma oportunidade para solucioná-los.

Foi atribuída esta missão, pela banca ambiental da Procuradoria da região. Sinto-me bastante honrado em participar do CC, colaborando, ouvindo, aprendendo bastante e possa chegar a um bom termo. Posso colaborar com o conselho como advogado (CONSELHEIRO Nº 20, 2011).

Obrigação da empresa com o Instituto Florestal e vizinha do Parque, dever ético, jurídico, tentar minimizar ou levar em consideração primeiro o que diz respeito a UC para o manejo da fazenda. Norteador das atividades e procedimentos como época de colheita, de transporte, recuperação de áreas, formação corredores biológicos no Parque, áreas das empresas que estamos abrindo para as comunidade dentro do Semeando, coletar sementes, ser uma alternativa de renda, utilizando o benefício da floresta (CONSELHEIRO Nº 27, 2011).

É, eu acabo trazendo aquilo que antes era a crítica, daí antes ficava como picuinha dentro do município, tento fazer de uma forma que (dentro das reuniões), eu possa trazer a linguagem da população (CONSELHEIRO Nº 6, 2011).

Primeiro que eu sou do setor, porque a gente trabalha quinze anos com isso, a gente vê coisas que precisam ser modificadas, melhoradas, ajudar outros setores (...) até o poder público, então eu tento, faço parte direto, eu sou ator direto (CONSELHEIRO Nº 7, 2011).

Quando veio esse convite pra tá participando, eles falaram inclusive por causa do processo de turismo que tá englobando, São Luis utiliza muito a área e a gente não recebe nada por isso, não é comentado, nem falado o nome de Natividade (CONSELHEIRO Nº 10, 2011).

A princípio era justamente tá atentando propor para eles algumas atividades de manejo sustentável, que pudessem dar retorno, gerar renda e emprego para essas populações, mas quando eu percebi que o foco não estava nisso, foi até me desestimulando um pouco, embora, todas as vezes que a gente questionava o Parque citava que ia fazer, ia fazer, mas nunca aconteceu, embora recentemente vista acontecendo, no início não acontecia nada... (CONSELHEIRO Nº 8, 2011).

O que me leva a aceitação ou até ter pedido pra Akarui que eu participasse é que eu acredito que eu consigo compilar o que a gente tem lá e trazer para a instituição (CONSELHEIRO Nº 15, 2011).

Agora pela a Ame a gente recebeu convite, acho que as três instituições, a Ame, a Akarui e Instituto (...), aí eu logo imaginei que o Instituto não ia ter braço para mais isso pra mais uma atividade, e aí me indiquei como suplente (de preferência), porque eu acho que a Akarui é uma ONG ligada à questão ambiental, eles que têm que ser titular, e entrei de novo no Conselho numa função diferente agora, como com/representando a comunidade não mais o poder público, estou eu de novo aqui, então a princípio o interesse maior foi esse, né? que tem 64 famílias de Natividade, né? Que tem é, casa dentro do Parque. e estar por dentro também do que está acontecendo na (comunidade), pra gente poder reclamar, pra gente poder ter voz ativa pra alguma coisa, acho que a gente participando, não cabe reclamar sem participar, né? (CONSELHEIRO Nº 12, 2011).

Colocar em prática alguns objetivos meus em relação ao planejamento e gestão (CONSELHEIRO Nº 21, 2011).

Motivação acho que é o interesse em unir, conhecer os conflitos, conhecer os problemas da sociedade nessa relação com a unidade de conservação e poder contribuir para a conservação mesmo, através da gestão dessas várias (CONSELHEIRO Nº 22, 2011)

Interesse nosso de acompanhar como estava sendo o processo, os moradores de dentro do Parque não sabiam o que acontecia (CONSELHEIRO Nº 25, 2011).

Já algum tempo tenho conversado com proprietários do entorno do parque para nos articular. Há 9 anos que estamos aqui, e começo a ver a necessidade de se articular, por que propósitos? Os problemas são os mesmos. Iniciamos o contato com as pessoas, por que os problemas são os mesmos, conversei com o (...), sobre a RPPN e com o Gestor, com estes contatos, trazer novas pessoas, e estamos pensando em aproveitar as oportunidades. Somando a gente tem. Se a gente chega sozinho na prefeitura é uma coisa, se a gente chega com um grupo pode acontecer, e acabou acontecendo a mudança do conselho, que possibilitou a participação do grupo de moradores do entorno (CONSELHEIRO Nº 18, 2011).

As categorias foram, assim, separadas para elucidar os motivos que levam estas pessoas a se tornarem conselheiras. Todos procuram identificar o seu papel dentro das instituições representadas com o fato de serem indicados para o papel de conselheiros. No diálogo e nas respostas dadas durante as entrevistas, testemunham o vínculo com a paisagem do Núcleo Santa Virgínia e demonstram as expectativas quanto ao seu desempenho como conselheiros. A maioria das narrativas deixa claro as opiniões ante os problemas da Unidade e propostas para sua solução. Os testemunhos que trazem maior número de propostas para a solução dos problemas são os dos conselheiros na sua segunda gestão, porque têm mais vivência com a gestão da Unidade de Conservação.

A fala do Conselheiro nº 32, representante da Coordenação Geral do PESM, com experiência e vivência com os Conselhos Consultivos do Parque Estadual da Serra do Mar, e do Conselheiro nº 15, com história de vida em outros conselhos – exemplificam que a convivência no Conselho colabora com a tomada de consciência sobre o seu papel e sobre a gestão dos recursos naturais pelo Núcleo Santa Virgínia.

Por isso que eu acredito em Conselho Consultivo, a gente só muda a atitude das pessoas falando, conversando, mostrando e explorando [o conhecimento] ao máximo do que a gente pode sobre nossos recursos naturais, para estar conscientizando... (CONSELHEIRO Nº 32, 2011).

Tem essa imposição na participação, então aquela coisa, não tem quem vá ser do conselho, ‘então vai você ser do conselho’, e então eu acho que as instituições não entendem muito bem (...), mas os conselheiros a partir do momento que vêm pro Conselho começam a formar aí uma ideia de qual é a sua função, eu acho que o Conselho parte disso, parte do trabalho do Conselho é isso também, - ‘eu, como conselheiro o que eu estou fazendo aqui?’ (...) eu acredito também que qualquer espaço novo é um espaço que você não sabe qual é a função que você vai ter (CONSELHEIRO Nº 15, 2011).

4.3.4 COMO ENTENDE O PAPEL E A SUA AÇÃO COMO CONSELHEIRO

Quando discutimos o papel e a ação dos conselheiros, estamos falando de um ideal de participação e inclusão de cada conselheiro neste Conselho. É necessário avaliar as categorias destes ideais para discutir as formas de construção das ações democráticas do grupo. “*A patologia da participação*” discutida por Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer, como característica do final do século passado, com a expansão da democracia liberal, nos remete à análise dos Conselhos Consultivos, neste capítulo, sobre o abstencionismo dos representantes nas reuniões, e o fato de estabelecerem uma pequena representação com seus pares, por não perceberem as mudanças das problemáticas enfrentadas pela sociedade e não verem suas ideias e opiniões incorporadas, por meio da representação e participação nos fóruns de políticas públicas, instituídos pelos governos. (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 3).

Os conselheiros entendem o seu papel dentro do Conselho quanto à colaboração e à responsabilidade pelo melhor andamento das políticas públicas associadas ao Parque: “*Estar lá para gerar esse desenvolvimento [sustentável]*”. (CONSELHEIRO Nº 13, 2011); colaborar para definir diretrizes do Parque; para aconselhar; por dever de participar.

Essa categoria está relacionada à colaboração com as políticas públicas implantadas por uma “democracia representativa”, criada pela administração pública para orientar os procedimentos democráticos da sociedade. (SANTOS; AVRITZER, 2003).

Outra categoria relacionada aos representantes da sociedade civil, no papel de facilitadores, intermediadores e mediadores entre a Unidade de Conservação e a sociedade, está explicitada em pensamentos narrados pelos conselheiros, tais como: “*Facilitar e intermediar ações conjuntas*”; para “*defender os interesses do meu setor*”; para “*estar servindo de uma via de acesso*” aos problemas locais e demais instituições; “*para a descentralização da gestão e aumentar o sentimento de pertencimento do Núcleo Santa Virgínia a sociedade*”. Pertencem aos procedimentos participativos, “às formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública” de uma forma de democracia participativa. (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 25).

Para Santos e Avritzer (2003, p. 25) deve haver uma combinação entre a democracia representativa e participativa de coexistência e complementaridade. Convivência “em níveis diversos, das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional”. E de complementaridade com o reconhecimento pelo governo de que as formas públicas de monitoramento e os processos de consulta e deliberação públicas, como os Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação, “podem substituir parte do processo de representação e deliberação, tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia”. O conselheiro nº 22 relata uma experiência em uma Unidade de Conservação do Estado de São Paulo, que criou e adaptou à dinâmica local os processos de coexistência e complementaridade democrática.

(...) quando estava na Ilha do Cardoso, o conselho dele era praticamente deliberativo, assim, não era formalmente, mas era tudo discutido, e tudo... Governança de fato, inclusive coisas de licenciamento, de laudos que tinha que dar parecer ao Ministério Público passava pelo Conselho (...) com bastante transparência... (CONSELHEIRO Nº 22, 2011).

Os conselheiros apontam soluções para o que Santos e Avritzer, (2003) colocam sobre a busca da coexistência e complementaridade das formas de democracia, exemplificadas nas falas abaixo:

- “buscar novos caminhos, ouvir as experiências das pessoas em outras áreas, tentar trazer isso para nossa rede de ensino”;
- “levando propostas e trazendo propostas para a educação”;
- “deixar o produtor produzir, viver e dar auxílio, dar conhecimento pelo conselho pra sociedade do entorno”;
- “sanar dúvidas, orientar o grupo, operacionalizar a participação”;
- “articulação, na visão do todo do parque e ser um canal de comunicação entre a gestão e este grupo de conselheiro, tentar aparar as arestas, entender a visão dos conselheiros, da gestão e esta interação”;
- “identificar os problemas que podem ser resolvidos com alguma pesquisa e tentar ou desenvolver projeto de pesquisas ou ir atrás de universidades, institutos que possam dar as respostas àquelas questões que estão sendo discutidas no conselho”;
- “partilhar e tomar decisões”;

- “poder contribuir com o conselho, em prol da mata, do meio ambiente, tudo que envolve a natureza que é muito peculiar na nossa região”;
- “fazer a interação da secretaria com o parque”.

4.3.5 INTERPRETAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO

Conforme relato do Gestor (2010), o primeiro momento do Conselho tinha como objetivo a implantação da gestão da Unidade de Conservação, trazendo as discussões sobre fiscalização e a questão fundiária, tornando-se complicada a relação com a comunidade do ponto de vista do alinhamento de interesses. Somou-se a isto a falta de respaldo institucional levando ao término da 1ª versão do Conselho em 1998:

[...] dessa falta de experiência do órgão gestor, naquela época também não se tinha muita clareza do papel do conselho [...]

[...] ele nos ensinou a dinâmica da participação, nos aproximou da comunidade, mas a gente não conseguiu resolver nada [...]

Esta mesma avaliação aparece nos estudos apontados, anteriormente, de Oliva (2000) e de Mattoso et al. (2009), a seguir:

Já nas primeiras reuniões de formação dos conselhos consolidou-se a presença e ação do poder público que, por intermédio da gestão participativa, atuou prioritariamente na mediação de conflitos entre os atores sociais envolvidos. Foi possível a identificação e análise de focos de conflitos - diferentes visões sobre a utilização das unidades de conservação por parte de cada um dos atores sociais, seus interesses imediatos e prioridades, e a luta pela destinação dos recursos ambientais pertencentes à sociedade em geral, mas pleiteados diretamente pelas comunidades locais. (MATTOSO et al., p. 7).

A identificação de diferentes visões sobre as funções da Unidade de Conservação foi diagnosticada, também, por técnicos da Fundação Florestal, afirmando a necessidade que esta pesquisa traz de discutir o Planejamento e atuação do Conselho Consultivo, por meio do olhar diverso dos diferentes atores sobre esta paisagem.

Na segunda fase do Conselho Consultivo do PESM e, conseqüentemente, a do Núcleo Santa Virgínia, os gestores estavam mais capacitados:

[...] o SNUC deu um grande respaldo em relação aos conselhos e à gestão dentro das Unidades de Conservação, a Fundação Florestal veio com uma missão de realmente colocar em prática o exercício dos conselhos, ou seja, ela veio com a missão de botá-los para funcionar, pelo menos aquelas Unidades que tinham o Plano de Manejo principalmente e depois para aquelas que não tinham Plano de Manejo...

E eu posso dizer a você que nesse exercício que findou agora, nos últimos dois anos, a gente teve um salto bem legal nessa participação, nesse envolvimento da gestão da UC com os conselheiros. E a gente teve um salto, no processo de gestão, tanto no envolvimento deles, para com o parque, como do conselho, ou seja, algumas respostas que o Conselho necessitava, a Fundação deu (GESTOR, 2010).

O conselheiro nº 4 faz uma crítica à centralização e atuação mais punitiva da administração do gestor nos primeiros anos do Conselho, mas aponta uma mudança de postura e aproximação com a comunidade local no final desta gestão

O que eu acho é o seguinte, no começo (...) eu percebia as atividades do Gestor, (...) tudo para ele, tudo era ele, assim centralizado, então, e a gente já estava tentando em ver se ele conseguia distribuir essa tarefa dele árdua, então a gente gradativamente se inteira vendo aí quais eram os principais problemas, e que com certeza era problema assim de usucapião, o uso da terra, mau uso na verdade que o caráter dele no começo era extremamente punitivo, que não tinha outro jeito, que não tinha saída, e gradativamente ele foi substituindo, para tentar interagir com essas comunidades locais etc., e com certeza me empolga isso, a gente conversava, (...) (CONSELHEIRO Nº 4, 2011).

O Gestor registra no seu relato a atuação mais punitiva da administração nos primeiros anos da Unidade, justificando a postura frente ao Conselho e a comunidade de dentro e do entorno da Unidade de Conservação.

De 2006 pra cá, nós tivemos que novamente estabelecer o Conselho. Então o que eu posso te dizer, a primeira etapa do Conselho, que foi logo após 1998, foi uma participação bem, pra nós, do ponto de vista do gestor, bem trágica, assim, porque a gente teve que, a gente estava no momento de implantação da Unidade, ou seja, de tomar posse da Unidade, de se mostrar presente, de dizer, “olha aqui é um órgão que fiscaliza”, que enfim, e foi um motivo muito complicado a questão fundiária... (GESTOR, 2010).

Os conselheiros do 2º mandato (2011–2013), na sua maioria, consideram que o Núcleo Santa Virgínia atende parcialmente aos problemas e dificuldades identificadas pelos conselheiros, registram que há interesse por parte da gestão, mas morosidade por parte do Estado. Também relatam a dificuldade dos conselheiros em divulgarem as discussões do Conselho, de estabelecerem o elo entre o Conselho e a sociedade civil. A fala do Conselheiro nº 21 elucida as opiniões relatadas pelos outros conselheiros.

Acho que em parte, é um conselho muito formal, de colocar as questões técnicas, mas ainda do ponto de vista das indicações, existem problemas sim, mas ainda não conseguimos chegar ao cerne, para resolver os problemas de anos. É um Conselho muito coeso, tem vontade, o próprio Parque também tem vontade de compartilhar, mas ainda há mecanismos que são disponibilizados dentro do Conselho, e o grupo precisa crescer, este caminho precisa ser traçado pelo grupo. Ainda fica na superficialidade em colocar os problemas, talvez, o entendimento não chegasse de fato que os conselheiros tem um grande poder, de ajudar, auxiliar o Parque. Eles entendem os conflitos sendo da coisa distante sendo da gestão (CONSELHEIRO Nº 21, 2011).

Para o Gestor (2010), hoje, o Conselho “é o elo entre o Parque e a Sociedade”. Argumenta que os conselheiros, ainda, “[...] têm dificuldade de entender a importância deles para compor o Conselho. Mas eu acho que isso é um processo de criação, um processo dinâmico.”

Discute a dinâmica de interação do Conselho, hoje em dia, confirmando a análise já exposta sobre a evolução dos conselhos nas Unidades de Conservação de São Paulo:

Ele vai mudando a partir que as pessoas conseguem ver que há uma possibilidade de resolução de problemas de conflitos, e que a gente pode junto crescer, ou seja, o Parque se inserir na sociedade e vice e versa (GESTOR, 2010).

O exercício da *Mundividência* – que é a conexão consciente e necessária de problemas e de soluções (DILTHEY, 1992) – fica pontuado na fala do Gestor (2010) e do conselheiro nº 22, já na segunda gestão do Conselho Consultivo 2011-2013:

Eu acho que é uma coisa essencial participar do Conselho, o Conselho tem essa função de ajudar a gestão da Unidade, então a participação tem que ser ampla, tem que estar todos os setores envolvidos e é onde afloram os problemas, os conflitos e é onde a gestão pode ter uma visão mais abrangente do que está acontecendo (de fato) (CONSELHEIRO Nº 22, 2011).

No primeiro mandato do Conselho Consultivo (2007 a 2010) havia muito interesse por parte dos representantes com a situação fundiária. Atualmente a Secretaria de Meio Ambiente tem focado a questão de modo diferente, tem buscado saídas por meio da participação da Promotoria do Estado. Segundo o Gestor (2010): *“Não só o fundiário deu um salto, mas em todos os programas de gestão da Unidade nós crescemos, o conselho ajudou, o conselho provocou.”*

Hoje existe um representante da Fundação no Conselho, como reforça o Gestor (2010), na fala a seguir: *“Há necessidade de ter uma pessoa que leve os problemas e as soluções para a diretoria direto.”*

Segundo o Conselheiro nº 7 (2011) - *“O Conselho começou no início meio patinando, sem ter uma identidade própria e ta...”*, e referindo-se à fase 1 do Plano de Gestão Ambiental:

[...] após e aos poucos foi se organizando, então o Conselho foi crescendo durante o período de trabalho de pessoas sérias, comprometidas, eu acho muito interessante, toda a comissão, e o mais importante eu acho que o conselho é um instrumento muito ouvido pelos chefes lá em cima do Parque, é um instrumento que parte da sociedade, parte do poder público municipal, estadual... OSIP, ONG, moradores do entorno, então assim, é, são muito ricas as informações, e apesar de ser um Conselho Consultivo, a gente observou que muitas vezes deliberou sobre determinados assuntos, então é forte, devido ao nível das pessoas que estão envolvidas ali também (2011).

O Conselheiro nº15 (2011) faz uma análise deste Conselho Consultivo de forma positiva, corroborando as premissas, estipuladas anteriormente, das funções deste:

Eu acho que o Santa Virgínia tem um diferencial que a gente vê, como em grandes reuniões de âmbito estadual e nacional, sempre muito problema. Eu sinto que há uma interação, a comunidade sabe o seu papel, o Parque também sabe qual o seu papel dentro do Conselho e procura apontar dificuldades, eu sinto a comunidade bem à vontade com o gestor para palpar, o que eu acho que na maioria dos Conselhos não acontece, tem um impasse entre gestor comunidade, proteção e exploração ou utilização do recurso, então, eu acho que o Santa Virgínia, eu acabei de chegar, mas eu acho que o pessoal tem uma visão, tanto que participa, a gente tem comunidade que vai lá, e as comunidades têm liberdade de colocar o seu ponto de vista (2011).

Para comunicar os objetivos do Parque e seus Programas de Manejo, a gestão utiliza reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo; articulação e parcerias institucionais; participação em projetos junto às escolas municipais; cursos para professores da rede municipal de ensino; e distribuição ampla da folhetaria do PESM. Porém, acredita ter pouca divulgação dos objetivos de conservação do PESM para o público externo, por faltar mais apoio da gestão central para a divulgação da Unidade, assim como a situação fundiária do Núcleo é tema não solucionado, prejudicando as relações com o seu entorno.

Pelo olhar dos conselheiros da 2ª gestão (2011 a 2013), as pessoas da comunidade mais envolvidas com o Conselho são as que estão próximas ao Núcleo, como “*o pessoal de RPPN*” (CONSELHEIRO Nº3, 2011), da comunidade de dentro do Núcleo e as instituições parceiras. A fala é constante entre os entrevistados da distância do Núcleo Santa Virgínia da comunidade, como fica registrado no depoimento do conselheiro nº 24: “[...] apesar de o Núcleo Santa Virgínia estar tão perto, ainda está distante, há muitas pessoas que não conhecem os propósitos do Núcleo Santa Virgínia (CONSELHEIRO Nº 24, 2011).”

INDICADORES DE VALORAÇÃO –
GESTÃO 2011 – 2013 DO CONSELHO CONSULTIVO
DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA DO PARQUE ESTADUAL
DA SERRA DO MAR (PESM)

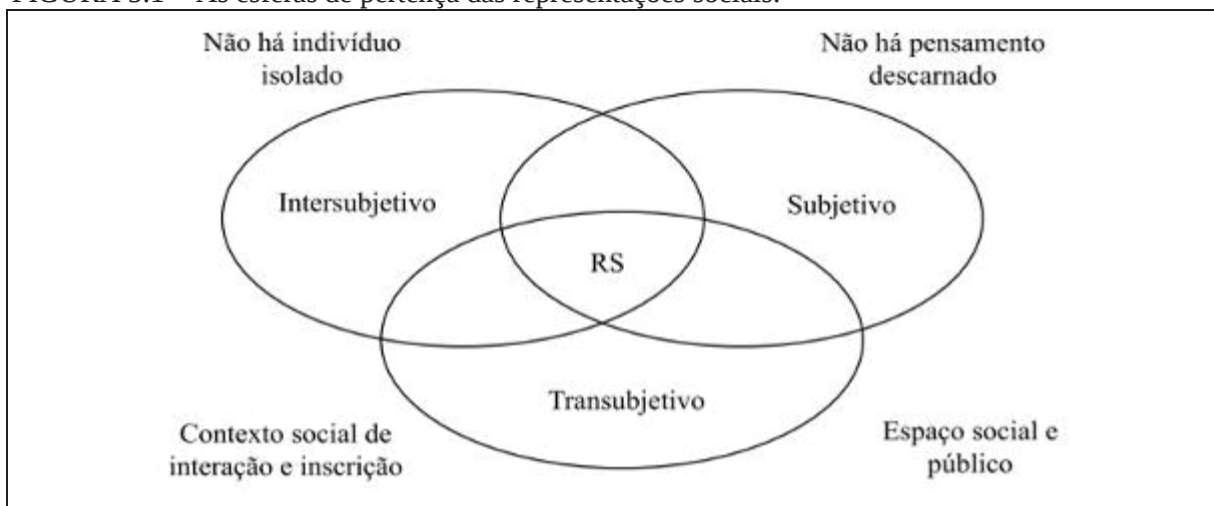


¹⁷ Palmito Juçara – planta nativa da Mata Atlântica. Foto.: Akarui, acervo adm. Núcleo Santa Virgínia, PESH (2009).

5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A construção de representações sociais é um processo de apropriação física, cognitiva e afetiva da experiência de vida. Segundo Jodelet (2009), a representação social é a intersecção entre o campo subjetivo, intersubjetivo e transubjetivo do sujeito que a elabora. Mas ele não é um sujeito isolado, nem tem seu pensamento construído sem um corpo, um corpo que sente e vive no espaço social e público, num contexto social de interação e inscrição.

FIGURA 5.1 – As esferas de pertença das representações sociais.



Fonte: Jodelet (2009, p. 695).

Para a categorização das representações sociais, levou-se em conta o sujeito não como indivíduo isolado na análise, mas como ator social inscrito numa rede de interações do “espaço social e público”, a partir de sua cultura que define sua identidade (JODELET, 2009, p. 696).

Na perspectiva fenomenológica da Geografia, segundo Buttimer (1982), as noções de corpo-sujeito, intersubjetividade e de ritmos do tempo-espço são fundamentais para a análise da Geografia Humanística respectivas às relações do sujeito com o mundo.

Fazendo um paralelo com a perspectiva dada por Jodelet (2009), entende-se que, na relação subjetiva da representação, a expressão do sujeito, ou corpo-sujeito, está a sua percepção e interpretação que, para Buttimer (1982), são as relações diretas entre ele e o mundo.

Na relação intersubjetiva, em Jodelet (2009), está a construção do saber e a conceituação de ferramentas de diálogo entre os sujeitos complementados pela ideia, de Buttimer (1982) de intersubjetividade, que é o diálogo entre a pessoa e o meio ambiente construído pela herança sociocultural e papéis assumidos no mundo vivido.

Jodelet (2009, p. 699) afirma que o campo da relação transubjetiva das representações sociais são “sistemas de normas e valores, seja ao estado de mentalidades que os historiadores tratam como sistemas de representações que orientam as práticas coletivas e garantem o laço social ou na identidade coletiva”. Buttimer (1982, p. 168) não fala de uma noção ou campo transubjetivo mas traz como posição fundamental para uma perspectiva fenomenológica na geografia o entendimento dos ritmos do tempo-espço produzindo a “compreensão na integridade dinâmica da experiência do mundo vivido”. Mas pode-se considerar que essa identidade coletiva na integridade dinâmica da experiência forma o campo para o diálogo, garante as normas e valores que balizam as relações e entendimentos dos sujeitos no espaço coletivo.

A partir da interpretação dos referenciais propostos por Jodelet (2009) sobre a representação social e por Buttimer (1982) sobre a perspectiva fenomenológica da Geografia, criou-se uma matriz de análise das respostas dadas pelos conselheiros aos termos-chaves para distinção das respostas do que cada termo representava para eles. Foram divididos em três grupos, nomeados *conceituação*, *percepção-interpretação* e *valores*, que levam em consideração para a categorização as seguintes definições:

•CONCEITUAÇÃO

O *conceito* é um sistema de outros conceitos que se formam na interação com os conhecimentos anteriores do sujeito – “os conhecimentos não se seguem simplesmente aos conhecimentos à maneira de mera fila, mas entram em relações lógicas uns com os outros, seguem-se uns aos outros, concordam reciprocamente, confirmam-se, intensificando a sua força lógica”. (RUSSERL, 1986, p. 40). Na conceituação o *campo da intersubjetividade* faz a rede para a interação do sujeito com os saberes e classifica as representações associadas a ele.

•PERCEPÇÃO-INTERPRETAÇÃO

Define-se a *percepção e interpretação* levando-se em consideração que tanto a percepção como a interpretação são aspectos concomitantes, tão sensoriais quanto os sentimentos e as crenças do sujeito e agem na construção do seu olhar sobre o mundo.

Toma-se a palavra de Lowenthal (1982), Russerl (1986) e Guimarães (2007) para definir os conceitos de percepção e interpretação nessa categoria de análise. “A percepção essencial do mundo abrange toda maneira de olhá-lo” (LOWENTHAL, 1982, p. 123). “Na percepção, a coisa percebida deve imediatamente ser dada. Aí está a coisa diante dos meus olhos que a percebem; vejo-a agarro-a. Mas a percepção é simplesmente vivência do meu sujeito que percebe” (RUSSERL, 1986, p. 42). “A percepção e interpretação do meio ambiente e de suas paisagens são desenvolvidas não somente pelos legados culturais, mas também pela nossa bagagem experiencial” (GUIMARÃES, 2007, p. 97), tanto as percepções como as interpretações estão relacionadas ao *campo subjetivo* do sujeito, conforme Jodelet (2009).

•VALORAÇÃO

Relacionados aos *valores* que o indivíduo crê ser correto socialmente e os relacionados aos seus princípios e às reflexões da “experiência vivida e de significados investidos pelos indivíduos em suas condutas”, que regem suas atitudes (JODELET, 2009, p. 692), no *campo da transubjetividade* estão os sistemas de normas e valores e os ritmos tempo-espaciais da experiência no espaço coletivo do sujeito, apontados por Buttner (1982).

A seguir, analisam-se as representações sociais do grupo entrevistado para os termos-chaves:

- Meio ambiente; Conservação; Paisagem; Uso do solo; Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar; Núcleo Santa Virgínia x moradores do entorno; Proteção, fiscalização, ocorrências;
- Turismo; Projetos para captação de recursos na área e entorno da Unidade; Regularização fundiária: desapropriação e indenização;
- Educação ambiental e proteção das áreas do parque; Integração do plano de manejo e plano diretor dos municípios;
- Conselho consultivo; Conselheiro; Gestor; Representação no conselho consultivo; Gestão participativa; Interação com a comunidade/parque.

O Quadro 5.1 “Termos-chaves e representações sociais dos conselheiros” traz a organização das respostas aos termos nas três categorias conceitualização, percepção – interpretação e valoração e, após esta exposição foram mais detalhadas e analisadas, cada representação.

QUADRO 5.1 – Termos chaves e representações sociais dos conselheiros

Termo chave representação	Categorias de análise		
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Meio ambiente	Preservação conservação; Funções sociais, funções ecológicas; Faz parte de todo contexto de humanização é uma floresta, é o mar, é o ser humano, é tudo; O ambiente vivo, independente se é natural ou artificial; Interação de fatores biótico e não biótico, meio social e sustentável; Relação do Natural e construído;	É vida; Local em que vivo, me relacionando, com as plantas, e com as pessoas, e com os recursos naturais; VIDA - o local em que vivemos; É tudo que nos envolve; Núcleo Santa Virgínia; Natureza;	Necessário essencial e indispensável; O espaço que a gente precisa para viver; A gente teria que cuidar melhor; Valor fundamental para a vida, não entrar em risco; Qualidade de vida, é sustentabilidade, é futuro; Não é só para os bichos é para nós; É tudo, minha casa, como trato o ambiente que vivo, independente se é natural ou artificial;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Conservação	Ideia de parque, de unidade de conservação; Manter o que está preservado; Uso sustentável; Preservar; Preservação, manutenção da natureza; Manter a biodiversidade; Uma das medidas na fase de processo visando o futuro; Mata Atlântica; Usar sem degradar; Manejar a paisagem de forma que os serviços ambientais sejam mantidos; Conservação do ambiente, mas sem prejudicar ninguém; Zoneamento ecológico o parque é o modelo do que é uma conservação; no ponto de vista dos recursos naturais, ela é global;	Uma proteção também; Tudo; Restrição; Futuro; Perpetuação; Educação;	É você usar de maneira para não prejudicar a geração futura Fundamental, imprescindível, é para todo mundo; É muito difícil, processo muito difícil porque as pessoas não têm claro qual seriam as funções da conservação, então difícil de entender e de se fazer também, tentar restituir tudo aquilo que foi destruído, continuar o que já está sendo feito; Devemos usar os recursos naturais de forma sustentável, com tecnologia e manejo; Não é só trabalho da Política de Meio Ambiente, precisa do engajamento de todos;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo

Paisagem	Idéia de síntese, de todos esses aspectos do meio físico, e biótico, do ser humano, e a paisagem representa a síntese de tudo isso no espaço e no tempo; Relação primitiva com o ser humano; Presença do homem na natureza; A natureza e a cultura, onde tudo se reflete; Modificada pela ação do homem; Ela pode ser muito bela ou não, por exemplo, uma área degradada para mim é uma paisagem que eu não gostaria;	(grande – sempre verde); algo à primeira vista bonito; é tudo que a gente olha vê que acha bonito; lugar bonito; a paisagem do parque uma das mais bonitas do que eu já vi; é o Brasil e cada região tem uma cor e a nossa; Água e verde; Todo aspecto visual que chama atenção, o que impressiona com a beleza; Ambiente de beleza cênica; Entendimento de formas; olhar clínico; É como se fosse um espelho, um cartão de visita; eu chegar lá e ver aquela cachoeira; Praia, Mata Atlântica; Sobrevivência;	Tem que ser preservada; Fonte de renda talvez; Todos têm que usufruir; Motivação para viver;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Uso do solo	Uso do Solo consciente; Você usar da maneira correta para que a geração futura não fique desamparada Território, algo que é delimitado; Algo fundamental que ocasiona maior problema das pessoas estarem em lugar que não é possível; Exploração dos recursos naturais, de uma maneira espacial vem de encontro com o zoneamento, que é uma forma de usar o espaço, que é como se pode utilizar a natureza com sustentabilidade; Respeitar a diversidade da paisagem conciliando a conservação e a cultura;	Sobrevivência; Responsabilidade; Alimento; Importante;	Não se tem hoje o uso do solo consciente; Tem que regulamentar; muito conflito e aí eu acho que a questão meio ambiente e especulação imobiliária;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da	Manutenção da biodiversidade; É um dos parques mais importantes, se não o mais importante da mata atlântica; é uma área que tem um celeiro natural, uma área que	conflito, mediação; Inestimável; Acho que é uma riqueza de muito valor; redutos; É um orgulho; Preservação;	Locais importantes, que a gente precisa pra se conservar, porque se depender só do cidadão ele não vai conservar; Tem que ser bem trabalhado e bem estudado; Atrapalhou muito a gente, mas a gente concorda e tem

Serra do Mar	tem que ser conservada; Refugio tanto de vida silvestre Diversidade biológica extraordinária que deve ser preservado; Reduto de Mata Atlântica, um lugar especial, relacionada às condições climáticas e paisagem, tanto de cultura também, por que aqui tem esta paisagem construída Parte importante da conservação;	potencialidades; Menina dos olhos da cidade; Paraíso; o meu refúgio; Tudo de bom para São Luís; um desastre....;	consciência; De certa forma desconhecido na região mas tem propósitos de conservação; Uma diversidade biológica extraordinária que deve ser preservado, o NSV é um baluarte, é o que tem mais efetividade na sua atuação, é um núcleo exemplar; é conflito com a comunidade; Importância na área do turismo, tem um aspecto econômico para os municípios;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Núcleo Santa Virgínia x moradores do entorno	Moradores do entorno são muito desunidos/conflito de novo / problema difícil/conflito, mas eu vejo também, hoje integração / relação melhorada /uma briga que ainda vai continuar por um tempo; Não é todo morador do entorno que esteja como a gente/distância, tem que ser aproximada; Situação complicada, com choque de interesses; Poucos os pontos críticos, a população mais ajuda do que atrapalha maior demanda é fora do parque, mais de 70% da ocorrência é de comando e controle e prevenção; Tá melhorando, é um processo ainda que está	Levar a percepção do significado para cada um deles; Sobrevivência; monstruosidade; Fiscalização; Pacificação; É uma porta que está se abrindo; Comunidade;	Tem que integrar e ser solidário, um tem que ver a ação do outro; Precisamos conversar mais; Proteção vai além da fiscalização com o olhar nas ocorrências; Os moradores bastante carentes em relação ao próprio núcleo tinha que ter, mais cuidado com o morador; Os problemas de 10 anos atrás não são os mesmos, os filhos que eram crianças saíram da roça, estão na cidade, a tendência e o que causa problemas é a vinda de outras pessoas, por que o estado não toma conta; Nas últimas reuniões lá, quando foi citado, parece 75% já estava regularizada e eu sei que evidentemente, eu trabalhei () parque do Jaquapiranga, atrito sempre vão existir, atrito sérios, então uma maneira disso será amenizado (foi uma maneira) (criação de RPPN) de melhorar essa sociabilidade, atritos sempre vão existir, e isso em função daquilo que eu falei do proprietário achar que ele é dono do meio ambiente e que ele pode fazer o que quiser; Acho que incentivo e educação;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Proteção, fiscalização, ocorrências	Moradores do entorno são muito desunidos/conflito de novo / problema difícil/conflito, mas eu vejo também, hoje integração / relação melhorada /uma briga que ainda vai continuar por um tempo; Não é todo morador do entorno que esteja como a gente/distância, tem que ser aproximada; Situação complicada, com choque de interesses; Poucos os pontos críticos, a população mais ajuda do que atrapalha maior demanda é fora do parque, mais de	Acho difícil; Atuação do estado tendencioso a conservar; Mal necessário; Necessidade de atuação; monstruosidade Importante; O parque é como se fosse uma jóia enorme, do tamanho de uma montanha, está lá e ninguém pode roubar a jóia, por que ela é enorme, a	Educação tem que educar todo mundo; Respeito, busca por uma melhoria, diminuição de um impacto; É muito comando e controle e prevenção tem que ser uma coisa constante Atuação do estado tendencioso a conservar, versos um povo que não tem o entendimento, não tem vontade desta visão macro, preocupado apenas com seu interesse; Eu não sei como é que anda isso, mas, como, eu vejo na

	70% da ocorrência é de comando e controle e prevenção; Tá melhorando, é um processo ainda que está	gente tem problemas menores em outras áreas, deveria ter uma fiscalização eficiente, só lá, para que as pessoas não fosse roubando pelas bordas, um pouquinho a cada dia; Trabalho;... Um pouco de incoerência...;	televisão aquelas coisas de palmito, então, acho que sempre tem que ser, tem que ser uma coisa constante...;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Turismo	uma alternativa econômica potencial muito grande; Necessário; Desenvolvimento do município/algo importante até para própria conscientização das pessoas, algo bem relevante, que a pessoa só vai preservar se ela ver a sua importância para o turismo, para geração de renda através da própria conservação; Geração de renda, Grande negócio econômico que ainda não é explodo no Brasil (...) o turismo é uma porta de saída das pessoas para conhecer lugares diferentes e muito disposta a pagar por isso. É um potencial desta paisagem e necessita ser mais bem trabalhado; Se tiver a área determinada, que pode ser explorado dentro e fora do parque, para que haja desenvolvimento sustentável, para que as pessoas tenham emprego e possam explorar a mata na legalidade é muito bom, só tem que ser controlado, para o ser humano poder utilizar a paisagem e o parque, se não fica para os bichos;	POUCO EXPLORADO alegria para as pessoas; Preservação; Desenvolvimento local; Futuro; Potencial; mudança de visão;	Pode tirar as pessoas da miséria e gerar renda, desde que sustentável é fundamental; Muito importante, não é só o disfrute, saber usar para as futuras gerações; Pode ser explorado dentro e fora do parque, para que haja desenvolvimento sustentável;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Projetos para captação de recursos na área e entorno da unidade	Agrofloresta, atividades que sejam compatíveis com a conservação e o com o (uso) tradicionais é difícil captar recursos/Fundação Florestal e RPPN (são os canais); Uma forma de minimizar os conflitos existentes; Capacitação para a comunidade em relação ao uso desta paisagem; Desenvolvimento social, área social sobreviva sem destruir o parque; Os municípios próximos tem condição de atrair turistas	Necessário para a preservação; Ineficiente; Regularização fundiária; Uma possibilidade; Planejamento, organização, busca de um mundo sustentável; É um desafio, por que tem a paisagem e de outro lado tem a comunidade que ocupa um espaço histórico;	Favorecer a captação de recursos para que esse dinheiro seja mobilizado para lá /já demos um grande passo sem esse conselho a gente estaria bem para trás/ ajudar o pessoal que mora no entorno ; Sempre sustentável, da para ganhar dinheiro sem sair destruindo tudo; Importantes para apoio ao Parque;

	com projetos, mas ainda é pouco explorado;	Seriedade, né? Cuidado /	
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Regularização fundiária - desapropriação e indenização	é a necessidade dos moradores do entorno para encerrar o dilema da discussão; Muita Burocracia mas parece que está havendo uma evolução neste processo; Fundamental, que demanda um esforço grande, que reflita a lei; Economia, Social, cultural é pisar em ovos, trabalho complicado, se trabalhar com Recursos financeiros mas no aspecto social e cultural é muito complicado; Consolidação do parque; É um desafio, por que tem a paisagem e de outro lado tem a comunidade que ocupa um espaço histórico; Importantes para apoio ao Parque;	UTOPIA, ainda é injustiça, promessa antiga; Processo eterno; Necessidade; Não acho legal; Ineficiente ponto crucial; Deveria ter avançado, não avançou, importantíssimo,	Que não haja tanto conflito /só problema para a gente /aí que entra o conflito, você protege ao mesmo tempo tá tirando oportunidade que o outro poder fazer a lei dele, se o estado quer tomar conta efetivamente de uma área, ou ele chama aquela pessoa para trabalhar com ele, ou ele paga para aquela pessoa ir embora; Sim, isso é fundamental; Uma atitude que se faz necessária bem rápida...; Muito bom mas sem prejudicar a comunidade local;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Educação ambiental e proteção das áreas do parque	Necessidade para gerações futuras e para de agora também o presente; segundo estágio após a desapropriação/no caminho certo / fundamental para qualquer conservação/tem que ser desenvolvido, ser o foco nos próximos anos; Processo EA é uma metodologia para se conseguir a proteção das diferentes áreas do parque; Questão fundamental... com crianças, de que é uma ideia importante, a visão macro da necessidade do parque; É um canal de diálogo e entendimento desta paisagem; o próprio zoneamento ele vai entrar nesse detalhe, tem que existir educação ambiental mudar essa consciência de uso indevido do solo; Não acho legal assim, às vezes é a forma que está levando isso ao morador, esse morador nasceu lá, tem raízes lá, de repente eu chego do nada e falo de uma forma às vezes grosseira pra ele, eu acho que você tem que saber transmitir isso para tirar o morador de lá, mostrando a importância de por que tem que sair;	Sinergia; Projeto Permanente; Educação ambiental é fundamental, eu acho que esse é o caminho para a conservação...; É excelente...; Eu acho que esse é o caminho para a conservação de suma importância;	É importante/educação ambiental é fundamental Depois que resolver isso, vai sair uns 50% das costas de cada um, vai ter pouco caçador, pouco palmitreiro; Todo mundo fala nisso, mas ninguém sabe como trabalhar isso, devia começar no berço e terminar no caixão, por que a vida inteira tem que tratar de EA, na escola a EA é transversal, mas ainda não foi bem incorporado esta transversalidade, deveria estar em todos os ambientes, nas indústrias, empresas, no turismo, e dentro de casa. É muito amplo todo o contexto, acho que começa no berço; Necessário para a manutenção do planeta; EA importantíssimo para o futuro;

	Eu acho que nada melhor do que crianças, né? e voltar essa questão para área de educação, <i>linkar</i> cultura, educação, turismo, comunicação para fazer isso...;		
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Integração do plano de manejo e plano diretor dos municípios	Necessidade para gerações futuras e para de agora também o presente/segundo estágio após a desapropriação/no caminho certo / fundamental para qualquer conservação/tem que ser desenvolvido / ser o foco nos próximos anos; Acho que a palavra chave é articulação e integração e a gestão participativa. No plano governamental se setoriza tanto que ninguém sabe com quem falar; Necessidade de políticas públicas; Muito importante, integração de tudo, e planejamento, não adianta o estado querer planejar e o município não; Essa pergunta eu posso responder quando eu ler o plano, mas sem ler eu tenho certeza que está tudo junto, tudo ligado;	É importante/educação ambiental é fundamental, eu acho que esse é o caminho para a conservação; De suma importância; Sinergia; Vital; Sustentabilidade Fundamental; Importante; Relação complicada também, o Poder Público tem outras intenções que não é a preservação. Nem sempre querem se indispor com a população, e colocam empecilho para o Poder Municipal; Possível e necessário, mas eu acho que falta um <i>link</i> ainda...;	O Plano Diretor não foi criado deslumbrando interesse de conservação, o PM tem muito a contribuir desde que outros interesses sejam colocados de lado, NSV deve ter destaque no PD; O gestor faz a função dele, mas cada caso é um caso, se pegar um humilde com dois pedaços de palmito para comer pode liberar, o João Paulo não permite uma rocinha, se fosse para fazer plantação para vender, mas para sobreviver podia liberar. É o serviço dele, mas cada caso é um caso, até resolver o problema deixa plantar para sobreviver; Extrema importância que este é plano se converse em políticas públicas direcionadas;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Conselho consultivo	Um grupo organizado, com objetivos muito parecidos; ferramenta de conversação entre comunidade e parque; Organização com esforço para contribuir com a conservação do parque; Fortalecimento e direcionamento deste fórum para as questões necessárias na relação paisagem-comunidade; Órgão interessante, multidisciplinar, muito rico para tomar a direção da gestão do parque; É um fórum de discussão, encaminhamento de ações, estimular parcerias, formular ações para ser executada; Local de avaliação do que é melhor para o Parque e região;	Futuro da gestão; Integração comunidade estado; É aonde vamos desenvolver isso; Reuniões; Lugar para resolver os problemas; Parece que tem a preocupação de levar em consideração todos os membros; Excelente, uma boa janela, uma abertura para estar ()...; Como se fossem "condôminos" que se reuniram para discutirem os problemas do da nossa "morada"; Aí, espero que todos estejam engajados em fazer o melhor; Um pouco desarticulado...;	É a boa intensão e o comprometimento, quem não participa não tem ainda comprometimento com o parque, com o meio ambiente, com ele mesmo, e com os descendentes; Solicitações, informações e dele até fazer deliberações sobre o uso do meio ambiente no município, eu imagino isso () ; São pessoas em prol das questões ligadas ao parque /é poder opinar, ter um lugar/integrar várias ideias entorno de uma causa/a somatória das ideias; é uma instância de discussão, de resolução de problemas, mas que eu acho ainda que poderia ser ampliada; é bom para tentar adequar a lei a efetiva necessidade daquele local; Entendo que o Conselho está lá, pra ir procurando fazer coisas boas tanto para o Parque, como para quem vive no entorno dele...;

	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Conselheiro	É aquele que se obriga a representar um grupo "fazedor" de políticas públicas; Pessoas ligadas de alguma forma à área em questão, ao interesse da área questão, que juntas estão tentando resolver o problema /é uma tarefa gostosa, envolvente mas que dá trabalho; Integrante de uma equipe, trabalha em equipe; Pessoas que tentam resolver os problemas; Categoria de pessoas com interesse de fazer valer o Política Municipal. Entendimento do papel e importância de compartilhar; É um grupo de pessoa com interesses diversos, tem que ser bem aproveitado o perfil e o apoio de cada um; Como está dizendo, ele é um órgão que inclusive, por exemplo, nós temos vários conselheiros (), o conselho rural está um pouco enfraquecido, que dizer na verdade a gente até representa de uma certa forma o conselho; Pra mim foi uma surpresa, me sinto honrado e espero me comprometer mais;	Responsabilidade, representatividade de uma instituição; Papel importante para acompanhamento disso tudo; Peça chave; Futuro da gestão; Parceiro; Pra mim foi uma surpresa, me sinto honrado e espero me comprometer mais; Participante; Vou dar o meu melhor...; Autonomia (para decidir)...; Ele tem que ter capacitação; Conselheiro... a palavra que vem à mente é responsabilidade, responsabilidade com conservação, com tudo... ; Ineficiente;	Ué, ele tem que captar as ideias dos agricultores e levá-las lá; Responsabilidade com conservação/ser gerador de ideias talvez, de opiniões /uma pessoa que comunga das mesmas ideias/Deveria ser um colaborador/é a oportunidade de contribuir com as ideias; Contribui com sua área de conhecimento e de sua instituição;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Gestor	Responsabilidade, muita/conduz o processo de gestão ele tem que contar com a colaboração de todos; administrador/antigamente se entendia como dono, fiscal, seja o que for, agora o gestor é um elemento que entende bastante do assunto e pode contribuir muito bem (com determinada) área/administrador de toda a problemática; Gestor é aquele que vai organizar o sistema de forma que o sistema possa girar e ser organizado; Pessoa que faz o gerenciamento de todos os interesses é uma pessoa precisa estar sempre alerta por que por que ela é influenciada por todos os lados, uma pessoa que deve ser bem diferenciada; Serviço que não pode abrir mão, não pode liberar e nem prender muito. Tem que ser justo; Adm. Privilegiado nesta dinâmica toda; Gestor, é um cara que conduz o processo de gestão de (	Tem que ter uma maleabilidade; É obter resultados através de pessoas; Direção; Responsabilidade de partilhar; Conciliador; Domador; Responsável; Fundamental; Gestor... eu acredito que.... Ele é bem assim, como é que eu posso dizer... é o filho dele, o Parque é o filho dele...;	Tem que ter pulso firme, tem que tá ali representando realmente o estado, porém, ouvindo os anseios da sociedade, do entorno, as pessoas que estão ligadas diretamente ao parque/Tem boa vontade, mas... tem que chegar mais nos demais, não deve ser fácil ser gestor de um parque; Recebe necessidade do parque. Diversas influência, de diversas categoria de pessoas, tem que conciliar o interesse da preservação; É o cabeça, é o exemplo, é o líder, todos vão seguir ou vão acreditar nele, se não acreditarem ele torna toda ação em vão, não existe gestor sem ser confiável. Como gestor da educação na qual trabalho me sinto comprometido e é na responsabilidade muito grande por que é um dos pilares da sociedade, por que trabalhamos com pessoas, alunos, pais, professores; é o que o gestor praticamente fez na última reunião,

	), ele não deve ser encarado como dono da Unidade, mas é o que conduz esse processo, ele não faz a gestão sozinho, e ele tem que contar com a colaboração de todos;		inclusive abrindo mais um quadrinho (na área da mídia) é ligar a esses pontos, mantê-los unidos;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Representação no conselho consultivo	Obrigação, não precisa ser uma pessoa com formação técnica, mas ser uma obrigação para a cidadania; Bem representado, é importante a diversidade de pessoas; Responsabilidade de estar representando um órgão. As diretrizes do meu órgão e levar as informações. Vital para se fazer a relação de comunidade e uc; é importante para representar o município como um todo É a boa intensão e o comprometimento, quem não participa não tem ainda comprometimento com o parque, com o meio ambiente, com ele mesmo, e com os descendentes; Tem que ser o mais amplo possível e, inclusive aqueles... você não tem que ter medo de representação, tem que chamar todos que têm relação com a unidade, () não quer chamar um porque o cara vai lá, vai te atrapalhar, vai colocar algumas questões que você não queira resolver, mais tem que participar também... ;	é fundamental; essencial como política pública; responsabilidade em dobro; Uma pérola desta paisagem; Cooperação; É uma incógnita boa; Fraca; Participação Importante;	Vejo meu lado e o lado do povo; tem que ser o mais amplo possível/todos têm a mesma representatividade /não sei até onde essa representação tá representando; tem que melhorar tanto das vias do parque quanto das vias comunidade também/veio facilitar o uso público/levar esses problemas para o conselho para que se possa chegar num consenso /ficaram as pessoas que realmente tem interesse indo para o lado certo; Eu espero conseguir ajudar, dar ideias e ajudar, chegar num comum acordo e fazer as melhores práticas para o Parque;
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Gestão participativa	é poder opinar/democracia/Pequena/fica só nas reuniões, esse palpite na política pública Ponta pé, início de qualquer projeto; É uma expressão que resume muitas coisas. Participação de todos, é o caminho, pessoas, entidades, órgãos públicos que ajuda a decidir, que tem que planejar, decidir são as pessoas que estão aqui, pessoas confiáveis, tem que ser responsabilizadas pelas coisas que estão fazendo, tem que ter uma corregedoria, uma supervisão, mas o planejamento e execução pelas pessoas que estão aqui. É o grande modelo aí (do exercício), que eu vejo de interessante pra as unidades de conservação, não mais a	Eu participo; Vital; É o que estamos fazendo; Doar em prol de todos; Obrigação; fundamental, lógico Poderia ser melhor...; Levar mais o conhecimento;	melhor forma de várias opiniões acontecerem de que cada um esteja envolvido e faça sua parte/todos estão bem participativos Importante para ouvir, como audiência pública, para ser consultado, mas infelizmente nem sempre da para ter a unanimidade na postura; Juntar os vários olhares, que tem a ver com o espaço; Muito importante, não se faz nada sem levar em conta o que é coletivo; Valoriza a capacidade de tomar decisões e resolver problemas; É importante colocar a comunidade nisso também, eu acredito; Não sei, acho que na participativa a gente tá lá para

	instituição fechada (...) mais voltada para a sociedade, esse é o caminho...;		participar, para empenhar, pra ver se melhora alguma coisa... Acho que ainda tem que avançar muito ainda, nessa questão...
	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Interação com a comunidade / parque	Sobrevivência do parque e adaptação da comunidade com o parque; Não sei como a comunidade participa da unidade mais ou menos, se participa ou não do núcleo. Pode estar razoável, mas pode melhorar. Quem não conhece não sabe falar bem nem mal, mas só com a participação é que poderá se comprometer; - essa pergunta, eu tenho... em um certo aspecto muito cidadão tem uma visão deturpada () de um parque, talvez por falta de informação e muitas vezes em decorrência de conflitos de parentes, do entorno, mas no geral a visão do parque, eu acho que ele, que a gente está cumprindo a função a qual ele foi destinada - Obrigatória para o bom desempenho das funções do Parque; Tem que melhorar tanto das vias do Parque quanto das vias da comunidade também, de procurar Parque, procurar entender o que é conservação, por que é importante existir aquele Parque...	é o todo; Fundamental para a UC; Tem que evoluir mais; Conciliar caminhos; Obrigação e necessidade; Pouca; Tá melhorando, é um processo ainda que está começando, mas aos poucos está melhorando; <i>Tudo de bom;</i>	Ainda é pouco, em vista ao que se pode buscar/tem que ter mais divulgação do parque para tentar trazer mais pessoas do entorno para (nós) /já tá uma integração/ Deveria ser melhor para nossa região é boa; é fundamental para que o próprio parque exista/já saiu do momento da briga, para um convívio mais pacíficos/melhorou, mas ainda tá muito longe do que seria o ideal Poderia ser mais abrangente, atrair outros municípios, maiores seguidores e defensores; Eu fico em linha de fogo o tempo todo, é conflito, eu acho que da minha forma alcancei 50%; A comunidade deveria ser o principal defensor do parque, mas infelizmente muitas pessoas por falta de EA acabam usando o parque para extração do bem estar, essa atuação do parque com a comunidade em vez deles serem os vilões serem os guardiões do parque para defender o parque;

Org. por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

•MEIO AMBIENTE

A representação social *meio ambiente* relacionada aos conceitos no campo intersubjetivo, para o grupo de entrevistados representa as funções ecológicas e sociais ligadas à preservação e conservação. Segundo o *Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais* (2001, p. 339), *meio ambiente* é entendido como a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou objeto existe”. Todas as respostas sobre o que representa meio ambiente nesta categoria expõem as compreensões e o saberes bioecológicos, o que as liga as categorias das funções da paisagem do Núcleo Santa Virgínia.

Quanto ao campo subjetivo, do sujeito na categoria *percepção/interpretação*, está relacionado ao lugar, ao local em que vivem na natureza, e ao Núcleo Santa Virgínia como Unidade de Conservação que os envolve, é a própria vida desses sujeitos, é o mundo vivido. No campo transubjetivo estão as valorações dadas ao meio ambiente como necessário, essencial-fundamental e indispensável para a vida.

O termo *meio ambiente* é utilizado frequentemente pelos conselheiros nas reuniões do Conselho bem como nas atas e documentos do Núcleo Santa Virgínia. Dos vinte e três conselheiros que responderam sobre a representação meio ambiente, 35% foram categorizados como pertencentes ao campo intersubjetivo, pois conceituaram sobre o termo; 30% falaram de suas percepções acerca de meio ambiente; e 35% trouxeram valores para o termo.

•CONSERVAÇÃO

Aproximadamente metade do grupo de entrevistados conceitua e representa o termo de forma acadêmica e posicionam-se de maneira conservacionista. Conforme o *Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais* (2001, p. 122), *conservacionista* é a pessoa que “acredita que os recursos devem ser usados, geridos e protegidos de maneira a não serem degradados e desperdiçados e estarem disponíveis para as gerações presentes e futuras”. O termo chave *conservação* no campo intersubjetivo relacionado à categoria conceituação representa o uso e manejo das áreas da Unidade de Conservação de forma sustentável, propondo a manutenção da biodiversidade.

Das vinte e cinco pessoas que responderam sobre a representação do termo *conservação*, 48% conceituaram o termo; 28% empregaram o termo a partir de suas percepções e interpretações no campo subjetivo das representações, entendendo a conservação como processo educativo e construção do futuro; e 24% entendem que o valor da conservação está relacionado ao engajamento de todos os cidadãos para a sustentabilidade das próximas gerações sendo fundamental para todo mundo.

•PAISAGEM

A *paisagem* como percepção e interpretação é representada por imagens, cores, beleza, a Mata Atlântica e também está ligada à motivação e à emoção, que são estímulo para a vida e para a sobrevivência. A representação da paisagem decorre dos aspectos topológicos apreendidos pelo sujeito que observa, e das relações projetivas produzidas como pontos de vista sobre a paisagem (DURAND, 2001).

Dos vinte e quatro conselheiros que responderam ao termo, mais da metade, 54%, categorizaram a paisagem a partir dos aspectos relacionados à percepção, sensações e emoções que ela provoca. A percepção é uma “re-criação ou uma re-constituição do mundo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 279), dessa forma, a representação social da *paisagem*, para esses sujeitos, está relacionada às suas vivências no espaço tangível, o espaço vivido do Núcleo Santa Virgínia e ao mundo vivido de cada conselheiro “o substrato latente da experiência” (BUTTIMER, 1982, p. 185) de cada um com a paisagem na perspectiva geográfica.

“É como se fosse um espelho” de nós mesmos, uma paisagem não degradada estimula a vida, uma paisagem degradada mostra quem somos, é “um cartão de visita”. (CONSELHEIRO nº 17, 2011).

A paisagem como conceito foi trazida por 29% dos conselheiros, é a síntese de todo o Núcleo Santa Virgínia no espaço e no tempo. Todos os aspectos do meio natural e cultural estão juntos e se reflete nessa paisagem. Traz a concepção de paisagem global ou total. O valor que essa paisagem provoca para 16% dos conselheiros está relacionado ao uso e usufruto consciente da paisagem.

•USO DO SOLO

O termo chave *uso do solo* como conceito é representado pela ideia de zoneamento, manejo sustentável respeitando a diversidade da paisagem total conciliando a conservação. Tanto pela percepção como pela interpretação relacionadas ao campo subjetivo do sujeito - está relacionado ao sentimento de sobrevivência; responsabilidade; alimento.

Como valoração os entrevistados apontam a falta de consciência, a falta de regulamentação e o forte conflito no Núcleo ainda presente.

O uso do solo como conceito foi respondido por 32% dos entrevistados; 27% descrevem o termo na categoria percepção interpretação; e 41% atribuem valores ao termo.

•NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA E O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

O termo chave *Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar* são representados como conceito de reduto, celeiro da Mata Atlântica, Unidade de Conservação importante por sua biodiversidade, um lugar especial, relacionado às condições climáticas e a paisagem natural e cultural, importantes para a conservação. No campo subjetivo da percepção e interpretação é retratado como sentimento de preservação, de conflito, de mediação, de potencialidades, misturados por toda a história da Unidade de Conservação. Também leva a sentimentos de paraíso, refúgio ou até mesmo visto como um desastre para a vida de todos. Quanto aos valores no campo transubjetivo das normas aparece como a necessidade de conservação, mas dependendo dos cidadãos, que apesar da Unidade ter atrapalhado os moradores tem consciência da sua importância e é também importante economicamente para o turismo.

O Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar como conceito foi respondido por 28% dos entrevistados; 36% descrevem o termo na categoria percepção interpretação; e 36% atribuem valores ao termo. As respostas às representações tanto de percepção interpretação e valores se aproximam, pois chama atenção os sentimentos que os termos provocam desde conflito a paraíso e quanto aos valores que suscita tanto éticos relacionados à cidadania bem como sua importância econômica para a região.

•NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA X MORADORES DO ENTORNO

Os entrevistados conceituam a representação da relação da Unidade de Conservação *Núcleo Santa Virgínia x moradores do entorno*, no campo intersubjetivo como problema difícil e conflituoso com choque de interesses, mas que já tem uma relação melhorada, porém em processo e deve permanecer por certo tempo. O campo subjetivo da percepção suscita lembranças de ações que provavelmente já provocaram muita emoção aos entrevistados, tais como - sobrevivência; monstruosidade; fiscalização; pacificação; comunidade. Em relação ao campo transubjetivo sugerem uma ação de integração e solidariedade e se queixam da falta de cuidado com o morador e da sua desvalorização, trazendo a questão para a ética das relações do Estado *versus* Comunidade.

Vários entrevistados, 47%, coloca a questão da relação Núcleo *versus* moradores como uma questão ética; e 34% trazem os sentimentos ruins sobre a situação de conflito ainda muito presentes, ou seja, 81% dos entrevistados falam da situação mostrando o conflito latente – é um conflito não manifesto devido às estratégias de manipulação da situação vigente por parte do Estado e pela incapacidade dos moradores, por medo, por acomodação ou falta de oportunidade, de solucionarem o conflito.

•PROTEÇÃO, FISCALIZAÇÃO, OCORRÊNCIAS

Os termos chave *proteção, fiscalização, ocorrências* é conceituado como controle, comando e prevenção da degradação da área da Unidade de Conservação. Há conflito, mas também hoje há integração, a relação está melhorada, mas é uma briga que ainda vai continuar por um tempo, com choque de interesses. A percepção e interpretação dos conselheiros quanto à fiscalização são de que é um mal necessário, incoerente e também se relaciona a monstruosidade na atuação. Apontam a necessidade de educação para consciência sobre a proteção, demonstram a diferença de visão e entendimento por parte do Estado e da comunidade do entorno, acham que o Estado não valoriza a comunidade e novamente trazem questões éticas para a representação desses termos.

Aproximadamente metade dos entrevistados representa os termos relacionados ao campo transubjetivo das normas, valores, ética, 47%, e 17% também chamam atenção para a atuação do Estado enquanto órgão fiscalizador (monstruosidade); 34% do grupo procura trazer a ideia sobre a necessidade da atividade de fiscalização e proteção.

•TURISMO

O termo chave *Turismo* é compreendido com um potencial desta paisagem e necessita ser mais bem trabalhado. Serve à geração de renda como alternativa econômica potencial muito grande. Têm grande relevância social e política para os municípios “explorar a mata na legalidade é muito bom, só tem que ser controlado” (CONSELHEIRO Nº 3, 2011).

Percebem o turismo como futuro e mudança de visão. Mas trazem para o campo da ética a discussão das atitudes perante o turismo e a comunidade; 86% dos entrevistados conceituam e interpretam o turismo como geração de renda e potencial para o futuro dos municípios na relação com a Unidade de Conservação.

PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ÁREA E ENTORNO DA UNIDADE

Os *projetos para captação de recursos na área e entorno da unidade* são entendidos como as atividades que sejam compatíveis com a conservação e o com o (uso) tradicionais. Têm dificuldade de captar recursos, mas acreditam que a Fundação Florestal e as Reservas de Patrimônio Particular Natural (RPPN) são canais de captação. Acreditam que seja uma forma de minimizar os conflitos existentes: de um lado a paisagem e, do outro, a comunidade que ocupa um espaço histórico. Acreditam haver necessidade de capacitação para a comunidade em relação ao uso desta paisagem que é pouco explorada. Tanto no campo intersubjetivo como no campo transubjetivo os entrevistados falam da geração de renda, do apoio à comunidade.

No caso da conceituação a diferença está que procuram definições sobre o termo e na valoração enfatizam o valor e a ação ligados ao tema. Interpretam o termo como necessário, mas ainda como uma possibilidade, demonstram sentimentos de crença sobre o programa socioambiental, e se referem aos projetos de viveiros, principalmente, como também às (RPPN), pois são estes os exemplos que encontram dentro do Conselho.

A maioria dos entrevistados, 81%, conceitua e interpreta o termo. Supõe-se que seja porque teoricamente o tema vem sendo discutido no Conselho e se trata ainda de projetos com pouco tempo de vida, ainda não incorporados por todos como vivência.

•REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÃO

É a necessidade dos moradores do entorno para encerrar o dilema da discussão que é a consolidação do Parque. Na interpretação dos conselheiros ainda é uma utopia e um dilema não resolvido. No campo transubjetivo falam que necessita atitude e levar em consideração a comunidade. A questão é fundamental e foi apontada como um conflito permanente e nó entre comunidade e Unidade de Conservação nos documentos analisados, observações das reuniões e entrevistas. Aproximadamente metade, 44%, do grupo considera o tema como uma questão de valor, questão ética, de posicionamento frente ao problema.

•EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DAS ÁREAS DO PARQUE

No campo intersubjetivo da conceituação é uma metodologia para se conseguir a proteção das diferentes áreas do parque. É um canal de diálogo e entendimento desta paisagem. No campo subjetivo é sinergia, é o caminho para a conservação. No campo transubjetivo é ressaltado o seu valor como fundamental para a preservação. As representações dos entrevistados sobre educação ambiental se dividem praticamente de forma igualitária nos três campos. Nos relatos a questão da educação ligada à conservação e manutenção do Parque para gerações futuras é constante.

•INTEGRAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E PLANO DIRETOR DOS MUNICÍPIOS

São palavras chave nos relatos a articulação, a integração e a gestão participativa, necessidade para gerações futuras e para a de agora também no presente.

No campo subjetivo trazem expressões tais como: caminho para a conservação; de suma importância; sinergia; vital; sustentabilidade. Em relação aos valores colocam que prefeituras e Núcleo têm interesses diferentes em seus planos, mas se convergissem poderiam colaborar muito com as comunidades.

As três categorias dividiram os relatos igualmente; pode-se concluir que não há uma única opinião ou ponto de vista pelo grupo, é um tema novo e pouco debatido nestes fóruns, o da convergência de políticas públicas.

•CONSELHO CONSULTIVO

Quanto ao quesito conceituação no campo do saber, o grupo demonstra ser consciente sobre o que é e para que serve o *Conselho Consultivo*. Relatam ser: um grupo organizado, multidisciplinar, muito rico para tomar a direção da gestão do Parque com objetivos muito parecidos; ferramenta de conversação entre comunidade e Parque; necessita o fortalecimento e direcionamento deste fórum para as questões necessárias na relação paisagem-comunidade; é um fórum de discussão, encaminhamento de ações, e estimula parcerias, formula ações para ser executada; local de avaliação do que é melhor para o Parque e região.

Embora bem conceituado, o grupo novamente se divide igualitariamente entre os três pontos de vista. No campo subjetivo interpretam como lugar de integração, para resolver problemas, uma boa janela para se chegar perto da Unidade de Conservação. Em relação aos valores e normas das representações sociais, falam de comprometimento, participação, lugar de opiniões, atitudes necessárias para o andamento do conselho.

•CONSELHEIRO

No discurso do grupo, *conselheiro* é aquele que se obriga a representar um grupo "fazedor" de políticas públicas; pessoas ligadas de alguma forma à área em questão, ao interesse da área, que juntas estão tentando resolver o problema; integrante de uma equipe que trabalha em equipe; compreende seu papel e sabe a importância de compartilhar; é um grupo de pessoas com interesses diversos, tem que ser bem aproveitado o perfil e o apoio de cada um.

Trazem as emoções no campo subjetivo de ser uma tarefa gostosa, envolvente, mas que dá trabalho; compromisso e responsabilidade. Em relação às atitudes no campo da valoração, transubjetivo, falam de contribuição de todos para a gestão. Quase 60% dos entrevistados conceituam o tema demonstrando clareza no conceito; e os demais falam de atitudes do papel de ser conselheiro.

•GESTOR

Os entrevistados compreendem e conceituam o papel do gestor como pessoa de perfil especial e de muita responsabilidade com a atividade. “Muita responsabilidade” (CONSELHEIRO nº 1, 2011), conduz o processo de gestão e tem que contar com a colaboração de todos; é o administrador/antigamente “se entendia como dono, fiscal, seja o que for, agora, o gestor é um elemento que entende bastante do assunto e pode contribuir muito bem (com determinada) área” (CONSELHEIRO nº 4, 2011), “administrador de toda a problemática” (CONSELHEIRO nº 3, 2011), “Gestor é aquele que vai organizar o sistema de forma que o sistema possa girar e ser organizado” (CONSELHEIRO nº 7, 2011); “Pessoa que faz o gerenciamento de todos os interesses, é uma pessoa que precisa estar sempre alerta por que ela é influenciada por todos os lados, uma pessoa que deve ser bem diferenciada” (CONSELHEIRO nº 27, 2011). Quanto aos sentimentos e interpretações sobre a representação gestor apontam as atitudes necessárias: compromisso de partilhar; conciliador; domador; responsável; “o Parque é o filho dele” (CONSELHEIRO nº 2, 2011); no sentido do amor e cuidado dispensados pelo gestor por essa Unidade de Conservação. Em relação às normas e valores narram a necessidade de ter pulso firme, boa vontade, pois recebe diversas influencias para conciliar e tem que ser líder.

O relato no campo transubjetivo está muito próximo das colocações daqueles que analisaram o termo sob a ótica subjetiva que ressaltaram o perfil para ser gestor como requisito fundamental do papel, 45% deles fazem estas colocações e, se somarmos as argumentações no campo subjetivo, teremos a maioria argumentando sobre o perfil do papel de um bom gestor utilizando como espelho para as respostas o modelo de atuação do gestor do Núcleo Santa Virgínia.

•REPRESENTAÇÃO NO CONSELHO CONSULTIVO

Conceituam a *representação no conselho* como uma obrigação, “não precisa ser uma pessoa com formação técnica, mas ser uma obrigação para a cidadania” (CONSELHEIRO nº 27, 2011); relatam a importância da diversidade das pessoas no grupo; falam da responsabilidade de estar representando um órgão. Entendem como vital para se fazer a relação entre comunidade e Unidade de Conservação e importante para representar o município como um todo.

No campo subjetivo apontam a cooperação; essencial com a política pública e a participação. Quanto ao campo transubjetivo apontam a necessidade de ser uma via entre parque e comunidade na busca de consensos. Na sua maioria conceituaram o tema.

•GESTÃO PARTICIPATIVA

É poder opinar, democracia, esse palpite na política pública. É um grande modelo interessante para as unidades de conservação, não mais a instituição fechada, mais voltada para a sociedade, esse é o caminho. O ideário das instituições participativas como o conselho consultivo da Unidade de Conservação visa “fomentar o controle social e a cidadania em uma perspectiva de baixo para cima, ou seja, em uma perspectiva na qual a sociedade expressaria suas vontades e influenciaria o processo político” como o relato acima comunga (FONSECA, 2011, p. 161).

Em relação à percepção da gestão comentam da obrigação e de ser vital para a Unidade de Conservação e a comunidade. Valorizam a atitude de juntar todos os olhares para a área, de poder opinar, ser consensual. Segundo Vaz (2011, p. 102), a sociedade civil “advoga certas ideias e perspectivas no arcabouço plural que é a sociedade”. A representação está ligada “muito mais a uma representação de temas do que a uma representação de pessoas e ou perspectivas específicas”. (Vaz, 2011, p. 102).

•INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE/PARQUE

Entendem como sobrevivência do parque e adaptação da comunidade a ele; “Quem não conhece não sabe falar bem nem mal, mas só com a participação é que poderá se comprometer; talvez por falta de informação e muitas vezes em decorrência de conflitos de parentes, do entorno” (CONSELHEIRO nº 27, 2011). No campo subjetivo compreendem que a relação está melhorando, mas há necessidade de buscar caminhos para sua melhoria. Aqueles que representam como uma questão ética traz a necessidade de melhoria do papel do Estado para o bom entendimento com a comunidade.

Embora 44% dos entrevistados tenham representado o termo a partir do histórico destas relações, nas três categorias discutem a melhoria da comunicação entre ambos, como fator importante para o crescimento da relação comunidade-parque.

Quando se observa o Quadro (5.2), a seguir, com as porcentagens de respostas dadas a cada categoria, podem-se fazer algumas generalizações, tais como a representação *conservação, turismo, projetos de captação de recursos, conselheiro e representação no conselho* tem um maior número de representações mais racionalizadas, ligadas ao campo do saber, teorizam mais sobre esses termos demonstrando que o ideário sobre eles está formalizado de acordo com os conceitos mais acadêmicos.

Como se sabe, o grupo tem formação universitária em cursos relacionados aos temas do Conselho e participam de atividades nos municípios e órgãos do Estado ou sociedade civil, também, relacionadas aos temas. Provavelmente, a reflexão mais formalizada sobre estas representações ocorreu tanto na formação acadêmica quanto no dia a dia profissional.

As representação de *paisagem, gestor e interação Parque comunidade* tem um maior número de respostas no campo subjetivo. No caso da representação social a paisagem está relacionada à sua percepção/interpretação, de modo sensorial, emocional, da memória visual sobre a paisagem da Unidade de Conservação. Em relação à representação do termo chave gestor, traz os sentimentos provocados na relação com o gestor deste Núcleo. O mesmo ocorre com a representação da interação Parque comunidade, pois a história de conflitos e incompreensões marcaram estas pessoas.

Os valores que suscitaram as respostas para as representações de uso do solo; *Núcleo Santa Virgínia x moradores* do entorno; Proteção, fiscalização, ocorrências; regularização fundiária - desapropriação e indenização; Educação ambiental e proteção das áreas do Parque, estão relacionados ao campo transubjetivo, ligados às discussões éticas e às normas na relação com o meio e com as pessoas.

As representações sociais *Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar e Gestão Participativa* foram mais classificadas nos campos subjetivo e transubjetivo da percepção-interpretação e valoração, os conselheiros têm uma grande preocupação com a ética das relações Unidade de Conservação *versus* comunidade e com as motivações internas para atitudes relacionadas à justiça e à efetivação da participação na gestão do Núcleo Santa Virgínia.

As representações sociais de *Integração do Plano de Manejo e Plano Diretor dos Municípios e Conselho Consultivo* estão divididas igualmente nos três campos de análise. A compreensão sobre a função, motivação em participar e a necessidade de ética bem trabalhada nas relações do Conselho e na convergência de políticas públicas sobre esta paisagem são frisadas pelo grupo. São temas de pouca vivência, necessitando maior reflexão sobre os acordos éticos para sua efetivação.

QUADRO 5.2 – Representações sociais e categorias de análise - porcentagem

TERMO CHAVE REPRESENTAÇÃO/ Categorias de análise	CONCEITUAÇÃO – campo intersubjetivo	PERCEPÇÃO INTERPRETAÇÃO – campo subjetivo	VALORAÇÃO – campo transubjetivo
Meio ambiente	35%	30%	35%
Conservação	48%	28%	24%
Paisagem	29%	54%	16%
Uso do solo	32%	27%	41%
Núcleo Santa Virgínia e o Parque Estadual da Serra do Mar	28%	36%	36%
Núcleo Santa Virgínia x moradores do entorno	17%	34%	47%
Proteção, fiscalização, ocorrências.	34%	17%	47%
Turismo	45%	41%	14%
Projetos para captação de recursos na área e entorno da unidade	43%	38%	19%
Regularização fundiária - desapropriação e indenização	28%	28%	44%
Educação ambiental e proteção das áreas do parque	32%	32%	36%
Integração do plano de manejo e plano diretor dos municípios	33%	33%	33%
Conselho consultivo	33%	33%	33%
Conselheiro	59%	32%	9%
Gestor	35%	45%	20%
Representação no conselho consultivo	42%	29%	29%
Gestão participativa	26%	37%	37%
Interação com a comunidade / parque	28%	44%	28%

Org. Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

As representações sociais são construções contextualizadas do sujeito como sujeito social, é a expressão da realidade intersubjetiva do sujeito e da exteriorização das percepções e dos afetos circulados como discurso entre os conselheiros num processo de comunicação dos saberes, emoções e valores do mundo vivido e espaço vivido. Estas representações mudarão conforme a vivência do grupo, e trazem no bojo as expectativas e ideais individuais e sociais de todos em relação ao Núcleo Santa Virginia, à gestão e ao próprio Conselho (SPINK, 1993).

5.2 VALORAÇÕES DA PAISAGEM PELOS CONSELHEIROS

5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PELOS CONSELHEIROS

A caracterização da paisagem do Núcleo Santa Virgínia trouxe a perspectiva da memória do lugar entendida como o “poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido” (DURAND, 2001, p. 403), das experiências construindo as imagens que caracterizam esta paisagem para cada um. Ao descrevê-las, segundo Bachelard (2004), são ordenadas pelos centros de interesse que podem ser transcritos de forma sumária, reconhecendo suas características mais visíveis, projetando suas vivências, emoções e lembranças na narrativa. A partir destes conceitos dividiu-se uma categoria de análise do discurso dos conselheiros intitulado “imagens que são provocadas na memória”.

Para Lowenthal (1982, p.141), a “paisagem serve como um vasto sistema mnemônico para a retenção da história e ideais de um grupo”. Essa paisagem é composta pelas experiências pessoais, pelo aprendizado, pela imaginação e pela memória e leva o sujeito a caracterizá-la e idealizá-la, conforme esse conjunto de vivências, e estão expressas na categoria “atitudes que as características da paisagem suscitam”.

A categoria “*experiências e o conhecimento construído na relação com essa paisagem*” é definida como a dinâmica da vida nessa paisagem, ela não é uma linha fixa, mas em movimento, um elo, uma ligação. A leitura atenta da paisagem revela a história do lugar, suas implicações e relações bioecológicas, socioeconômicas, bem como culturais e políticas. (DARDEL, 1952).

A caracterização foi dividida em três categorias e demonstrada pelas falas dos conselheiros:

A)Pelas imagens que são provocadas na memória;

B)Pelas atitudes que as características da paisagem suscitam;

C) Pelas experiências e o conhecimento construído na relação com essa paisagem.

A)São as imagens que são provocadas na memória:

B)

Frescor, limpeza, organização, ah... Natureza, muito viva. (CONSELHEIRO Nº 2, 2011);

Local impar, de águas cristalinas, montanhas, serras, árvores maravilhosas, fauna e flora de dar inveja a qualquer país, nós temos tudo isso a nossa disposição, é quase um quintal da cidade (CONSELHEIRO Nº 3, 2011);

Você consegue ouvir aves, que você não ouve em nenhum outro lugar, mesmo em região de mata atlântica você não se depara, com a variedade de espécie, como é em Santa Virgínia. (CONSELHEIRO Nº 6, 2011);

Eu vejo árvores, árvores, árvores, animais. (CONSELHEIRO Nº 11, 2011);

Como uma floresta madura. (CONSELHEIRO Nº 14, 2011);

Eu acho que eu (tenho que pensar) presença muito marcante do rio, do rio Paraitinga, vegetação que ainda está bem conservada ali no parque em contraste com as áreas que estão bastante ocupadas fora, aqueles morros pelados, a ocupação agricultura mais a montante, então assim com o núcleo uma espécie de Éden, eu acho que a visão que vem mais forte essa, a questão principalmente também do Rio. (CONSELHEIRO Nº 22, 2011);

Belíssima e muito diversificada. (CONSELHEIRO Nº 23, 2011).

A caracterização da paisagem, para esses conselheiros, parte das percepções do contato com a Unidade de Conservação, trazendo à memória sensorial, para defini-la e caracterizá-la. O conceito de natureza está implícito nessa caracterização: “natureza muito viva; águas cristalinas (...); árvores, árvores, (...); floresta madura”.

Heidegger (2005, p. 108) descreve essa percepção da natureza e a sua paisagem como compondo o nosso meio descoberto por nós e nos tomando e envolvendo:

Natureza aqui, porém não deve ser compreendida como algo simplesmente dado e nem tampouco como força natural. A mata é reserva florestal, a montanha é pedreira, o rio é represa, o vento é vento nas velas. Com a descoberta do mundo circundante, a natureza assim descoberta vem ao encontro. Pode-se prescindir de seu modo de ser à mão e determina-la e descobri-la apenas em seu modo de ser simplesmente dado. Nesse modo de descobrir, porém, a natureza se vela enquanto aquilo que ‘tece e acontece’, que se precipita sobre nós, que nos fascina com sua paisagem.

C)São atitudes que as características destas paisagens proporcionam:

Aproximar as pessoas lá do Parque. (CONSELHEIRO Nº 1, 2011);

Parece um reduto que a gente tem que cuidar há qualquer custo. (CONSELHEIRO Nº 12, 2011);

O que ressalta vai ser esse fator de riqueza e diversidade ambiental, a importância de ser, de fato a gente sentir que a unidade de conservação é de proteção integral e ações estão sendo feitas para que isso se mantenha. (CONSELHEIRO Nº 15, 2011);

A gente tem que discutir a Unidade de Conservação focada no mundo, não focada nos interesses pessoais, então isso é uma dificuldade que ainda eu acho que tem aqui dentro desse Conselho, como nós tem outros... (CONSELHEIRO Nº 32, 2011).

Os conselheiros caracterizaram a paisagem não por seus atributos físicos ou sensoriais, mas pelas relações interpessoais que ocorrem nela. Como o colocam os conselheiros acima é o “lugar para aproximar, o reduto que tem que ser cuidado, a manutenção da biodiversidade” e a circulação de informações em maior amplitude. Chamam a atenção para as atitudes que devem ter para a manutenção das características atuais desta paisagem.

D)São as experiências e o conhecimento construído na relação com essa paisagem:

Sozinha ela se recompõe. (CONSELHEIRO Nº 4, 2011);

No ponto de vista de culturas econômicas uma área restrita, que estão sendo mal utilizadas, sem o devido cuidado. Tem que ser aquilo que ele representa, uma área de conservação da natureza como um todo. (CONSELHEIRO Nº 5, 2011);

A maior biodiversidade do mundo. (CONSELHEIRO Nº 7, 2011);

Eu penso que é um contexto geral, todas as questões, questões de habitações, as questões fundiária, as questões de área, as questões de ocupação (...) rural. (CONSELHEIRO Nº 8, 2011);

A princípio eu acho que lá seria a preservação (...) turismo sem preservação não vai pra frente, (...) você não vai conseguir ter gente, visitante. (CONSELHEIRO Nº 10, 2011);

É ecoturismo, educação ambiental, manejo sustentável da floresta (CONSELHEIRO Nº 14, 2011);

Do local bem preservado. (CONSELHEIRO Nº 16, 2011);

É uma área critica que tem que ser acompanhada por que não se defende sozinha, é um bem de todos, mas não é de ninguém. (CONSELHEIRO Nº 17, 2011);

É uma região esquecida, a última fronteira com o natural, tem uma presença humana antiga, mas ainda meio esquecida, Por isso, Carlos R. Brandão, identificou a região como o último reduto caipira do estado, a natureza tem ainda uma certa preservação. (CONSELHEIRO Nº 183, 2011);

Do ponto de vista ecológico é extraordinário, diversidade do bioma, fauna, flora, a beleza sem a interferência humana. (CONSELHEIRO Nº 20, 2011);

São uma paisagem com um mosaico de vegetação de vários estágios, marcas dos momentos históricos que deixaram muito impacto, áreas muito degradadas, florestas que estão recuperando, áreas com grande preservação, é um mosaico com muitas paisagens, que reflete os usos históricos desta paisagem, o mundo rural e há muitos espaços vazios que deve sido o momento de reocupação destas áreas e a chegada do parque. (CONSELHEIRO Nº 21, 2011);

O Núcleo parece estar mais preservado, mas há carência próximo ao Núcleo, como devastação próximo aos mananciais, muita queimada, muito pasto e pouco comprometimento em relação a preservação. (CONSELHEIRO Nº 24, 2011);

Ao mesmo tempo se está num lugar bastante árido, com pastagens. A beleza natural é o grande (...) e a água. (CONSELHEIRO Nº 26, 2011);

Ótimo representante de Mata Atlântica, varias formações, vegetais, para mim é um símbolo de floresta Atlântica (CONSELHEIRO Nº 27, 2011);

Síntese de todos os elementos presentes na Serra do Mar (CONSELHEIRO Nº 28, 2011);

É fragmento de floresta, teve uma capacidade muito grande de regeneração, um fragmento que foi bastante degradado e a gente vê o potencial de recuperação. (CONSELHEIRO Nº 29, 2011);

Além da flora e fauna e a função da pesquisa com as possibilidades humanas, de ecoturismo, turismo e desenvolvimento regional. (CONSELHEIRO Nº 30, 2011);

Áreas com pastagem (...) Floresta em estágio inicial, médio e avançado. (GESTOR, 2010);

Acho que, o município não tem a visão do Parque como a do Núcleo, como um ponto muito positivo para a região... (CONSELHEIRO Nº SUPLENTE, 2011).

Nessa caracterização, os conselheiros narram seus conhecimentos adquiridos durante suas vivencias empíricas e ou teóricas sobre a paisagem. A paisagem resguarda as inserções do homem no mundo. Também retrata a atitude científica e objetiva do homem em relação à paisagem, mas não pode prescindir de uma visão moral, estética e espiritual deste, pois é na integração de todas as relações com esta paisagem que sua consciência do mundo se exterioriza.

5.2.2 A DINÂMICA DOS CONFLITOS EXISTENTES NA ÁREA

Ao analisar as respostas dadas pelos conselheiros sobre o motivo de conflitos na área do Núcleo Santa Virgínia, constata-se que, ao não se levar em conta a cultura local na implantação da Unidade de Conservação, não se resolver os problemas fundiários e a falta de participação e conhecimento da comunidade sobre o Núcleo Santa Virgínia, ainda, deixa os conflitos latentes nesta paisagem. Um exemplo destas queixas constantes está retratado na narrativa do conselheiro nº 6: “o parque vem com a função de preservar o lado ambiental, e a população ela fala muito do lado cultural e histórico e o parque passa por cima disso”. (CONSELHEIRO Nº 6, 2011). Em vários relatos trazem as perspectivas de melhora da situação com os programas de uso público e socioambientais, mas frisam que ainda demorará a acontecer até que o Núcleo esteja com estes conflitos resolvidos.

5.2.3 AS FUNÇÕES DOMINANTES DA PAISAGEM

As funções da paisagem relatadas pelos conselheiros expressam os diversos interesses e entendimentos sobre a natureza e sua relação com ela – os usos, sentimentos, modos de atuar, vivências e expectativas como conselheiros e munícipes da região. São as diferentes dimensões, física, ontológica e metafísica que implicarão a construção da cosmovisão sobre a Unidade de Conservação. A *mundividência* nessa paisagem se realiza na presença da vivência.

Naveh (2001, p 275) aponta as dez principais premissas para uma concepção holística de paisagens multifuncionais, que devem considerar os seres humanos e sua ecologia, os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos como “parte integrante da mais alta *coevolução geobioantropologica*” em todas as suas dimensões hierarquias e níveis, como um único ecossistema na paisagem. Seria uma “*metateoria holística autotranscendente* aos limites de nossa própria existência”. (NAVEH, 2001, p 275). Pois a compreensão da dinâmica da paisagem passa pela integridade da experiência do mundo vivido (BUTTIMER, 1982) e da mundividência (DILTNEY, 1992), “na mutação dos valores do espaço vivido” (FRÉMONT, 1980, p.165) nessa sociedade globalizada dos horizontes compartilhados, em que o que se compartilha não é a homogeneidade, mas as diferenças, as multifunções dessa paisagem

As funções da paisagem trazidas pelos conselheiros foram compreendidas como “parâmetros para medir a diversidade biológica juntamente com a diversidade cultural e ecológica como um índice comum da ecodiversidade da paisagem total”. (NAVEH, 2001, p. 277). A ecodiversidade da paisagem total ou global composta pelo mundo vivido e espaço vivido é a expressão tangível das funções dessa paisagem para os conselheiros.

As multifunções da paisagem para os conselheiros foram categorizadas em um quadro a partir de Naveh (2001, p. 278), possibilitando uma aproximação conceitual entre as falas de todos os entrevistados, levando em consideração os valores implícitos no domínio bioecológico (processos relacionados ao ecossistema), socioecológico-cultural (relacionados à qualidade ambiental e de vida humana) e socioeconômico (relacionados aos benefícios econômicos diretos da sociedade).

QUADRO 5.3 – Multifunções da paisagem do Núcleo Santa Virgínia nos domínios bioecológicos, sócio econômico e sócio ecológico e culturais.

BIOECOLÓGICO	SÓCIO ECONÔMICO	SÓCIO ECOLÓGICO E CULTURAL
✓ Preservação dos recursos naturais da mata atlântica; ✓ Conservação da Mata Atlântica; ✓ Interconexão ambiental; ✓ Mosaico de conservação da mata atlântica; ✓ Manutenção da biodiversidade; ✓ Proteção das águas; ✓ Vocação proteção florestal; ✓ Conservação de todos os serviços ambientais; ✓ Importante referência ambiental na região.	✓ Geração de renda por praticas do uso dos recursos naturais para a conservação; ✓ Ordenar a ocupação desse espaço; ✓ Ecoturismo e educação ambiental Produto turístico dos municípios/parque; ✓ Geração de renda pelo turismo; ✓ Preservar as comunidades tradicionais.	✓ Privilégio, orgulho éden/nirvana; ✓ Educação conscientização; ✓ Sensibilização para a conservação; ✓ Preservação cultural; ✓ Beleza e paz; ✓ Motivar as pessoas; ✓ Área de pesquisa força da natureza.

Org. por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

Os indicadores ambientais são utilizados para se obter uma visão da qualidade ambiental e dos recursos naturais e as tendências de desenvolvimento e suas respostas. A criação desses indicadores passa por parâmetros de conceituação, implementação e monitoramento de um sistema construído sobre valores específicos. Nesse sentido, pode-se apoiar em estudos elucidados por Naveh e Lieberman (1993) sobre parte do *Programme on Man and the Biosphere* (MAB) da (UNESCO, 1973, apud NAVEH, 1990, p. 69):

Estas podem ser utilizadas como uma avaliação confiável de análise para longo-prazo sobre a estabilidade e a viabilidade dos nossos sistemas, uma avaliação não deriva de qualquer economia ou de uma teoria **sociológica** isolada, mas sim de um comportamento econômico sobre a biosfera propriamente dita, um sistema cada vez mais viável e testado.

Os indicadores enfocam, prioritariamente, não só as questões econômicas, como determinam as políticas públicas, bem como exprimem valores e ajudam a chamar a atenção para análise e perspectivas ainda não imaginadas. Também são necessários para que se promovam a visão e o senso de um propósito comum e podem se tornar ferramentas de prestação de contas.

A importância da mudança no comportamento pode emergir de formas significativas, quando há indicadores apropriados que direcionam a atenção tanto para as causas dos problemas, quanto para a maneira como o comportamento e as decisões que podem evitar e solucionar esses problemas, os quais incluem as dimensões objetivas e subjetivas da vida. Se a Unidade de Conservação para os conselheiros não tiver um valor, não serão feitas ações para a sua conservação.

Em relação ao *domínio bioecológico*, os conselheiros apontaram como funções principais:

A preservação dos recursos naturais da Mata Atlântica, sua conservação e Interconexão ambiental, formando um mosaico de conservação da Mata Atlântica com os outros núcleos.

Enfatizaram as funções de manutenção da biodiversidade, de proteção das águas e de vocação para a proteção das florestas que ainda restam na região.

Os indicadores que os conselheiros elencaram para estas funções são:

- A biodiversidade.
- A proteção da Unidade em conjunto com outros órgãos e comunidade.
- A pesquisa para a proteção das florestas.

Em relação ao *domínio socioeconômico*, trouxeram como fundamental as funções:

- De geração de renda por praticas do uso dos recursos naturais para a conservação e para ordenação da ocupação no entorno da Unidade.
- De praticas de ecoturismo e educação ambiental como produto tanto dos municípios como do Parque, além da conservação das práticas tradicionais e suas comunidades.

Os indicadores que os conselheiros elencaram para estas funções são:

- O desenvolvimento do *rafting* e outras atividades de turismo e educação ambiental gerando renda.
- Outras atividades que gerem renda para as comunidades do entorno do Núcleo.
- As áreas do entorno do parque protegendo os recursos hídricos.
- As trilhas com monitoria remunerada e monitores locais para a educação ambiental.

Em relação aos *domínios socioculturais*, entendem que a Unidade tem a função de:

- Ser uma beleza e trazer paz (éden/nirvana), orgulho e privilégio que deve ser deixado para as próximas gerações.
- Somente com função educativa, de preservação cultural e muita pesquisa as funções serão mantidas.

Os indicadores que os conselheiros elencaram para estas funções são:

- As próprias crianças com pensamentos já mudados em relação às questões ambientais.
- A capacitação e comunicação das comunidades e municípios do entorno.
- A capacitação das escolas.

Quanto a refletirem um modelo que traduza as interações entre as funções elencadas e os indicadores para elas, trazem como ponto importante a maior efetivação das ações do Conselho e a participação de todos na gestão da Unidade de Conservação, por meio das câmaras técnicas, parcerias com os municípios e demais instituições. O Conselheiro nº 21 traduz em sua narrativa uma síntese da fala dos outros conselheiros.

O modelo interessante, que pudéssemos planejar juntos esta paisagem de modo que os objetivos da conservação pudessem ser mantidos e os objetivos desta dinâmica de ocupação pudessem ser preservados e conduzidos de forma sustentável. De que maneira as pessoas possam utilizar deste espaço e usufruir desta conservação, ao mesmo tempo que, ela vende este espaço por que precisa de recurso para sua sobrevivência. O modelo que pudesse criar um enraizamento, que pudesse compartilhar com todos os parceiros de conservação ou a economia, de forma a valorar este espaço como ele é de grande importância para as pessoas de fora, um olhar de fora pode ter um valor diferenciado das pessoas da terra, que estes valores sejam diferenciados, que este projeto-modelo possa ser de grande importância para todos. Que as pessoas se sintam participantes e responsáveis pelo desenvolvimento deste lugar. (CONSELHEIRO Nº 21, 2011).

A segunda e quarta premissa discutida para a formulação dessa concepção holística da paisagem por Naveh (2001) é composta por sistemas em interação entre a geosfera, a biosfera e as identidades culturais da humanidade que são as criações da noosfera. “A paisagem é a matriz espacial e espaço de vida para todos os organismos, [...] é mais do que a soma das partes, é um organismo, uma melodia” em plena interação de seus componentes e deve ser “compreendida pela síntese dentro do contexto da organização do todo” (p. 274). O modelo que traduza estas interações e leve em consideração os indicadores produzidos pelos conselheiros deve também levar em consideração o todo orgânico dessa paisagem como citado no relato do Conselheiro nº 21, bem como as dimensões éticas da paisagem:

A avaliação dessas funções multidimensionais tem de incluir as dimensões antropocêntricas de seus valores instrumentais, como medida de benefícios para a sociedade humana, e a dimensão ética ecocêntrica dos valores de existência intrínseca da paisagem. (NAVEH, 2001, p. 280)

Meinig (1979), também, comenta a participação importante do homem no sistema de uma paisagem, mas alerta para o modo como se encaram estas estruturas, pois, podem ser consideradas somente partes deste sistema econômico e social do lugar: “suas estruturas mais óbvias e seus movimentos na paisagem são mais fáceis de serem vistos como ‘funções’, ou seja, como os processos realizados com fins racionais” (1979, p. 38).

A questão fundamental, partindo dos princípios expostos anteriormente, pelos autores citados, é que esta paisagem do Núcleo Santa Virginia é interpretada e vivenciada diferentemente por cada conselheiro da Unidade de Conservação. Cada um dos representantes vive nesta paisagem de acordo com as construções tangíveis e suas estruturas funcionais, que representam o modo de interagir com esta realidade ambiental. Mas são as construções intangíveis que devem nos preocupar e para os quais voltar nossas atenções, pois não são valoradas e muito menos utilizadas, para indicar a capacidade de alinharem-se em um mesmo objetivo de ação no Conselho Consultivo.

Valorar este ambiente, onde se insere o Núcleo Santa Virginia, por estas pessoas que representam a comunidade dentro e no entorno da Unidade de Conservação, vai depender de uma construção de consensos entre as representações sociais feitas pelos conselheiros sobre esta paisagem e suas multifunções para cada um deles.

5.3 OFICINA COM INDICADORES E PLANEJAMENTO

A oficina de planejamento para geração de objetivos, por meio dos indicadores de valoração ambiental gerados pelos próprios conselheiros partiu do princípio de que o grupo pesquisado é sujeito de suas ações e pode gerar uma cosmovisão sobre a Unidade de Conservação.

Para essa oficina foi elaborado um quadro com a interpretação das respostas dadas sobre os indicadores da paisagem e organizados em três categorias a partir das ideias de multifunções e funções dominantes, em Naveh (2001; 2004). As falas foram conduzidas pela pesquisadora no papel de mediadora para que o grupo estipulasse as ações necessárias para alcançar os objetivos construídos a partir dos indicadores e levassem o grupo a concluir suas expectativas positivas em relação às ações levantadas por eles.

QUADRO 5.4 – Matriz de planejamento participativo

FUNÇÕES / OBJETIVOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DOS INDICADORES	PARTICIPAÇÃO DO/NO CONSELHO	PESSOAS DA COMUNIDADE DE ENSEMBLIZADAS/ CONSCIENTIZADAS	MATA RECUPERA	USO PÚBLICO BEM TRABALHADO	PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA	GESTÃO DO PROCESSO	QUESTÃO FUNDIÁRIA RESOLVIDA
BIOECOLÓGICO - PRESERVAÇÃO CONSERVAÇÃO PROTEÇÃO	parcerias	Capacitar visitação envolvimento	Pesquisar/incentivar, se inteirar dos resultados/integrar dados/identificar as lacunas	Conhecer a sensibilidade ambiental pleitear novas áreas, normalizar	Capacitar pessoa para fazer projetos, buscar parcerias oscips ongs	Assumir os papéis de cada instituição compartilhar responsabilidades, comprometimento entender seu verdadeiro	Acompanhamento do processo por todos, envolvimento no processo político
SÓCIO ECONÔMICO - GERAÇÃO DE RENDA PRODUTO TURÍSTICO	Articular Oficinas capacitação	Incentivar, trazê-las para o mercado	Práticas de conservação pagamento de serviços ambientais	Compatibilizar as ações de conservação e geração de renda aumentar visitação normalizar	Trabalhar com outros conselhos e parcerias/priorizar ações de compensação ambiental sensibilizar	Prática da conservação efetivada	zerar a questão fundiária e satisfação das partes interessadas
SÓCIO ECOLÓGICO E CULTURAL - EDUCAÇÃO SENSIBILIZAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO PRESERVAÇÃO CULTURAL	Conservar a cultural revitalizar	Levar informação para fora concretização da valorização cultural	Compatibilizar capacitação	Promoção divulgação Geração de oportunidades	Propor produtos turísticos e serviços	Afinar as parcerias regulamentar as parcerias regulamentar as ações criar as políticas	Preservação monitoramento

Org. por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

Em relação ao *domínio bioecológico* das funções sugeridas pelo grupo e os indicadores transformados em objetivos a serem conquistados por eles, chegaram-se às seguintes ações:

- As funções de preservação, conservação e proteção da Unidade de Conservação podem ser conquistadas com a participação do/no Conselho propondo parcerias que façam a maior preservação, conservação e proteção do Núcleo Santa Virgínia.
- Para que as pessoas da comunidade fiquem mais sensibilizadas/conscientizadas em relação a preservação, conservação e proteção deve haver capacitação e visitação da comunidade para seu envolvimento com o Núcleo.
- A mata será recuperada se houver pesquisa com incentivo e se todos, funcionários e comunidade se inteirarem dos resultados, integrando os dados, e identificando as lacunas para maior investimento na floresta e sua recuperação.
- O programa de uso público bem trabalhado para a preservação, conservação e proteção da Unidade de Conservação ocorrerá na medida em que o público visitante conheça e amplie a sua sensibilidade ambiental bem como havendo um manejo para novas áreas de visitação normalizadas e organizadas para manter a conservação da paisagem do Núcleo.
- Os projetos de geração de renda se desenvolverão se capacitarem as pessoas para fazerem projetos e buscar parcerias com organizações não governamentais e governamentais.
- A gestão dos processos necessários à manutenção do Núcleo ocorrerá quando cada conselheiro assumir junto as suas instituições o papel de compartilhar responsabilidades perante a boa gestão do Núcleo Santa Virgínia com comprometimento, entendendo seu verdadeiro papel quanto à preservação, conservação e proteção da Unidade de Conservação.

Em relação ao *domínio socioeconômico* das funções desta paisagem, o grupo acredita serem a geração de renda e os produtos turísticos sua maior potencialidade:

- Para que a participação do/no conselho aumente e colabore com a geração de renda para todos devem-se articular oficinas de capacitação para os negócios adequados à realidade legal da Unidade de Conservação e seu entorno com a comunidade e os municípios.
- As pessoas da comunidade serão mais sensibilizadas/conscientizadas se houver Incentivo ao empreendedorismo e trazê-las para o mercado.
- A mata recuperada ocorrerá também com práticas de conservação para pagamento de serviços ambientais.
- O uso público bem trabalhado se efetivará ao compatibilizar as ações de conservação e geração de renda aumentando a visitação e a normalizando.

- Os projetos de geração de renda deverão ser trabalhados com outros conselhos e parcerias e priorizar ações de compensação ambiental sensibilizando a comunidade.
- A gestão do processo de efetivação da Unidade de Conservação só acontecerá com a prática da conservação efetivada na resolução da questão fundiária (zerada) e satisfação das partes interessadas.

As funções da paisagem em relação ao *domínio socioecológico e cultural*, são educação sensibilização conscientização preservação cultural:

- Essas funções podem conservar a cultura e revitalizar a relação Parque comunidade com a maior participação do Conselho sobre estes temas.
- As pessoas da comunidade estarão mais sensibilizadas/conscientizadas se for levada informação pra fora do Núcleo sobre ele e se o Núcleo concretizar em atividades a valorização cultural da região.
- A mata recuperada acontecerá com a compatibilização de capacitações da comunidade para esse tema.
- O uso público bem trabalhado ocorrerá com a promoção, divulgação e geração de oportunidades de vivências e trabalhos para a comunidade.
- Os projetos de geração de renda se efetivarão ao propor produtos turísticos e serviços em que a comunidade possa trabalhar.
- A gestão do processo ocorrerá ao afinar as parcerias, regulamentar as parcerias regulamentar e as ações e criar as políticas para maior viabilização delas.
- A questão fundiária resolvida levará á preservação e monitoramento da Unidade de Conservação por todos os envolvidos com ela.

A avaliação que fica sobre a oficina é que os conselheiros conseguem planejar e organizar tarefas junto a gestão para o cumprimento dos objetivos da Unidade de Conservação e podem fazer esta análise a partir de suas percepções e interpretação da paisagem. É necessário acreditar na potencialidade destes fóruns na discussão de uma efetiva valoração ambiental da paisagem que aconselham e participam.

Como Naveh (2004) alerta, a nós, estudiosos e investigadores da paisagem, devemos nos propor a métodos inovadores e desenvolver ferramentas práticas para a integração de todas as funções intrínsecas da paisagem. A vivência com o Conselho Consultivo, durante a investigação e as reflexões destes sobre a paisagem, demonstra que podemos fazer “uma ponte concreta entre a natureza e a mente, como parte integrante da dinâmica da auto-organização e co-evolução na natureza e nas sociedades humanas”. Ela abre o caminho para uma melhor compreensão da multifuncionalidade das culturas nas paisagens e as suas múltiplas dimensões natural e cultural. (NAVEH, 2001, apud NAVEH, 2004, p. 476).

O que leva a um sentimento de pertencimento do lugar. O Si mesmo destes conselheiros foi e está se alargando. “O alargamento do nosso Si mesmo, que abarca no sentimento a natureza e a sociedade é ao mesmo tempo, enquanto alargamento afetivo, elevação de sentimento”. (DILTHEY, 1992, p. 42).

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES FUNDAMENTAIS SOBRE O CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTO VIRGÍNIA



¹⁸ Trilha de Observação de aves, Acervo Núcleo Santa Virgínia, PESM (2010).

Trazendo a afirmação inicial desta tese, acreditamos que a partir da experiência de cada conselheiro na paisagem podem ser criados indicadores de valoração ambiental para as Unidades de Conservação, estes indicadores e as ações planejadas são a cosmovisão do grupo de conselheiros projetando uma planificação das ações do conselho num alargamento do nosso Si mesmo para a paisagem da Unidade de Conservação.

A identidade paisagística da área protegida pode se firmar quando levamos em consideração as identidades paisagísticas das experiências humanas compartilhadas no tempo-espaço e na dinâmica da experiência de vida de todos, propiciando o diálogo das pessoas com o meio ambiente.

Quanto às considerações finais deste estudo, acreditamos que, embora o Conselho Consultivo discuta a sabedoria e preferências existentes nas comunidades representadas e procure consensuar as práticas, ainda não consegue viver a representação de seus grupos; caminha ainda para a autonomia na participação dos conselheiros nas decisões da gestão com as câmaras técnicas, por exemplo, e inicia a convergência de seus programas e diretrizes com os municípios participantes da Unidade de Conservação.

Fica provado que o Conselho Consultivo pode fazer uso das práticas locais e do entendimento dos conselheiros sobre a paisagem do Núcleo Santa Virginia. As multifunções desta paisagem, discutidas e vivenciadas pelo Conselho Consultivo, estão claras para todos os conselheiros. Ao retomar os aspectos subjetivos da experiência e da construção do sentido do lugar, tem-se uma valorização dos elementos e situações relacionados ao *espaço vivido* e *mundo vivido* pelos conselheiros, conseqüentemente, das paisagens, dos sentimentos de pertinência e das relações de alteridades existentes.

O *espaço vivido* está relacionado tanto à ideia de topofilia como à de topofobia desses conselheiros, entendendo como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente (...) associa sentimento com lugar”, e devem ser levados em conta nas ações desse grupo. (TUAN, 1980, p. 106 -29).

Para Frémont (1980, p. 24-26), as etapas da formação do espaço vivido passam pela riqueza e complexidade de suas representações, desde a primeira infância no núcleo familiar, e, aos poucos, alargando este espaço num processo de descentração e socialização, baseado nas estruturas de percepção e inteligência, em esquemas de assimilação e acomodação destas vivências, pois, o “espaço vivido é uma experiência contínua”. Integra tanto a dimensão temporal histórica e pessoal como o “movimento, que é a deslocação no tempo e no espaço”. “O espaço vivido é um espaço-movimento e um espaço-tempo vivido” Ao mesmo tempo em que é egocêntrico é social. Complementam-se na relação do mundo vivido de cada conselheiro na dinâmica dessa experiência na paisagem.

Essa perspectiva fenomenológica na Geografia, posição fundamental para o entendimento dos ritmos do tempo-espaço (BUTTIMER, 1982), colabora com a tomada de consciência das representações sociais que formam o entendimento de cada conselheiro sobre a paisagem e faz compreender as mudanças ocorridas na implantação da Unidade de Conservação, que afetaram as populações do interior e do entorno do Núcleo e causaram rupturas no espaço vivido e mundo vivido. Para Frémont (1980, p. 43): “Cada porção de espaço, cada estrada, cada campo, cada floresta, apresentam-se ao homem habitante, trabalhador ou viajante como um direito de fazer ou de não fazer. A apropriação, sob as suas diferentes formas, reduz e regulamenta estritamente o uso do espaço”.

A negociação entre os usos feitos anteriormente à implantação da Unidade de Conservação e os usos restritos desta paisagem atuais não é feita de modo tranquilo, muito pelo contrário, cheia de conflitos latentes. E o Conselho Consultivo mostra ser um fórum de gestão participativa muito importante. Para tanto, necessita do fortalecimento de sua cosmovisão sobre a paisagem, dos conselheiros. A cosmovisão é a prática perceptiva do grupo em refletir sobre os diversos conhecimentos e vivências de cada um numa conexão consciente de todos, para solucionar os problemas enfrentados pelo grupo. (DILTHEY, 1992; ARTIGAS, 2005).

Considerando-se estas perspectivas, as reflexões de Frémont (1980) nos trazem para as considerações desta investigação algumas questões importantes. O espaço vivido é um espaço de criação, às vezes, mais individuais como por políticas espaciais na criação das Unidades de Conservação na época da ditadura militar no Brasil (1964-1983); ou de forma coletiva e processual historicamente referindo-se aos espaços rurais. O ordenamento desta paisagem, embora discutido nestes dez anos com representantes das comunidades no Conselho Consultivo passa pelo que Frémont (1980) nomeou ‘as três contradições nesse processo de criação do espaço vivido e seu ordenamento’:

1) Ordenar o território não *para*, mas *com* todos os envolvidos nesta paisagem, como vem fazendo com seus Conselhos e ações que envolvem processos participativos e democráticos, mas levando em consideração o olhar de cada um dos atores envolvidos para esta atuação;

2) A interação das diferentes escalas de espaços vividos, o que fala esta tese ‘de paisagens sobre paisagens’. Políticas espaciais regionais (como a criação da Unidade de Proteção Integral); com as políticas espaciais municipais (com a interação e discussão das leis de uso do solo e seus zoneamentos urbanos e rurais como o Plano Diretor); e as escalas mais locais (como o uso e vivência dos moradores da área protegida e seu entorno);

3) E por último, a contradição de que o ordenamento do espaço pode captar somente as realidades e as relações mais superficiais no espaço vivido (que se pretendem apenas técnicas e científicas), se não se considerar as visões de toda a sociedade envolvida nesta paisagem: como veem suas funções; como pensam em criar uma dinâmica saudável de vivência; como percebem e atuam emocionalmente neste espaço, onde está inserida a Unidade de Conservação, demonstrando a necessidade de uma integração maior entre os Núcleos para gestão do PESM; e trocas de experiência entre as comunidades do entorno, seus municípios e seus gestores. Como afirma Fremónt, “é preciso reaprender o espaço e reaprender a aprendê-lo” (1980, p. 257).

Negociar interesses diversos, por vezes conflitantes, e dirimir divergências, a fim de tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considerem as necessidades socioculturais locais, não é tarefa fácil, como comprovada na análise desta tese; porém, há necessidade de capacitações básicas para os conselheiros e suas organizações e para os funcionários do PESM, partindo das visões de cada participante, construindo conjuntamente, na interação das diferentes formas de viver o espaço e seu mundo nesta paisagem; é necessário discutir as funções desta paisagem para cada um e procurar juntos indicadores para o sucesso das ações conjuntas, construindo uma *cosmovisão* desta. Esse conhecimento apoia-se na espontaneidade da razão, nas suas representações sociais, em suas observações, percepções-interpretações e seus valores culturais, que, de forma intuitiva, é capaz de introduzir hipóteses novas (simples) que depois haverão de ser examinadas e devidamente provadas pelo grupo de conselheiros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia.

Relph (1976), em sua obra *“Place and Placelessness”*, tece uma reflexão sobre o significado existencial das paisagens, partindo da relevância de seus lugares como “centros de significados e intenções”, bem como dos processos de desconstrução do sentido de lugar. Levando em consideração essa análise, acreditamos que todos os aspectos relacionados à dimensão da experiência coletiva e individual estão impregnados de significação e valores (GUIMARÃES, 2007), e devem ser considerados pela gestão das Unidades de Conservação na condução destes fóruns democráticos de participação das comunidades envolvidas com elas.

A leitura atenta de nossas próprias paisagens é a melhor maneira que podemos encontrar para valorizá-las, protegê-las e conservá-las. “Temos que aprofundar nossa compreensão, ampliar nossos conceitos, e melhorar os nossos métodos para o estudo, gestão e desenvolvimento das nossas paisagens locais, regionais e global”. (NAVEH, LIEBERMAN, 1993, s-13). Temos de desenvolver ferramentas de comunicação mais eficientes. Isto deve permitir-nos transferir nossas informações científicas para a prática de um projeto de valorização do lugar em que vivemos, “ou seja, uma nova simbiose entre homem e natureza na sociedade pós-industrial”. (NAVEH, LIEBERMAN, 1993, s-13).¹⁹

Ao abriremos uma ampla janela para integrarmos a nossa percepção da paisagem, transcendendo nossas próprias disciplinas de origem, seremos capazes de integrar nossos conhecimentos com os outros participantes da investigação, compartilhando experiências, preenchendo juntos as lacunas existentes nessa vivência. Tudo isso é essencial para desenharmos nosso futuro comum. (NAVEH, 2004).

A discussão fundamental ao terminar essa tese está na possibilidade de colocarmos as nossas maneiras de conhecer, em harmonia mais estreita com nossa maneira de ser no mundo, com a experiência vivida, num diálogo, tornando-nos conscientes de nossa própria posição e da posição assumida pelos outros no grupo, de modo a que a linguagem para o diálogo possa emergir. (BUTTIMER, 1982).

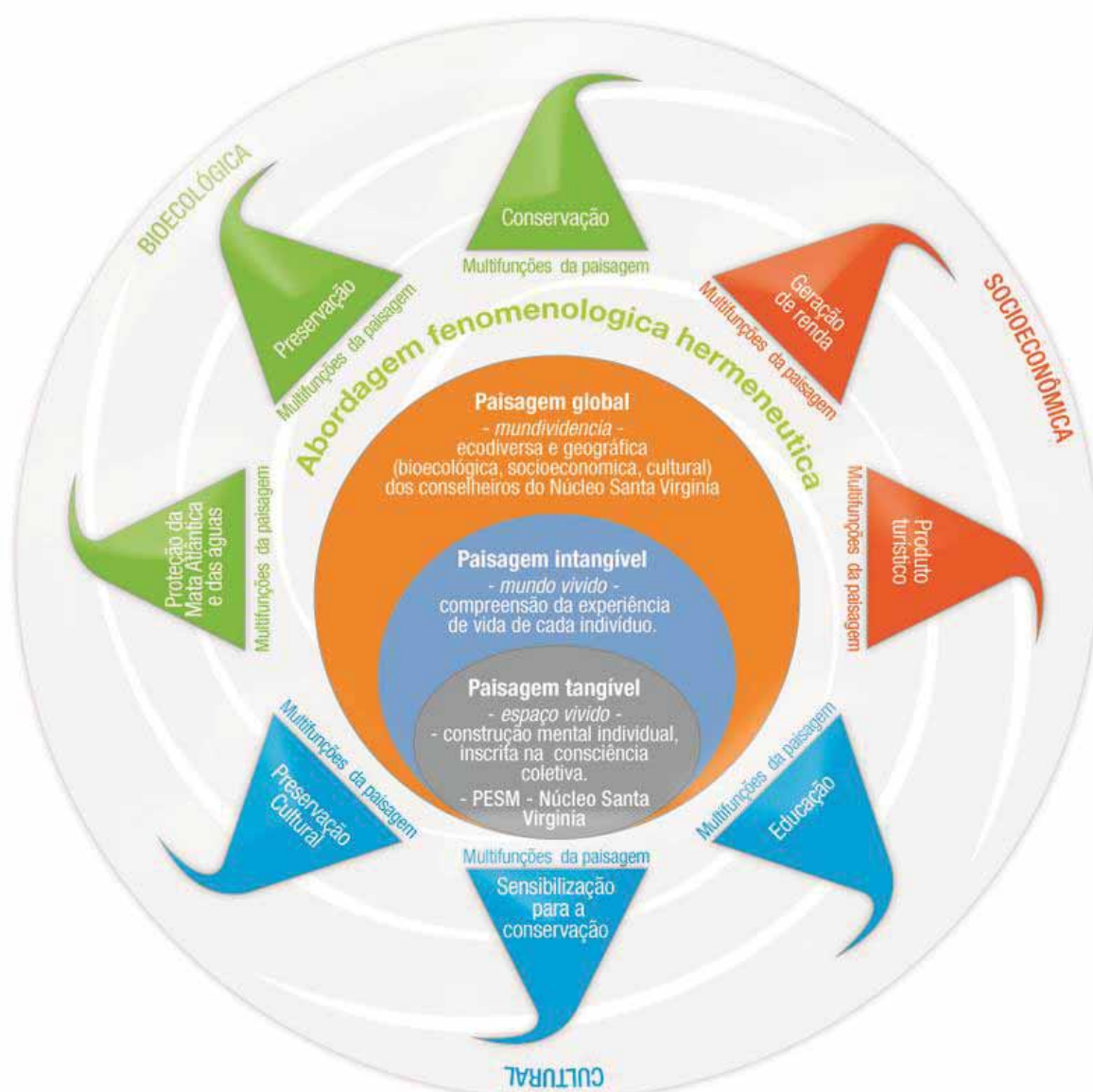
O diagrama conceitual final da tese, agora, complementado pelas conclusões da investigação, corresponde ao desenho da dinâmica destas discussões na interpretação da autora justificando a possibilidade de se levar em conta o olhar do Conselho para criar, a partir dele, as matrizes de planejamento em conjunto, como as elaboradas na Oficina executada na Reunião do Conselho em maio de 2011.

¹⁹ Original em inglês: We have to deepen our understanding, broaden our concepts, and improve our methods for the study, management and development of our local, regional, and global landscapes. [...] Namely a new symbiosis between man and nature in the post-industrial society.

Esta experiência, para Dilthey (1992, p. 10-11), se esclarece no conceito de *mundividência*, que é a conexão consciente e necessária de problemas e de soluções. A vida é a raiz da *mundividência*, em sentido filosófico estrito: relacionar-se com os outros com as coisas no seu ambiente revelando sua existência.

Segundo este autor, “é próprio da vida manifestar-se e objetivar-se em símbolos, suscitar mundos, pois todo o dentro busca expressão num fora. Eis porque ela surge como a raiz última da *mundividência*” (DILTHEY, 1992, p. 10). É na relação com o meio que a vida vai desfraldar-se recebendo e reagindo a ela, emergindo os ideais de vida de cada um. O reconhecimento dos limites do conhecimento humano e de lidarmos com as incertezas do presente nos leva a uma atitude metodológica transdisciplinar. (NAVEH, 2004).

FIGURA 6.1 – Diagrama conceitual final da tese.



Org. por Juliana Marcondes Bussolotti (2011).

Esta investigação, também, contribuiu para o alargamento do ‘Si mesmo’ da investigadora, vinculando conceitos sobre a paisagem com o ideal prático para buscar a legitimidade das possibilidades de conhecimento do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia. *Futuro e passado dessa paisagem no aqui agora.*

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, nº 21, p. 7 – 20, 1986.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil** - potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ALMEIDA JR, J. F. **Caipira picando fumo**. óleo sobre tela, São Paulo, Brasil. 1893. 569 × 800 pixels, tamanho: 289 kB, tipo MIME: image/jpeg. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caipira_picando_fumo.jpg>. Acesso em: set. de 2011.

ALMEIDA JR, J. F. **O Violeiro**, óleo sobre tela. (1899), São Paulo, Brasil. 800 × 661 pixels, tamanho: 373 kB, tipo MIME: image/jpeg Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:04.10.almeidajr.jpg>>. Acesso em: set. de 2011.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – **PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.calameo.com/books/00007359096ef6fd13b72>>. Acesso em: 10 de fev. de 2011.

ART, H. W. (editor) **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. 2ª ed., São Paulo: UNESP - Companhia Melhoramentos, 2001.

ARTIGAS, M. **Filosofia da Natureza**. Trad. José Eduardo de Oliveira e Silva. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BELLOTTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial** - o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Alameda, 2007.

BERNÁLDEZ, F. G. **Ecologia y paisaje**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral de sistemas**. 2a ed., Petrópolis: Vozes 1975.

BOLÓS, M. de. (org.) **Manual de ciência del paisaje** - teoria, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris** - Revista do Centro de Estudos Rurais. IFCH-Unicamp, v.1, n.1, p. 37 – 64, mar. 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL, (BRASÍLIA). (MMA) Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - **Informe 2011**. Brasília - Agência Nacional das Águas, 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: jul. de 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). (MMA - IBAMA). **Roteiro Metodológico de Planejamento** – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Brasília - IBAMA, 2002. Disponível em <http://www.acaprena.org.br/planodemanejo/artigos/roteiro_metodologico_para_plano_de_manejo.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). **Decreto Federal Nº 4340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). **Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui Código Florestal, 1965. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/madeiralegal/CodigoFlorestal.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. (BRASÍLIA). **Lei nº 7.875, de 13 de novembro de 1989**. Modifica dispositivo do Código Florestal vigente (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) para dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais, 1989. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7875&tipo_norma=LEI&data=19891113&link=s>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais** - os polos da prática metodológica. 5ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1991.

BUSSOLOTI, J. M.; GUIMARÃES, S. T. L.; ROBIM, M. de J. Por uma reflexão epistemológica do conhecimento científico na seleção de áreas protegidas. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro - SP/Br, ano VIII, v. 8, n.1, p. 88-97, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/1490>>. Acesso em: 20 de jul. de 2011.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In - CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. Rio Claro: Difel, 1982. p. 165 – 193.

CALIXTO B. **Tropeiros**. 1853 - 1927. Óleo sobre tela 40 × 60 cm. Pinacoteca Benedito Calixto Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CALIXTO_de_Jesus,_Benedicto._Rancho_Grande_%28dos_Tropeiros%29.jpeg>. Acesso em: set. de 2011.

CÂMARA, C. D.; et al. Relatório Bacia hidrográfica do rio Paraibuna. In - **Relatório do GT avaliação ecológica do setor 1 de rafting do rio Paraibuna, no PESM** - Núcleo Santa Virgínia, São Paulo. 2009, 11 p. Mimeo.

CAMPO LIMPO M. U. A. **Detalhe da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo de 1766**. 1869. Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, tinta colorida, nanquim e aquarela, sobre papel canson com 60,5 x 48 cm. Acervo do historiador Waldir Rueda. Imagem de *Leituras Cartográficas Históricas e Contemporâneas*, ed. conjunta Brasil Connects Cultura & Ecologia, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e Exército Brasileiro, São Paulo, SP, março, 2003. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa41.htm>>. Acesso em: set. de 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, Identidade e Narrativa - elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n.19, p. 283-302, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a11.pdf>>. Acesso em: jul. de 2010.

DARDEL, E. **L'homme et la terre** - nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DE GROOT, R. S. **Functions of nature** - evaluation of nature in environmental planning, management and decision-making. Amsterdam: Wolters-Noordhoff, 1992.

DEAN, W. **A ferro e fogo** - a historia e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBRET J. B.. **Floresta Virgem nas Margens do rio Paraíba do Sul**. 1834-1839. New York Public Library - Digital Gallery Forêt_Vierge_-_Les_Bords_du_Parahiba.jpg (682 × 422 pixels, tamanho - 306 kB, tipo MIME - image/jpeg. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:-For%C3%AAAt_Vierge_-_Les_Bords_du_Parahiba.jpg>. Acesso em: set. 2011.

DEBRET J. B.. **Tropeiros Pobres de São Paulo**. 1823. Aquarela sobre papel, c.i.d. 15,2 x 22,3 Museu Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ) Reprodução Fotográfica Romulo Fialdini. Disponível em: <<http://blogillustratus.blogspot.com/2010/05/jean-baptiste-debret.html>>. Acesso em: set. de 2011.

DERNTL, M. F. **Método e arte** - criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765 -1811. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília - Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

DILTHEY, W. **Teoria das concepções do mundo**. Lisboa: Edições 70, 1992.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário** - introdução à arquetipologia geral, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREZ M.. **Vendedor ambulante de frutas**. Fotografia. 1895. 530 × 612 pixels, file size: 80 KB, MIME type: image/jpeg. Coleção Gilberto Ferrez. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bv11c.jpg>>. Acesso em: set. de 2011.

FONSECA, I. F. de. Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. In - PIRES, R. R. C. (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil** - estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p.159-169.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra, Portugal: Almedina, 1980.

FROND, V. **Trabalhador da roça**. Fotografia de Victor Frond, 1858 -1861. 354 × 500 pixels, file size: 250 KB, MIME type: image/jpeg. Several collections. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Frond,_Charpentier_-_Trabalhador_da_ro%C3%A7a.jpg>. Acesso em: set. de 2011.

FROND, V. **Vendedor de Aves na Roça**. 1858. Rio de Janeiro. Enciclopédia Itaú Cultural, Artes Visuais, (online). Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_obras&cd_verbete=3502&cd_idioma=28555>. Acesso em: set. de 2011.

FROND, V.; CLERGET, H.. **Pont de La Parahyba do Sul**. Fotografia de Victor Frond, tratamento em litografia sobre papel, de H. Clerget, 1858/1859. Coleção Brazil Pittoresco, feita por Hubert Clerget -1818 -1899. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Clerget,_Hubert,_Pont_de_la_Parahyba-do-Sul_1861_.jpg>. Acesso em: set. de 2011.

FROND, V.; SORRIEU F. **Cozinha na roça**. Victor Frond, 1858, 1861. Victor Frond (photographer); Frederic Sorrieu (engraver). Lithograph, after photograph. 700 × 499 pixels, file size: 528 KB, MIME type: image/jpeg. Several collections. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Frond,_Sorrieu_-_Cozinha_na_ro%C3%A7a.jpg>. Acesso em: set. de 2011.

FUNDAÇÃO COPPETEC Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Resumo Diagnóstico dos Recursos Hídricos - **Relatório Final**. Resende/RJ - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-002-R0.pdf>>. Acesso em: 1 de ag. de 2011.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo/Campinas, v. 57, n. 2, p. 24 - 28, Abr./Jun., 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>>. Acesso em: 1 de ag. de 2011.

GUIMARÃES, S. T. DE L. Percepção ambiental - paisagens e valores, **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Ano IX, v. 9, n.2, p.279-280, jan./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/viewArticle/3202>>. Acesso em: 30 de set de 2011.

GUIMARÃES, S.T.L. **Paisagens** - aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro / SP, 2007.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo parte 1**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Vozes; Universidade São Francisco, 2005.

IRVING, M.A, COZZOLINO, F., FRAGELLI, C. & SANCHÓ, A. Construção de Governança Democrática - Interpretando a Gestão de Parques Nacionais no Brasil. In M.A. IRVING (Org), **Áreas Protegidas e Inclusão Social - Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro - Aquarius, 2006. p. 41-75.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) **Patrimônio Ambiental**, São Paulo: EDUSP, 2003. Disponível em: <<http://www.teia.fe.usp.br/wp-content/uploads/2011/02/Baixar-artigo4.pdf>>. Acesso em: set de 2011.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>>. Acesso em: 30 de set de 2011.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico** - procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, S. M. Q. **Filogeografia e sistemática molecular de dois bagres das bacias costeiras da Serra do Mar**, *Trichomycterus zonatus* (Eigenmann, 1918) e *Trichogenes longipinnis* (Britski & Ortega, 1983) (Siluriformes - Trichomycteridae). Tese (Doutorado) 2009, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LINO, C. F.; DIAS, H.; ALBUQUERQUE, J. L. R. (Org.) **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** - revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em base cartográfica digitalizada - fase VI - São Paulo - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno_38.pdf>. Acesso em: 17 de jul. 2011.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação - em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. Rio Claro: Difel, 1982. p. 103 - 142.

MATTOSO, A. Q. et al. La Creación De Consejos Consultivos En El Parque Estadual Da Serra Do Mar PESM, São Paulo, Brasil. In - CONGRESO ÁREAS PROTEGIDAS VI. 2009. Cuba. **Anais...** Havana/Cuba, Ministério de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de la República de Cuba, 2009.

MEINIG, D. W. The beholding eye ten versions of the same scene. In - MEINIG, D. W. (Ed.) **The interpretation of ordinary landscapes**. Geographical Essays. New York: Oxford University Press, 1979. p. 1 - 9

MELLEIRO M. M.; GUALDA D. M. R. O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde. **Revista Escola Enfermagem - USP**, São Paulo, v. 37, n.4, p. 69 -76, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/08.pdf>>. Acesso em: 17 de jul. 2011.

MENEZES, G. V.; MATSUKUMA, I. M. M.; YOKOMIZO, N. K. S. (Org.) Comissão Técnico Científica - COTEC. **Relatório Triênio 2003-2005**, Comissão Técnico Científica/Instituto Florestal, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEYER, E. **Lavagem dos diamantes em Curralinho, Minas Gerais**. Litografias de Spix e Martius, desaparecidas da Biblioteca Mário de Andrade. Fonte: Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/obras_desaparecidas/index.php?p=1105>. Acesso em: set. de 2011.

MILANO, M. S. (org.) **Unidades de Conservação** - atualidades e tendências, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MODESTO, P. Participação na administração Pública - mecanismos de operacionalização. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Instituto de Direito Público da Bahia, Salvador, n 2, abr./maio/jun., 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 10 de fev. de 2011.

MONBEIG, P. **O Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1975.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MONTEIRO LOBATO. **Colonos e casa de pau-a-pique**: Fazenda Buquira -1913, Monteiro Lobato. Coleção particular: Monteiro Lobato - Vida e Obra. Disponível em: <http://lobato.globo.com/lobato_fotografias.asp>. Acesso em: set. de 2011.

MONTEIRO LOBATO. **O mata-pau**, nanquim para 1ª ed. Urupês, 1918. Coleção particular: Monteiro Lobato - Vida e Obra. Disponível em: <http://lobato.globo.com/lobato_desenhos-pinturas.asp>. Acesso em: set. de 2011.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas, seleção e manejo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba – São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE; IBG, 1969.

MÜLLER, N. L. **Sítios e sitiantes no estado de São Paulo**. São Paulo: USP - Boletim 132, Geografia n. 7, 1951.

NAVEH, Z. LIEBERMAN, A. **Landscape ecology** - theory and application. 2nd ed. New York: Springer-Verlag, 1993.

NAVEH, Z. Multifunctional, self-organizing biosphere landscapes and the future of our total human ecosystem. **World Futures**, 60, p. 469 – 503, 2004. Disponível em: <<http://www.technion.ac.il/technion/agr/members/naveh/Multifunctional%20Self-organizing%20Biosphere%20Landscapes.pdf>>. Acesso em: 30 de set de 2011.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes.

Landscape and Urban Planning 57, p. 269 – 284, 2001. Disponível em:

<<http://tx.technion.ac.il/~znaveh/files/Landscape%20Ecology%20Theory%20and%20Global%20Applications/Ten%20major%20premises%20for%20a%20holistic%20conception%20of%20multifunctional%20landscapes.pdf>>. Acesso em: 30 de set de 2011.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1983.

OLIVA, A. Gestão de unidades de conservação - processo participativo ou outorga de atribuições e prerrogativas? In - Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação II. 1, 2000. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande - Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação - Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. 3 v.

OLIVA, A.; COSTA NETO, J. de B. Comitês de apoio à gestão - histórico da implantação e avaliação dos resultados par dez unidades de conservação de proteção integral do Estado de São Paulo In - Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, II. 2, 2000. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande - Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação - Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. 3v.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação** - guia sobre sua criação e seu funcionamento – Piracicaba/ SP - Imaflora; Belém/PA: Imazon, 2009.

PERRENOUD, M.; ROBIM, M.J.; VILLANI, J.P.; SILVA, N.A.; SANTOS, I.; BARROS, F.C.; SILVA, C.M., SILVA, D.M. Programa de uso público do Parque Estadual Da Serra do Mar – Núcleo Santo Virgínia - características e perfil dos visitantes. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 297-314, dez. 2010.

PETRONE, P. A Região de São Luiz do Paraitinga (estudo de geografia humana), **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano XXI, n 3. p. 239-336, 1959.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo** - colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, M. I. de. **O campesinato brasileiro** - ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo - Editora Universidade de São Paulo, 1973.

RAIMUNDO, S, et al. A criação dos conselhos consultivos nas unidades de proteção integral - estudo de caso no Estado de São Paulo. In - congresso brasileiro de unidades de conservação, III. 1, 2002. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza - Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação - Fundação o Boticário de Proteção à Natureza - Associação Caatinga, 2002. 1v.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RIBEIRO A. C. Tectonic history and the biogeography of the freshwater fishes from the coastal drainages of eastern Brazil - an example of faunal evolution associated with a divergent continental margin. **Neotropical Ichthyology - official journal off the Sociedade Brasileira de Ictiologia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 4, 2 ed., 225-246, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ni/v4n2/v4n2a09.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. de 2011.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Tomo II.

ROCHA L. G. M. DA; DRUMMOND, J. A.; GANEM R. S.. Parques nacionais brasileiros - problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/13.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. de 2011.

ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ROSSI, R. Representações sociais, gênero e justiça ambiental - as relações entre as mulheres chefes de família e o Arroio do Padre em Ponta Grossa/PR. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, VII. 2006. Ponta Grossa/PR. **Anais...** Ponta Grossa-Paraná, 2006.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et Paysages** - bilan et methods, Paris: Armand Colin Éditeur, 1991.

RUGENDAS J. M.. **Derrubada de uma floresta**. 1820. Centro de Documentação D. João VI. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro_-Rugendas_-_Defrichement_d_une_Foret.jpg>. Acesso em: set. de 2011.

RUGENDAS J. M.. **Índios**. 1802 - 1858. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. jpg 119,34 KB. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: set. de 2011.

RUGENDAS J. M.. **Mantiqueira**. 1802 – 1858. Biblioteca Universitária de Augsburg, Imagem em jpg, 125,31 KB. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: set. de 2011.

RUSSELL, B. **A perspectiva científica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

RUSSELL, E. **A ideia da Fenomenologia**. Lisboa: Ed.70, 1986.

SANTAELLA, L. **Cultura e artes do pós-humano** - da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia**. Porto: Afrontamento. 2003. p. 35-69.

SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA. **Lei municipal nº 1136 de 18 de agosto de 2004**. Dispõe sobre a regulamentação da prática atividade de *rafting*, no município de São Luiz do Paraitinga, estado de São Paulo e dá outras providências 2004. Disponível em: <<http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2004/1136.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). **CONDEPHAAT. RES. SC 40/85.** Fica tombada a área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo, com seus Parques, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental, além dos esporões, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas, 1985. Disponível em:

<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122_RES.%20SC%20N%2040%20 - %20Area%20da%20Serra%20do%20Mar%20e%20Paranapiacaba.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122_RES.%20SC%20N%2040%20-%20Area%20da%20Serra%20do%20Mar%20e%20Paranapiacaba.pdf)>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977.** Cria o Parque Estadual da Serra do Mar e dá providências correlatas, 1977. Disponível em:

<http://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/repositorio/etmc/decreto_10251_77.htm>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 49.672, de 6 de junho de 2005.** Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas, 2005. Disponível em:

<http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/decretos/2005_Dec_Est_49672.pdf>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 56.572, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e da providência correlatas, 2010a. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto%20n.56.572,%20de%2022.12.2010.htm>>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006,** que institui o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92176/decreto-51453-06-sao-paulo-sp>>. Acesso em: dez. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). Fundação SEADE. **Perfil do Estado de São Paulo. 2011a.**

Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil_estado/index.php>. Acesso em: 10 de set. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). Instituto Florestal. Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo. São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal **Imprensa Oficial**, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Planos de Manejo** das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia – **Plano de Gestão Ambiental** – fase 1/Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental. Instituto Florestal, Fundação Florestal. Organizado por João Paulo Villani; Rosely Alvim Sanches; Claudio C. Maretti; Sidnei Raimundo et al. São Paulo - SMA, 1998.

SÃO PAULO (Estado). **Portaria CIMP nº 50, de 16 de outubro de 1997.** Estabelece diretrizes de política de pesquisa ambiental da CIMP para apreciação de novos projetos de pesquisa. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo, 18 out. 1997. Seção I, p. 51.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Meio Ambiente Paulista - **Relatório de Qualidade Ambiental 2011**. Organização - Fabiano Eduardo Lagazzi Figueiredo. São Paulo - SMA/CPLA, 2011b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal. **Parque Estadual da Serra do Mar - Plano de Manejo**. São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente / Instituto Florestal, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Resolução Uso Público da Secretaria do Meio Ambiente nº 59 de 27 de agosto de 2008**. Regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo, e dá outras providências, 2008. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/estadual/resolucoes/Resolucao_SMA_59_2008.pdf>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente/Fundação Florestal. **Portaria da Fundação Florestal nº 150 de 15 de dezembro de 2010b**. Dispõe sobre a atividade de *rafting* nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal, 2010. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/portarias/portariaanormativaaffana1502010aa-raftingaemaucs.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2011.

SARAIVA, A. C. R. **Influencia das variações micro ambientais na comunidade de palmeiras da floresta ombrofila densa montana**, Núcleo Santa Virginia, Parque Estadual da Serra do Mar – São Paulo. 2010. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade de Taubaté, São Paulo, 2010.

SCARAMUZZA, C.A.de M. et al. **Serra do Mar**. Visão da Biodiversidade da Ecorregião. Domínio biogeográfico Mata Atlântica. Brasília -W W F-Brasil, 2004-2011. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/?28724/Visao-da-Biodiversidade-da-Ecorregiao-Serra-do-Mar>>. Acesso em: 10 de jun. 2011.

SARKAR, S. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação** novos rumos para a conservação da natureza, São Paulo: HUCITEC NUPAUB USP, 2000. p. 47 – 66.

SERRANO, G. P. **Investigación cualitativa**. Retos e interrogantes. I. métodos. Madri: La Muralla, 1994.

SOFFIATI, A. Vozes esquecidas - a defesa do meio ambiente no Brasil dos séculos XVIII e XIX'. **Hist. Ciênc. Saúde, Manguinhos**, v.10, n.3, p. 1119-125, set-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19320.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2008.

SOFFIATTI, A. Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro - ensaio bibliográfico acerca da ecohistória. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. IV, n. 2, p. 309- 327, jul./out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n2/v4n2a06.pdf>>. Acesso em: 12 de ag de 2011.

SOLER, J. Los espacios naturales In: BOLÓS, M. de. (org.) **Manual de ciência del paisaje** - teoria, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, S. A. 1992. p. 233 - 248

SPINK, M J P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública** [online]. 1993, vol.9, n.3, pp. 300-308. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300017&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de fev. de 2011.

STEINMETZ, S. Capacitação dos Oito Conselhos Consultivos do Parque Estadual da Serra do Mar. **Relatório Final, consultoria prestada à Fundação Florestal**, maio de 2010, 63p. .Mimeo.

TABARELLI, M.; VILLANI, J. P.; MANTOVANI, W. Aspectos da sucessão secundária em trecho da floresta atlântica no Parque Estadual da Serra do Mar, SP. **Revista Instituto Florestal**, São Paulo, v. 5, n 1, p. 99-112, 1993.

THOMPSON, P. **A voz do passado** - história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. Histórias de vida como patrimônio da humanidade, In: WORCMAN, K. e PEREIRA, J. V.(Coord.) **Historia falada** - memória e mudança social. São Paulo: SESCSP - Museu da Pessoa - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 17 – 43.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar** - a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UICN (ORG.). **Declaração De Bariloche**. In - CONGRESSO LATINOAMERICANO DE PARQUES NACIONAIS E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS, II. 2007. Bariloche/ Argentina. Celebrada em entre os dias 30 de setembro e 6 de outubro de 2007.

UNESCO. Expert panel on project 13 - perception of environmental quality. **Final Report. Programme on Man and the Biosphere (MAB)**. Paris: UNESCO, 1973.

VAZ, A. C. N. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos - o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil In - PIRES, R. R. C. (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil** - estratégias de avaliação. Brasília - Ipea, 2011. p. 91-108.

WORCMAN, K. PEREIRA, J. V. (Coord.) **História falada** - memória e mudança social, São Paulo: SESCSP - Museu da Pessoa - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

FONTES PRIMÁRIAS

AUDIO

REUNIÃO CONSELHO CONSULTIVO DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA – PESM. I Reunião Extraordinária, 2011, Núcleo Santa Virgínia. Gravação, 120 min.; áudio/transcrição.

ENTREVISTAS

CANDIDO MOREIRA DA SILVA. **Depoimento do senhor Candido Moreira da Silva** [jun. 2008]. Entrevistador - Fabio Canteiro proprietário RPPN Sítio Primavera, mimeo, 2008.

CONSELHEIRO nº 1. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (14 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 2. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (19 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 3. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (36 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 4. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, abr. 2011. Gravação digital - (43 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 5. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (98 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 6. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra – SP, abr. 2011. Gravação digital - (31 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 7. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [fev. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, fev. 2011. Gravação digital - (31 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 8. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra – SP, abr. 2011. Gravação digital - (41 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 9. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra – SP, abr. 2011. Gravação digital - (10 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 10. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra – SP, abr. 2011. Gravação digital - (34 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 11. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (31 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 12. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Gravação digital - (32 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 13. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Gravação digital - (19 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 14. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (31 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 15. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [fev. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (53 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 16. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Gravação digital - (19 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 17. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Gravação digital - (29 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 18. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Catuçaba, São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (61 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 20. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Gravação digital - (35 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 21. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [maio. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, maio, 2011. Gravação digital - (31 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 22. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [maio. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Fundação Florestal – Ubatuba, SP, maio, 2011. Gravação digital - (28 min) . Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 23. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra - SP, abr. 2011. Documento digital. Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 24. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [jun. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Natividade da Serra - SP, abr. 2011. Gravação digital - (21 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 25. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [maio. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, maio, 2011. Gravação digital - (26 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 26. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (11 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 27. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, abr. 2011. Gravação digital - (15 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 28. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Taubaté - SP, abr. 2011. Documento digital. Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 29. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [abr. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, abr., 2011. Gravação digital - (35 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 30. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [maio. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, maio, 2011. Gravação digital - (15 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO nº 32. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [maio. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, maio, 2011. Gravação digital - (55 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

CONSELHEIRO suplente. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [fev. 2011]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. 2011. São Luiz do Paraitinga - SP, fev. 2011. Gravação digital - (28 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

GESTOR DO NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra Do Mar – Núcleo Santa Virgínia.** [nov. 2010]. Entrevistadora - Juliana Marcondes Bussolotti. Núcleo Santa Virgínia, PESM - SP, nov, 2010. Gravação digital - (51 min). Projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC, de 2009 até 2011 para esta tese de doutorado.

SENHOR ALEX. **Depoimento do Senhor Alex.** [jun. 2008]. Entrevistador - Fabio Canteiro proprietário RPPN Sítio Primavera mimeo, 2008.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)

(CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, RESOLUÇÃO 196/96)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias juntamente com a transcrição de sua entrevista. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações das entrevistas cuja transcrição você lerá; em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma; você terá garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa e liberdade em recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase deste processo, sem penalidade alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título da Pesquisa - *Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia*

Pesquisador responsável - *Juliana Marcondes Bussolotti* - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, Instituto de Geociências e Ciências Exatas; Área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Rio Claro, São Paulo / Br.

Orientadora - *Prof^a. Dr^a. Solange T. de Lima Guimarães* – IGCE, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Rio Claro, São Paulo /Br.

Co-orientadora - *Dr^a. Maria de Jesus Robim* - Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente - SMA, São Paulo /Br.

Contato - Rua Amoreira 12, Lázaro ,CEP 11680-000 Ubatuba. Telefones (aceita ligações a cobrar) - (12) 3842-0098 (12) 9767-1717; e-mail - julianabussolotti@gmail.com

Esta pesquisa foi autorizada pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal- COTEC, de 2009 até 2011, no Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo. Propõe uma reflexão sobre as relações entre os Conselheiros e suas experiências ambientais na paisagem natural e cultural, criando indicadores para avaliar as ações deste grupo, por meio das interpretações acerca da paisagem e das representações sociais destes sujeitos da pesquisa. Utiliza como metodologia - a revisão bibliográfica; observação e participação em reuniões do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia, em 2009, 2010 e 2011; e entrevistas com os Conselheiros.

Não há nenhum risco, prejuízo ou desconforto que possam ser provocados pela pesquisa, uma vez que os nomes dos entrevistados serão omitidos na presente Tese.

JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI

Eu, _____, RG/CPF

_____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo ***Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia*** como sujeito da pesquisa. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto implique qualquer penalidade.

Local e data _____/_____/2011.

PERFIL DOS CONSELHEIROS

1 Nome completo - _____

Nacionalidade _____ município natal _____

2 Local de residência (endereço completo) - ... Próprio ... alugado

município _____ bairro _____ endereço _____

tel _____ e-mail _____

3 Há quanto tempo reside neste local - _____

4 Estado civil - ... Solteiro ... Casado ... Separado ... Divorciado ... União estável ... Outro

5 Faixa etária - ... 18-25 ... 26-30 ... 31-35 ... 36-45 ... 46-50 ... 51-60 ... Acima de 61

6 Escolaridade - ... Fundamental (1ª a 8ª série) ... Médio (2º grau) ... técnico ... Superior (3º grau) ... Superior (incompleto) ... Pós-graduação se sim especifique abaixo - -

Especialização/área _____

Mestrado/área _____

doutorado/área _____

Outros cursos relevantes na formação/área _____

7 Profissão e cargo atual - _____

8 Local de trabalho - ... Empresa privada ... Emprego público ... Profissional liberal ...

Empresário ... Estudante ... Aposentado ... Do lar ... Outros _____

9 Valor da sua renda - ... Nenhuma ... até R\$450,00 ... R\$450,00/R\$ 900,00

... R\$901,00/ R\$1.500,00 ... R\$ 1. 501,00-R\$2.500,00 ... R\$2.501 - R\$4.000,00

... R\$4.000,00 - R\$9.000,00 ... Acima de R\$ 9.001,00

10 obs gerais - _____

**ROTEIRO DE PERGUNTAS ORIENTADORAS DAS ENTREVISTAS
COM OS CONSELHEIROS DA GESTÃO 2011 - 2013**

- 6) *Quais são os aspectos mais importantes da história de vida, essencialmente desde que se tornou conselheiro?*
- 7) *Qual a sua motivação para se tornar conselheiro e exercer este papel?*
- 8) *Como entende este papel e a sua ação como conselheiro?*
- 9) *O Núcleo Santa Virginia atende aos problemas e às dificuldades identificadas pelos conselheiros?*
- 10) *As pessoas da comunidade foram ou são envolvidas em todos os estágios do planejamento / desenvolvimento do Conselho Consultivo?*
- 11) *Qual é a função dominante desta paisagem do Núcleo Santa Virginia?*
- 12) *Há a identificação por parte dos conselheiros com a função (papel) dominante da paisagem do Núcleo Santa Virginia?*
- 13) *Como caracterizariam esta paisagem?*
- 14) *Como entende a dinâmica e conflitos existentes nesta área?*
- 15) *Sabem definir indicadores que identificariam esta função ou multifunções da paisagem do Núcleo Santa Virginia?*
- 16) *Concebem algum modelo que traduza estas interdependências?*